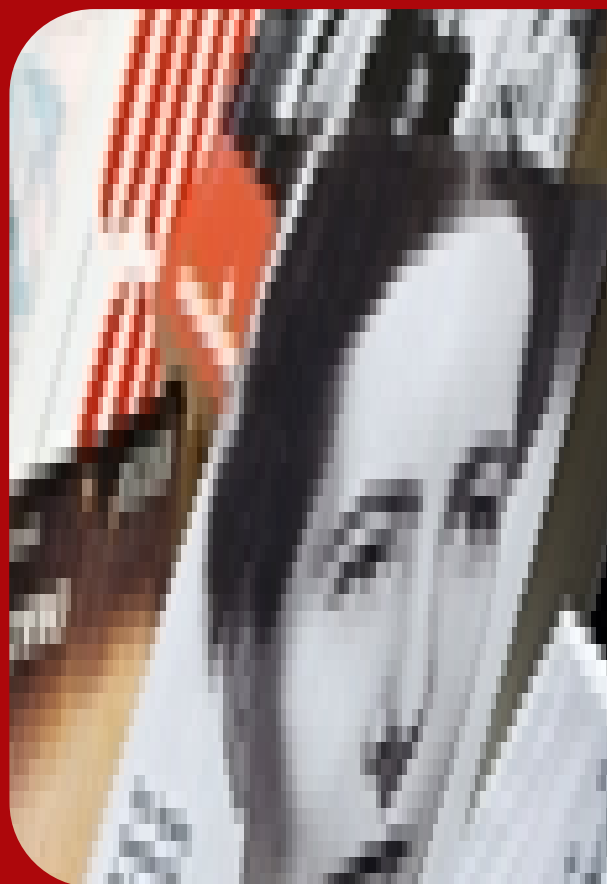


# Sistema Integrado de Informação e Conhecimento

## Relatório

Inclusão e desenvolvimento social

Junho de 2010





## Equipa de investigação que produziu o presente Relatório

**Manuel Lisboa** (coordenação geral)

**José António Pereirinha** (coordenação e execução do capítulo sobre a pobreza)

**João Peixoto** (coordenação do capítulo Igualdade de género e cidadania de mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais)

**Ana Lúcia Teixeira Dias**

**Joana Patrício**

**Maria do Rosário Rosa**

**Zélia Barroso**



# Índice

Introdução	4
1. Indicadores de pobreza numa perspectiva de género	6
1.1 Introdução	7
1.2 Indicadores	8
1.3 Conceito de pobreza numa perspectiva de género	14
1.4 Dimensões do bem-estar e de privação na União Europeia	17
1.5 Uma proposta de indicadores de pobreza numa perspectiva de género	20
1.6 Notas conclusivas	26
Bibliografia na área da pobreza	27
Principais instituições que trabalham na área	46
Campanhas	48
2. Igualdade de género e cidadania de mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais	49
2.1 Estado da arte e explicação conceptual	50
2.2 Considerações sobre as fontes usadas	54
2.3 Tendências sobre a imigração em Portugal	57
2.4 Trabalho e emprego	60
2.5 Educação e formação profissional	66
2,6 Saúde	76
2.7 Habitação	86
2.8 Segurança Social	90
2.9 Atitudes e discriminação	93
2.10 Minorias étnicas: ciganos	100
Bibliografia na área da imigração e minorias étnicas	114
Observatórios e instituições que trabalham na área	163
Associações de apoio a imigrantes	166
Associações de ciganos	167
Anexos	168
Indicadores de pobreza numa perspectiva de género	169
População estrangeira residente em Portugal, por sexo, 1980-2008	182
Imigrantes e acesso ao emprego	183
Territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP)	185

# Introdução

O 2º Relatório do *Sistema Integrado de Informação e Conhecimento* (SIIC) é dedicado ao tema da Inclusão e Desenvolvimento Social, de acordo com o *III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)*, e no cumprimento do projecto promovido pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ao elaborar este Relatório, procura-se apresentar informação e conhecimento úteis e actualizados tendo em vista os dois objectivos enunciados no Plano: a diminuição da feminização da pobreza; e a promoção da igualdade de género e a cidadania de mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais, facilitando a sua integração a todos os níveis. Nesse sentido, a estrutura do Relatório será constituída por duas partes; a 1ª dedicada à “pobreza numa perspectiva de género” e 2ª aos “imigrantes e minorias étnicas”.

Segue-se uma metodologia semelhante à já utilizada no 1º Relatório, que deverá também orientar a elaboração dos futuros. Nomeadamente, elaborando o estado da arte em relação a cada área, tendo em consideração sobretudo as fontes secundárias, recolha, tratamento e análise de dados de fontes primárias actuais e a apresentação da bibliografia mais significativa para cada área (monografias, artigos, teses de doutoramento, teses de mestrado, sítios da internet e outras fontes relevantes). Sempre que necessário, far-se-á a explicitação dos conceitos, de modo a que os resultados possam ser lidos com o rigor próprio de trabalhos científicos. Neste Relatório, há duas situações particularmente significativas a esse nível; uma, onde é necessário destacar a diferença entre *estrangeiros* e *imigrantes*, mais específica da 2ª parte; e a outra, transversal a todo o relatório, que diferencia sexo e *género*.

De facto, por vezes, as estatísticas nem sempre reflectem totalmente os desenvolvimentos conceptuais e científicos das equipas de investigadores que há vários anos trabalham sobre tais temas, outras, há reais limitações operacionais em obter dados com os indicadores pretendidos.

Apesar do caminho já percorrido nas últimas décadas nas estatísticas oficiais, em relação à diferenciação entre homens e mulheres, a maioria dos dados ainda pouco nos dizem sobre as desigualdades de género.

Ou seja, as desigualdades sociais e culturais, produzidas e reproduzidas ao longo do tempo e que foram construídas a partir das diferenças biológicas, ainda que com elas não estabeleçam uma relação de causa-efeito. Todavia, criaram enormes barreiras e tectos sociais, mais ou menos invisíveis, que têm fomentado a exclusão de mulheres e homens de certos espaços e vivências sociais, não porque sejam menos capazes, mas porque estão investidos, uns e outras, de modelos, valores e de papéis sociais estigmatizados. Relações, que na nossa sociedade se foram hierarquizando numa estrutura de poder, claramente desfavorável às mulheres.

Sabemos hoje, nomeadamente a partir dos estudos sobre a violência contra as mulheres, que as Políticas Públicas devem também orientar-se para a resolução de problemas estruturais, mesmo que imediatamente menos visíveis. É essa a situação, quando deslocamos a análise e intervenção de uma perspectiva de “diferença entre sexos” para a de “desigualdade de género”.

É certo que a desagregação dos dados estatísticos entre homens e mulheres pode ser já um indicador das desigualdades de género. Todavia, trata-se de informação necessária, mas não suficiente. As estatísticas oficiais devem procurar ir mais longe, caminhando também no sentido de ultrapassar essa dificuldade. Desde o primeiro momento, tem sido um dos objectivos do SIIC chamar a atenção para isso.

Como já foi referido no 1º Relatório, apesar da responsabilidade da alimentação do SIIC e organização dos Relatórios caber à equipa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, outras universidades podem ser chamadas a dar o seu contributo, sempre que aí tenham sido desenvolvidos trabalhos de relevância científica para as áreas do SIIC.

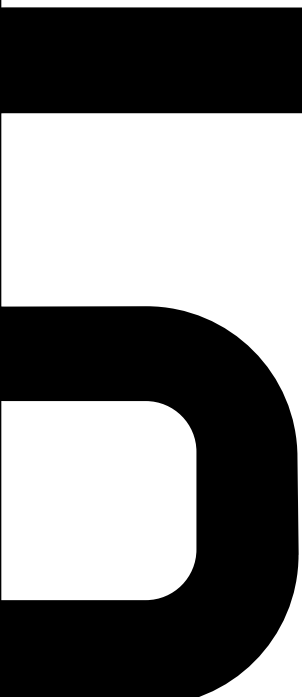
O ISEG, da Universidade Técnica de Lisboa, parceiro desde a fase da elaboração do projecto através do SOCIUS, dá a este Relatório uma contribuição fundamental. A esse propósito, e na qualidade de coordenador do Projecto e organizador deste Relatório, não posso deixar de manifestar a minha gratidão ao Prof. Doutor José António Pereirinha, que, mesmo com grandes limitações temporais, desde o primeiro momento manifestou disponibilidade para orientar cientificamente e produzir a parte relativa à “pobreza e género”. O seu trabalho, que vem no seguimento do livro por si já coordenado sobre o mesmo tema, e publicado pela CIG em 2008, constitui na íntegra o texto da 1ª parte deste Relatório.

Igualmente, uma palavra de enorme gratidão ao Prof. Doutor João Peixoto, do SOCIUS-ISEG, que está ligado ao projecto desde o início e sempre manifestou disponibilidade para nos apoiar, coordenando agora a 2ª parte do Relatório, relativa às “desigualdades de género e cidadania dos imigrantes e minorias étnicas e culturais”.

Gostaria também de endereçar os meus agradecimentos à Sra. Secretária de Estado da Igualdade, Dra. Elza Pais, que sempre acarinhou este projecto e à Direcção da CIG, nas pessoas da sua Presidente e Vice-Presidente, que têm manifestado grande disponibilidade e apoio.

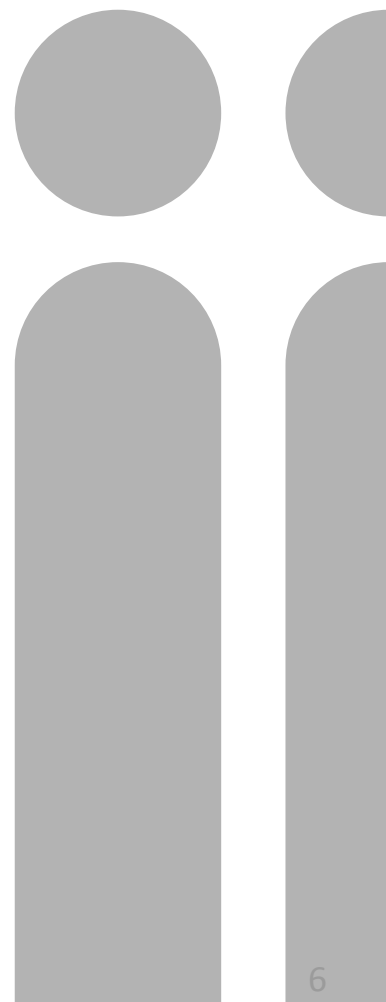
Para finalizar, uma palavra de reconhecimento pelo empenhamento e rigor científico da equipa de investigação da Universidade Nova, que, mais uma vez, produziu este Relatório em um tempo recorde. Só o seu trabalho exigente e afincado tem permitido concretizar muitos dos nossos sonhos.

O Coordenador do Projecto e Organizador do presente Relatório  
Manuel Lisboa



# 1. Indicadores de pobreza numa perspectiva de género

José António Pereirinha



# 1.1 Introdução

A pobreza é uma realidade que afecta, na União Europeia (UE), 17 milhões de seres humanos (dados do EUROSTAT referentes a 2007), o que representa 16% da população deste espaço europeu. E, como qualquer realidade humana, há um lado masculino e outro feminino dessa realidade. Na verdade, afecta com maior incidência a população feminina (com 17%) do que a população masculina (com 15%). Será que esta diferença justifica a atenção que se dá à pobreza entre as mulheres, ou que se privilegiem as análises da pobreza numa perspectiva de género? Será que existe uma pobreza no feminino?

A análise da pobreza com uma dimensão de género é relativamente recente na literatura científica, remontando aos anos 70 com o surgimento da tese da “feminização da pobreza” (Pearce, 1978), fenómeno que tem sido constatado em estudos quantitativos (Brady & Kall, 2008), e que a diferença de incidência da pobreza entre homens e mulheres acima referida ilustra, como valor médio, para a União Europeia. Surge também no debate político, ao nível das organizações internacionais, na mesma época, com a promoção, pela ONU, entre 1976 e 1985, da Década das Nações Unidas para as Mulheres, que marcou decisivamente a preocupação política com as desigualdades entre homens e mulheres no mundo. Mas é na década de 90, em particular com a Conferência de Pequim sobre as Mulheres, realizada em 1995 pelas Nações Unidas, com a adopção de uma Declaração e uma Plataforma de Acção, que foi dado um contributo decisivo para o aprofundamento da problemática do género e a colocação, em termos de direitos humanos, das questões de igualdade entre homens e mulheres. Uma das áreas críticas dessa Plataforma de Acção é precisamente “as mulheres e a pobreza”.

Na União Europeia, a importância dada às questões relativas às desigualdades entre homens e mulheres tem tido expressão quer em relatórios regularmente difundidos quer em documentos políticos. O *“Roadmap for equality between men and women 2006-10”* (COM 2006, 92 final) dirige-se a diversas dimensões da igualdade entre homens e mulheres, com destaque para as desigualdades salariais, a melhoria do equilíbrio entre trabalho e vida doméstica, e a eliminação da violência e tráfico de seres humanos. Mas tem estado genericamente ausente uma perspectiva de género na análise da pobreza, como guia de actuação política. A aprovação, em 2005, de uma Declaração Ministerial reiterando os compromissos assumidos na Plataforma de Pequim constituiu uma clara manifestação da vontade política de cumprimento das acções preconizadas. E o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia instituíram o ano de 2007 como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, onde as desigualdades de género assumiram grande relevância e onde a problemática da pobreza numa perspectiva de género foi um dos temas fortes de análise e debate político.

Qual é, então, a justificação para que, nas análises da pobreza e da exclusão social, se dê importância a uma abordagem numa perspectiva de género? Por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque a diferença de taxas de incidência da pobreza entre os dois sexos poderá ser maior do que estas estatísticas revelam, por razões que adiante serão enunciadas. Isto coloca questões relevantes para a medição deste fenómeno e sobre a natureza dos indicadores sociais para o seu acompanhamento. Em segundo lugar, porque as causas destas diferenças colocam, do lado dos homens e do lado das mulheres, além de factores explicativos comuns, causas distintas da realidade da pobreza entre os dois sexos, o que coloca questões às ciências sociais, para o conhecimento destas causas, e coloca desafios à acção política, para o combate à pobreza e exclusão social. Na verdade, estamos perante um problema social (pobreza e exclusão social) que não é neutral em termos de género.

Vejamos as questões relativas à medição. Sabemos que, numa certa sociedade num dado ano, uma pessoa é pobre se tiver um nível de bem-estar, quando aferido por algum avaliador (cientista, político, cidadão informado), inferior ao que for considerado como norma social, nessa sociedade e nesse ano. Mas o bem-estar é quase impossível de medir. Daí que se considere que o rendimento que alguém auferir, e que lhe permite comprar bens e serviços nessa sociedade, ao proporcionar bem-estar a quem o utiliza, possa ser uma forma, indirecta mas aceitável, de medir o bem-estar. Convencionou-se considerar pobre quem tiver um rendimento inferior a 60% do rendimento mediano do país onde reside nesse ano. Mas como se mede o rendimento de alguém? Também aqui se seguem convenções. Considera-se que, para as pessoas que vivam em famílias, o rendimento familiar é a soma de todos os rendimentos que essa família auferir (salários, pensões, juros dos depósitos bancários, subsídios, etc.). E convencionou-se também que o rendimento de cada pessoa nessa família



é igual ao quociente do rendimento familiar pelo número de pessoas dessa família, isto é, o rendimento médio individual nessa família (ou pelo número de adultos-equivalente, originando o rendimento médio por adulto-equivalente). É desta maneira que o EUROSTAT mede o fenómeno da pobreza. E é este o significado dos números apresentados acima.

A pobreza, como se disse acima, não é um fenómeno neutral em termos de género, sendo as diferenças entre homens e mulheres mais significativas do que estas estatísticas revelam. Pelo método de cálculo usado, baseado no rendimento familiar e na hipótese de repartição igual do rendimento entre os membros da família, estas estatísticas ignoram diferenças intrafamiliares de *comando* do rendimento, no duplo sentido de *acesso* (obtenção do rendimento) e *controlo* (utilização do rendimento). Estas diferenças, que frequentemente discriminam as mulheres no seio da família, sempre ignoradas pelos métodos convencionais, tornam estes métodos inadequados para reflectir as diferenças de poder económico entre homens e mulheres no seio da família, e exigem um especial olhar crítico perante a natureza dos indicadores sobre a pobreza numa perspectiva de género.

A proposta de indicadores que se segue procura reflectir, na fundamentação que apresenta e na escolha realizada, uma preocupação de género nos termos que foram atrás expostos. Segue de perto trabalhos realizados em 2007 e 2008 por uma equipa que realizou um trabalho com esta preocupação no âmbito da Presidência portuguesa da EU (Pereirinha *et al.*, 2008). Mas defronta, como principal limitação, a existência de informação estatística que nem sempre corresponde a esta orientação. A opção seguida, respeitando os princípios teóricos adiante enunciados como orientadores deste trabalho, teve um carácter de grande pragmatismo na escolha dos indicadores. Pretendeu-se que fossem de fácil acesso (com base em informação disponível em publicações estatísticas e, portanto, não obrigando a apuramentos especiais para o seu cálculo) e, por outro lado, que permitissem situar a realidade portuguesa no contexto da União Europeia (e, portanto, afastando a escolha de indicadores de validade estritamente nacional). Deve então ser encarada como um ponto de partida para a construção de uma bateria de indicadores de pobreza numa perspectiva de género, jamais um assunto terminado e fechado ao debate e crítica permanentes.

## 1.2 Indicadores

A contribuição da Presidência portuguesa da União Europeia para a continuação da implementação, pelos Estados-membros e instituições da EU, da Plataforma da Acção de Pequim (SOC 377, October 2007) constituiu um importante progresso tendo em vista a monitorização da pobreza entre as mulheres na União Europeia, propondo um conjunto de indicadores sociais dirigidos a este problema social (Pereirinha *et al.*, 2008). O presente documento parte desta análise e da fundamentação então apresentada para propor um sistema de indicadores para Portugal.

A necessidade de uma abordagem específica, em termos de género, para a concepção de um sistema de indicadores sobre a pobreza, que tem sido frequentemente argumentado na literatura (Atkinson *et al.*, 2002: 26), tem mostrado que um tal sistema vai muito para além de uma mera desagregação por género (distinção entre homens e mulheres) de indicadores gerais da pobreza, antes requerendo indicadores específicos, que resultem de uma clarificação teórica que os suporte. Ao pretender propor indicadores na pobreza entre mulheres, a abordagem seguida do estudo deste fenómeno social em termos de género será suportada em três argumentos principais. Em primeiro lugar, considera-se que, para além dos mecanismos gerais que determinam situações de pobreza, e que afectam homens e mulheres do mesmo modo, existem processos sociais e económicos específicos que afectam de forma não necessariamente igual homens e mulheres na sociedade que está a ser analisada. Em segundo lugar, a compreensão desses processos requer a utilização de um conceito da pobreza que abarque a complexidade e a multidimensionalidade deste fenómeno social.

Em terceiro, é necessário um aprofundamento da investigação teórica que dê lugar a uma incorporação, no quadro analítico deste fenómeno social, das várias áreas disciplinares requeridas para a sua compreensão, bem como das metodologias de análise que lhe são próprias. Estas opções poderão vir a defrontar-se com algumas limitações dos estudos clássicos da pobreza.

A pobreza é um conceito multidimensional, não apenas no que respeita às diversas dimensões da privação nas sociedades actuais (tendo em consideração as normas nessas sociedades), mas também em termos das múltiplas dimensões específicas em que as mulheres, devido aos processos económicos e sociais que lhe são próprios (e que distinguem homens e mulheres), se podem encontrar privadas dos recursos essenciais para o seu bem-estar. As principais dimensões de bem-estar associadas à pobreza nas mulheres, como é reflectido na Plataforma de Acção de Pequim, são identificadas como: educação e formação profissional, saúde, habitação, mercado de trabalho, recursos económicos, protecção social, família e vida privada, segurança e participação na vida pública. Estas dimensões especificam o conteúdo do conceito de pobreza a adoptar, no sentido de privação de bem-estar, mas também identificam os principais blocos de um modelo de análise requerido para a monitorização da actuação política.

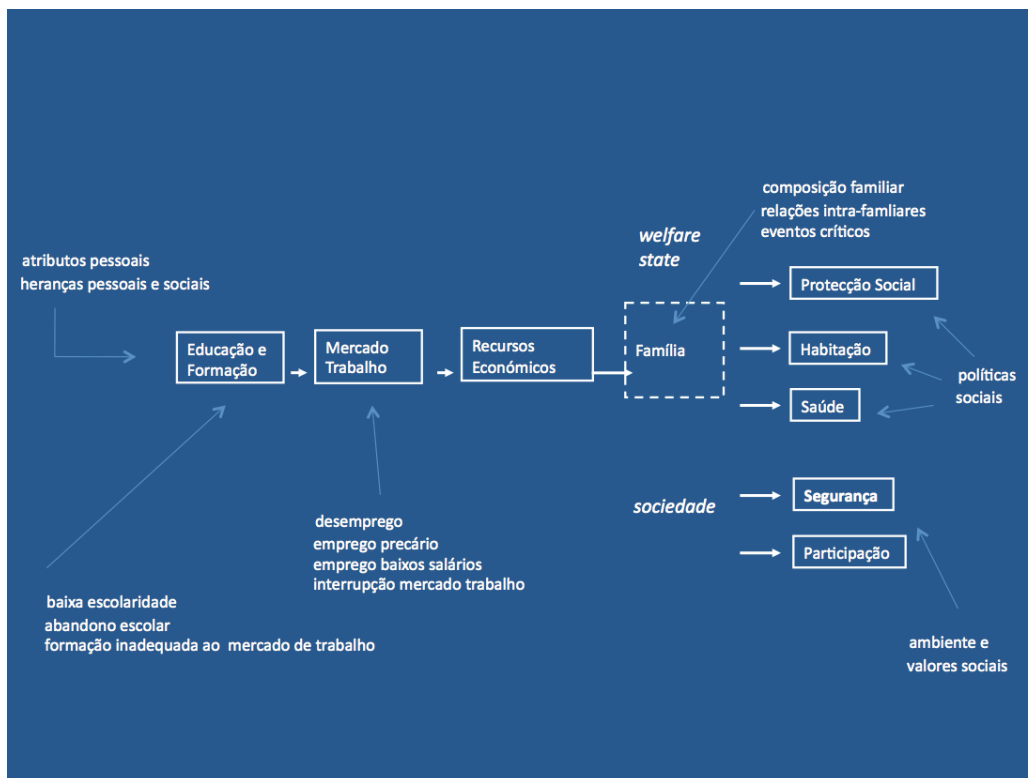
É necessária uma abordagem teórica própria para analisar a pobreza numa dimensão de género. Esta análise vai muito para além da sua medição e caracterização estatística, devendo centrar a atenção sobre os seus factores explicativos. Esta orientação tem duas implicações. Por um lado, analisar a pobreza das mulheres significa observar os factores determinantes da pobreza que são específicos das mulheres. Isto significa que teremos de identificar as variáveis que melhor correspondam a esta perspectiva *diferencial* (em termos de género) na análise da pobreza. Por outro lado, esta análise requer que se observem de que modo os factores explicativos da pobreza actuam ao nível do indivíduo, mas no contexto (e no interior) da família a que pertencem. Isto significa que estaremos a analisar a pobreza olhando para dentro da *caixa negra* que é habitual considerar nos estudos clássicos da pobreza, tornando explícitas dimensões intrafamiliares da geração da mesma.

A escolha de indicadores deverá também reflectir a consideração explícita do conjunto de relações causais entre variáveis que caracterizam a perspectiva de modelização teórica da pobreza das mulheres. Estas variáveis são aquelas que atrás se referiram como identificando as principais dimensões de bem-estar associadas à pobreza das mulheres.

Observemos a **Figura 1.1**, que descreve a perspectiva de modelização causal da pobreza, orientadora da selecção do sistema de indicadores. A pobreza é um fenómeno que, caracterizando-se pela ocorrência de défices de bem-estar relativos a uma certa norma social, tem origem na escassez de recursos económicos, isto é, de rendimento. Mas a origem do rendimento é a actividade económica. Encontramos, numa primeira instância, na educação e formação profissional, a origem da possibilidade de boas prestações no mercado de trabalho e obtenção de rendimento salarial elevado e sustentado.

É então ao nível das variáveis “educação” e “formação profissional” que se encontram domínios das variáveis causais (e também de variáveis de actuação política) de fenómenos de pobreza. Esta análise requer, porém, que se observe o interior da família para que se tenham em consideração os diferenciais de género no comportamento individual relativamente a estes factores causais.

Figura 1.1 **Pobreza (e exclusão social) como problema social com dimensões económicas - factores causais**



Por outro lado, os recursos económicos obtidos pelos membros da família são distribuídos por estes, podendo haver diferenças de género que originem desigualdade nesta distribuição com implicações no bem-estar das mulheres. Aliás, poderão existir, no seio das famílias, diferenças interpessoais no poder de utilização dos recursos económicos que sejam baseados em diferenças de género. Estas desigualdades de poder económico, de obtenção de recursos e de decisão sobre a sua utilização são factores relevantes de desigualdades de bem-estar e, estando associados ao género, constituem-se como factores determinantes de pobreza numa perspectiva de género e, especificamente, como factor de pobreza das mulheres. As diferenças intrafamiliares de bem-estar e as desigualdades de poder entre os membros da família estão, aliás, a surgir como novas áreas de investigação e de preocupação política nos estudos de género (Cantillon & Nolan 2001; Iversen 2003).

Os factores causais da pobreza acima referidos actuam ao nível individual e reflectem relações de poder relacionados com o género e comportamentos económicos no interior da família. Mas existem outras dimensões do bem-estar que reflectem em grande medida o contexto da família, quer no que respeita às instituições do Estado-providência (relativamente à protecção social), quer no que respeita à sociedade encarada genericamente e como um todo, em que merece realce a segurança e a participação na vida

social. Estas dimensões são de grande importância para a abordagem que vai ser seguida, quando se pretende comparar as diferentes realidades do Estado-providência no conjunto dos países da UE e nele enquadrar a realidade portuguesa. As diferenças interpaises no que respeita às estratégias dos seus Estados-providência são de efeito significativo sobre os défices de bem-estar das mulheres (Misra, Budig & Moller, 2006).

A proposta de indicadores de pobreza das mulheres, que adiante se fará, localiza-se neste quadro analítico, isto é, dentro do referido conteúdo *conceptual* de pobreza, na perspectiva *teórica* indicada bem como de acordo com a opção de *modelização* dos factores causais da pobreza, onde se localizam igualmente as variáveis de acção política. A proposta de indicadores, que será baseada nesta perspectiva (conceptual, teórica e de modelização), atenderá às dimensões individuais da actuação dos factores causais, mas focados na forma como actuam no seio da família. Serão baseados numa perspectiva multidimensional da pobreza, mas focados nos factores causais. Na verdade, serão o resultado da extracção, do modelo atrás descrito (**Figura 1.1**), de algumas variáveis centrais e das relações causais aí identificadas.

# 1.3 Conceito de pobreza numa perspectiva de género

A utilização de uma perspectiva de género nas análises da pobreza requer, como se disse, o uso de um conceito de pobreza que ultrapasse a sua expressão monetária, devendo basear-se numa concepção multidimensional do bem-estar da mulher. Esta perspectiva de análise requer a identificação do seu carácter normativo, tendo em consideração os diversos domínios que devem caracterizar as vulnerabilidades de género.

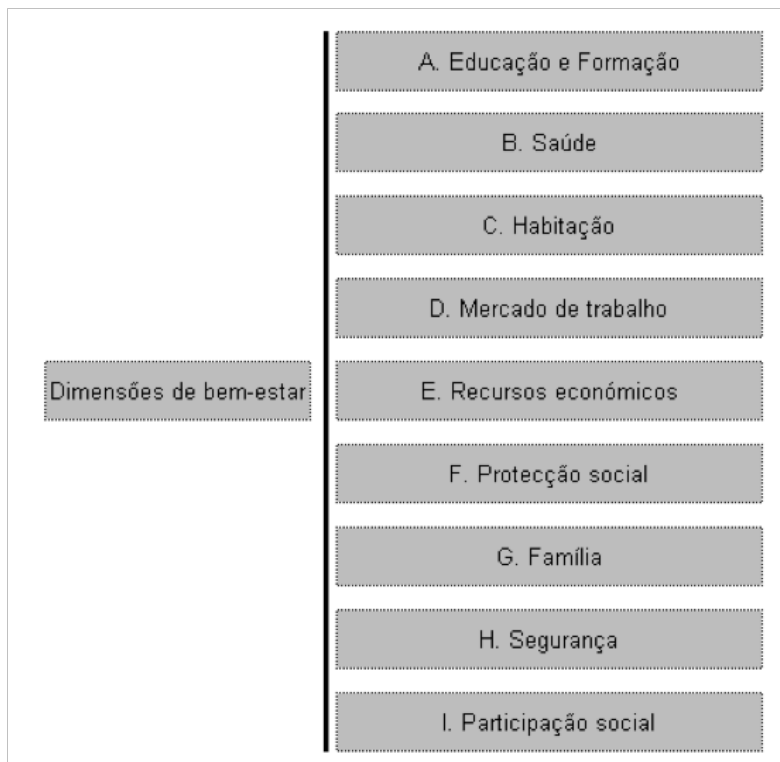
A Declaração da Acção de Pequim, adoptada pela 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher das Nações Unidas em 1995, identificou a pobreza como uma das áreas críticas mobilizadoras de actuação política. A promoção e a protecção dos direitos humanos entre as mulheres devem ser consideradas objectivos fundamentais, como condição necessária para o empoderamento (*empowerment*) das mulheres, para o seu bem-estar e para a erradicação da pobreza. O compromisso com a Plataforma da Acção de Pequim, assumido pelos Estados-membros da União Europeia, significa a adopção de uma perspectiva de pobreza assente numa concepção multidimensional dos direitos humanos. De acordo com esta perspectiva, a pobreza entre as mulheres é encarada como a privação de direitos humanos básicos devida a escassez de recursos, em vários domínios que restrinja ou ponha em causa “a possibilidade de realizar o seu pleno potencial na sociedade e organizar as suas vidas de acordo com as suas aspirações” (Plataforma de Acção de Pequim, adoptada na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em 1995 [parágrafo 12]).

A Declaração da Acção de Pequim define um conjunto de objectivos com vista à promoção do empoderamento (*empowerment*) das mulheres, a igualdade de género e a erradicação dos obstáculos que as mulheres defrontam à participação na vida social, quer na esfera privada quer na actuação pública, nos processos de decisão económica, nos assuntos sociais, culturais e políticos. O documento salienta também a necessidade de se promoverem as condições de igualdade entre homens e mulheres e de partilha justa de poder e de responsabilidades no seio da família, no mercado de trabalho e na sociedade em geral. A dignidade e o bem-estar são então assegurados às mulheres quando a estas forem garantidos os seguintes direitos humanos:

- Direito a um padrão de vida adequado, incluindo o acesso à habitação, à alimentação, água potável e serviços sociais básicos;
- Direito a um ambiente saudável e seguro;
- Direito aos cuidados de saúde e cuidados médicos;
- Direito à protecção contra todos os tipos de discriminação;
- Direito à igualdade de acesso à educação e à formação;
- Direito à igualdade de acesso aos recursos produtivos;
- Direito ao trabalho e a receber salários que contribuam para o padrão de vida adequado;
- Direito à igualdade de salários perante trabalhos iguais e igualdade de oportunidades na contratação e promoção;
- Direito à igualdade dentro da família e partilha de responsabilidades na educação das crianças;
- Direito à segurança social nas situações de desemprego, deficiência, velhice ou outra eventualidade;
- Direito a ser tratada com dignidade e à protecção contra a violência e a exploração;
- Direito à plena e igual participação na tomada de decisões com relevância para as mulheres, para as suas famílias e comunidades.

A Declaração da Acção de Pequim apresenta, portanto, uma concepção de pobreza entre as mulheres que permite compreender a complexidade e a multidimensionalidade deste fenómeno de acordo com um normativo social politicamente aceite pelos Estados-membros. A **Figura 1.2** apresenta as várias dimensões de bem-estar consideradas em Pereirinha *et al.* (2008) na interpretação dada ao conteúdo desta Declaração na área crítica da pobreza.

Figura 1.2 Dimensões de bem-estar associadas à pobreza no feminino



Esta concepção e abordagem da pobreza corresponde à perspectiva de Sen (1973, 1985), quando este autor considera que o que de facto conta para uma avaliação normativa do bem-estar não é o que as pessoas *têm* (*commodities*) mas, antes, o que as pessoas conseguem *ser* ou *fazer* (*capabilities*). As *capabilities* das pessoas são os seus potenciais *functionings* (isto é, os seus *seres* – “beings” e os seus *fazer*es – “doings”) na sociedade. A selecção destes *functionings* e das *capabilities* que são requeridas na sociedade, numa base normativa, bem como a construção de uma listagem com validade adequada a uma dada sociedade, deve seguir procedimentos metodológicos que contemplem estes critérios (Robeyns, 2003). Para este propósito, o critério normativo seguido consiste numa interpretação das *capabilities* e dos *functionings* que se encontram explicitados na Declaração da Acção de Pequim, e que correspondem a nove dimensões de bem-estar, tal como estão representados na **Figura 1.2**.



## 1.4 Dimensões do bem-estar e de privação na União Europeia

Uma vez identificadas as áreas do bem-estar, a etapa seguinte do processo de construção do sistema de indicadores sociais é a fixação do seu conteúdo normativo, através da escolha da lista dos *items* que correspondem a cada uma destas áreas de bem-estar. A dificuldade maior, atendendo à orientação seguida sobre o carácter relativo deste conjunto de indicadores e de estes pretenderem situar a realidade portuguesa no contexto da União Europeia, resulta da diversidade de realidades neste espaço, quer em termos económicos e sociais, quer nas características das instituições políticas e do Estado de bem-estar e, naturalmente, no quadro normativo vigente em cada Estado-membro. A metodologia seguida na proposta de indicadores em Pereirinha *et al.* (2008) consistiu num procedimento em duas etapas. Numa primeira etapa, realizou-se num conjunto de sessões de *brainstorming* com investigadores (dos domínios de análise de pobreza e das análises de género, quer das áreas científicas de economia quer de sociologia) e *policy makers* na área da igualdade de género e com experiência da realidade europeia. Desta etapa resultou um conjunto de *items* de bem-estar que deram conteúdo a cada uma destas áreas de bem-estar. A segunda etapa consistiu em lançar um questionário aos membros do *High Level Group of Gender Mainstreaming*, com vista a conhecer a relevância nacional de cada uma destas dimensões e *items* listados para o bem-estar da mulher e, desta forma, poder fundamentar a escolha de indicadores<sup>1</sup>. Foi assim possível ter uma melhor apreensão das dimensões mais relevantes do bem-estar e da privação na União Europeia.

<sup>1</sup> Pode ver-se o desenho do questionário e o apuramento das respostas em Pereirinha *et al.* (2008), bem como a escolha de indicadores nelas baseada.

A educação e a formação profissional constituem dimensões essenciais do bem-estar, sendo a existência de um nível baixo de educação e de qualificação um factor potencial de pobreza e exclusão social, devido à fraca participação no mercado de trabalho que daí resulta. Na União Europeia (UE-25), em 2005, apenas metade das mulheres com qualificações baixas estavam empregadas, sendo essa percentagem de 85% para as que têm altas qualificações. Esta disparidade é muito inferior para os homens (83% dos não qualificados e 93% dos altamente qualificados estavam empregados). As respostas ao questionário permitiram concluir que aspectos como “igualdade de acesso a oportunidades de educação e de formação, independentemente da profissão escolhida”, “oportunidade de formação ao longo da vida” eram dimensões que afectavam mais as mulheres que os homens. A “utilização da internet” é outro item nestas condições, reflectindo a desvantagem das mulheres no uso de tecnologias.

A participação no mercado de trabalho é um factor determinante da pobreza e exclusão social, pelo seu efeito na determinação do rendimento e pela sua integração na dinâmica social. E a este respeito a mulher está em desvantagem em comparação com o homem, quer em termos de taxa de desemprego (a da mulher é 25% superior à do homem na UE-25, em 2005), quer em termos de diferenciação de ganhos salariais (os ganhos masculinos são, em média, superiores em 15% aos femininos, na UE-25). Além destas dimensões, são de realçar, como respostas ao inquérito, a relevância para o bem-estar da mulher de aspectos como “oportunidade de equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar” e “oportunidade para igual tratamento em caso de gravidez e maternidade”, bem como “acesso a remuneração igual para trabalho igual”. No que respeita aos recursos económicos, os indicadores de pobreza monetária mostram que as mulheres estão mais vulneráveis à pobreza do que os homens. Mas a forma como o rendimento individual é calculado, a partir do rendimento familiar, suaviza as diferenças de rendimento existentes entre os membros da família e esconde situações de falta de autonomia da mulher dentro da família, o que se torna um factor crucial de empobrecimento no caso de dissolução familiar. Na UE-25, em 2005, a incidência da pobreza nas famílias monoparentais era de 33%, e 85% dessas famílias eram famílias monoparentais femininas. Este facto tem implicações na forma como se deve ter em consideração a vulnerabilidade específica da mulher à pobreza. Em primeiro lugar, é necessário incorporar, nas análises da pobreza, a desigualdade económica que existe no seio da família. Isto significa que uma família pode ser considerada estatisticamente não-pobre e, mesmo assim, incluir membros que tenham condições de vida abaixo da norma (Daly, 1992). Além de diferenças de *estatuto* económico (e diversas dimensões de poder económico dentro da família) relacionadas com a distribuição intrafamiliar do rendimento, existem diferenças de *comando* dos recursos económicos (seja no acesso ao rendimento, isto é, à sua obtenção, seja no controlo económico dos recursos, isto é, a utilização do rendimento). Têm sido abundantes os estudos feitos sobre esta matéria<sup>2</sup>, em particular para Portugal (Coelho, 2006).

---

<sup>2</sup> Ver Pereirinha (2008) para algumas referências de estudos nesta perspectiva.

Mas existe outro desafio metodológico. A pobreza tem sido encarada como um fenómeno eminentemente estático. Porém, a vulnerabilidade à pobreza está fortemente ligada a eventos particulares com relevância para o ciclo de vida da mulher (casamento, maternidade, divórcio, viuvez, etc.). Para ter em consideração estes eventos, é necessária uma perspectiva dinâmica e a utilização de dados longitudinais, designadamente a investigação dos “*trigger events*” que afectam o ciclo de vida da mulher (relacionados com o mercado de trabalho, a demografia, a composição familiar, a saúde, etc.) (Jenkins, Rigg & Devicienti, 2001). As respostas ao questionário deram apoio a estes argumentos, ao revelarem a importância de aspectos como “a capacidade económica de reorganizar a vida em caso de divórcio, viuvez e quebra de relação laboral” e “ser um titular de rendimento com um fluxo regular de rendimento” e a “capacidade de realizar trabalho por conta própria”. Trata-se, porém, de aspectos insuficientemente tratados nas fontes de informação estatística.

Outra dimensão importante é a vida familiar e privada. Entre outros aspectos relevantes, o bem-estar na vida privada depende da possibilidade de beneficiar de uma gestão individual equilibrada do tempo. As respostas ao questionário demonstraram a relevância de aspectos como “igual distribuição das responsabilidades familiares entre os membros do casal” e “igual distribuição de responsabilidades domésticas e tarefas entre os membros do casal”.

Habitação, saúde, segurança e participação social foram outras dimensões do bem-estar considerados no questionário e que originaram suporte para proposta de indicadores (Pereirinha, 2008), que serão vistas na secção seguinte.

# 1.5 Uma proposta de indicadores de pobreza numa perspectiva de género

A proposta de indicadores apresentada neste documento (ver anexo pp. 169-181) segue a orientação conceptual enunciada e o suporte empírico atrás apresentado. Trata-se de um conjunto de indicadores que reflecte a multidimensionalidade da pobreza encarada como privação nas áreas de bem-estar que foram seleccionadas, consideradas como as mais relevantes para ter em consideração a situação específica da mulher na União Europeia, e nela situar Portugal, como resultado da interpretação dada em Pereirinha *et al.* (2008) da Plataforma da Acção de Pequim nesta área crítica.

Os indicadores seleccionados para cada uma das áreas de bem-estar situam-se no quadro de relações causais representado na **Figura 1.1**, correspondendo o melhor possível ao conteúdo representado nas duas fases referidas no ponto anterior, tendo sido escolhidos a partir das fontes de informação disponibilizadas pelo EUROSTAT da base de dados EURLife<sup>3</sup>. Para uma melhor leitura dos indicadores, de forma a fazer reflectir o quadro institucional e de política social, os países foram classificados em regimes de Estado-providência, segundo a tipologia clássica de Ferrera (1996), em que se distinguem os países de regime *conservador-corporativo* (continente europeu), os países de regime *liberal* (anglo-saxónicos), os países de regime *social-democrata* (escandinavos), os países do *sul* (onde se encontra situado Portugal) e os restante países que aderiram mais recentemente à actual União Europeia. A análise que segue não pretende ser uma análise estatística de dados, mas tão-somente uma mera leitura simples dos indicadores: uma forma preliminar e simples de testar a coerência da escolha.

<sup>3</sup> A informação recolhida está disponível em [http://www.eurofound.europa.eu/areas/qualityoflife/eurlife/index.php#Income deprivation](http://www.eurofound.europa.eu/areas/qualityoflife/eurlife/index.php#Income%20deprivation)

Na área de educação e formação, foram escolhidos três indicadores:

EDU 1 – Participação feminina na educação [anexo p. 169]  
(proporção da população feminina por cada 100 homens a frequentar o ensino superior)

EDU 2 – Frequência de algum curso (educação ou formação) [anexo p. 170]  
(percentagem da população empregada que no último ano frequentou um curso com a duração de, pelo menos, cinco dias, segundo o género)

EDU 3 – Utilização da Internet [anexo p. 170]  
(percentagem da população com idade igual ou superior a 15 anos que utiliza a Internet, segundo o género)

Portugal evidencia, desde 1990, um bom posicionamento da mulher relativamente à frequência do ensino superior, que coloca a posição relativa do país a um nível bastante destacado, no plano europeu, ao longo deste período longo (EDU 1). Já em relação à frequência de acções de formação ao longo da vida, a situação de Portugal é de fraca participação, não se identificando influência de género neste indicador (EDU 2), como sucede em geral nos países do sul da Europa, ao contrário do que acontece em outros países europeus, em que há desvantagem relativa das mulheres (nos países de regime *conservador-corporativo*, continentais ou os que seguem o modelo *liberal*, anglo-saxónicos) ou de desvantagem relativa para os homens (no caso dos países de regime *social-democrata*, escandinavos). Já o uso das novas tecnologias coloca a mulher, em Portugal, numa situação de clara desvantagem em relação ao homem. Esta desvantagem de género é, em Portugal, superior à que se regista nos outros países do sul da Europa, sendo nos países anglo-saxónicos e nos escandinavos que se nota algum equilíbrio entre homens e mulheres e, portanto, ausência de influência de género no uso das novas tecnologias (EDU 3). A leitura conjunta destes indicadores prenuncia a acção de mecanismos de empobrecimento com diferenciação de género, apontando para a existência de alguma estratificação social em que o acesso ao ensino superior vem colocando a mulher numa situação de não-desvantagem (ou mesmo de vantagem) relativamente ao homem, ao mesmo tempo que a participação no mercado de trabalho é igualmente (entre homens e mulheres) não acompanhado de processos qualificantes pela formação, mas situando a mulher numa posição de desvantagem relativa nos processos mais exigentes em termos de adaptação às mudanças tecnológicas.

Na área do mercado de trabalho, foram seleccionados os seguintes indicadores:

MTR 1 – Diferenciação salarial por género (“*gender pay gap*”) [anexo p. 171]  
(diferença entre o ganho médio horário dos trabalhadores por conta de outrem masculinos e os femininos, em percentagem do salário médio masculino)

MTR 2 – Taxa de desemprego [anexo p. 172]

(percentagem da população desempregada, com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, relativamente à população activa, segundo o género)

MTR 3 – Previsão de perda do emprego [anexo p. 173]

(percentagem da população empregada, no escalão etário entre os 18 e os 65 anos, que pensa ser muito provável perder o emprego nos próximos seis meses, segundo o género)

MTR 4 – Expectativa quanto à situação laboral [anexo p. 173]

(percentagem da população que tem a expectativa de, no próximo ano, ter uma melhor situação pessoal em termos laborais, segundo o género)

MTR 5 – Chega muito cansado(a) a casa após o trabalho [anexo p. 174]

(percentagem de pessoas que várias vezes por semana, ou várias vezes por mês, declara chegar a casa, do trabalho, muito cansado para fazer as lides domésticas, segundo o género)

MTR 6 – O emprego retira tempo à família [anexo p. 174]

(percentagem de pessoas para quem tem sido difícil, várias vezes por semana ou várias vezes por mês, cumprir as responsabilidades familiares devido ao tempo dispendido no trabalho, segundo o género)

A diferenciação salarial por género (“*gender pay gap*”) é baixa em Portugal, tendo-o sido sempre ao longo da última década, das mais baixas na Europa (MTR 1). Trata-se de um indicador médio que não compara qualificações ou profissões idênticas entre homens e mulheres, pelo que reflecte o efeito composição do emprego por actividades, profissões, qualificações. Mas pode-se dizer, acautelando as limitações deste indicador, que não existe uma influência de género nas determinantes da pobreza no que respeita aos ganhos salariais, quando olhamos para os ganhos médios. Mas daqui não se pode concluir que não existe uma influência de género nas causas da pobreza que radicam na origem do rendimento pela actividade económica. Para se poder retirar conclusões sobre esta influência é preciso conhecer a distribuição dos salários masculinos e femininos e a distribuição do “*pooling*” de rendimento salarial que ocorre no seio da família. Um elemento importante, nesse sentido, é conhecer a taxa de desemprego (MTR 2). Em Portugal, a taxa de desemprego é (e tem sido ao longo da década) mais elevada para as mulheres que para os homens. Esta é a situação geral na Europa, se exceptuarmos a realidade dos países anglo-saxónicos e escandinavos, onde as diferenças de género são mínimas. Mas contrasta, mesmo assim, com diferenças de género, desfavoráveis para a mulher, muito mais acentuadas nos restantes países do Sul da Europa: Portugal, no contexto destes países, apresenta uma muito menor desvantagem da mulher em relação ao homem.

É importante conhecer a vulnerabilidade das relações laborais e em que medida há diferenças de género nessa dimensão de análise do mercado de trabalho. Há diferenças marcadas entre os países europeus. Em Portugal, ao contrário dos outros países da Europa do Sul, os homens têm uma maior expectativa de perda de emprego do que as mulheres (MTR 3). Por outro lado, são menores as expectativas das mulheres, em comparação com os homens, de melhorar a sua situação laboral (MTR 4). Esse é genericamente o panorama geral na Europa.

Outro aspecto importante é o da conciliação da vida profissional com a vida familiar. Os indicadores escolhidos revelam, genericamente nos países da Europa, que existe um efeito de sobrecarga de trabalho nessa acumulação de tarefas profissionais com responsabilidades mais frequente (nada se pode afirmar sobre a sua intensidade) entre as mulheres do que entre os homens (MTR 5), e esta diferença é muito acentuada em Portugal (ainda que nada se possa dizer se esta diferença tem natureza anómala, ou não). Também o efeito de desvio que a actividade laboral tem sobre o cuidado da família é, em Portugal, superior na mulher relativamente ao homem (MTR 6), diferença que tem vindo a acentuar-se ao longo dos últimos anos.

Na área dos recursos económicos, foram seleccionados os seguintes indicadores:

REC 1 – Taxa de pobreza monetária [anexo p. 175]

(percentagem de pessoas que pertencem a agregados domésticos privados em que o rendimento disponível total por adulto-equivalente, após as transferências sociais, é inferior a 60% do rendimento nacional mediano por adulto-equivalente, segundo o género)

REC 2 – Incapacidade de pagar contas [anexo p. 175]

(percentagem de agregados domésticos privados que não têm tido capacidade para pagar renda de casa ou encargos financeiros pela sua aquisição ou despesas correntes da habitação, segundo o género *do representante do agregado*)

Observando o indicador clássico da incidência da pobreza, e analisando a sua desagregação por homens e mulheres (REC 1), constata-se um panorama geral de maior incidência entre as mulheres do que entre os homens. Pode-se afirmar, com base neste indicador, que as diferenças de género não são elevadas em Portugal. Atente-se, porém, como foi dito no início deste Relatório, às limitações deste indicador para concluir sobre a diferença de incidência da pobreza entre géneros. No que respeita a Portugal, as dificuldades financeiras são muito mais acentuadas entre as mulheres que entre os homens (REC 2). Mas o contraste entre estes dois indicadores conta-nos apenas uma parte das diferenças escondidas entre homens e mulheres no que respeita à pobreza.

É preciso conhecer a realidade do interior da família para analisar a pobreza numa perspectiva de género, como atrás foi dito. Mas não existem indicadores que permitam essas análises, só podendo obtê-los a partir de apuramentos específicos de inquéritos aos agregados familiares. Os indicadores sobre família e vida privada que foram seleccionados só de forma muito indirecta permitem esse objectivo:

FAM 1 – Partilha de responsabilidades familiares [anexo p. 176]

(percentagem da população com idade igual ou superior aos 18 anos que pensam que realizam mais do que lhes é devido numa justa partilha de responsabilidades nas tarefas familiares, segundo o género)

FAM 2 – Tempo dedicado à família [anexo p.176]

(percentagem da população que despendeu, em contacto com familiares vivendo ou não no seu agregado familiar, tempo considerado justo ou mesmo demasiado, segundo o género)

É muito grande a discrepância entre homens e mulheres na partilha de responsabilidades familiares (FAM 1) e não pode afirmar-se que os países do sul da Europa tenham um padrão diferente do resto da Europa. E, entre eles, Portugal tem um padrão idêntico aos restantes do seu grupo, ainda que revelando um desequilíbrio entre homens e mulheres inferior ao que se observa em outros países desse grupo. Já no que respeita ao tempo dedicado à família (FAM 2), nota-se em Portugal um equilíbrio entre homens e mulheres, ao contrário do panorama geral na Europa de este pesar mais na população feminina. Estes indicadores são insuficientes para revelar qualquer tendência para a redução de desigualdades de poder económico entre homem e mulher no seio da família, carecendo de informação adicional para o verificar ou infirmar.

Foram seleccionados dois indicadores relativos à habitação:

HAB 1 – Satisfação com a habitação [anexo p. 177]

(percentagem de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que se sentem satisfeitas ou muito satisfeitas com a habitação onde residem, segundo o género)

HAB 2 – Satisfação com a envolvente habitacional [anexo p. 177]

(percentagem de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que se sentem satisfeitos ou muito satisfeitos com a envolvente habitacional da sua residência, segundo o género)

Em Portugal, a população feminina revela ter um menor grau de satisfação com a habitação em que residem, quando comparada com a população masculina (HAB 1), uma situação distinta da generalidade dos países europeus. Já em relação ao meio envolvente (HAB 2) as diferenças são pouco significativas entre os dois sexos.



Os indicadores seleccionados relativos à saúde foram:

SAU 1 – Esperança de vida à nascença [anexo p. 178]

(número médio de anos que uma pessoa viveria se, durante esse período, a taxa de mortalidade por grupo etário permanecesse constante, segundo o género)

SAU 2 – Estado de saúde [anexo p. 178]

(percentagem de pessoas com idade igual ou superior a 16 anos que autoavaliam o seu estado de saúde como mau ou muito mau, segundo o género)

SAU 3 – Acesso a algum hospital [anexo p. 179]

(percentagem de pessoas que vivem a mais de 20 minutos de distância do hospital mais próximo, segundo o género)

São indicadores genéricos, que não permitem colocar Portugal fora do panorama geral da saúde da mulher quando comparado com o do homem, em geral autoavaliando o estado de saúde de forma mais negativa (SAU 2).

Os indicadores escolhidos para a segurança foram:

SEG 1 – Assaltos e ofensas corporais [anexo p. 179]

(percentagem de pessoas com 16 ou mais anos de idade que foram atacados ou maltratados por alguém, segundo o género)

SEG 2 – Ofensas sexuais [anexo p. 180]

(percentagem de mulheres, com idade entre 16 e 30 anos, que já experimentaram alguma ofensa sexual no ano de referência)

SEG 3 – Confiança nas forças policiais [anexo p. 180]

(percentagem de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que confiam na polícia)

Estes indicadores revelam Portugal como um país seguro, em que as pessoas têm confiança nas forças policiais, não se notando especificidades de género dignas de referência.

Finalmente, os indicadores escolhidos sobre a participação social foram:

PAR 1 – Dedicção a actividades sociais [anexo p. 181]

(percentagem de pessoas que despendem bastante tempo (“demasiado” ou “tempo justo”) em contactos sociais, excluindo a família, segundo o género)

PAR 2 – Dedicção a trabalho voluntário ou actividade política [anexo p. 181]

(percentagem de pessoas que despendem bastante tempo (“demasiado” ou “tempo justo”) em trabalho voluntário ou actividades de natureza política, segundo o género)

Em Portugal, nota-se uma percentagem ligeiramente menor da mulher a dedicar-se a actividades sociais quando comparada com o homem (PAR 1), enquanto em relação a trabalho voluntário ou actividade política esta tem vindo a perder expressão mais acentuadamente na mulher do que no homem.

## 1.6 Notas conclusivas

A pobreza tem uma dimensão de género, requerendo portanto indicadores sociais adequados para reflectir tendências temporais da pobreza entre as mulheres e variações da posição relativa de Portugal no quadro da União Europeia, bem como para monitorizar o efeito de políticas públicas. A perspectiva teórica que tem sido adoptada consiste em propor um conjunto de indicadores de pobreza que sejam complementares aos indicadores gerais de pobreza, acrescentando-lhes uma dimensão de género. Tais indicadores seguem uma abordagem multidimensional e diferencial de género e baseiam-se na relação causal que está subjacente a este fenómeno. A relação “educação” -> “mercado de trabalho” -> “independência de recursos” é crucial para esta dimensão de género, em que a atenção está centrada na mulher enquanto indivíduo inserido no seu contexto familiar.

Os indicadores propostos neste documento seguem esta orientação. São uma primeira aproximação a uma bateria de indicadores que, pela análise feita na secção anterior, atesta coerência na sua leitura no que respeita à localização relativa de Portugal no contexto da União Europeia.

Faltam-lhe, porém, dimensões de análise e, entre elas, aquela em que esta ausência é mais significativa é a da inserção da mulher na realidade familiar e, nesse enquadramento, o desenvolvimento de indicadores de autonomia económica, na origem do rendimento e na sua utilização, em consumo e em poupança.

Na perspectiva de uma análise mais fina, cabe destacar a necessidade de construir indicadores que façam reflectir a situação de grupos particulares de mulheres (isoladas, monoparentais, etc.), tal como foi feito, para Portugal, em Bastos *et al.* (2009).

# Bibliografia na área da pobreza

## Monografias

AA.VV. (2002), Portugal, 1995-2000 Perspectivas de Evolução Social, Oeiras, Celta.

Almeida, J. Ferreira de *et al.* (1992), Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora.

Atkinson, T., B. Cantillon, E. Marlier, B. Nolan (2002), "Social Indicators. The EU and Social Inclusion", Oxford University Press.

Baptista, Luís V. (1999), Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa, Oeiras, Celta Editora.

Barreto, António (2000), A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Lisboa, ICS.

Bastos, Amélia *et al.* (2008), Um olhar sobre a pobreza infantil: análise das condições de vida das crianças, Coimbra, Almedina.

Bastos, Amélia, Graça Leão Fernandes, José Passos e Maria João Malho (2008), Um Olhar Sobre a Pobreza Infantil. Análise das Condições de Vida das Crianças, Coimbra, Edições Almedina.

Batista, Isabel *et al.* (2008), Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo, Lisboa, Gradiva.

Cabral, Manuel Villaverde (1997), Cidadania Política e Equidade Social em Portugal, Oeiras, Celta Editora.

Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala, e André Freire (2000), Orientações Perante as Desigualdades: Base de Dados 3, Lisboa, ICS.

Caleiras, Jorge *et al.* (2007), É o (des)emprego fonte de pobreza?: o impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do Distrito de Coimbra, Coimbra, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Canotilho, José Joaquim Gomes (coord.) (2000), Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias, Oeiras, Celta.

Capucha, Luís (2000), "Nós e Ele Cá Dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário", em José Madureira Pinto e António Dornelas (orgs.), Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção, Presidência da República, INCM.

Capucha, Luís (2000), "Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania", em José Manuel Leite Viegas, e Eduardo Costa Dias (orgs.), Cidadania, Integração, Globalização, Oeiras, Celta Editora.

Capucha, Luís (2000), "Mendicidade", em António Barreto, e Maria Filomena Mónica (orgs.), Dicionário da História de Portugal, vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 450-452.

Capucha, Luís (2005), Desafios da Pobreza, Oeiras, Celta.

Capucha, Luís, Joaquim Bernardo e José Castro (2000), "Social exclusion and poverty in Europe: new social problems and new priorities for social research", em Haller (org.) The Making of the European Union: Contributions of the Social Sciences, Berlim, Springer.

Castel, Robert (2003), L'Insécurité sociale, Paris, Seuil.

Costa, Alfredo Bruto da (coord.), Isabel Baptista, Pedro Perista, e Paulo Carrilho (2008), Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo, Lisboa, Gradiva.

Costa, Alfredo Bruto da e Isabel Baptista (2003), Migrações e os Sem Abrigo: Portugal, Bruxelas, FEANTSA.

Costa, Maria Cristina (2005), A dinâmica das Organizações não Governamentais de Solidariedade Social do Concelho de Braga, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

- Dias, Eduardo Costa, Isabel Alves, Nuno Valente e Sérgio Aires (2006), *Comunidades Ciganas. Representações e Dinâmicas de Exclusão/Integração*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Diogo, Fernando (2008), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Diogo, Fernando e Ricardo Roque (2002), *Famílias Monoparentais Femininas: Caracterização dos Perfis dos Beneficiários do RMG*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Estivill, Jordi *et al.* (2004), *10 anos da REAPN em Portugal*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Estivill, Jordi e Jorge Caleiras (2008), *Bridges for inclusion: a articulação das estratégias de emprego e inclusão social*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- European Commission (2010). *Social Agenda. European year 2010: Fighting against poverty and social exclusion*. 23, April 2010.
- Fernandes, António Teixeira (2000), "O Estado e a construção da cidadania em sociedades de exclusão", em José Manuel Viegas e Eduardo Costa Dias, *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta.
- Fitoussi, Jean-Paul e Pierre Rosanvallon (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora.
- Garcia, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta.
- Gil, Ana Paula Martins (2010), *Heróis do quotidiano: dinâmicas familiares na dependência*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guerreiro, Maria das Dores, Anália Torres e Luís Capucha (eds.) (2009), *Welfare and Everyday Life - Portugal in the European Context*, vol. III, Oeiras, Celta.
- Hespanha, Pedro e Graça Carapinheiro (orgs.) (2001), *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Recuar Mais?*, Porto, Afrontamento.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2000), *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de protecção Social em Portugal*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Hobsbawm, Eric (2008), *Globalização, Democracia e Terrorismo*, Lisboa, Presença.
- Macedo, Alberto (2004), *Jovens sem Escolhas. Três Anos a Viver o Programa Escolhas*, s/l, edição do autor.
- Machado, Fernando Luís e Alexandre Silva (2009), *Quantos caminhos há no mundo?: transições para a vida adulta num bairro social*, Cascais, Príncípia.
- Monteiro, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra, Quarteto.
- Nunes, Francisco (2008), *Género e pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*, Lisboa, Comissão para a Igualdade de Género.
- Paiva, Júlio (2006), *Pobreza, exclusão, desemprego e empresas de inserção em Portugal: a perspectiva dos promotores e dos beneficiários*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Paugam, Serge (2006), *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora.
- Pereirinha, José António (2008), *Política social: formas de actuação no contexto europeu*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Pereirinha, José António (2008), *Política social: fundamentos da actuação das políticas públicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Pereirinha, José António (coord.), Francisco Nunes, Amélia Bastos, Sara Falcão Casaca, Rita Fernandes e Carla Machado (2008), *Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Perista, H., M. E. Gomes e M. Silva (1992), *A Pobreza no Feminino na Cidade de Lisboa*, Lisboa, CIDM.
- Queiroz, Maria Cidália e Marielle Christine Gros (2002), *Ser Jovem num Bairro de Habitação Social*, Porto, Campo das Letras.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2004), Portugal - Activar a participação: um processo em construção, Porto, REAPN/Portugal.

Rodrigues, Carlos Alberto Farinha (2007), Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90, Coimbra, Almedina.

Rodrigues, Maria João (2004), A Agenda Económica e Social da União Europeia, Lisboa, D. Quixote.

Roque, Ricardo e Fernando Diogo (2006), "A casa, as crianças e eu: gestão da confiança em quotidianos femininos de pobreza" in Balsa, Casimiro (ed.), Confiança e Laço Social, Lisboa, Colibri, pp. 159-170.

Sen, A. (1973), "On economic inequality", Reprinted in 1997 by Clarendon Press, Oxford, UK.

Sen, A. (1985), "Commodities and Capabilities", Reprinted in 1999 by Oxford University Press, Delhi.

Silva, Luísa Ferreira da (2008), Modernidade e desigualdades sociais, Lisboa, Universidade Aberta.

Silva, Manuela e Sofia Rasgado (1999), Pobreza e exclusão social - a investigação em Portugal (1975-1999), Lisboa, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Sousa, Liliana *et al.* (2007), Famílias pobres: desafios à intervenção social, Lisboa, Climepsi.

World business council for sustainable development (2006?). Tomorrow's Leaders Group - Do desafio à oportunidade: o papel das empresas na sociedade de amanhã, Lisboa, BCSD Portugal.

## Artigos

Almeida, Miguel Vale de (2006), "O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre 'gentes remotas e estranhas' numa 'sociedade decente'", Revista Crítica de Ciências Sociais, 76, pp. 17-31.

Alvarez, Marcos César (2002), "A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais", Dados - Revista de Ciências Sociais, 45, Vol. IV, pp. 677-704.

Alves, Natália e Rui Canário (2004), "Escola e exclusão social: das promessas às incertezas", Análise Social, 169, vol. XXXVIII, pp. 981-1010.

Baptista, Isabel, Heloisa Perista e Ana Luzia Reis (1995), "A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais", Sociologia Problemas e Práticas, 17, pp. 35-60.

Bardasi, E. e J. Gornick (2007), "Women's part-time wage penalties across countries". LIS working paper nr. 467.

Barros, José d'Assunção (2005), "Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções", Análise Social, 175, vol. XL, pp. 345-366.

Bastos, A., S. Casaca, F. Nunes e J. Pereirinha (2009), "Women and Poverty: A gender-sensitive approach", The Journal of Socio-Economics, 38, 764-778.

Bianchi, S., L. Casper e P. Petola (1996), "A cross-national look at married women's economic dependency", LIS working paper nr. 143.

Brady, D., Kall, D. (2008), "Nearly universal, but somewhat distinct: The feminization of poverty in affluent Western democracies, 1969-2000", Social Science Research, 37, 976-1007.

Burgos, Marcelo Baumann (2005), "Cidade, territórios e cidadania", Dados - Revista de Ciências Sociais, 48, Vol. I, pp.189-222.

Caetano, José; Aurora Galego e Sofia Costa (2005), "Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio-económicos", Análise Social, 175, vol. XL, pp. 255-278.

Cantillon, S, e B. Nolan (2001), "Poverty within households: measuring gender differences using nonmonetary indicators" *Feminist Economics*, 7(1):5-23.

Cantillon, Bea, Joris Ghysels, Ninke Mussche e Rudi Van Dam (2001), "Female employment differences, poverty and care provisions", *European Societies*, 3, Vol. IV, pp. 447-469.

- Capucha, Luís (1990), "Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social", *Sociologia Problemas e Práticas*, 8, pp. 29-41.
- Capucha, Luís (1996), "Sistema de avaliação de programas: uma proposta para o futuro", *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, pp. 185-193.
- Capucha, Luís (1996), "Fazer render o belo - questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas", *Sociologia Problemas e Práticas*, 21, pp. 29-46.
- Cardoso, Ana e Heloísa Perista (1994), "A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados de Lisboa", *Sociologia Problemas e Práticas*, 15, pp. 99-111.
- Coelho, Lina (2006), "A dependência económica das mulheres portuguesas que vivem em casal", Faculdade de Economia da Universidade de Economia. Oficina do CES nº 255.
- Daly, M. (1992), "Europe's poor women? Gender in research on poverty", *European Sociological Review*, Vol. 8 (1), pp.: 1-12.
- England, P. (1997), "Dependência sexual dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 45-66.
- Carvalho, Maria João Leote de (2005), "Jovens, espaços, trajetórias e delinquências", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49, pp. 71-93.
- Fernandes, A. Teixeira (1991), «Formas e mecanismos de exclusão social» in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I.
- Ferreira, Leonor Vasconcelos (2008), "Persistent poverty: Portugal and the southern european welfare regime", *European Societies*, 10, Vol. I, pp. 49-71.
- Ferrera, M. (1996), "The southern model of welfare in social Europe", *Journal of European Social Policy*, 6, 1, pp. 17-37.
- Gomes, Maria do Carmo (2003), "Literexclusão na vida quotidiana", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 63-92.
- Gonçalves, Helena Seita (1994), "Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social", *Sociologia Problemas e Práticas*, 16, pp. 135-149.
- Gornick, J. C. (2004), "Women's economic outcomes, gender inequality and public policy: findings from the Luxembourg Income Study", *Socio-Economic Review*, 2: 213-238.
- Hobson, B. (1990), "No exit, no voice: women's economic dependency and the Welfare State", *Acta Sociologica*, 33(3): 235-250.
- Iversen, V. (2003), "Intra-household inequality: a challenge for the capability approach?", *Feminist Economics*, 9(2-3): 93-115.
- Jenkins, S., Rigg e J.A., Devicienti (2001), "The Dynamics of Poverty in Britain", Research Report N° 157, Department of Work and Pensions with Institute for Social and Economic Research (ISER), Essex, UK.
- Machado, Fernando Luís (2003), "Imigração e imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 183-188.
- Maitre, B., C. Whelan e B. Nolan (2003) "Female partner's income contribution to the household income in the European Union". EPAG Working Papers nr. 43.
- Misra, J., M. Budig e S. Moller (2006), "Reconciliation Policies and the Effects of Motherhood on Employment, Earnings and Poverty", LIS working paper n.º 429.
- Moita, Gabriela (2006), "A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 53-72.
- Monteiro, Alcides (1996), "A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática", *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, pp. 137-154.
- Pahl, J. (1983), "The allocation of money and the structuring of inequality within marriage", *Sociological Review*, Vol. 31(2), pp: 237-262.
- Pearce, D. (1978), "The feminization of poverty: women, work and welfare", *Urban and Social Change Review*, 11: 28-36.

Pegado, Elsa, Helena Seita Gonçalves e Sandra Palma Saleiro (1999), "Exclusão social nas Áreas Metropolitanas. Alguns indicadores estatísticos de enquadramento comparativo", *Sociologia Problemas e Práticas*, 31, pp. 9-38.

Pereirinha, J. (2008), "Poverty among women in the European Union: contribution to the discussion of a new set of social indicators", Paper presented at First ISA Forum of Sociology, Sociological Research and Public Debate, Barcelona, Spain, September 5–8, 2008.

Petit, B. e J. Hook (2002) "The structure of women's employment in comparative perspective", LIS working paper n.º 330.

Ribeiro, Luiz e Orlando dos Santos Júnior (2005), "Democracia e cidade: a divisão social da cidade e a cidadania na sociedade brasileira", *Análise Social*, 174, vol. XL, pp. 87-109.

Robeyns, I. (2003), "Sen's capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities". *Feminist Economics*, 9(2-3): 61-92.

Rodrigues, Eduardo, Florbela Samagaio, Hélder Ferreira, M. Manuela Manuela e Susana Januário (1999), "Políticas sociais e exclusão em Portugal", *Sociologia Problemas e Práticas*, 31, pp. 39-67.

Sebastião, João (1996), "Crianças de rua, marginalidade e sobrevivência", *Sociologia Problemas e Práticas*, 19, pp. 83-107.

Sorensen, A. e S. McLanahan (1987), "Married women's economic dependency, 1940-1980", *The American Journal of Sociology*, 93(3): 659-687.

UN (2006), "The world's women in 2005 – Progress in Statistics", New York, Department of Economics and Social Affairs of the United Nations.

Vogler, C. e Pahl, J. (1994) "Money, power and inequality within marriage", *Sociological Review*, Vol. 42 (2), pp: 263-288.

## Relatórios

Atkinson, T., B. Cantillon, E. Marlier e B. Nolan (2005), "Taking Forward the EU Social Inclusion Process", Report, Luxembourg.

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2008), Estudo de avaliação das necessidades dos seniores em Portugal: relatório final, Lisboa, Fundação Aga Khan.

CET/ISCTE-IUL (2009), "Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes", Súmula dos resultados do inquérito por questionário.

COM (2006a), "Portfolio of overarching indicators and streamlined social inclusion, pensions and health care portfolios", European Commission, Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG, Social Protection and Social Integration, Social and demography analysis. Brussels, 7 June 2006.

COM (2006b), "Gender inequalities in the risks of poverty and social exclusion for disadvantaged groups in thirty European countries", Expert Group on Gender, Social Inclusion and Employment. European Commission, Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG, July 2006.

COM (2006b), "Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social committee and the Committee of the Regions - A Roadmap for equality between women and men 2006-2010", COM(2006)92 final, Commission of the European Communities, Brussels.

COM, (2007), "Report from the Commission to the Council, the European parliament, The European Economic and Social Committee and the Committee of the regions on Equality between women and men", COM(2007)49 final, Commission of the European Communities, Brussels.

Comissão Europeia (2009), Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Igualdade entre Homens e Mulheres – 2010, Bruxelas, Comissão Europeia.

European Commission (2007), Tackling Multiple Discrimination Practices, policies and laws, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.

European Commission (2009), Gender segregation in the labour market: root causes, implications and policy responses in the EU, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

European Commission (2009), Joint Report on Social Protection and Social Inclusion 2009, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.

European Commission (2010), Social climate, Summary report, Special Eurobarometer 315.

European Commission (2010), Combating poverty and social exclusion. A statistical portrait of the European Union 2010, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Instituto da Segurança Social. Departamento de Protecção Social de Cidadania. Área de Cooperação e Rede Social *et al.* (2005), Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental, Lisboa, Instituto da Segurança Social.

Instituto Nacional de Estatística (2008), Rendimento e Condições de Vida - 2007, Destaque Informação à Comunicação Social, Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (2009), Inquérito às condições de vida e rendimento (Statistics on Income and Living Conditions – EU – SILC), ICOR, Documento metodológico, Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (2010), Homens e Mulheres em Portugal 2010, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (2010), Estatísticas do Emprego 2010. 1º Trimestre, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

OECD (2006), “Women and Men in OECD Countries”, OECD.

OCDE (2010), Aid in support of gender equality and women’s empowerment. OECD-DAC.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007), Portugal: trabalho e solidariedade: uma visão de conjunto, Lisboa, MTSS.

Quartenaire Portugal (2008), Nas margens do Tâmega: mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenção, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2006), No limiar da pobreza: emprego e desemprego na União Europeia, Porto, REAPN/ Portugal.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2008), Indicadores sobre a pobreza. Portugal e União Europeia 2008, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2009), Indicadores sobre a pobreza. Portugal e União Europeia 2009, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal.

União Europeia (2009), Inquérito Eurobarómetro sobre Pobreza e Exclusão Social 2009, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia.

World Health Organization (2009), Women and health. today’s evidence tomorrow’s agenda, Geneva, World Health Organization.

UN (2006), “The world’s women in 2005 – Progress in Statistics”, New Work, Department of Economics and), Social Affairs of the United Nations.

United Nations (2009), 2009 World Survey on the Role of Women in Development. Women’s Control over Economic Resources and Access to Financial Resources, including Microfinance, New York, United Nations.

## Documentos institucionais

CIDM (2005), Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género – A Plataforma de Acção de Pequim (1995-2005), Colecção Agenda Global, N.º 6, Lisboa, CIDM.

Comissão Europeia (2008), Manual para a Integração da Dimensão da Igualdade de Género nas Políticas de Inclusão Social e Protecção Social, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Comissão Europeia (2008), Manual para a Integração da Dimensão da Igualdade de Género nas Políticas de Inclusão Social e Protecção Social, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.



Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2005), *In extremis: fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

INDE INTERCOOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2004), *Guia de mediação para a inserção sócio-profissional*, Lisboa, INDE.

Portugal (2006), *Mercado Social de Emprego: 10 anos a promover a inclusão*, Comissão do Mercado Social de Emprego.

Portugal (2006), *Plano nacional de acção para a inclusão PNAI 2006-2008*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.

Portugal (2009), *Estratégia nacional para a protecção social e inclusão social, 2008-2010*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.

Portugal, *Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015*.

Portugal, *Programa Nacional. 2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social*. Portugal, Documento enviado a Comissão Europeia e ainda não validado pela mesma.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2006), *Projecto multiplicar – estratégias, instrumentos e actores: Centro Informático de Aprendizagem e de Recursos para a Inclusão Social (CIARIS) (2006), Guia de utilização*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2009), *Pobreza e Exclusão Social: um Guia para Professores*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

União Europeia. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades (2008), *Manual para a integração da dimensão da igualdade de género nas políticas de inclusão social e protecção social*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

## Teses de doutoramento

Bastos, Amélia Cristina Marçal Alves (1999), *Pobreza infantil – ensaio de conceptualização e medição com aplicação a uma zona urbana em Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Capucha, Luís Manuel Antunes (2004), *Desafios da pobreza*, Lisboa, ISCTE.

Ferreira, Maria Leonor Bastos de Vasconcelos (1997), *Teoria e Metodologia da medição da pobreza – aplicação à situação portuguesa na década de oitenta*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Fonte, Teodoro Afonso da (2004), *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto-Minho (1698-1924)*, Braga, Universidade do Minho.

Lisboa, Ângela Maria Patrício (2008), *A pobreza, um livre trânsito para a delinquência juvenil?*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Lopes, Maria Antónia Silva Figueiredo (2000), *Pobreza, Assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Anexos, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Neves, João Luís César das (1989), *Da validade científica do conceito de equilíbrio da pobreza*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

Nunes, Francisco José Duarte (2004), *Dinâmica de pobreza e eficácia do sistema de solidariedade e segurança social – uma aplicação a Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Pereira, Elvira (2010) *Pobreza e ruralidade. Uma análise espacial em Portugal Continental*, Lisboa, ISEG-UTL.

Rodrigues, Carlos Alberto Farinha (2005), *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza nos anos 90*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

## em curso

Celso Luís Pereira Nunes  
Economia da pobreza  
Domínio Científico: Economia e Gestão  
Ramo: Economia

Lina Paula Coelho  
Mulheres, Família e Desigualdade em Portugal  
Domínio Científico: Economia e Gestão  
Ramo: Economia

Florabela Maria da Silva Samagaio Gandra  
A pobreza infantil  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Sociologia

Isabel Maria Rodrigues Craveiro  
Mulheres em idade fértil, pobreza, exclusão social, o acesso aos cuidados de saúde pré-natais  
Domínio Científico: Ciências da Saúde  
Especialidade: Saúde Internacional

Jacqueline Ferreira Marques  
O rendimento social de inserção como medida de política social no combate à pobreza em Portugal  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Serviço Social

Joaquim Manuel Muassuruco  
A pobreza, género e papel das ONG's em Moçambique  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Sociologia

José Luís Pereira Loureiro  
Habitação própria – Alavanca na redução da pobreza  
Domínio Científico: Engenharia Civil  
Ramo: Arquitectura

José Manuel Cavaleiro Rodrigues  
Mobilidades improváveis e identidades transientes – Estilos de vida em fuga da pobreza  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Antropologia  
Especialidade: Antropologia Cultural e Social

José Moniz Lopes Fernandes  
Uma abordagem multidimensional da pobreza em Cabo Verde  
Domínio Científico: Matemática  
Ramo: Estatística  
Especialidade: Estatística e Econometria

Maria Eugénia Santiago  
Contributos de novas lógicas e modelos de desenvolvimento (alternativos) para novas abordagens do Serviço Social no combate à nova pobreza em contexto dos PLCP  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Serviço Social  
Especialidade: Serviço Social, Teorias e Práticas

Paulo Eurico Alves Variz  
História e Economia da pobreza  
Domínio Científico: Economia e Gestão  
Ramo: Economia

Rui Pedro Coutinho de Oliveira Pinto  
Pobreza, punição e intervenção social. Uma análise sócio-histórica das relações entre dispositivos estatais punitivos e sociais na cidade do Porto (do Estado Novo à actualidade)  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Sociologia

Sandra Cristina Simões Marques  
As câmeras e o turismo em Calcutá: representações da pobreza em Photovoice  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Antropologia  
Especialidade: Antropologia das Sociedades Complexas

Sónia Cristina Nunes Alves  
O social, o espacial e o político na pobreza e na exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas “em risco” na cidade do Porto  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Sociologia

Tânia Cristina Pissarra Martins  
Famílias jovens em situações de pobreza – Reflectindo a intervenção e acompanhamento do Serviço Social nos percursos de inclusão  
Domínio Científico: Sociologia  
Ramo: Serviço Social

## Teses de mestrado

Almeida, Joana Barbosa de (2009), O papel de um Centro Distrital de Segurança Social na actualização dos diagnósticos da Rede Social, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Coelho, Sandra Faustino (2009), A produção de discursos periféricos: a comunicação como instrumento de luta contra a exclusão, Lisboa, ISCTE.

Cunha, Carla Alexandra Lopes da (2008), Da compreensão da realidade social à estruturação de um projecto comum de mudança: o contributo das redes sociais do distrito da Guarda, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Dionísio, Cecília Maria Silva Palma (2007), O voluntariado nas políticas de inclusão em Portugal, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Macitela, Cidália Albertina Alexandre (2007), O contributo do microcrédito para a promoção de desenvolvimento nas comunidades rurais no Distrito de Cuamba, Lisboa, ISCTE.

Martins, Marco Euclides Lemos (2009), Rendimento social de inserção: análise socioeconómica dos efeitos da medida no combate à pobreza e exclusão social na Região Autónoma dos Açores, Lisboa, ISCSP.

Mauluquela, Eurice Agneta (2009), Centros de acolhimento: uma tentativa de saída da rua? Um estudo sobre razões e objectivos de afluência das crianças da rua aos centros de acolhimento, Lisboa, ISCTE.

Monteiro, Adalgisa Alexandra Cardoso (2009), O fenómeno do multiassistencialismo familiar: famílias apoiadas por equipamentos sociais da freguesia do Laranjeiro/Almada, Lisboa, orientação de Maria José da Silveira Nuncio, Tese de Mestrado em Política Social – ISCSP.

Monteiro, Gizela Gomes (2008), Empowerment: uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde. O caso de Lajedos, Lisboa, ISCTE.

Polido, Paulo António Peneireiro (2008), Trabalho de Projecto “Inclusão Social: Contra a Infoexclusão para uma Cidadania Interactiva”, Lisboa, ISCTE.

Rei, Maria da Luz Conceição S. Valente (2007), O impacto do PIEF nas motivações, aspirações e expectativas dos jovens: um estudo de caso, Lisboa.

Ribeiro, Ana Cláudia Dias (2009), O ajudante de acção directa na medida de rendimento social de inserção: um estudo de caso, Lisboa, ISCSP.

Rivotti, Adília (2008), "Do outro lado da rua": etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa, Lisboa, ISCTE.

Rodrigues, Camila Maria Pombeiro Lopes da Costa (2009), O papel consultivo das ONG de solidariedade social na Estratégia Nacional de Inclusão Social, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Rodrigues, Sara Merlini de Matos Xarez (2008), Do domínio simbólico ao domínio das dinâmicas: Redes de Parceria Local da Alta de Lisboa (Programa K'CIDADE), Lisboa, ISCTE.

Sá, Natália Silva de (2009), Atendimento integrado: uma metodologia para a intervenção social, Lisboa, ISCSP.

Santos, Tânia Helena de Assunção Franco dos (2009), O papel da política social no desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau - contributos para o debate sobre regimes de bem-estar em contextos de fragilidade estatal, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Silva, Ana Raquel Pardo de Oliveira Cruz (2008), Ser "pobre" em Portugal: percepções acerca dos efeitos da pobreza e das políticas sociais nos quotidianos das categorias sociais mais vulneráveis, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Silveirinha, Maria Helena dos Reis (2008), A criação de emprego é suficiente para combater a pobreza na União Europeia? Reflexões sobre a Estratégia de Lisboa, Lisboa, ISCTE.

Victorino, Eugénia (2007), Caracterização social da delinquência juvenil em Angola, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Vontade, Nani Ascensão dos Santos (2009), O estudo da acção pública governamental: o combate à pobreza em Angola, 2002-2008, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

## Legislação

### NACIONAL

#### Geral

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2009. D.R. n.º 126, Série I de 2009-07-02  
Presidência do Conselho de Ministros  
Designa o coordenador nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs), a ter lugar em 2010 e cria a Comissão Nacional de Acompanhamento ao AECPEs.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2008. D.R. n.º 174, Série I de 2008-09-09  
Presidência do Conselho de Ministros  
Determina a elaboração do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010.

Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008. D.R. n.º 141, Série I de 2008-07-23  
Assembleia da República  
Recomenda a definição de um limiar de pobreza e a avaliação das políticas públicas destinadas à sua erradicação.

Resolução da Assembleia da República n.º 10/2008. D.R. n.º 56, Série I de 2008-03-19  
Assembleia da República  
Acompanhamento da situação de pobreza em Portugal.

Lei n.º 4/2007. D.R. n.º 11, Série I de 2007-01-16  
Assembleia da República  
Aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007  
III Plano Nacional para a Igualdade Cidadania e Género (2007-2010). Diário da República, 1.ª série, n.º 119, 22 de Junho de 2007.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007. D.R. n.º 126, Série I de 2007-07-03

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013.

### **Família e Comunidade**

Portaria n.º 446/2004. D.R. n.º 102, Série I-B de 2004-04-30

Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Define as condições de criação, organização, instalação e funcionamento dos centros de apoio à vida no âmbito de um projecto piloto de acção social.

### **Rendimento Social de Inserção**

Decreto-Lei n.º 42/2006. D.R. n.º 39, Série I-A de 2006-02-23

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Altera o Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, que regulamenta a Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, nos termos da qual foi criado o rendimento social de inserção.

Lei n.º 45/2005. D.R. n.º 165, Série I-A de 2005-08-29

Assembleia da República

Primeira alteração à Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção.

Portaria n.º 108/2004. D.R. n.º 22, Série I-B de 2004-01-27

Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Aprova o modelo de requerimento da prestação de rendimento social de inserção.

Decreto-Lei n.º 283/2003. D.R. n.º 259, Série I-A de 2003-11-08

Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Regulamenta a Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, que cria o rendimento social de inserção.

Lei n.º 13/2003. D.R. n.º 117, Série I-A de 2003-05-21

Assembleia da República

Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho e cria o rendimento social de inserção.

### **Crianças e Jovens**

Lei n.º 108/2009. D.R. n.º 178, Série I de 2009-09-14

Assembleia da República

Alteração do regime de apoio ao acolhimento familiar.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009. D.R. n.º 170, Série I de 2009-09-02

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a estrutura de missão designada Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), que sucede ao Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI).

Despacho normativo n.º 27/2009. D.R. n.º 151, Série II de 2009-08-06

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Ministro da Presidência

Aprova o Regulamento do Programa Escolhas.

Decreto-Lei n.º 11/2008. D.R. n.º 12, Série I de 2008-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo.

Decreto-Lei n.º 64/2007. D.R. n.º 52, Série I de 2007-03-14

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas.

Lei n.º 147/99. D.R. n.º 204, Série I-A de 1999-09-01  
Assembleia da República  
Lei de protecção de crianças e jovens em perigo.

Decreto-Lei n.º 190/92. D.R. n.º 203, Série I-A de 1992-09-03  
Ministério do Emprego e da Segurança Social  
Reformula a legislação sobre acolhimento familiar.

Decreto-Lei n.º 2/86. D.R. n.º 1, Série I de 1986-01-02  
Ministério do Trabalho e Segurança Social  
Define os princípios básicos a que devem obedecer os lares, com suporte em entidades públicas ou privadas, como forma de resposta social dirigida aos menores transitória ou definitivamente desinseridos do meio familiar.

### **Abono de Família para Crianças e Jovens /Abono de Família Pré-Natal**

Decreto-Lei n.º 245/2008. D.R. n.º 244, Série I de 2008-12-18  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Estabelece o rendimento anual relevante a considerar no domínio das actividades dos trabalhadores independentes, para efeitos de atribuição, suspensão, cessação e fixação do montante das prestações do sistema de segurança social, e procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 176/2003. D.R. n.º 177, Série I-A de 2003-08-02  
Ministério da Segurança Social e do Trabalho  
Institui o abono de família para crianças e jovens e define a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar.

### **Educação**

Despacho normativo n.º 55/2008 Ministério da Educação, Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

### **Pessoas Idosas**

Lei n.º 90/2009. D.R. n.º 168, Série I de 2009-08-31  
Assembleia da República  
Aprova o regime especial de protecção na invalidez.

Decreto-Lei n.º 187/2007. D.R. n.º 90, Série I de 2007-05-10  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
No desenvolvimento da Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro, aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social.

Decreto-Lei n.º 64/2007. D.R. n.º 52, Série I de 2007-03-14  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas.

Despacho Normativo n.º 30/2006. D.R. n.º 88, Série I-B de 2006-05-08  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Determina as normas de implantação de estabelecimentos correspondentes a lares de idosos.

Decreto-Lei n.º 208/2001. D.R. n.º 173, Série I-A de 2001-07-27  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Define as regras a observar na atribuição do complemento extraordinário de solidariedade.

Decreto-Lei n.º 309-A/2000. D.R. n.º 277, Suplemento, Série I-A de 2000-11-30  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Altera o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 265/99 de 14 de Julho (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência).

Despacho Normativo n.º 62/99. D.R. n.º 264, Série I-B de 1999-11-12  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário.

Decreto-Lei n.º 265/99. D.R. n.º 162, Série I-A de 1999-07-14  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência.

Despacho Normativo n.º 12/98. D.R. n.º 47, Série I-B de 1998-02-25  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos lares para idosos.

Decreto-Lei n.º 391/91. D.R. n.º 233, Série I-A de 1991-10-10  
Ministério do Emprego e da Segurança Social  
Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência.

### **Pensão Social de Velhice ou Invalidez**

Decreto-Lei n.º 208/2001. D.R. n.º 173, Série I-A de 2001-07-27  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Define as regras a observar na atribuição do complemento extraordinário de solidariedade.

Decreto-Lei n.º 464/80. D.R. n.º 237, Série I de 1980-10-13  
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Assuntos Sociais  
Estabelece em novos moldes as condições de acesso e de atribuição da pensão social.

Decreto-Lei n.º 160/80. D.R. n.º 122, Série I de 1980-05-27  
Ministérios das Finanças e do Plano e dos Assuntos Sociais  
Estabelece um esquema de prestações de segurança social a não beneficiários do sistema contributivo e revoga o Decreto-Lei n.º 513-L/79 de 26 de Dezembro.

### **Pensão de Velhice**

Decreto-Lei n.º 187/2007. D.R. n.º 90, Série I de 2007-05-10  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
No desenvolvimento da Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro, aprova o regime de protecção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social.

### **Complemento por Dependência**

Decreto-Lei n.º 309-A/2000. D.R. n.º 277, Suplemento, Série I-A de 2000-11-30  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Altera o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 265/99 de 14 de Julho (procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência).

Decreto-Lei n.º 265/99. D.R. n.º 162, Série I-A de 1999-07-14  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência.

## **Complemento Solidário para Idosos**

Decreto-Lei n.º 151/2009. D.R. n.º 124, Série I de 2009-06-30

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade, e à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro.

Portaria n.º 17/2008. D.R. n.º 7, Série I de 2008-01-10

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social

Estabelece a actualização do valor de referência bem como do montante do complemento solidário para idosos.

Portaria n.º 413/2008. D.R. n.º 110, Série I de 2008-06-09

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Aprova o modelo de requerimento do complemento solidário para idosos. Revoga a Portaria n.º 98-A/2006 de 1 de Fevereiro.

Portaria n.º 253/2008. D.R. n.º 67, Série I de 2008-04-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Altera a Portaria n.º 1446/2007 de 8 de Novembro, que fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos.

Portaria n.º 1446/2007. D.R. n.º 215, Série I de 2007-11-08

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos.

Decreto-Lei n.º 252/2007. D.R. n.º 128, Série I de 2007-07-05

Ministério da Saúde

Cria um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 14/2007. D.R. n.º 14, Série I de 2007-01-19

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/84 de 18 de Abril, que regula as condições em que devem ser feitas as declarações do exercício de actividade dos trabalhadores e as condições e consequências da declaração extemporânea de períodos de actividade profissional perante a segurança social.

Decreto-Lei n.º 236/2006. D.R. n.º 236, Série I de 2006-12-11

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro, que instituiu o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade.

Decreto Regulamentar n.º 3/2006. D.R. n.º 26, Série I-B de 2006-02-06

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 232/2005 de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade.

Decreto-Lei n.º 232/2005. D.R. n.º 249, Série I-A de 2005-12-29

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Cria o complemento solidário para idosos.

## **Pessoas com Deficiência/Pessoas com Dependência**

Despacho n.º 2027/2010. D.R. n.º 20, Série II de 2010-01-29

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Ajudas técnicas/produtos de apoio para pessoas com deficiência.



Decreto-Lei n.º 8/2010. D.R. n.º 19, Série I de 2010-01-28

Ministério da Saúde

Cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental, destinado às pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial e que se encontrem em situação de dependência.

Decreto-Lei n.º 291/2009. D.R. n.º 197, Série I de 2009-10-12

Ministério da Saúde

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei.

Decreto-Lei n.º 93/2009. D.R. n.º 74, Série I de 2009-04-16

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Aprova o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária.

Despacho n.º 2600/2009. D.R. n.º 13, Série II de 2009-01-20

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Ajudas técnicas/produtos de apoio para pessoas com deficiência.

Despacho n.º 2732/2009. D.R. n.º 14, Série II de 2009-01-21

Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde

Identificação das unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2005. D.R. n.º 81, Série I-B de 2005-04-27

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova os princípios fundamentais orientadores da estruturação dos cuidados de saúde às pessoas idosas e às pessoas em situação de dependência.

Despacho Conjunto n.º 727/99. D.R. n.º 196, Série II de 1999-10-23

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Estabelece as Condições de Formação para as Famílias de Acolhimento para Pessoas Idosas e Adultas com Deficiência.

Despacho Conjunto n.º 891/99. D.R. n.º 244, Série II de 1999-10-19

Ministério da Educação

Aprova orientações reguladoras do apoio integrado a crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento.

Despacho Conjunto n.º 407/98. D.R. n.º 138, Série II de 1998-06-18

Ministério da Saúde

Orientações Reguladoras da Intervenção Articulada do Apoio Social e dos Cuidados de Saúde Continuados Dirigidos às Pessoas em Situação de Dependência.

Decreto-Lei n.º 391/91. D.R. n.º 233, Série I-A de 1991-10-10

Ministério do Emprego e da Segurança Social

Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência.

Decreto-Lei n.º 18/89. D.R. n.º 9, Série I de 1989-01-11

Ministério do Emprego e da Segurança Social

Disciplina as actividades de apoio ocupacional aos deficientes graves.

### **Protecção Especial na Invalidez**

Lei n.º 71/2009. D.R. n.º 151, Série I de 2009-08-06

Assembleia da República

Cria o regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

Decreto-Lei n.º 327/2000. D.R. n.º 294, Série I-A de 2000-12-22  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Estabelece um regime jurídico de protecção especial na invalidez aos doentes com esclerose múltipla.

Decreto-Lei n.º 92/2000. D.R. n.º 116, Série I-A de 2000-05-19  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Garante um esquema de protecção especial às pessoas atingidas por doenças do foro oncológico.

Decreto-Lei n.º 216/98. D.R. n.º 162, Série I-A de 1998-07-16  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Estabelece condições mais favoráveis para o acesso a pensões por invalidez por parte de pessoas infectadas pelo HIV.

Decreto Regulamentar n.º 29/90. D.R. n.º 213, Série I de 1990-09-14  
Ministério da Saúde  
Garante protecção especial às pessoas que sofrem de paramiloidose familiar.

Decreto Regulamentar n.º 25/90. D.R. n.º 183, Série I de 1990-08-09  
Ministério do Emprego e da Segurança Social  
Regulamenta alguns aspectos da Lei n.º 1/89 sobre a protecção nas incapacidades permanentes resultantes de paramiloidose familiar.

### **Grupos de Risco**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007. D.R. n.º 119, Série I de 2007-06-22  
Presidência do Conselho de Ministros  
Aprova o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010).

Decreto-Lei n.º 323/2000. D.R. n.º 291, Série I-A de 2000-12-19  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Regulamenta a Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto, que estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência.

Lei n.º 107/99. D.R. n.º 179, Série I-A de 1999-08-03  
Assembleia da República  
Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência.

Despacho Conjunto n.º 363/99. D.R. n.º 100, Série II de 1999-04-29  
Presidência do Conselho de Ministros  
Fixa os requisitos a observar na celebração de acordos de cooperação entre o Estado, através dos centros regionais de Segurança Social, e Instituições Particulares sem Fins Lucrativos, tendo em vista o desenvolvimento de actividades no âmbito do apoio e reinserção social de toxicodependentes.

Decreto-Lei n.º 72/99. D.R. n.º 62, Série I-A de 1999-03-15  
Presidência do Conselho de Ministros  
Revê o quadro jurídico de apoio às instituições privadas, na área do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes.

Despacho Normativo n.º 62/99. D.R. n.º 264, Série I-B de 1999-11-12  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Aprova as normas que regulam as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos serviços de apoio domiciliário.

Lei n.º 17/98. D.R. n.º 93, Série I-A de 1998-04-21  
Assembleia da República  
Regula as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência.

## **Habitação**

Decreto-Lei n.º 54/2007. D.R. n.º 50, Série I de 2007-03-12  
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2004 de 3 de Junho, que aprova o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional.

Decreto-Lei n.º 135/2004. D.R. n.º 130, Série I-A de 2004-06-03  
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação  
Cria o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, que regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional.

Decreto-Lei n.º 271/2003. D.R. n.º 250, Série I-A de 2003-10-28  
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação  
Altera pela quarta vez o Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio, que estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Portaria n.º 371/97. D.R. n.º 130, Série I-B de 1997-06-06  
Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território  
Cria condições financeiras e técnicas para concessão de empréstimos para projectos de equipamento social, partes acessórias dos fogos e ou espaços comerciais, quando integrados em empreendimentos de habitações a custos controlados. Revoga a Portaria n.º 302/88 de 12 de Maio.

Portaria n.º 500/97. D.R. n.º 166, Série I-B de 1997-07-21  
Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território  
Estabelece disposições sobre os parâmetros de área e custos de construção, os valores máximos de venda e os conceitos a que devem obedecer as habitações a custos controlados. Revoga a Portaria n.º 828/88 de 29 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 163/93. D.R. n.º 106, Série I-A de 1993-05-07  
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações  
Estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Decreto-Lei n.º 150-A/91. D.R. n.º 93, Suplemento, Série I-A de 1991-04-22  
Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações  
Alarga o conjunto das entidades que podem conceder financiamentos para projectos habitacionais. Altera os Decretos-Leis n.ºs 226/87, de 6 de Junho e 278/88, de 5 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 385/89. D.R. n.º 257, Série I de 1989-11-08  
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações  
Regula o financiamento intercalar para a aquisição de terrenos e respectivas infra-estruturas pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) para a promoção de habitação social.

Decreto-Lei n.º 110/85. D.R. n.º 89, Série I de 1985-04-17  
Ministério do Equipamento Social  
Regula os empréstimos a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação a municípios e suas associações e a empresas municipais ou intermunicipais para o financiamento da construção ou da aquisição, no âmbito de programas de reabilitação urbana ou de contratos de desenvolvimento para habitação, de habitações destinadas a arrendamento.

## **Emprego e Actividade Profissional**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2010. D.R. n.º 13, Série I de 2010-01-20  
Presidência do Conselho de Ministros  
Aprova a Iniciativa Emprego 2010, destinada a assegurar a manutenção do emprego, a incentivar a inserção de jovens no mercado de trabalho e a promover a criação de emprego e o combate ao desemprego.

Decreto-Lei n.º 324/2009. D.R. n.º 250, Série I de 2009-12-29  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Modifica, transitoriamente, durante o ano de 2010, o prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego.

Decreto-Lei n.º 150/2009. D.R. n.º 124, Série I de 2009-06-30  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Estabelece um regime de alargamento das condições de atribuição do subsídio social de desemprego.

Decreto-Lei n.º 68/2009. D.R. n.º 56, Série I de 2009-03-20  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Estabelece medidas de apoio aos desempregados de longa duração, actualizando o regime jurídico de protecção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, no âmbito do sistema previdencial, estabelecido no Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro.

Portaria n.º 128/2009. D.R. n.º 21, Série I de 2009-01-30  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Regula as medidas Contrato emprego-inserção e Contrato emprego-inserção.

Portaria n.º 131/2009. D.R. n.º 21, Série I de 2009-01-30  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Regulamenta o programa de Estágios Qualificação-Emprego.

Despacho n.º 20871/2009. D.R. n.º 181, Série II de 2009-09-17  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional  
Definição do procedimento aplicável ao pagamento das prestações de desemprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

Portaria n.º 985/2009. D.R. n.º 172, Série I de 2009-09-04  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito.

Decreto-Lei n.º 220/2006. D.R. n.º 212, Série I de 2006-11-03  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Estabelece o regime jurídico de protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-Leis n.ºs 119/99, de 14 de Abril, e 84/2003, de 24 de Abril.

Lei n.º 60/2005. D.R. n.º 249, Série I-A de 2005-12-29  
Assembleia da República  
Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões.

Despacho n.º 21094/2001 (2.ª série). D.R. n.º 235, Série II de 2001-10-10  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro  
Procedimento aplicável ao pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego.

Portaria n.º 348-A/98. D.R. n.º 138, Suplemento, Série I-B de 1998-06-18  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Define o regime a que, no contexto do mercado social do emprego, obedece o reconhecimento e a concessão de apoios técnicos e financeiros às empresas de inserção, enquanto medida de política activa de emprego promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Portaria n.º 196-A/2001. D.R. n.º 59, 2.º Suplemento, Série I-B de 2001-03-10  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade  
Regulamenta as modalidades específicas de intervenção do programa de estímulo à oferta de emprego, na sua componente de criação de emprego.

Decreto Regulamentar n.º 1/94. D.R. n.º 14, Série I-B de 1994-01-18  
Ministério do Emprego e da Segurança Social  
Regula o acesso às prestações por morte por parte das pessoas que se encontram na situação de união de facto.

Decreto-Lei n.º 322/90. D.R. n.º 241, Série I de 1990-10-18  
Ministério do Emprego e da Segurança Social  
Define e regulamenta a protecção na eventualidade da morte dos beneficiários do regime geral de segurança social (revoga a secção VII do capítulo V do Decreto n.º 45266 de 23 de Setembro de 1963, e o Regulamento Especial do Regime de Pensões de Sobrevivência, publicado no Diário do Governo, 2ª série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 1971).

## COMUNITÁRIA

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre Trabalho e Pobreza: Para uma abordagem global indispensável (parecer de iniciativa)  
JO C 318 de 23.12.2009, pp. 52-56

Decisão n.º 1098/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2008, relativa ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010) (Texto relevante para efeitos do EEE)  
JO L 298 de 7.11.2008, pp. 20-29

Parecer do Comité das Regiões sobre o Ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social (2010)  
JO C 257 de 9.10.2008, pp. 6-14

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010) COM(2007) 797 final — 2007/0278 (COD)  
JO C 224 de 30.8.2008, pp. 106-112

Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Ano europeu do combate à pobreza e à exclusão social (2010) {SEC(2007) 1661 SEC(2007) 1662}  
COM/2007/0797 final

Proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a Acção mundial contra a pobreza  
JO C 157E de 6.7.2006, pp. 397-400

Parecer do Comité das Regiões sobre Mulheres e pobreza na União Europeia  
JO C 81 de 4.4.2006, pp. 37-42

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Pobreza entre as mulheres na Europa  
JO C 24 de 31.1.2006, pp. 95-101

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento - A saúde e a luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento  
COM/2002/0129 final

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa à educação e à formação no contexto da redução da pobreza nos países em desenvolvimento  
COM/2002/0116 final

Comunicação do Conselho – Objectivos de luta contra a pobreza e a exclusão social  
JO C 82 de 13.03.2001, pp. 4-7.

# Principais instituições que trabalham na área

## Nacionais

Amnistia Internacional Portugal

<http://www.amnistia-internacional.pt/>

Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP)

<http://www.madrugada-cigana.com/amucip.htm>

Banco Alimentar

<http://www.bancoalimentar.pt/>

Caritas

[www.caritas.pt](http://www.caritas.pt)

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)

<http://www.cig.gov.pt/>

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

<http://www.cicdr.pt/>

Espaço T - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária

<http://www.espacot.pt/>

Mercado Social de Emprego

[http://portal.iefp.pt/portal/page?\\_pageid=277,1&\\_dad=gov\\_portal\\_iefp&\\_schema=GOV\\_PORTAL\\_IEFP](http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,1&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP)

Observatório do Desenvolvimento do Alentejo

<http://www.observatorio.uevora.pt/>

Observatório das Desigualdades

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>

Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa

<http://observatorio-lisboa.reapn.org/home.php>

Observatório das Políticas Públicas – Construir ideias

<http://www.construirideias.pt/>

Observatório Social do Alentejo

<http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/osa/objectivos.asp?lingua=pt>

Observatório Social Local de Vouzela

[http://www.cm-vouzela.pt/portal/page?\\_pageid=764,4822515&\\_dad=portal&\\_schem](http://www.cm-vouzela.pt/portal/page?_pageid=764,4822515&_dad=portal&_schem)

Observatório Social de Matosinhos

[http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_Paginald=45069](http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=45069)

Observatório Social de Santa Maria da Feira

Oikos cooperação e desenvolvimento

<http://www.oikos.pt/>

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

<http://plataformamulheres.org.pt>

Plataforma Portuguesa das ONGD

<http://www.plataformaongd.pt/>

Pobreza na Imprensa / Observatório da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

<http://reapnimprensa.blogspot.com/>

Programa entreculturas

<http://www.entreculturas.pt/Bagagem.aspx?to=132>

Programa Escolhas

<http://www.programaescolhas.pt/>

Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal

<http://www.reapn.org/documentos.php?ID=8>

Rede de Jovens para a Igualdade

<http://redejovensigualdade.org.pt/>

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SOS Racismo

<http://www.sosracismo.pt/>

União das Misericórdias Portuguesas

<http://www.ump.pt/ump/>

### **Internacionais**

Amnesty International

<http://www.amnesty.org/>

Baromètre des Inégalités et de la Pauvreté – BIP40 – França

<http://www.bip40.org/>

Barometro Social de España – Espanha

<http://www.barometrosocial.es/>

Council of Europe

[http://www.coe.int/T/E/Social\\_cohesion/HDSE/](http://www.coe.int/T/E/Social_cohesion/HDSE/)

European Anti Poverty Network (EAPN)

[www.endpoverty.eu](http://www.endpoverty.eu)

European Employment Observatory

<http://www.eu-employment-observatory.net/>

Instituto Observatório Social – Brasil

<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/>

Osservazione Analisi Sostegno All’Inclusione (OASI) – Itália

[http://www.oasi-eu.org/progetto\\_oasi.aspx?lan=eng](http://www.oasi-eu.org/progetto_oasi.aspx?lan=eng)

Observatoire de la Santé et du Social de Bruxelles – Capitale – Bélgica

<http://www.observatbru.be/documents/home.xml?lang=fr>

Observatoire des Inegalités – França

<http://www.inegalites.fr/>

Rede Europeia de Excelência IMISCOE – Migrações Internacionais, Integração e Coesão Social

<http://www.imiscoe.org/>

Southern African Regional Poverty Network  
<http://www.sarpn.org.za/documents/d0000372/index.php>

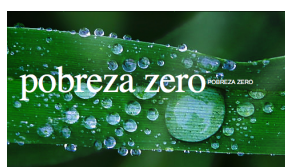
The Poverty Site – Reino Unido  
<http://www.poverty.org.uk/>

UNIFEM United Nations Development Fund for Women  
[http://www.unifem.org/gender\\_issues/women\\_poverty\\_economics/](http://www.unifem.org/gender_issues/women_poverty_economics/)

## Campanhas



2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social  
<http://www.2010combateapobreza.pt/index.asp>



Pobreza zero  
<http://pobrezazero.heylife.com/>



Cartão solidário  
[http://www.cartaosolidario.pt/associacao\\_sorriso.php](http://www.cartaosolidario.pt/associacao_sorriso.php)



We can end poverty 2015  
<http://www.wecanendpoverty.eu/>

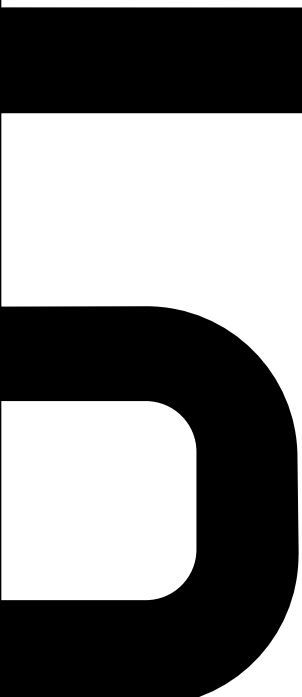


End Poverty 2015 Millennium Campaign  
<http://www.endpoverty2015.org/>



Stand up Take Action End Poverty Now!  
<http://standagainstopoverty.org/>





## 2. Igualdade de género e cidadania de mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais

João Peixoto (coordenação)

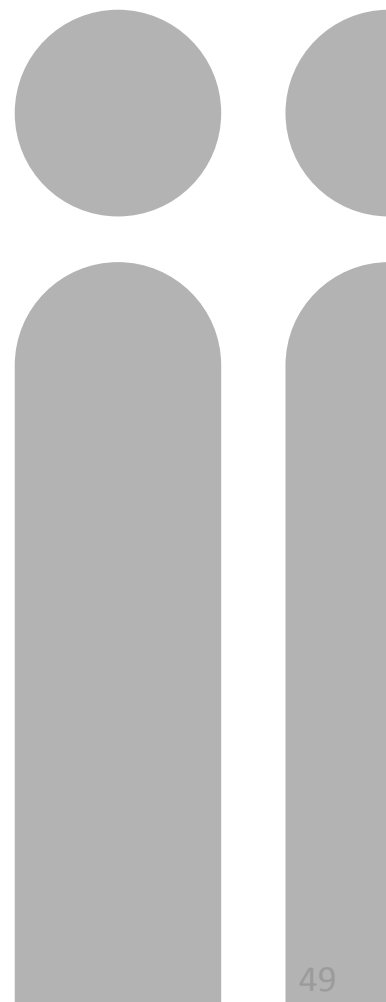
Ana Lúcia Teixeira Dias

Joana Patrício

Maria do Rosário Rosa

Zélia Barroso

Manuel Lisboa



## 2.1 Estado da arte e explicação conceptual

O estado do conhecimento sobre a imigração em Portugal apesar de, actualmente, reunir um considerável conjunto de referências bibliográficas, tem atribuído pouca relevância à dimensão de género. E quando tal se faz, é sobretudo pela via da diferenciação entre homens e mulheres, o que não é necessariamente uma abordagem que se insira nos “Gender Studies”.

Na bibliografia internacional, a introdução da variável género ou o aprofundamento das características da migração das mulheres começam a ter alguma preponderância na literatura produzida sobre as migrações, por volta do final da década de 70. De entre as abordagens teóricas dominantes destaca-se a perspectiva feminista patente nos trabalhos de Phizacklea (1983, 1998) e de Morokvasic (1984). As autoras criticam as duas principais abordagens teóricas sobre o estudo das imigrações: o modelo racional neoliberal (que assume que homens e mulheres imigram pelas mesmas razões e por fundamentos meramente económicos, ignorando a presença de forças estruturais que influenciam as suas escolhas) e o modelo estrutural neomarxista (apologista de que a influência da estrutura no processo de tomada de decisão dos/as imigrantes deixa pouco espaço para a decisão individual). Na mesma linha de pensamento, estão os trabalhos de Chant (1992), Brettel (2000) e Kofman *et al.* (2000), entre outros. Estas novas abordagens, embora reconhecendo o valor da estrutura enquanto factor simultaneamente incitador e constrangedor do fenómeno migratório, chamam a atenção para a acção individual dos/as imigrantes, encarando-os como actores sociais activos. No caso das mulheres, é cada vez mais frequente, em algumas regiões do globo, estas imigrarem de forma independente, em busca de novas oportunidades de trabalho e não unicamente como familiares dependentes ou ao abrigo do reagrupamento familiar.

O fenómeno da feminização da imigração não se confina, assim, ao aspecto numérico, mas caracteriza-se por uma mudança dos papéis tradicionalmente associados aos homens e às mulheres (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010). O ser socialmente homem ou mulher influencia o grau de decisão de imigrar, bem como as motivações e o desejo de o fazer. As mulheres deslocam-se por diversas razões, entre as quais o casamento e a reunificação familiar são apenas duas delas. Factores económicos, sociais e políticos, tanto nos países de origem como nos de destino, também influenciam e determinam os movimentos migratórios. Tomemos como exemplo o caso das mulheres que imigram para fugirem a tradições patriarcais que lhes limitam as oportunidades e a liberdade individual.

Paralelamente, as mulheres têm maioritariamente ao seu cuidado os filhos, o que pesa bastante na decisão de imigrarem, quando não têm outro suporte familiar. As estruturas familiares destas mulheres constituem um obstáculo à sua liberdade de escolha, na medida em que a maioria não dispõe de familiares na sociedade de acolhimento, para prestação de apoio informal, indispensável à conciliação entre a vida familiar e profissional. É importante salientar que, aquando da chegada aos países de destino, as mulheres podem sofrer de uma dupla discriminação, por serem imigrantes e por serem mulheres.

Por vezes, à pobreza acresce ainda uma terceira estigmatização quando factores como a etnia e a religião são motivos de discriminação.

Por outro lado, também existem diferenças no tipo de redes sociais em que assentam os processos migratórios dos homens e das mulheres, sendo frequentemente notada uma vantagem comparativa dos primeiros sobre as segundas. Nesse sentido, alguns autores sugerem que os homens têm acesso mais privilegiado a mais e melhor informação sobre as possibilidades de migração através das redes sociais (Padilla, 2007).

Deste modo, a análise das migrações segundo uma perspectiva de género passa a ter em consideração estruturas de nível intermédio, como o agregado familiar, a família, as redes sociais e as designadas “instituições imigrantes”, isto é, organizações e agências que trabalham no negócio da imigração (Peixoto *et al.*, 2006).

Nos anos 90, Castles e Miller (1993/2008) defendem que a feminização das migrações internacionais constitui uma das principais características da chamada nova “era das migrações”, sendo feita uma chamada de atenção para a crescente autonomia das mulheres e para a procura do trabalho feminino na economia global, especialmente em dois nichos de mercado – o trabalho doméstico e a indústria do sexo.

Neste contexto, tem merecido especial destaque o caso específico da Europa do Sul, no que respeita à inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, sobretudo no sector dos serviços, principal responsável pela empregabilidade de mão-de-obra feminina imigrante, especialmente direccionada para o trabalho doméstico e cuidados a idosos e crianças. As características sociais e económicas dos países da Europa do Sul, designadamente, a expansão do sector dos serviços, a existência de um mercado de trabalho informal, a persistência de papéis de género tradicionais que dificultam a conciliação entre o trabalho pago e não pago das mulheres autóctones, o envelhecimento populacional e diminuição das taxas de fecundidade são, em grande parte, responsáveis pelo enquadramento social e profissional das mulheres imigrantes.

Outros contributos teóricos surgem no âmbito da investigação sobre as barreiras e obstáculos que as mulheres enfrentam para melhorarem e diversificarem a sua posição no mercado de trabalho (Kofman, 2003), sendo-lhes difícil escapar aos serviços nos sectores acima referidos ou à denominada indústria do sexo.

Provavelmente porque Portugal sempre foi tradicionalmente um país de emigrantes, o fenómeno da imigração é um fenómeno recente na história do nosso país. A adopção de algumas destas perspectivas que incluem a variável género como uma característica pertinente para o estudo das migrações, tem sido escassa. Desde meados de 1960, e especialmente a partir de 1974, Portugal começou a receber migrantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com particular relevância de Cabo Verde.

Durante a década de 1980, principalmente desde a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, este processo aumentou diversificando-se os fluxos de imigração, nomeadamente com a chegada de imigrantes laborais vindos do Brasil e de outros países dos PALOP, tais como Angola e Guiné-Bissau.

A década de 1990 caracterizou-se pela consolidação e crescimento da população imigrante residente em Portugal, com destaque para as comunidades oriundas dos PALOP e do Brasil, assim como pela emergência gradual de novos fluxos migratórios da Europa de Leste e dos países da ex-URSS.

Em Portugal, a população imigrante provinda do continente asiático, apesar de menos numerosa, merece destaque pelo recente crescimento de chineses, paquistaneses, indianos e bangladeshes.

Assim, graças a um contexto social, económico e político favorável que proporcionou a atracção de imigrantes, no início do século XXI, Portugal passou a ser considerado um país não só de emigração mas também de imigração (Fonseca, 2008).

O fluxo migratório de homens, que sempre registou índices superiores ao das mulheres, tem vindo a aproximar-se deste, observando-se um número cada vez maior de mulheres estrangeiras a residir em Portugal, o que tem contribuído para a importância da inclusão da variável que diferencia os sexos no campo da investigação portuguesa sobre a imigração e minorias étnicas. Entre 1999 e 2008, o aumento das mulheres imigrantes em Portugal foi de 158%, contrastando com 110% de aumento dos homens. No ano 2008, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, residiam legalmente em território nacional 440.227 estrangeiros, dos quais 52% eram homens e 48% mulheres (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010).

Por imigração entende-se o movimento de pessoas ou de grupos humanos, provenientes de outras áreas, que entram em determinado país, com o intuito de permanecer definitivamente ou por período de tempo relativamente longo. Literalmente, imigrar significa entrar num país estrangeiro para nele viver.

Um aspecto importante quando se aborda o tema das migrações prende-se com o posicionamento da população de acolhimento face à entrada de população estrangeira. Talvez devido à longa experiência de Portugal enquanto país de emigração possamos justificar a posição favorável da população portuguesa face à imigrante, comparativamente a outros países europeus. Por exemplo, no estudo sobre discriminação na União Europeia, publicado pelo Eurobarómetro em Fevereiro de 2008, Portugal surge como um dos países onde as pessoas têm maior consciência sobre a igualdade de oportunidades, consideram ser necessário haver mais apoio legislativo contra a discriminação e onde a experiência de discriminação é mais baixa, particularmente no sector da saúde (Eurobarómetro, 2008). Também alguns estudos de âmbito nacional sobre a discriminação racial e étnica, tais como Lages e Policarpo (2003) e Lages *et al.* (2006) sobre as representações e atitudes recíprocas entre a população portuguesa e a imigrante, permitem ter uma percepção das diferenças étnicas e culturais, designadamente em termos do preconceito e da discriminação, quer da população portuguesa face à imigrante, quer da imigrante face à portuguesa e a outros grupos de imigrantes. Todos eles concluem que as atitudes da população portuguesa face à imigração em geral são algo contraditórias: se, por um lado, a maioria reconhece a importância de imigrantes para a economia do país e para a concretização de tarefas a custos que não querem desempenhar e defende os seus direitos (desde que tenham trabalho e não cometam crimes), por outro, há uma maioria que considera que o número de imigrantes em Portugal deveria diminuir (Lages *et al.*, 2006: 358).

Algumas pesquisas realizadas quer em Portugal, quer nos países da UE, mostram que, entre os grupos e categorias sociais mais expostos a situações de forte exclusão social, destacam-se os grupos étnicos que, na sua globalidade e de forma cumulativa, experienciam mecanismos de empobrecimento e de reprodução de situações de exclusão.

Por etnia entenda-se um segmento significativo da sociedade que é visto como diferente a partir de combinações de algumas características – língua, religião, raça e origem e onde os seus membros se entendem a si próprios, participam e partilham actividades construídas em torno da sua origem e cultura comuns.

Neste propósito, refiram-se os ciganos/viajantes como o grupo étnico mais numeroso e antigo existente em território nacional, datando a sua presença em Portugal, desde o século XV.

Em termos de bibliografia nacional sobre o tema, a escassa produção tem-se debruçado, principalmente, sobre a análise das grandes disparidades existentes entre população cigana e não-cigana, em áreas chave tais como educação, emprego, cuidados de saúde, habitação e outros. Os esforços para colmatar tais disparidades raramente têm atingido a extensão ou eficácia necessárias para abordar problemas estruturais de longa data.

É essencial referir que a segunda parte do presente relatório, subordinado ao tema da imigração e minorias étnicas em Portugal, beneficiou muito da obra de Fernando Luís Machado e Ana Raquel Matias (2006/07).

## 2.2 Considerações sobre as fontes usadas

Em Portugal, os principais organismos que recolhem e tratam dados estatísticos sobre a imigração e a população estrangeira são o Instituto Nacional de Estatística através dos Recenseamentos da População e das Estatísticas Demográficas e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Para além destes, existe ainda um conjunto de outras entidades da Administração Pública, tutelados pelos Ministérios do Trabalho, da Educação, da Saúde, dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e da Justiça, que também produzem informação estatística relevante sobre o tema da imigração. Todavia, os registos existentes nestas instituições são muito selectivos e específicos das esferas de intervenção de cada uma, sendo os procedimentos de recolha também diversificados, o que dificulta a compatibilização de dados resultantes de diferentes fontes nacionais, assim como as comparações a nível internacional, através das estatísticas europeias, provenientes do EUROSTAT e OCDE.

Nas principais fontes de informação estatística disponíveis em Portugal, a variável chave para definir a população imigrante é a nacionalidade. Deste modo, salvo indicação em contrário, residentes em Portugal que não tenham nacionalidade portuguesa são considerados/as neste texto como imigrantes.

Sob esta perspectiva, corre-se o risco, ao tentar analisar as mulheres e os homens imigrantes, de contemplar pessoas que não imigraram (caso da “segunda geração”) e ignorar outras que imigraram (caso de pessoas de nacionalidade portuguesa, adquirida à nascença ou posteriormente).

Torna-se, deste modo, uma tarefa difícil separar os conceitos de estrangeiro/a e de imigrante, dados os confrangimentos existentes nas fontes de informação.

A favor da simplificação da linguagem está, como referem Peixoto *et al.* (2006) no estudo sobre Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal o facto da maioria dos/as estrangeiros/as residentes em Portugal terem, na verdade, imigrado e de não ser comum estudar fluxos imigratórios de portugueses. Algumas fontes estatísticas, como sucede com os Recenseamentos da População e os Inquéritos ao Emprego, também reúnem alguma informação respeitante ao país de naturalidade. Contudo, a utilização deste critério revela-se ainda mais complexo, não só por não ser considerado pelo SEF, mas também porque, no caso de pessoas nascidas nas antigas colónias portuguesas em África, não é possível diferenciar a população de ascendência portuguesa nascida naqueles territórios que veio para Portugal após a sua independência da imigrante de origem africana.

No que respeita à avaliação rigorosa do papel das mulheres e dos homens imigrantes no mercado de trabalho português, a situação também se apresenta algo complexa. Segundo Peixoto (2006), tal deve-se ao carácter fragmentário e nem sempre passível de comparação das fontes estatísticas disponíveis e à natureza informal de muitas das actividades que são desempenhadas.

Em termos de estatísticas oficiais sobre a população estrangeira empregada, a principal fonte utilizada incide sobre a informação resultante dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho. Os dados resultantes desta fonte encontram-se entre os mais completos, o que se deve ao carácter actualizado da informação (disponível anualmente), à variedade de variáveis referentes ao mercado de trabalho e sua natureza exaustiva (os dados respeitam ao universo dos trabalhadores registados pelas empresas). Mas, apesar das suas potencialidades, há também que identificar algumas limitações desta fonte, nomeadamente a significativa subavaliação, tanto da população activa nacional como, em particular, da de nacionalidade estrangeira. De facto, esta fonte não contempla alguns segmentos do mercado de trabalho (administração pública, sectores da agricultura não constituídos em empresas e emprego por conta das famílias), trabalhadores/as ligados/as a empresas de trabalho temporário e, naturalmente, a economia informal (a informação é divulgada pelas empresas e reporta ao pessoal ao serviço, isto é, trabalhadores/as com estatuto legal e pertencentes ao quadro das empresas). Os dados referem-se, ainda, exclusivamente ao continente. No caso da população estrangeira, os principais défices resultam da não consideração do emprego doméstico – muitas das mulheres estrangeiras em Portugal estão ligadas, exclusiva ou parcialmente, a este sector –, trabalho temporário e economia informal (Peixoto, 2008).

Quanto às fontes de informação sobre minorias étnicas, não existe, até à data, produção estatística oficial sobre a realidade portuguesa. A escassa bibliografia nacional tem incidido, maioritariamente, sobre o estudo das desigualdades existentes entre a população cigana e não-cigana, considerada como a minoria étnica mais numerosa da União Europeia, a vivenciar situações de pobreza e de exclusão social. Os dados disponíveis são, quase sempre, resultado da administração de inquéritos ou da realização de entrevistas a amostras da comunidade cigana, o que dificulta muito a obtenção de dados fiáveis.

No Inquérito Nacional de Saúde considerou-se **imigrante** a “pessoa que não nasceu em Portugal; pessoa que residia em Portugal, em permanência, pelo menos um ano antes da entrevista” e **português não migrante** a “pessoa que nasceu em Portugal; e pessoa que viveu sempre em Portugal”.

Devemos ainda advertir para algumas questões metodológicas que não permitem uma análise global e sólida do estado de saúde e de doença deste grupo populacional. Uma dessas questões, que se aplica especificamente aos dados oficiais sobre a saúde dos/as imigrantes (Inquérito Nacional de Saúde – INS), relaciona-se com a metodologia utilizada nas entrevistas efectuadas. A amostra do INS, probabilística e multietápica (*multistage cluster sample*), foi obtida a partir de uma amostra-mãe (AM) de unidades de alojamento, base de amostragem dos inquéritos realizados pelo INE, junto das famílias. A AM foi seleccionada a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001), utilizando-se, também aí, um esquema de amostragem complexo. Os alojamentos colectivos, que compreendem os hotéis e similares e ainda as convivências (apoio social, educação, militar, prisional, religiosa, saúde, trabalho e outras) foram excluídos da AM e, como tal, não fizeram parte da amostra do INS (Dias *et al.*, 2008)<sup>4</sup>.

A consequência desta metodologia, que exclui os imigrantes residentes em Portugal em condições de maior precariedade, é o “surgimento” de um perfil de imigrante mais jovem, escolarizado e aparentemente integrado, o que ajuda a compreender a positividade de alguns dados quando comparados com os da população portuguesa não migrante<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> As dificuldades associadas á distinção entre estrangeiro/a residente em Portugal e Imigrante já foram referidas e discutidas, anteriormente, no “Estado da Arte” pelo que remetemos o leitor para lá. No INS considerou-se **imigrante** a “pessoa que não nasceu em Portugal; pessoa que residia em Portugal, em permanência, pelo menos um ano antes da entrevista” e **português não migrante** a “pessoa que nasceu em Portugal; e pessoa que viveu sempre em Portugal”.

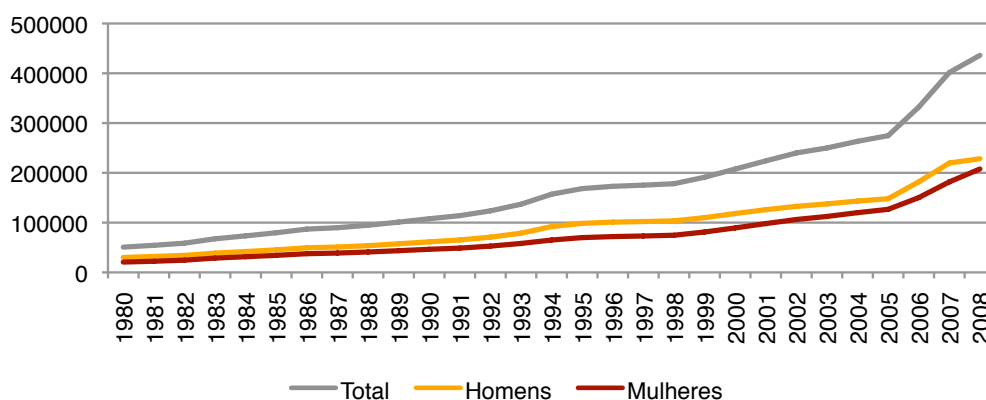
<sup>5</sup> Verificou-se na amostra de imigrantes a percentagem de homens era ligeiramente superior à de mulheres (Homens: 50,6%; Mulheres: 49,4%), enquanto que na amostra de portugueses não imigrantes essa relação surge invertida (Homens: 47,5%; Mulheres: 52,5%). Saliente-se, ainda, as diferenças apreciáveis na distribuição percentual por classe etária, sobretudo na classe 25-44 anos, que incluiu cerca de 51,7% dos/as imigrantes mas apenas 29,4% dos/as portugueses/as não migrantes. Genericamente, a população imigrante tinham um nível de instrução mais elevado do que a população não migrante, com os dois níveis de escolaridade mais elevados (10 ou mais anos de escolaridade) a conterem quase o dobro de imigrantes (imigrantes: 43,2%; portugueses: 23,5%). Mais de metade das pessoas imigrantes declararam-se trabalhadores no activo, percentagem mais elevada do que a observada na população portuguesa não migrante (imigrantes: 64,1%; portugueses: 46,1%). A percentagem de pessoas desempregadas também se revelou ligeiramente superior na população imigrante (imigrantes: 7,0%; portugueses: 4,7%) (Dias *et al.*, 2008).



## 2.3 Tendências da imigração em Portugal

A população estrangeira residente em Portugal tem vindo a crescer de uma forma consistente desde 1980 até 2008, aumentando 8,6 vezes a nível global, 7,6 nos homens e 10 nas mulheres (cf. anexo p. 182).

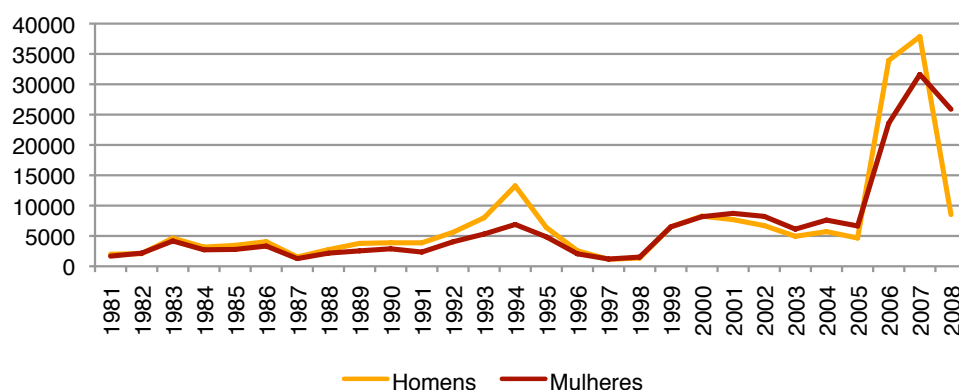
Gráfico 2.1 **População estrangeira residente em Portugal, por sexo, 1980-2008 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
Fonte dos dados: PORDATA

Este maior crescimento da população estrangeira de mulheres é particularmente significativo e de uma forma mais continuada de 2000 a 2005, e pontualmente em 1996-1998, 1981-1982 e 2007-2008.

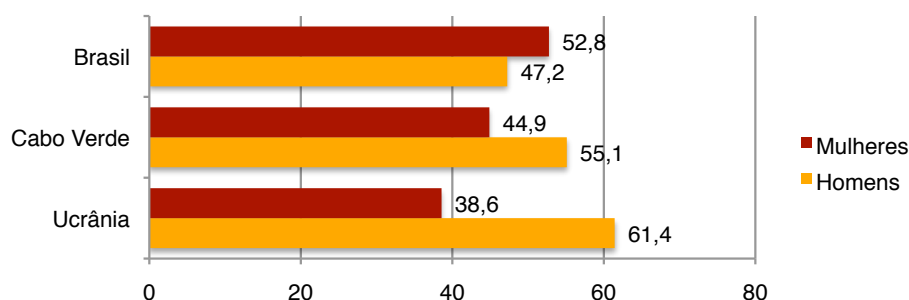
**Gráfico 2.2 Variação absoluta da população estrangeira residente em Portugal, por sexo, 1981-2008 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: PORDATA

Todavia, se tivermos em consideração o país de origem, de entre os três mais representativos em Portugal, notam-se algumas exceções. Em 2007, o caso em que o número de mulheres estrangeiras supera o dos homens é o das brasileiras.

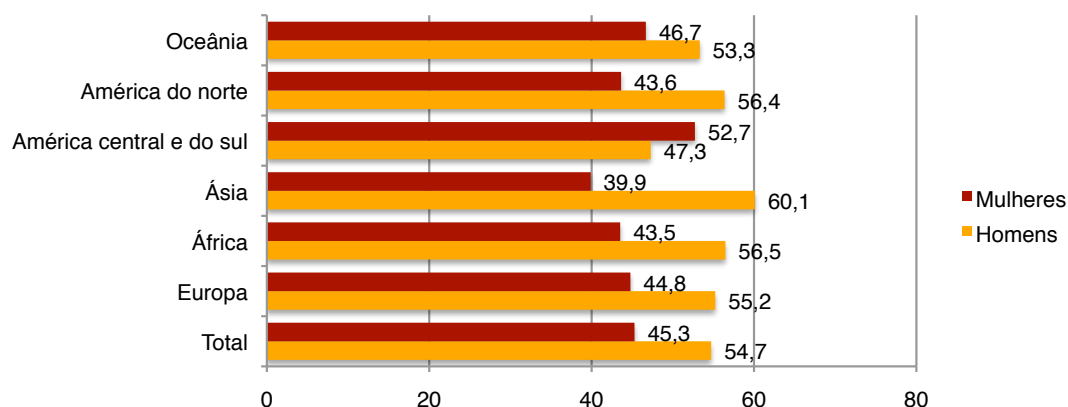
**Gráfico 2.3 População estrangeira residente em Portugal, originária do Brasil, Ucrânia e Cabo Verde, por sexo, 2007 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: SEF

Verifica-se uma situação semelhante quando se faz uma análise por continente. Apenas a América central e do sul regista uma proporção de mulheres mais elevada que a dos homens, resultado, justamente, do peso relativo das mulheres brasileiras.

**Gráfico 2.4 População estrangeira residente em Portugal, por continente de origem e por sexo, 2007 (%)**

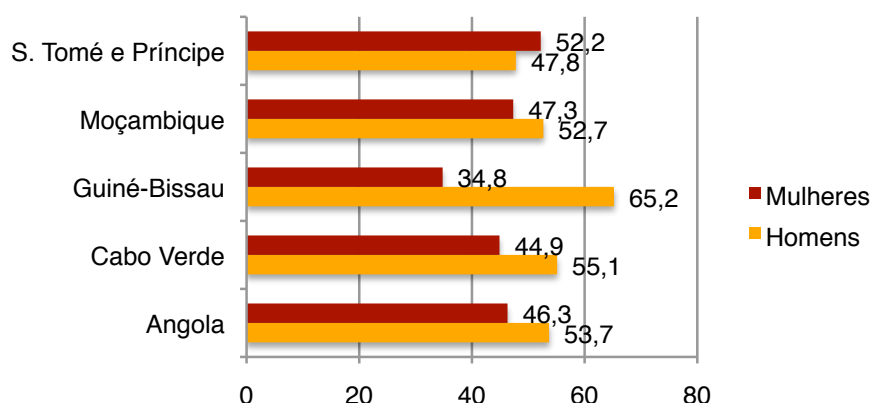


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: SEF

Os dados do SEF revelam ainda outras nacionalidades em que as mulheres estão em maior número como é o caso de muitos dos países do Leste europeu (Eslovénia, Eslováquia, Letónia, Lituânia, República Checa, entre outros).

Relativamente aos PALOP, apenas no caso de São Tomé e Príncipe o número de homens não supera o de mulheres.

**Gráfico 2.5 População estrangeira residente em Portugal oriunda dos PALOP, por sexo, 2007 (N)**

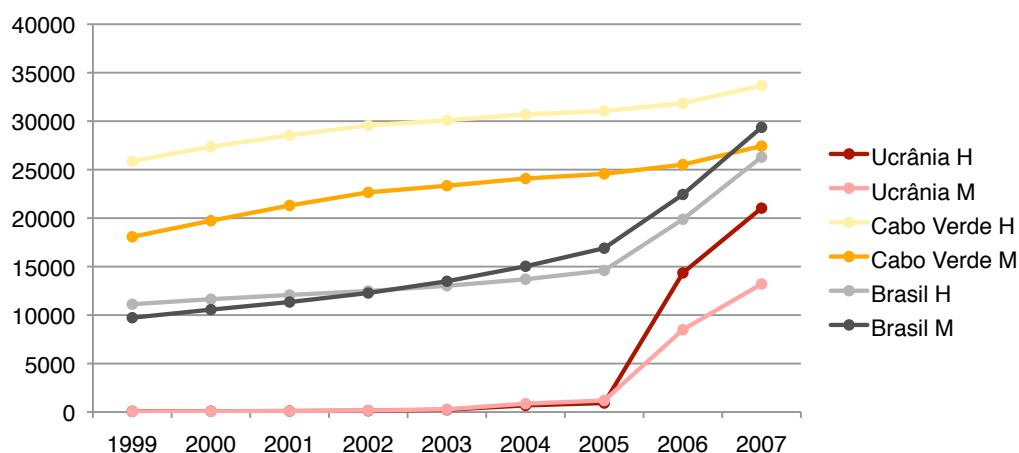


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: SEF

Contudo, ao analisar os dados das três nacionalidades mais representativas em Portugal numa perspectiva longitudinal, percebe-se que a situação actual não é o resultado de uma tendência sustentada, à excepção de Cabo Verde, cuja proporção entre homens e mulheres se tem mantido ao longo do tempo. No caso da Ucrânia, as mulheres residentes chegaram a ser em maior número que os homens, entre 2002 e 2005; em 2006 e 2007, não só o número de residentes ucranianos aumenta substancialmente como também a relação entre sexos se inverte: passam a registar-se mais homens que mulheres. Relativamente à população brasileira, entre 2002 e 2003, assistiu-se a uma inversão dos valores: se até aí a proporção de homens era maior do que a das mulheres, a partir de 2003, as mulheres passaram a ser em maior número.

**Gráfico 2.6 População estrangeira residente em Portugal oriunda da Ucrânia, Cabo Verde e Brasil, por sexo, 1999-2007 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: SEF

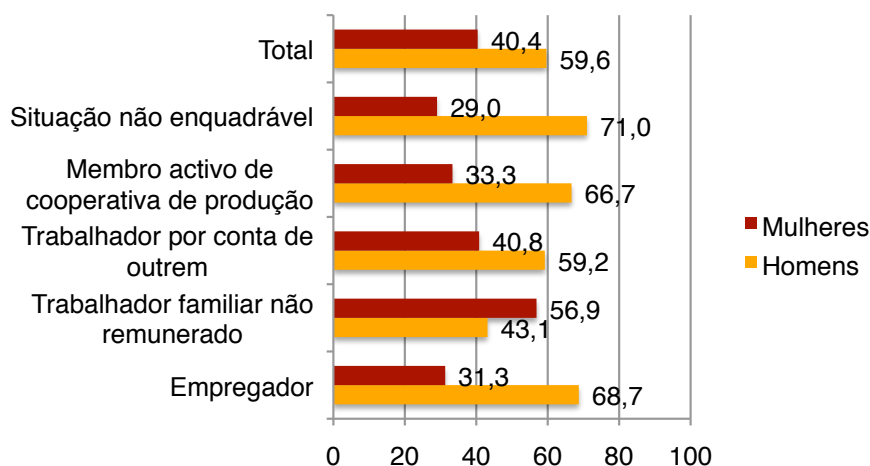
## 2.4 Trabalho e emprego

### 2.4.1 Emprego

Pelos dados dos Quadros de Pessoal do GEP-MTSS, em 2008, a desigualdade entre a percentagem de mulheres e de homens estrangeiros a nível da profissão é particularmente significativa e desfavorável àquelas, nomeadamente nos empregadores (68,7% e 31,3%), trabalhadores por conta de outrem (59,2% e 40,8%) e nos membros activos de cooperativas de produção (66,7% e 33,3%). Por outro lado, apesar dos trabalhadores familiares não remunerados serem uma categoria residual nas estatísticas, é aí que as mulheres estrangeiras são sinalizadas em maior número.

No mesmo sentido, quando se comparam os trabalhadores por conta de outrem e os empregadores, é ainda de referir o facto de a percentagem de homens ser expressivamente maior no primeiro caso (68,7% contra 59,2%).

Gráfico 2.7 **Pessoas estrangeiras ao serviço, por sexo, segundo a situação na profissão (Outubro de 2008) (%)**



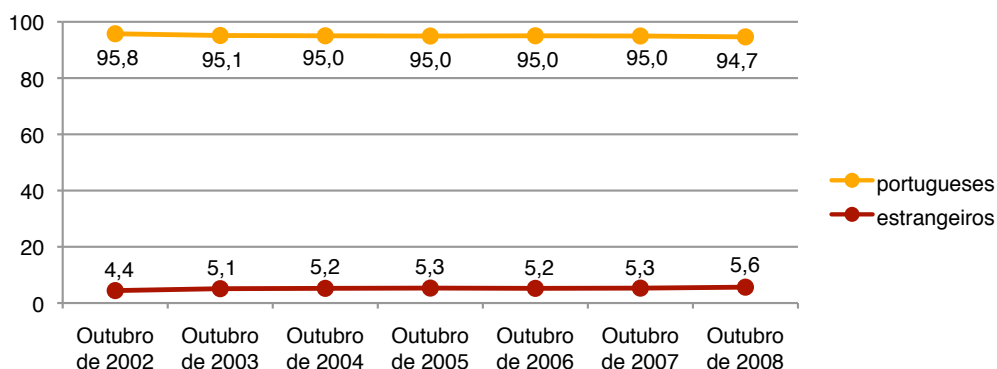
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Quadros de Pessoal 2008 - GEP-MTSS

De algum modo, estes valores vêm comprovar o “tecto invisível”, já referido em outros estudos (Lisboa *et al.*, 2006), a que parecem estar sujeitas as mulheres na ocupação de cargos de empresas como empregadoras.

Considerando agora só os trabalhadores por conta de outrem, de 2002 a 2008, a sua percentagem em relação ao total aumentou (de 4,4% para 5,6%).

**Gráfico 2.8 População trabalhadora estrangeira por conta de outrem (Outubro de 2002 a Outubro de 2008) (%)**

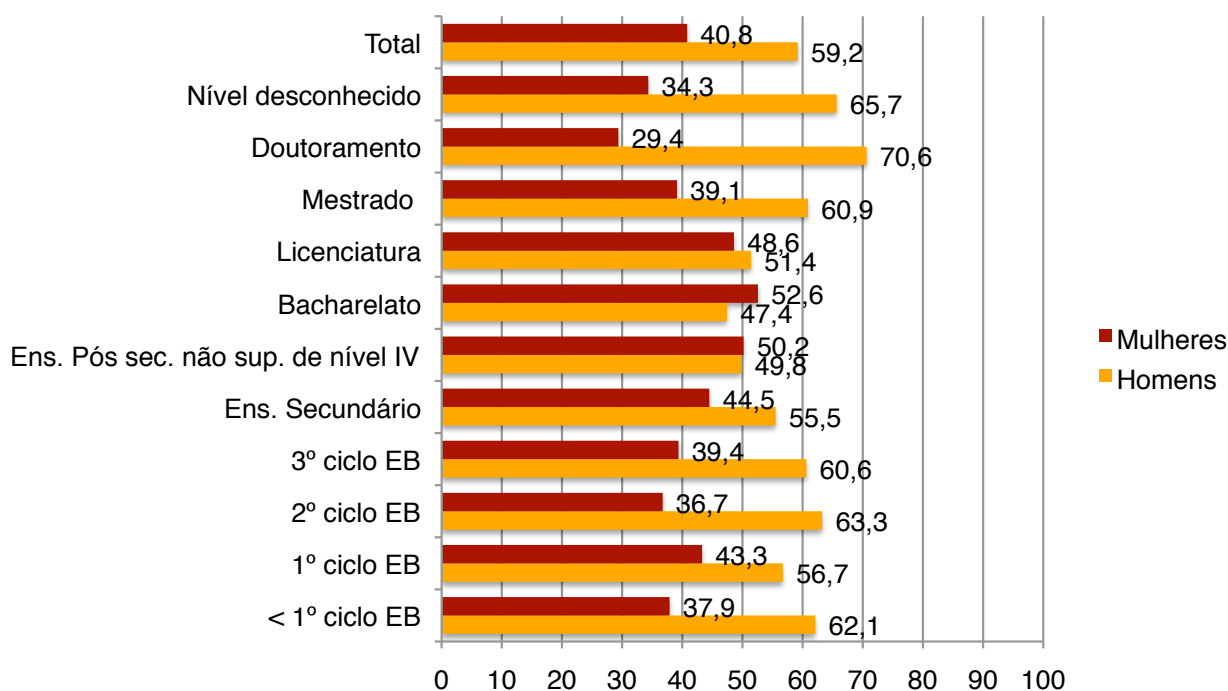


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Observatório do Emprego e Formação Profissional

O indicador relativamente ao nível de instrução formal de estrangeiros/as com emprego em Portugal, em 2008, revela que, à medida que nos aproximamos dos níveis mais elevados e mais baixos, aumenta a percentagem de homens face às mulheres. Pelo contrário, quando nos situamos nos níveis intermédios da estrutura de ensino, vai aumentando o peso das mulheres, sendo maior no bacharelato e no pós-secundário não superior de nível IV (52,6% e 50,2%).

**Gráfico 2.9 População trabalhadores por conta de outrem estrangeira, por sexo, segundo o nível de habilitação (Outubro de 2002 a Outubro de 2008) (%)**

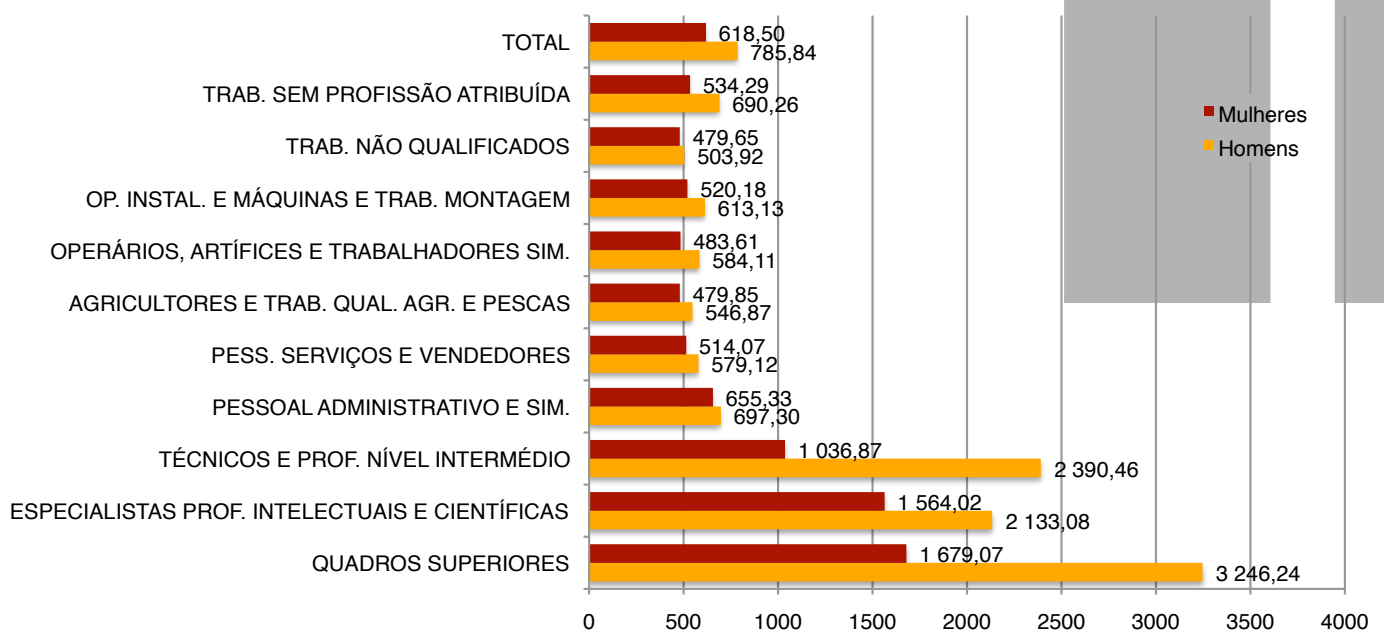


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Quadros de Pessoal 2008 - GEP-MTSS

De um modo geral, em 2008, quer a remuneração base, quer o ganho médio, das mulheres estrangeiras residentes em Portugal são inferiores aos dos homens. Tal é particularmente significativo nas categorias profissionais "Técnicos e profissões de nível intermédio", "Quadros Superiores" e, em menor grau, "Especialistas das profissões científicas e intelectuais" e "Trabalhadores sem profissão atribuída". Na categoria "Trabalhadores não qualificados" e nas restantes actividades profissionais económica e socialmente menos valorizadas, vai aumentando o peso das mulheres.

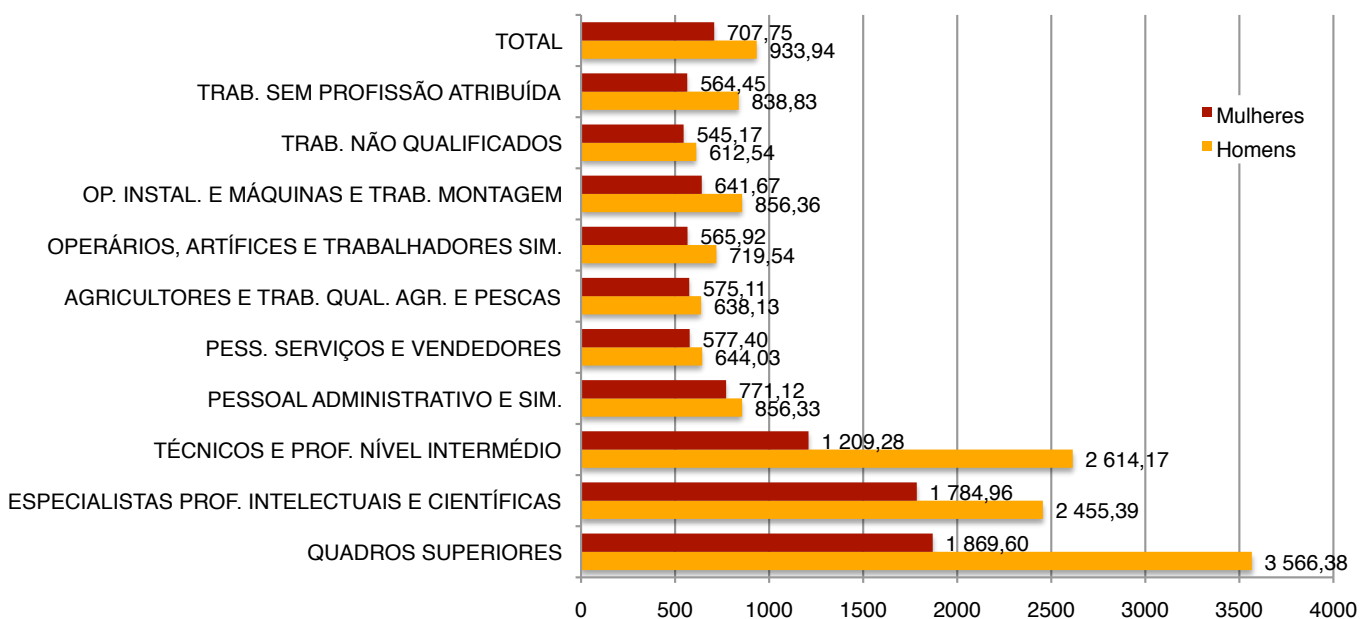
Gráfico 2.10 Remunerações base médias dos trabalhadores/as estrangeiros/as por conta de outrem, por profissão, segundo o sexo (Outubro de 2008) (euros)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Quadros de Pessoal 2008 - GEP-MTSS

Gráfico 2.11 Ganho médio dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as por conta de outrem, por profissão, segundo o sexo (Outubro de 2008) (euros)

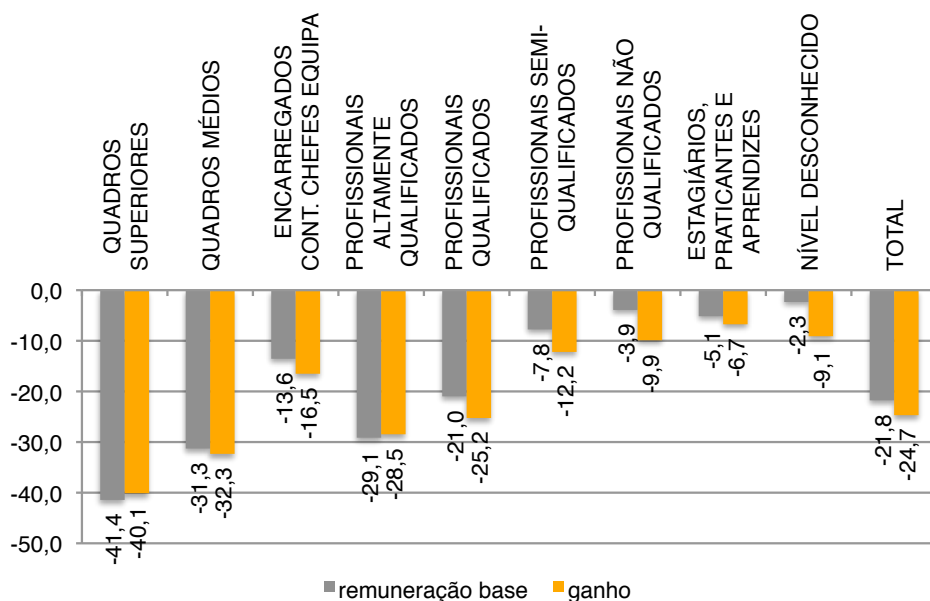


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Quadros de Pessoal 2008 - GEP-MTSS

Refira-se ainda que as categorias profissionais onde a diferença de remuneração entre homens e mulheres é maior, e desfavorável a estas, são os "quadros superiores", os "quadros médios" e os "profissionais altamente qualificados" e "profissionais qualificados", com valores superiores aos totais.

Gráfico 2.12 **Diferença entre remunerações base e ganhos das mulheres TCO estrangeiras relativamente aos homens nas mesmas condições, por níveis de qualificação (Outubro de 2008) (%)**



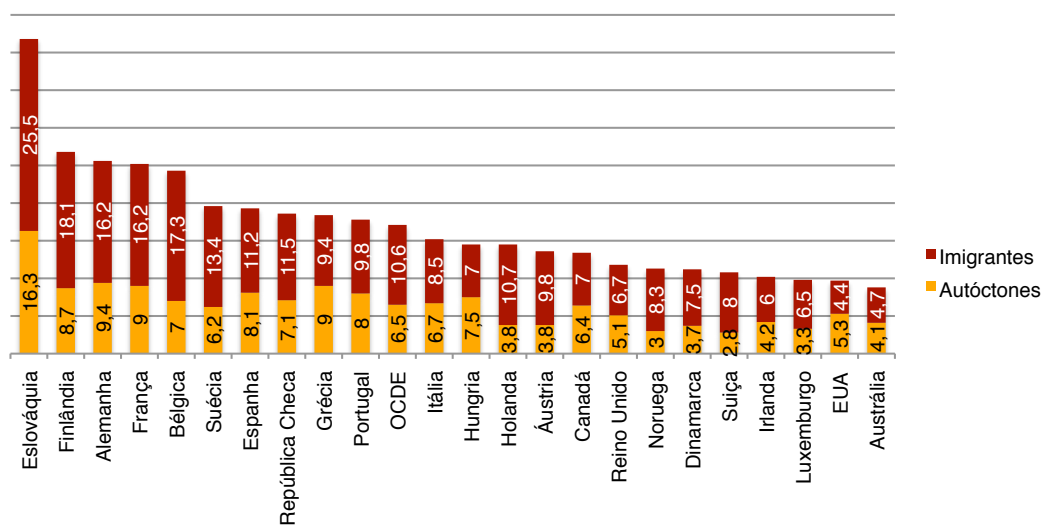
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades

Estes resultados revelam que as mulheres estrangeiras, além da discriminação que em muitos casos decorre da sua condição de migrantes, sofrem ainda uma desigualdade acrescida particularmente nas actividades melhor remuneradas e socialmente mais prestigiadas. Ainda que os dados dos Quadros de Pessoal não permitam uma desagregação simultânea por sexo, nacionalidade e nível de qualificação, sabemos que, para igual profissão e nível de qualificação, os/as portugueses/as ganham quase sempre mais que os/as estrangeiros/as e também, em cada profissão ou nível de qualificação, os homens ganham sempre mais que as mulheres. Assim, é de admitir a hipótese de que elas são alvo de uma desigualdade social que encerra múltiplas discriminações: estrangeira, potencial ocupante das posições mais baixas da estrutura social e como mulher.

## 2.4.2 Desemprego

À semelhança do que ocorre na quase totalidade dos países da OCDE (as excepções são a Hungria e os EUA), em 2006, a taxa de desemprego da população imigrante em Portugal é superior à dos autóctones. Refira-se, no entanto, que o valor encontrado para Portugal é inferior ao da totalidade dos países da OCDE.

Gráfico 2.13 Taxa de desemprego dos autóctones e imigrantes na OCDE (2006) (%)

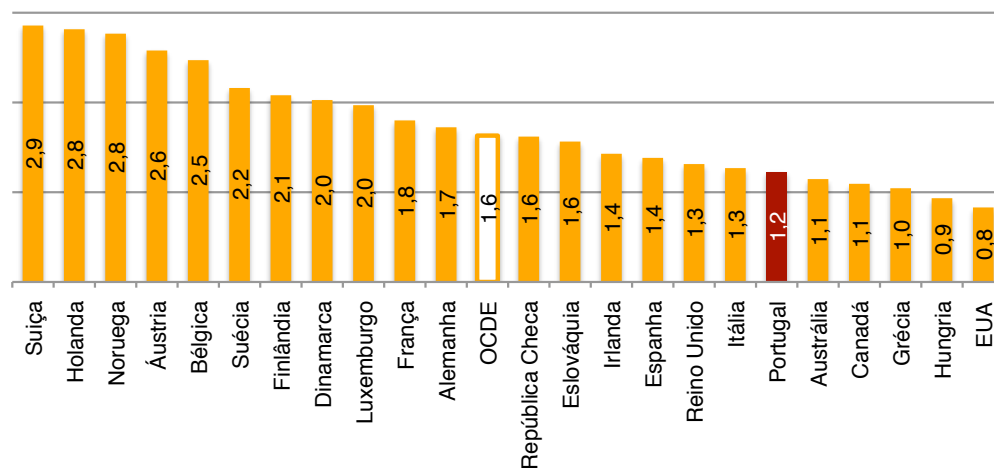


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades

O gráfico seguinte é bem explícito ao mostrar que, em Portugal, por cada desempregado/a autóctone há 1,2 desempregados/as imigrantes. Sendo, em todo o caso, a situação portuguesa em 2006 melhor que a da maioria dos países em análise.

Gráfico 2.14 Rácio entre a taxa de desemprego dos/as autóctones e dos/as imigrantes na OCDE (2006)



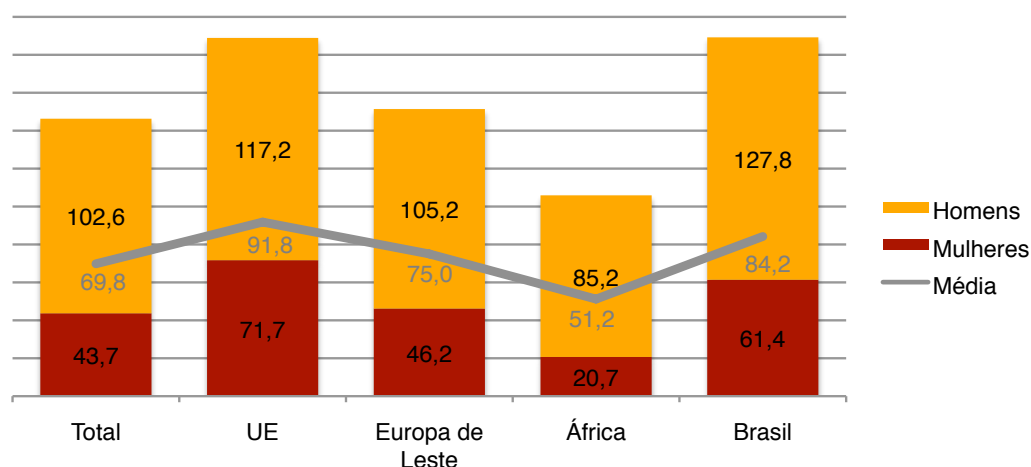
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades

A taxa de desemprego da população estrangeira em Portugal, entre Maio de 2008 e o período homólogo de 2009, aumentou cerca de 70%. Todavia, esse aumento foi mais acentuado para os homens do que para as mulheres, afectando de uma forma mais expressiva os que são originários dos países da União Europeia (91,8%) e do Brasil (84,2%).



**Gráfico 2.15 Variação do desemprego registado no IEFP em Maio de 2009 face ao período homólogo de 2009 entre a população estrangeira, por origem geográfica e sexo (%)**

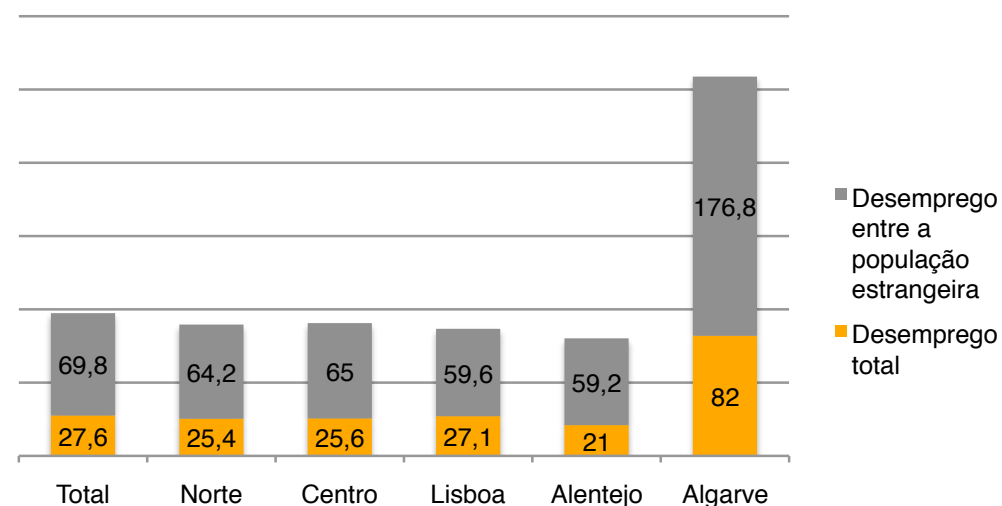


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades

Considerando o mesmo período homólogo, verificou-se que o desemprego entre os/as imigrantes aumentou mais do que o total, tendo-o mesmo duplicado, quer a nível nacional, quer nas diferentes regiões do país. Por outro lado, verifica-se que foi no Algarve onde se verificou o maior aumento, tanto no desemprego total, como no relativo a imigrantes.

**Gráfico 2.16 Rácio entre a taxa de desemprego de autóctones e de imigrantes na OCDE (2006)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Observatório das Desigualdades

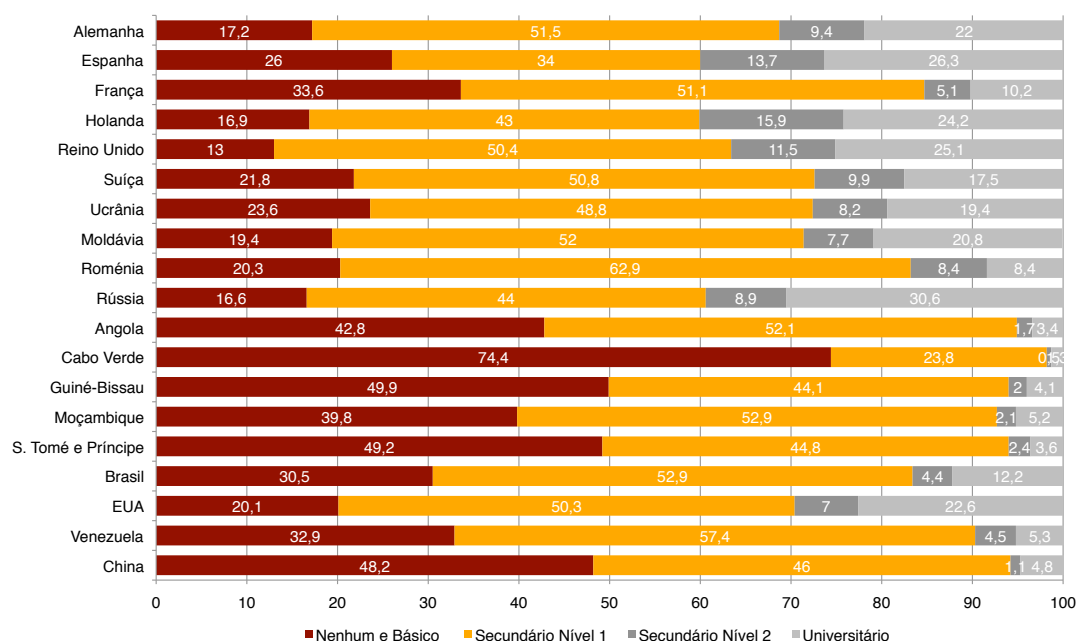
Refira-se ainda que a discussão e compreensão das questões do emprego e do desemprego, quer na população autóctone, quer na de imigrantes, deve ser também equacionada a partir da conciliação entre a vida profissional e pessoal. Essa problemática será aprofundada em relatórios futuros. Aos interessados recomendam-se os trabalhos da Prof. Doutora Karin Wall e Prof. Doutor João Peixoto (2005).

## 2.5 Educação e formação profissional

O Plano para a Integração dos Imigrantes assenta na promoção e defesa da “Igualdade de oportunidades para todos” e cabe ao Estado implementar medidas que promovam a integração de imigrantes e de grupos socialmente menos favorecidos. A medida Portugal Acolhe, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e a implementação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária pelo Ministério da Educação são dois exemplos de acções de integração (ver Anexos ‘Imigrantes e acesso ao emprego’ e ‘Territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP)’).

Em sociedades que têm vindo há décadas a valorizar a instrução formal como uma variável importante para a estratificação social, a análise do “nível de instrução” dos/as imigrantes pode ser um indicador importante para avaliar a sua inclusão/exclusão social.

Gráfico 2.17 Nível de educação (ISCED) da população estrangeira residente em Portugal com 15-64 anos, por nacionalidades, 2001 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INE, Censos 2001 (Carrilho, 2007)

O gráfico anterior apresenta informação dos Censos de 2001 relativa ao nível de instrução formal da população estrangeira residente em Portugal com 15-64 anos, por nacionalidades (pode incluir população que em 2001 ainda estava a estudar).

Entre os/as estrangeiros/as provenientes de alguns países africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente Cabo Verde (74,4%), Guiné-Bissau (49,9%), São Tomé e Príncipe (49,2%), e também da China (48,2%), predominam aqueles que frequentaram o nível básico ou que não têm nenhum nível de educação. Embora não seja dominante, também entre os angolanos e moçambicanos verifica-se uma forte expressão de reduzida escolaridade (42,8% e 42,8%, respectivamente).

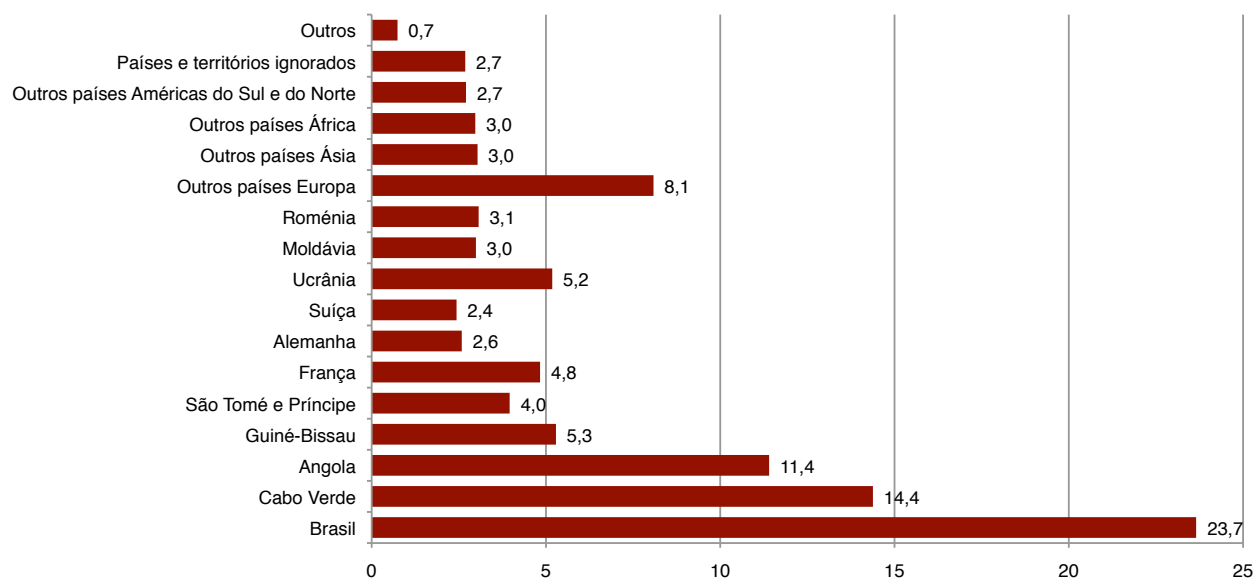
Em 2001, o ensino secundário nível 1 tem maior expressão entre os estrangeiros de origem romena (62,9%), venezuelana (57,4%), brasileira (52,9%), moçambicana (52,9%), angolana (52,1%) e moldava (52%).

Em geral, o ensino secundário nível 2 tem pouca expressão, salientando-se, no entanto, entre os oriundos de países europeus como a Holanda (15,9%), Espanha (13,7%) e Reino Unido (11,5%).

O ensino universitário destaca-se entre os estrangeiros provenientes da Rússia (30,6%), de outros países europeus como Espanha (26,3%), Reino Unido (25,1%), Holanda (24,2%), Alemanha (22%) e Estados Unidos da América (22,6%).

De um modo geral, verifica-se uma diferenciação ao nível dos recursos escolares da população estrangeira residente em Portugal: por um lado, a que tem baixas qualificações oriunda de países africanos de língua oficial portuguesa e da China e a proveniente de países europeus, do antigo bloco da URSS e dos Estados Unidos da América, com mais qualificações. Refira-se, no entanto, que em 2001 esta interpretação não tem em consideração o indicador sexo.

**Gráfico 2.18 Alunos/as matriculados/as nos ensinos básico e secundário em 2008/2009, por nacionalidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

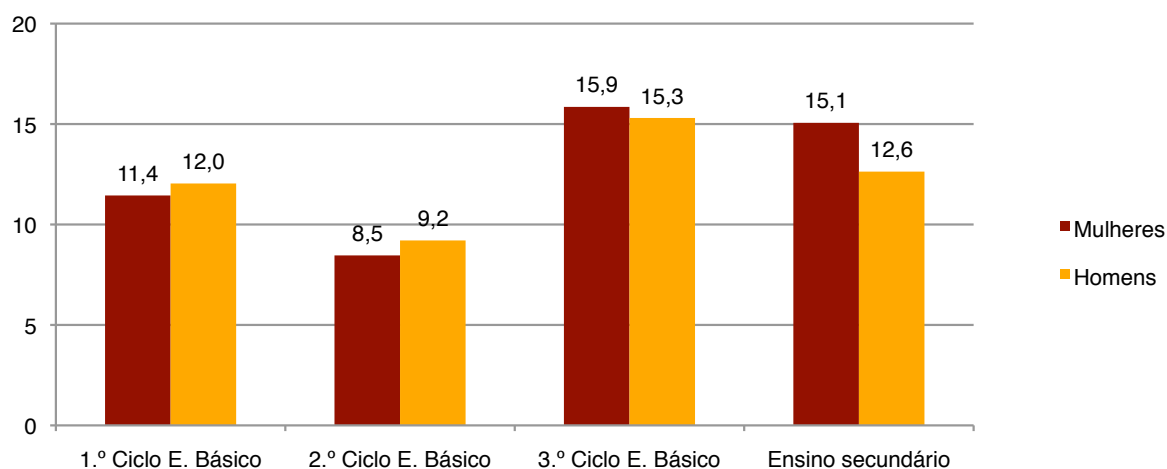
Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE, Dados do Continente. Dados preliminares

Entre os/as alunos/as estrangeiros/as matriculados no ano lectivo 2008/2009, nas escolas do continente, predominam os brasileiros (23,7%), distanciando-se dos/as alunos/as de origem de países africanos de língua oficial portuguesa, como Cabo Verde (14,4%), Angola (11,4%) e Guiné-Bissau (5,3%).

Refira-se a expressividade de alunos/as da Europa de Leste como a Ucrânia (5,2%), Roménia (3,1%) e Moldávia (3,0%). O peso dos/as alunos/as de origem francesa, alemã e suíça poderá indiciar um regresso ao país de emigrantes portugueses, com os filhos em idade escolar. Para além disto, o peso dos/as alunos/as de outros países da Europa sublinha a importância da Europa nos fluxos migratórios, seja enquanto fenómeno imigratório, seja como processo de retorno emigratório.

O acesso à instituição escolar permite uma maior inclusão dos filhos e filhas dos estrangeiros. O contacto directo com outras crianças, jovens e profissionais, potencia a troca de experiências, o conhecimento da língua e da realidade portuguesa, a obtenção de um nível de instrução formal e uma posterior integração no mercado de trabalho nacional.

Gráfico 2.19 **Alunos/as de nacionalidade estrangeira matriculados/as nos ensinos básico e secundário em 2008/2009, segundo o grau e tipo de ensino e sexo (%)**



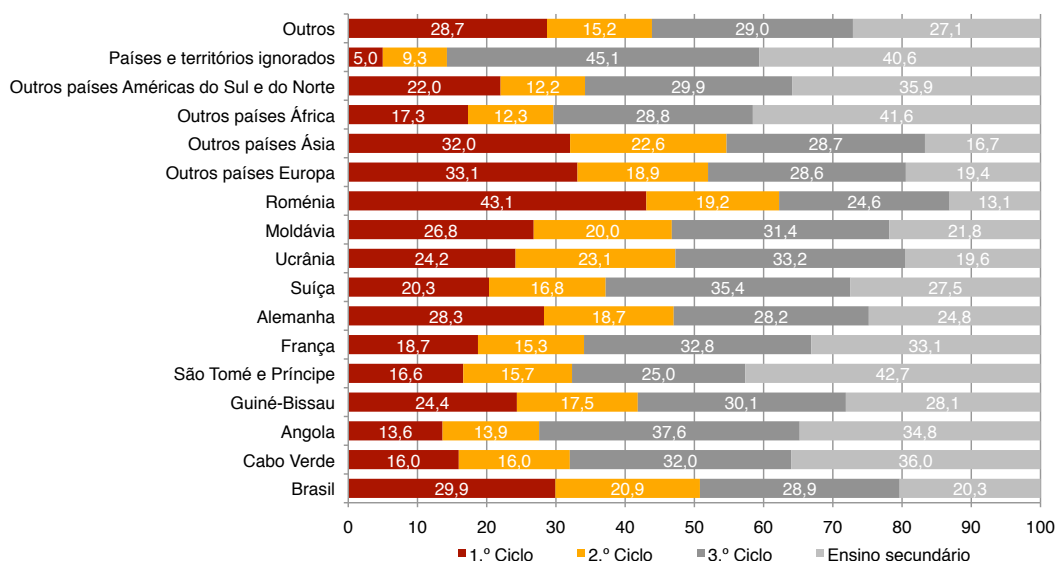
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE

No ano lectivo 2008/2009, matricularam-se nos ensinos básico e secundário de Portugal Continental 83.621 alunos estrangeiros, segundo os dados provisórios do GEPE - Ministério da Educação, repartidos de forma muito semelhante entre os dois sexos: 51% de alunas estrangeiras e 49% de alunos estrangeiros. Cerca de 59% dos alunos estrangeiros estava matriculado no 3º ciclo ou no ensino secundário.

Em relação ao total de alunos estrangeiros, verifica-se que os dois sexos distribuem-se de forma muito semelhante entre os vários níveis de ensino. É no ensino secundário que se verifica a maior diferença, predominando as raparigas entre os alunos estrangeiros, dado também verificado no 3º ciclo.

**Gráfico 2.20 Alunos/as matriculados/as no ensino básico e secundário em 2008/ 2009, segundo o grau e ciclo de ensino, por nacionalidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE

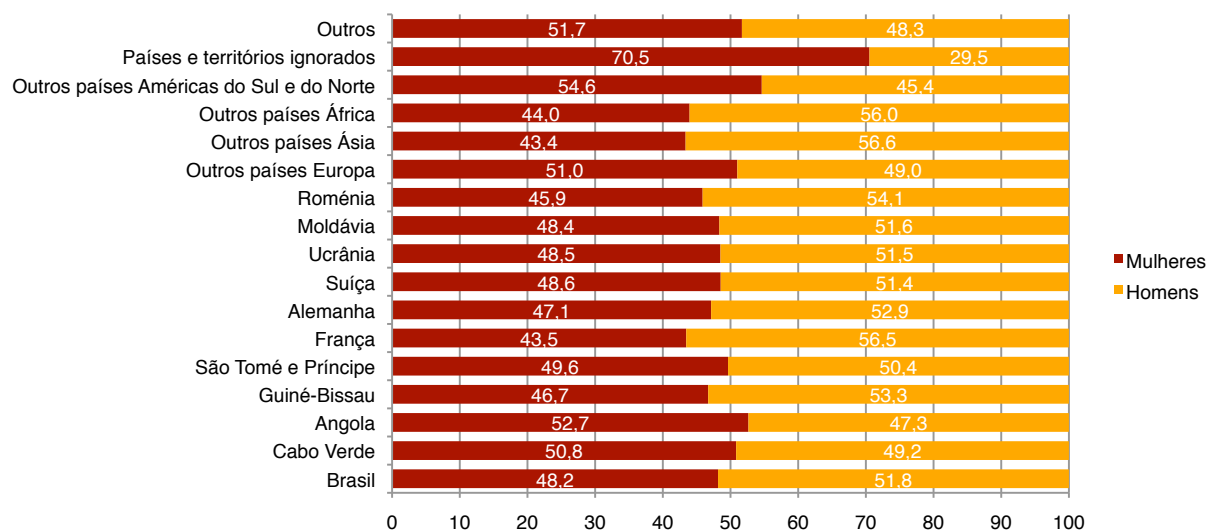
Verifica-se que mais de metade dos alunos matriculados de origem brasileira, romena e de outros países da Europa e da Ásia frequentam o 1º ou o 2º ciclo.

Inversamente, mais de metade dos inscritos oriundos de países e territórios ignorados, de países africanos de língua oficial portuguesa ou de outra língua, França, Ucrânia, Suíça, Outros países e outros países da América do Sul e Norte frequentam o 3º ciclo ou o ensino secundário.

Entre os alunos de origem romena predominam aqueles que frequentam o 1º ciclo (43,1%), proporção distinta do que se verifica nas restantes nacionalidades. Mais de 40% dos alunos oriundos de São Tomé e Príncipe, de outros países de África e de países e territórios ignorados frequentam o ensino secundário (42,7%, 41,6% e 40,6%, respectivamente).

Veja-se agora a distribuição dos dois sexos por nacionalidade e grau e ciclo do ensino:

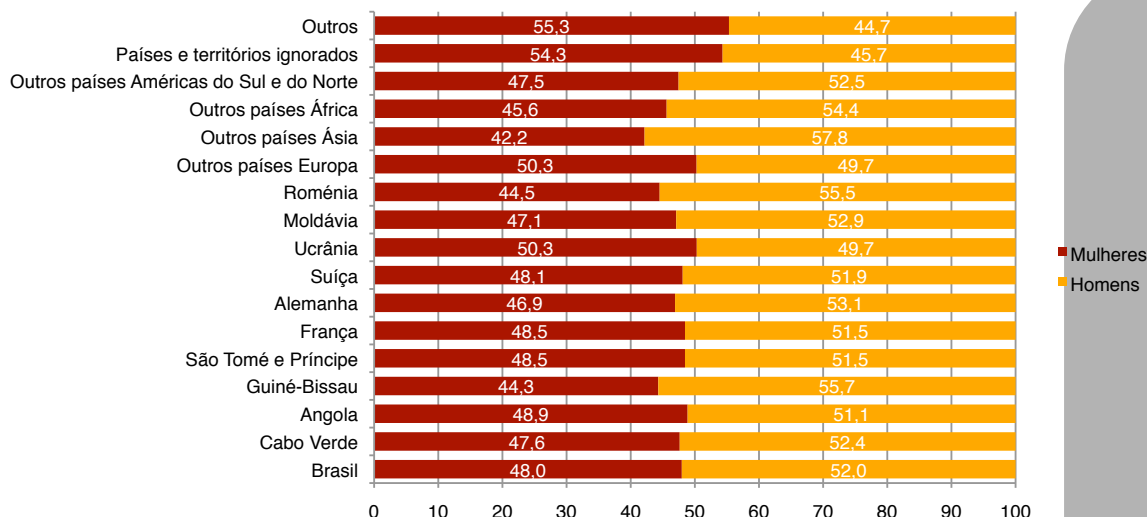
**Gráfico 2.21 Alunos/as matriculados/as no 1º ciclo do ensino básico em 2008/2009, segundo o sexo, por nacionalidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE

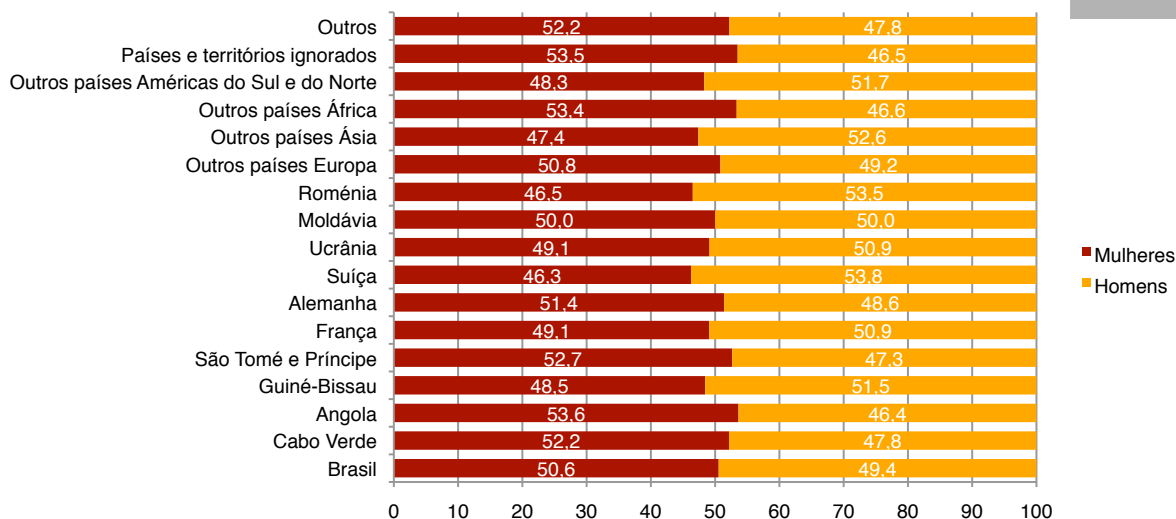
**Gráfico 2.22 Alunos/as matriculados/as no 2º ciclo do ensino básico em 2008/2009, segundo o sexo, por nacionalidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE

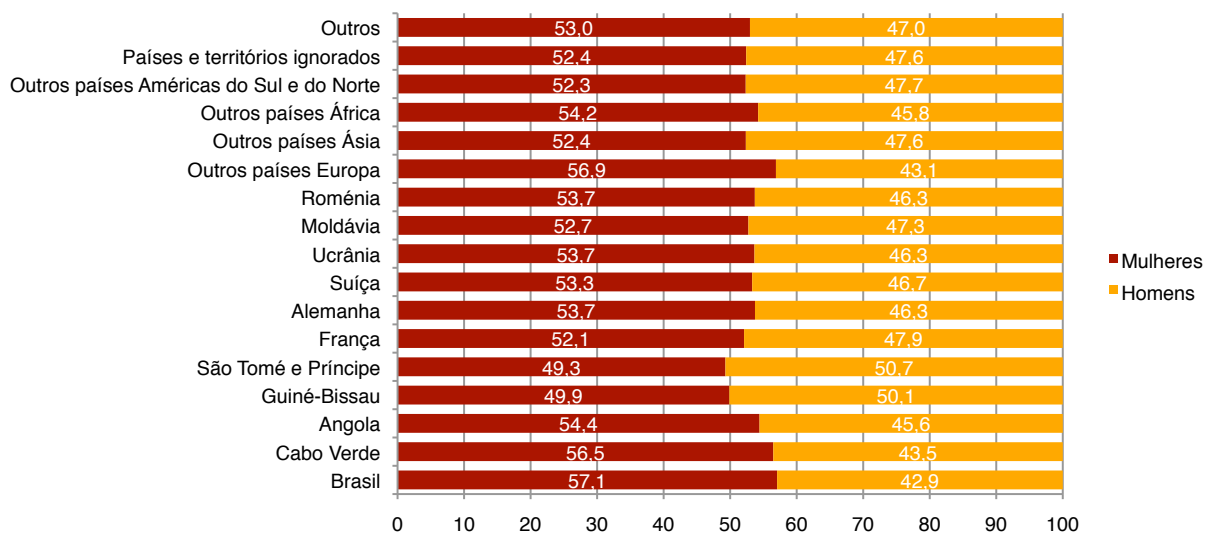
**Gráfico 2.23 Alunos/as matriculados/as no 3º ciclo do ensino básico em 2008/2009, segundo o sexo, por nacionalidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE

**Gráfico 2.24 Alunos/as matriculados/as no ensino secundário em 2008/2009, segundo o sexo, por nacionalidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Ministério da Educação – GEPE

A informação correspondente aos três ciclos do ensino básico mostra que não existem grandes discrepâncias quanto ao peso de rapazes e raparigas em cada nacionalidade. Os outros países da Ásia apresentam uma proporção de rapazes matriculados no ensino básico superior à das restantes nacionalidades. Quanto às raparigas, os países e territórios ignorados apresentam uma proporção superior à das restantes nacionalidades. Deve-se, no entanto, ter em linha de conta que se está a falar de proporções relativas à nacionalidade e não de números efectivos.

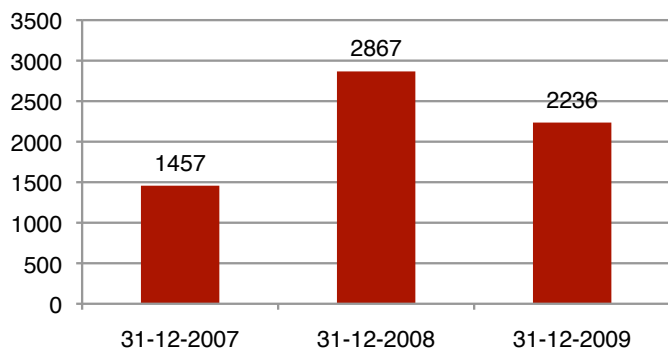
Relativamente à distribuição dos alunos matriculados no ensino secundário, verifica-se uma maioria das raparigas em praticamente todas as nacionalidades, exceptuando-se os casos dos alunos oriundos de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau.

## 2.5.1 Portugal Acolhe - Português para Todos - Medida do Instituto de Emprego e Formação Profissional

O “Programa Português para Todos” tem como objectivo permitir à população imigrante, residente em Portugal, que comprove não possuir nacionalidade portuguesa e que apresente uma situação devidamente regularizada de estadia, permanência ou residência em Portugal, o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa. Promove a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, entendidos como componentes essenciais de um adequado processo de integração, através de um conjunto de acções de formação em língua portuguesa, cidadania e português técnico.

O programa destina-se a cidadãos/cidadãs imigrantes adultos/as, com idade igual ou superior a 18 anos, activos/as empregados/as ou desempregados/as e com situação regularizada em Portugal. Oferece ainda o certificado de formação profissional e o certificado de utilizador elementar de português e Língua estrangeira (no caso de conclusão com aproveitamento do percurso formativo A). Este último Certificado garante a dispensa da realização da prova de nacionalidade. Finalmente, comporta acções de formação nos planos da Língua Portuguesa e Cidadania e de Português Técnico nas áreas do Comércio, Hotelaria e Restauração, Cuidados de Beleza, Construção Civil e Engenharia, adequando-se a formação a determinadas áreas de actividade profissional, com benefícios para a integração profissional.

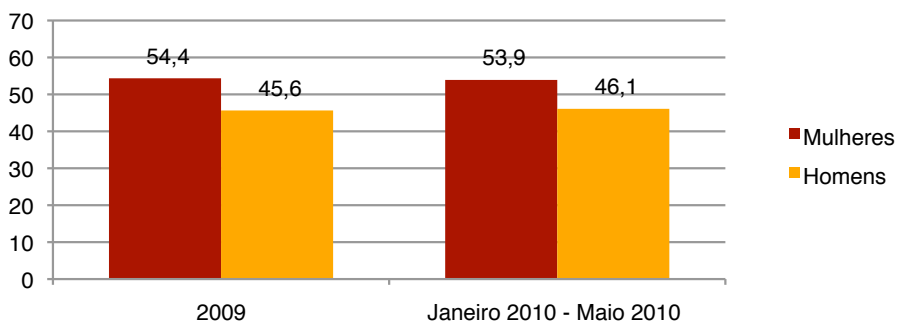
**Gráfico 2.25 Número de abrangidos/as pela medida Portugal Acolhe, período 2007-2009 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP

A informação disponibilizada pelo IEFP mostra que no ano de 2008 se verificou um acréscimo considerável no número de participantes no programa Portugal Acolhe, quase o dobro relativamente a 2007. No ano de 2009, observa-se um decréscimo, com menos perto de 630 pessoas, ainda assim mais do que se verificou em 2007.

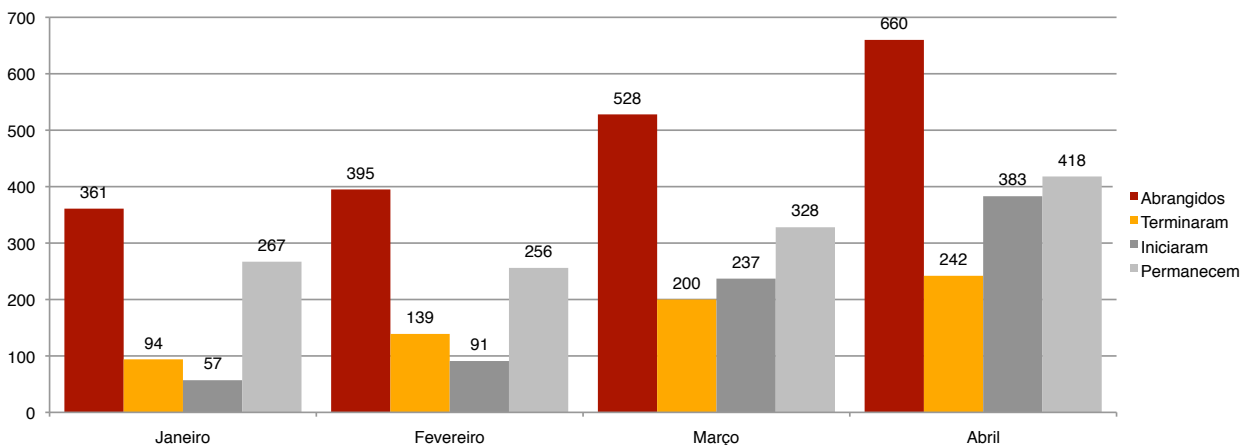
**Gráfico 2.26 Abrangidos/as pelo programa de formação profissional IEFP, Portugal Acolhe, ano de 2009 e período Janeiro-Maio 2010, por sexo (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP

As mulheres predominam entre os que frequentam o programa Portugal Acolhe, quer no ano de 2009, quer nos primeiros cinco meses de 2010.

**Gráfico 2.27 Caracterização dos abrangidos/as pela medida Portugal Acolhe por movimento estatístico, período Janeiro-Abril 2010 (%)**

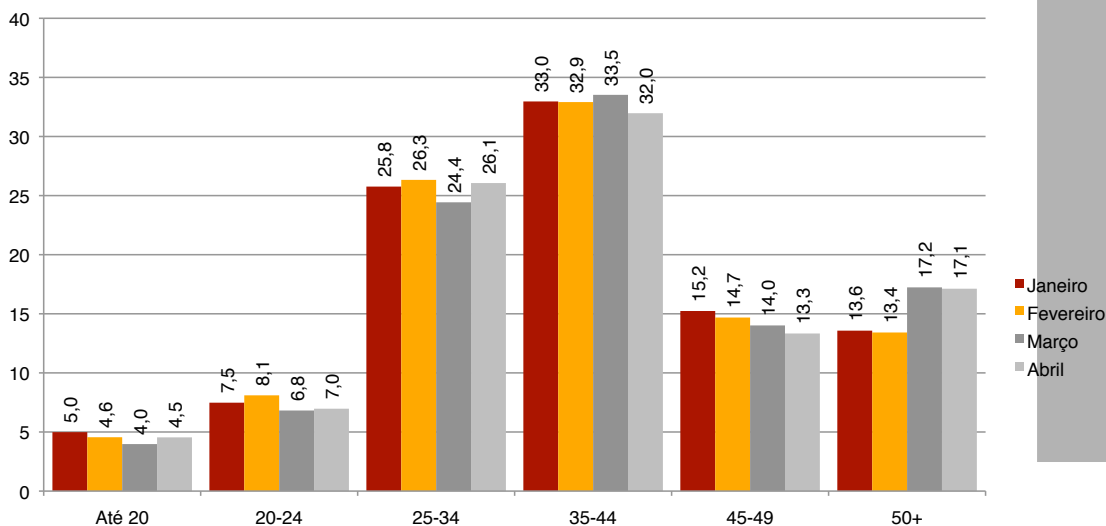


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP



A análise dos primeiros quatro meses do ano de 2010 mostra que, mensalmente, o número de abrangidos/as pela medida tem vindo a aumentar. Em quatro meses, o número de imigrantes que entrou no programa aumentou mais de seis vezes. Também o número de pessoas que terminaram o programa cresceu perto de 25%.

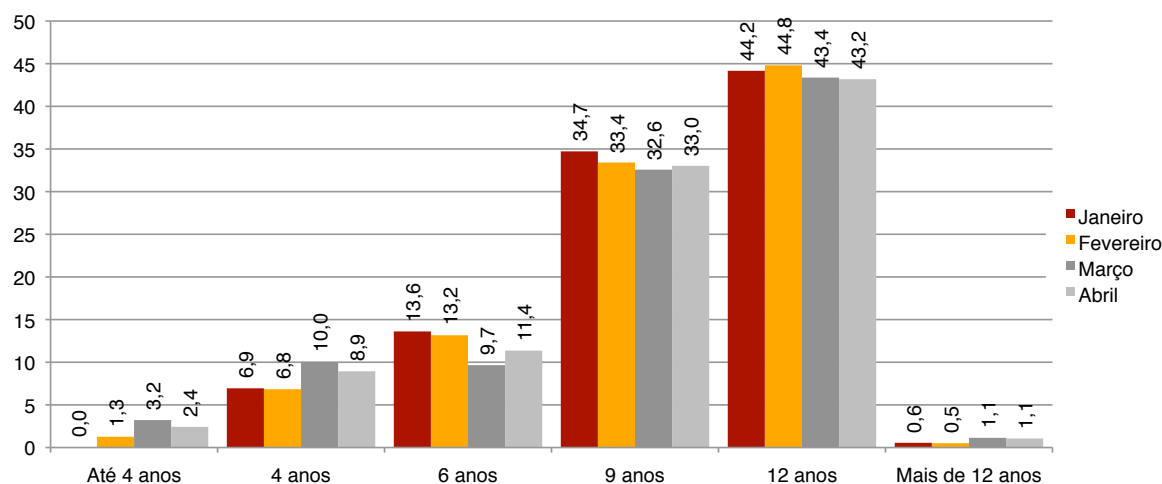
Gráfico 2.28 **Caracterização dos abrangidos/as pela medida Portugal Acolhe, por grupo etário, período Janeiro-Abril 2010 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP

No período considerado (Janeiro-Abril 2010), a população jovem ( $\leq 24$  anos) representa menos de 15% dos/as imigrantes abrangidos/as pelo programa. Cerca de 1/3 dos imigrantes tem idades compreendidas entre os 35 e 44 anos e 1/4 tem entre 25-34 anos, apresentando-se como uma população relativamente jovem. Sem dúvida que é entre a população de 25-44 anos que há mais imigrantes a frequentarem o programa Portugal Acolhe. Assinale-se ainda o peso considerável de imigrantes com 50 ou mais anos, superior ao dos mais jovens. Certamente que esta variação etária poderá ter influência na integração destes imigrantes na sociedade portuguesa. De facto, eles transportam consigo experiências sociais e culturais diversificadas, também em função da idade.

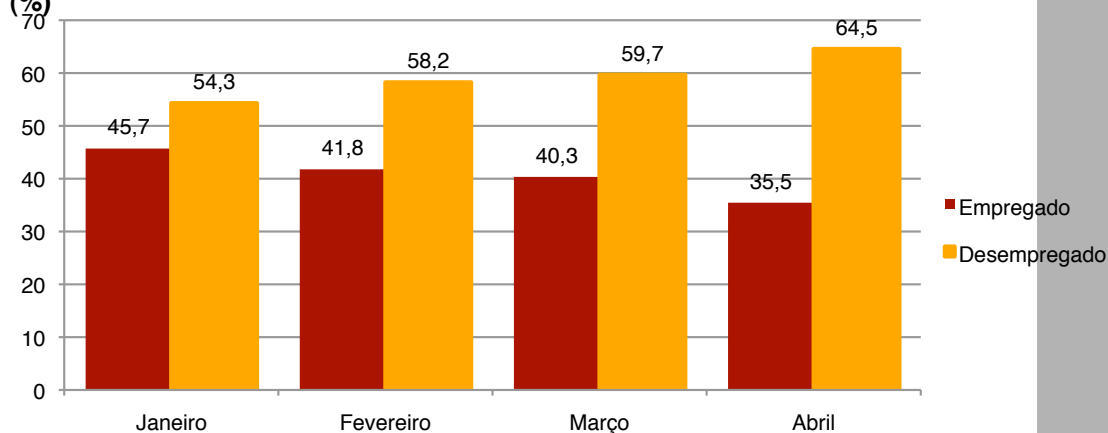
Gráfico 2.29 **Caracterização dos/as abrangidos/as pela medida Portugal Acolhe, por habilitações literárias, período Janeiro-Abril 2010 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP

Verifica-se que os imigrantes que integram a medida Portugal Acolhe têm sobretudo entre 9 e 12 anos de escolaridade.

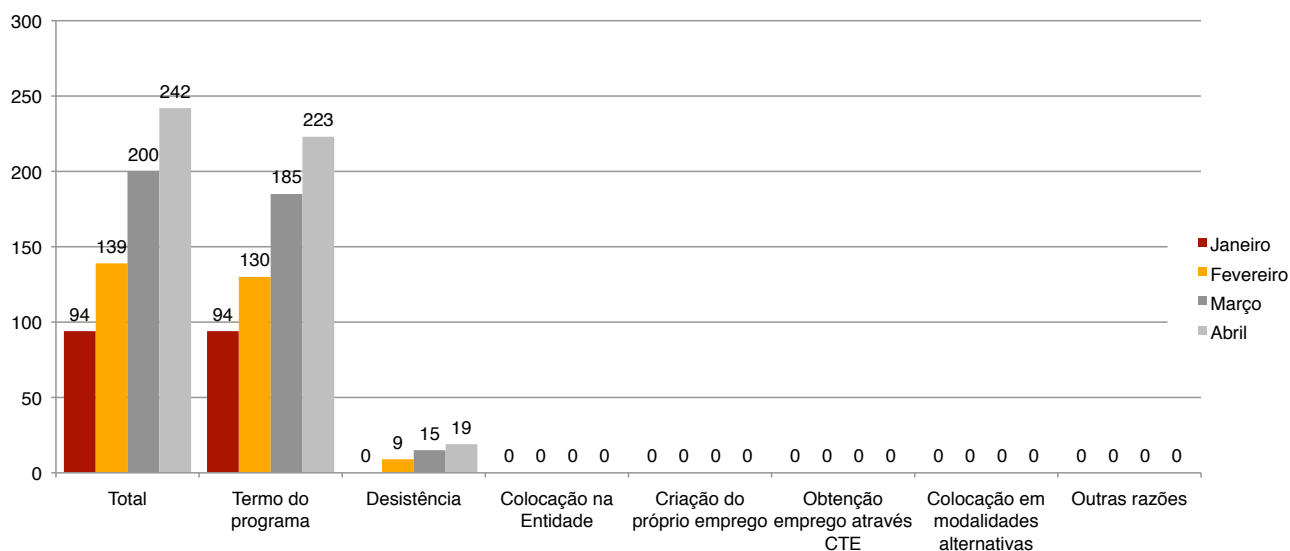
**Gráfico 2.30 Caracterização dos/as abrangidos/as pela medida Portugal Acolhe, por situação face ao emprego à entrada, período Janeiro-Abril 2010 (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
Fonte dos dados: IEFP

No período em análise, verifica-se que o número de desempregados/as à entrada é superior ao de empregados/as. Assinala-se ainda que, no último mês em análise, Abril de 2010, o peso de desempregados quase que duplica em relação aos de empregados.

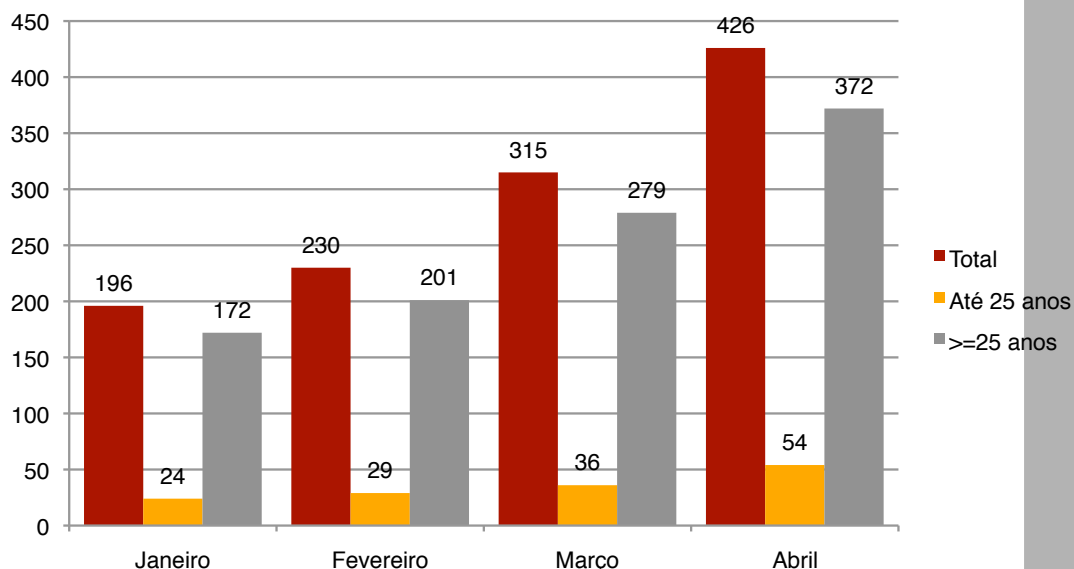
**Gráfico 2.31 Caracterização dos/as abrangidos/as pela medida Portugal Acolhe e motivo de saída (total e motivo), período Janeiro-Abril 2010 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
Fonte dos dados: IEFP

No período em análise, o número de saídas da medida tem aumentado. Na maioria das situações, o motivo deve-se ao fim do programa, sendo relativamente baixo o número de desistências. Os dados mostram também que nos quatro meses em análise nenhuma saída ficou a dever-se à obtenção ou criação de emprego, o que pode ser um indicador menos favorável em termos de integração social.

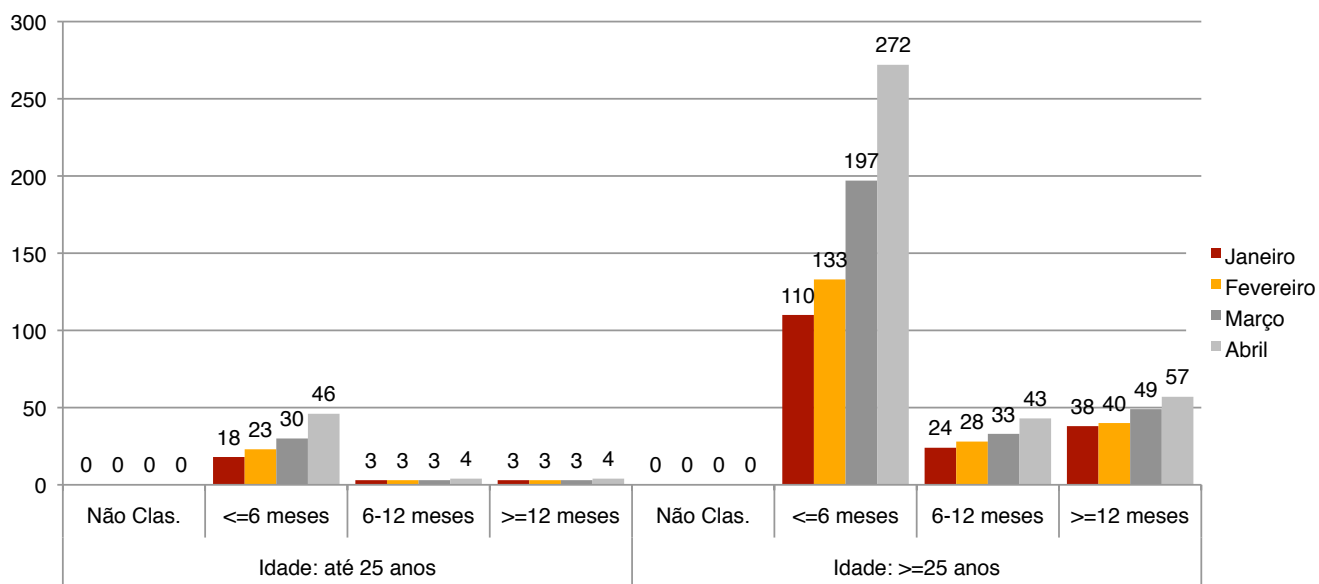
**Gráfico 2.32 Caracterização dos/as abrangidos/as em situação de desemprego à entrada na medida Portugal Acolhe, por Idade, período Janeiro-Abril 2010 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP

Nos quatro meses em análise, verifica-se que os indivíduos desempregados integrados na medida Portugal Acolhe têm sobretudo idade igual ou superior a 25 anos.

**Gráfico 2.33 Caracterização dos/as abrangidos/as em situação de desemprego à entrada na medida Portugal Acolhe, segundo tempo de inscrição e idade, período Janeiro-Abril 2010 (N)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: IEFP

Na sua maioria, a população desempregada, quer com menos de 25 anos, quer com idade igual ou superior a 25 anos, está inscrita há menos de seis meses.



## 2.6 Saúde

Com a mobilidade associada à globalização, a imigração tem vindo a crescer e a complexificar-se em Portugal e na Europa, constituindo os grupos de imigrantes uma das preocupações dos sistemas de saúde dos vários países da União Europeia por razões de ordem cultural, social e económica. Sendo a população imigrante uma importante força produtiva, com grande relevância no mercado de trabalho europeu, é fundamental assegurar condições de acesso aos cuidados de saúde e promover comportamentos de prevenção da doença.

A saúde começa, assim, a surgir no debate e na análise como uma dimensão tão importante como a educação, o emprego ou a família, nos processos de integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, através de constrangimentos e de oportunidades (Machado, 2007). De facto, se os desafios e os riscos associados à saúde durante os processos migratórios são evidentes (pela fragilização, desenraizamento e instabilidade a estes associados), existem igualmente oportunidades e ganhos associados a alguns destes processos.

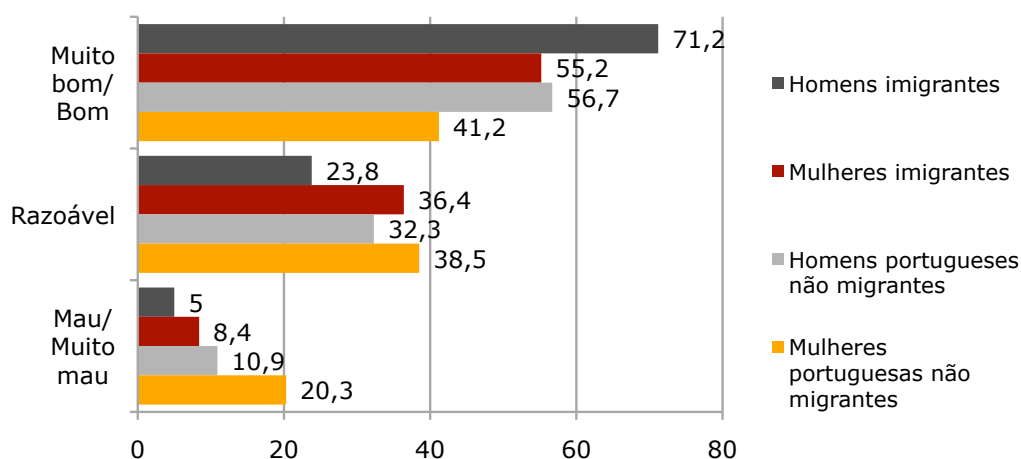
## O Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006

A maioria dos dados que aqui se apresentam resulta do Quarto Inquérito Nacional de Saúde – realizado pelo Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge em 2005/2006 em parceria com o INE e com a colaboração do Ministério da Saúde. Trata-se de um estudo sobre a saúde da população portuguesa, que apenas neste último inquérito incluiu o local de nascimento do/a inquirido/a como indicador, o que nos veio possibilitar a análise de alguns dados relativos à população imigrante residente em Portugal. Distinguem-se, nestes dados de saúde, a população imigrante (nascida no estrangeiro) da portuguesa não migrante (nascida em Portugal). Uma vez que nos interessam particularmente as desigualdades de género, utilizaremos dados comparativos quer ao nível das populações: imigrante/não migrante; como ao nível do género: homens/mulheres.

### 2.6.1 Autopercepção do estado de saúde e qualidade de vida

Podemos observar que, relativamente a um dos indicadores mais utilizados na análise da saúde das populações – a autopercepção do estado de saúde –, a população imigrante apresenta valores mais positivos do que a população portuguesa. Os homens imigrantes são os que percebem um melhor estado de saúde (71,2% considera a sua saúde muito boa ou boa e apenas 5% considera-a muito má ou má), por oposição às mulheres portuguesas (em que 41,2% considera a sua saúde muito boa ou boa e 20,3% considera-a muito má ou má). As mulheres imigrantes, embora fazendo uma avaliação do seu estado de saúde pior do que os homens imigrantes, estão longe do pessimismo apresentado pelas mulheres portuguesas (no caso das imigrantes, 55,2% considera a sua saúde muito boa ou boa, e apenas 8,4% considera-a muito má ou má).

Gráfico 2.34 Distribuição percentual por autopercepção do estado de saúde, na população de imigrantes e de portugueses/as não migrantes, com idade  $\geq 15$  anos (% ponderada)



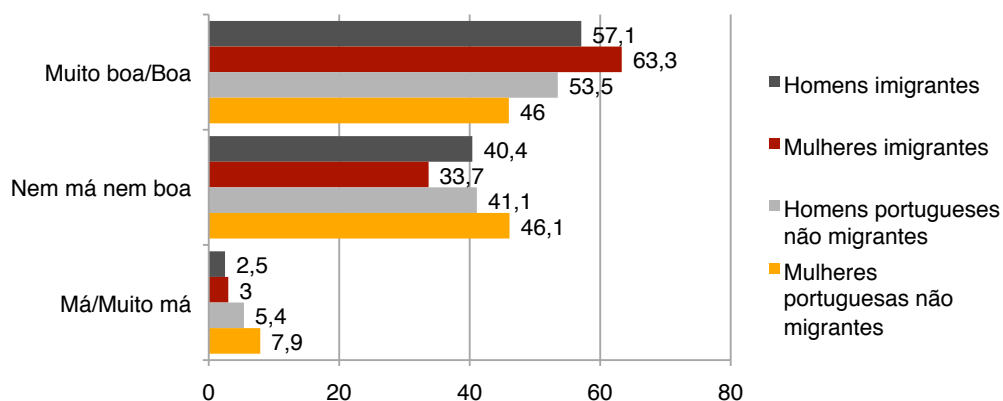
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

Não surpreendem as diferenças de sexo aqui observadas, uma vez que o facto de as mulheres tendencialmente avaliarem a sua saúde de forma mais negativa do que os homens é um dado já bem conhecido e discutido na literatura nacional e internacional. Quanto às diferenças de percepção entre a população imigrante e a população portuguesa não migrante, estes dados poderão ser justificados pelo “efeito selectivo” já referido. As migrações são um processo selectivo, que selecciona sobretudo adultos/as jovens e saudáveis. Como a imigração em Portugal é recente, estes resultados seriam expectáveis.

Relativamente à forma como os/as inquiridos/as com 15 e mais anos de idade avaliaram a sua qualidade de vida, nas duas semanas que antecederam a entrevista, os resultados apontam no mesmo sentido dos da avaliação do estado de saúde, no que respeita à comparação entre imigrantes e portugueses/as não migrantes. Assim, 60,9% da população imigrante e 49,5% da portuguesa qualificaram a sua qualidade de vida de forma muito boa ou boa, tendo sido encontrada a maior diferença entre as mulheres imigrantes e as mulheres portuguesas (mulheres imigrantes: 63,3%; mulheres portuguesas: 46,0%). No grupo dos imigrantes, as mulheres apresentaram avaliações da sua qualidade de vida mais favoráveis do que os homens, enquanto no grupo dos portugueses se observou o inverso.

Gráfico 2.35 **Distribuição percentual por autoapreciação da qualidade de vida, na população de imigrantes e de portugueses/as não migrantes, com idade <15 anos (% ponderada)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

Não cabe nos objectivos deste Relatório o aprofundamento da discussão teórica destes dados, mas colocamos como pista de reflexão a ideia da saúde entendida enquanto construção social, subjectiva e significativa. Se atendermos ao facto desta amostra da população imigrante pertencer a um grupo etário relativamente jovem (idade activa), que trocou de país na

expectativa de conseguir melhores condições de vida, em que o trabalho constitui o seu principal instrumento para atingir os seus objectivos, poderemos entender a sua percepção da saúde enquanto saúde-instrumento-garantia de funcionalidade e de “sucesso” para o seu processo migratório, pelo que é imprescindível a sua valorização.

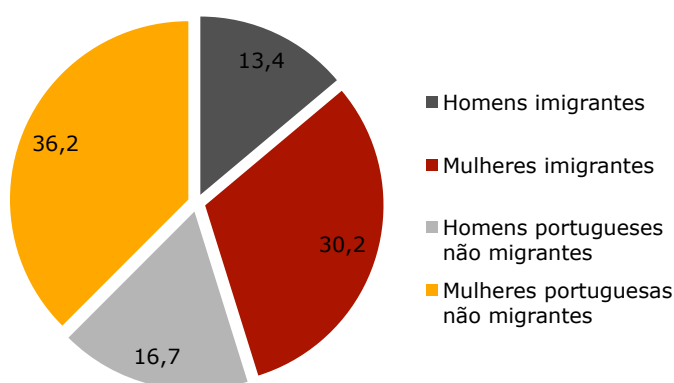
## 2.6.2 Saúde mental

Sabemos pela literatura internacional que um dos principais problemas associados à imigração relaciona-se com a pressão psicológica que caracteriza este processo, nomeadamente pela quebra de laços familiares e perda de redes sociais de apoio, bem como dificuldades de adaptação (sociais, familiares e culturais) em relação ao país de acolhimento.

A saúde mental é, assim, um dos aspectos de maior risco na população imigrante. No entanto, em Portugal, esta problemática é ainda muito pouco conhecida, sendo os dados do INS (2005/2006) dos poucos existentes sobre esta temática. Neste inquérito, podemos observar que cerca de um terço da população revelou provável sofrimento psicológico, sendo, no entanto, mais elevada na população portuguesa (27,1%) do que na imigrante (22%), e mais uma vez são as mulheres as mais afectadas com este problema.

Estes dados encontram semelhança num outro estudo sobre esta questão, desenvolvido por Godinho *et al.* (2008), no qual, dos 2485 imigrantes estudados, se registou uma prevalência de sofrimento psicológico em 31% dos casos, sendo também as mulheres as mais atingidas. Neste trabalho observou-se que, comparando os imigrantes de nacionalidade africana e brasileira, os segundos têm uma maior propensão para o sofrimento psicológico. O mesmo estudo concluiu também que, entre os maiores riscos de sofrimento psicológico, estão a idade de chegada a Portugal (quanto mais velhos/as maior o risco), o estatuto legal (o risco aumenta em situação de ilegalidade ou precariedade da autorização) e o número de anos a viver em território nacional (com o aumento dos anos o risco diminui) (Godinho *et al.*, 2008).

Gráfico 2.36 **Distribuição percentual, por nível de saúde mental nas quatro semanas anteriores à entrevista, medido através da aplicação da escala Mental Health Inventory (MHI) na população de imigrantes e de portugueses/as não migrantes, com idade  $\geq 15$  anos (% ponderada)**



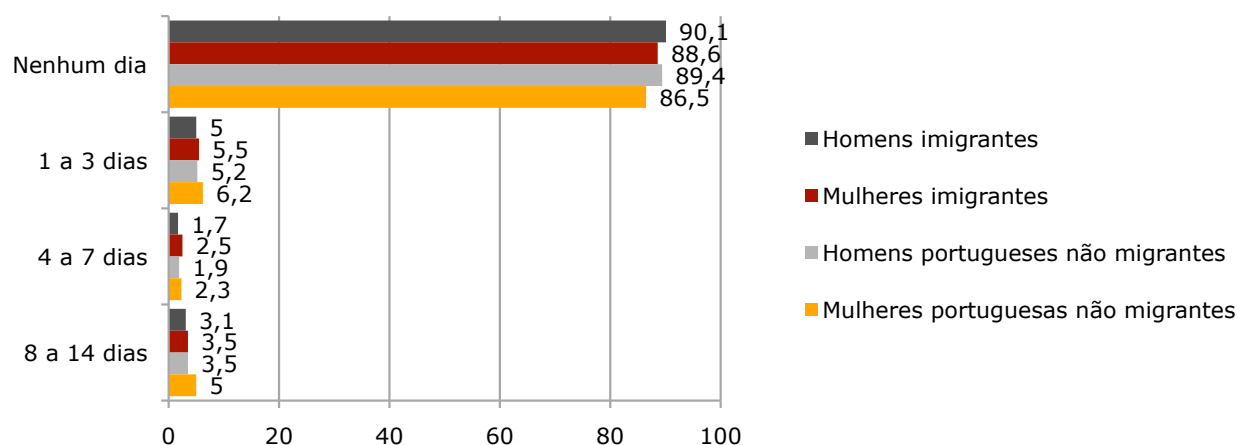
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

## 2.6.3 Incapacidade física temporária

Quando inquiridos/as sobre a incapacidade física, a grande maioria dos/as entrevistados/as declarou não ter sofrido qualquer situação relacionada com a saúde que tivesse justificado a alteração da sua rotina diária, nas duas semanas anteriores à entrevista (imigrantes: 89,3%; portugueses/as: 87,9%). Estimou-se que foram menos de 15% os homens e as mulheres, imigrantes e portugueses, que, globalmente, referiram dias de incapacidade temporária. No entanto, observaram-se percentagens ligeiramente superiores de incapacidade temporária no sexo feminino. Entre os que referiram incapacidade temporária, a permanência “na cama” foi mais frequente nos imigrantes (53,2%; 44,3% de portugueses), sobretudo nas mulheres (mulheres imigrantes: 55,3%; homens imigrantes: 50,8%). Esta diferença não se verificou na população portuguesa não migrante, que revelou percentagens semelhantes em ambos os sexos (cerca de 44,0%). A maioria dos/as inquiridos/as que referiram incapacidade física ficou acamada de um a três dias.

**Gráfico 2.37 Distribuição percentual, por dias de incapacidade temporária para as actividades do dia-a-dia devido à ocorrência de qualquer situação relacionada com a saúde, nas duas semanas anteriores à entrevista, na população de imigrantes e de portugueses/as não migrantes, com idade  $\geq 1$  ano (% ponderada)**

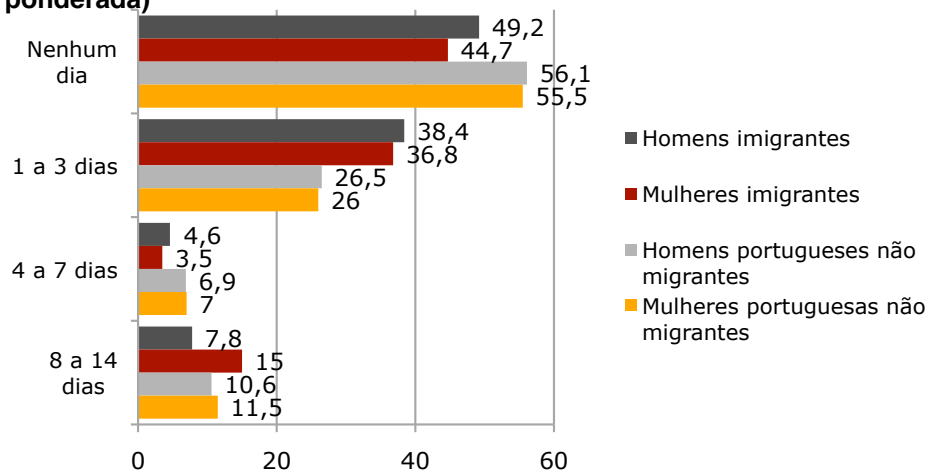


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)



**Gráfico 2.38 Distribuição percentual, por n.º de dias que necessitaram de estar acamados/as devido à ocorrência de situações relacionadas com a saúde nas duas semanas anteriores à entrevista, na população de imigrantes e de portugueses/as não migrantes, com idade > a 1 ano (% ponderada)**



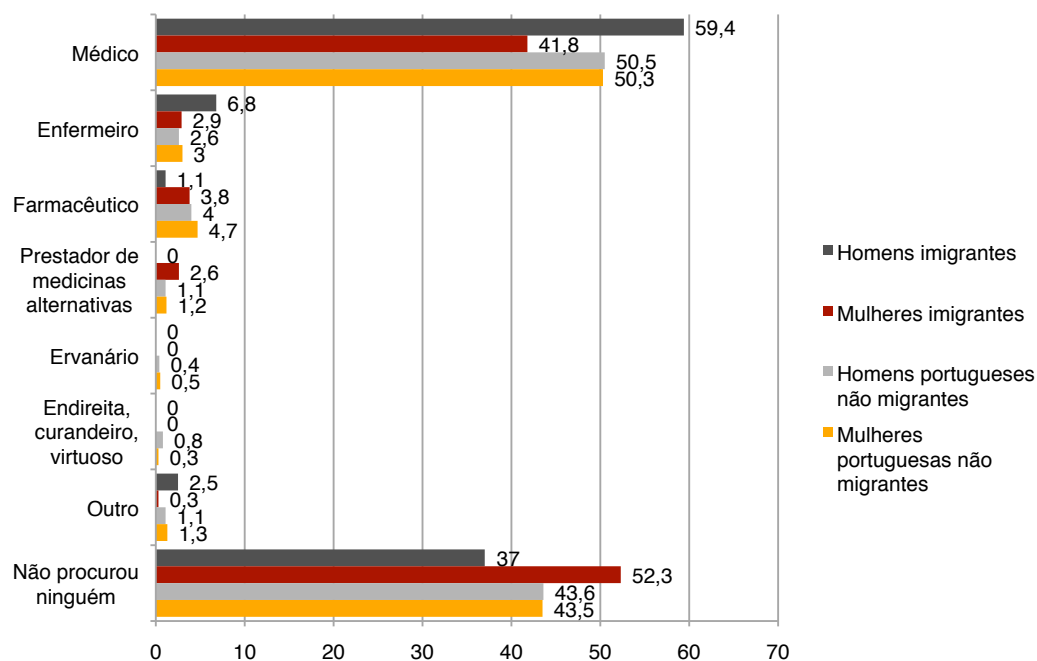
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

## 2.6.4 Atitude face à doença e acesso aos cuidados de saúde

Cerca de metade das pessoas inquiridas no INS que referiu algum tipo de doença nas duas semanas anteriores à entrevista recorreu ao médico (imigrantes: 49,0%; portugueses: 50,4%), enquanto quase metade não terá procurado qualquer ajuda, tanto nos imigrantes (46,0%) como nos portugueses não migrantes (43,6%). Esta opção é particularmente evidente no caso das mulheres imigrantes, em que mais de 50% (52,3%) referiu não ter procurado ninguém numa situação de doença.

**Gráfico 2.39 Distribuição percentual, por tipo de prestador consultado, na população imigrante e não-migrante, com idade  $\geq 1$  ano que referiram a ocorrência de qualquer situação de saúde nas duas semanas anteriores à entrevista (% ponderada)**

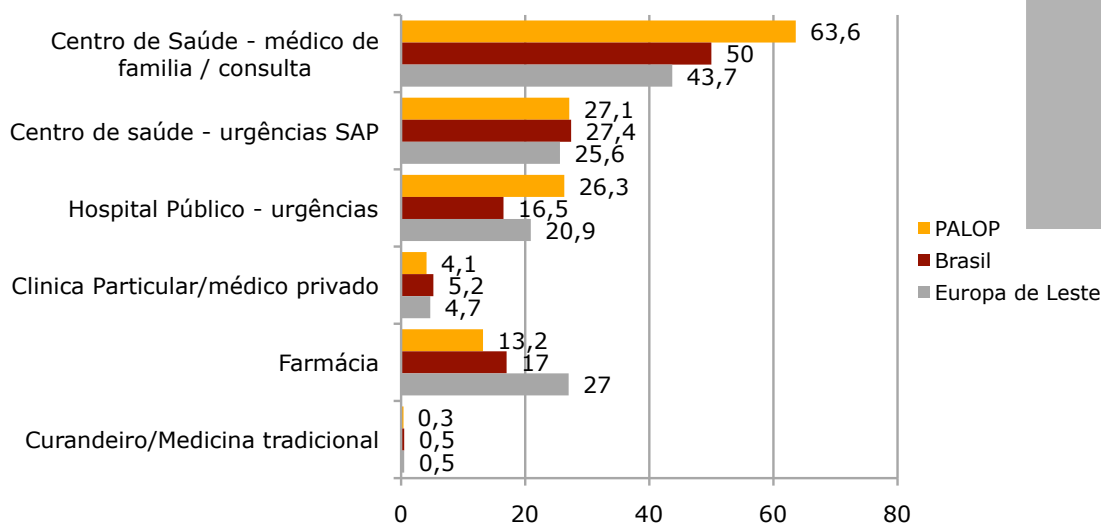


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

Estes dados apresentam, no entanto, algumas diferenças quando comparados com os resultantes de um estudo desenvolvido por Fonseca em 2005 sobre a Reunificação Familiar e Imigração em Portugal. Neste, a farmácia/farmacêutico aparece como um recurso importante nos cuidados de saúde, sobretudo no caso dos/as imigrantes de Leste, talvez por questões relacionadas com questões de legalização/clandestinidade ou ainda com o menor tempo de permanência no nosso país e consequente desconhecimento dos procedimentos de acesso a outros cuidados de saúde (centros de saúde e hospitais), ou ainda com práticas de automedicação eventualmente mais enraizadas nos seus hábitos.

**Gráfico 2.40 Distribuição percentual de imigrantes que recorrem a cuidados de saúde, por tipo de serviços e comunidades (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito efectuado no âmbito do estudo de Reunificação Familiar e Imigração em Portugal (Fonseca *et al.*, 2005)

No entanto, quando questionados/as acerca dos benefícios sociais no domínio dos cuidados de saúde, não são os/as imigrantes da Europa de Leste, mas os do Brasil, que referem um menor acesso à comparticipação nas despesas de aquisição de medicamentos bem como outras despesas de saúde. Colocamos como hipótese o tipo de actividade profissional maioritariamente desenvolvida pelas diferentes comunidades de imigrantes, que pode justificar a existência de melhores condições de trabalho, nomeadamente ao nível da segurança social ou sistemas de saúde públicos ou privados (seguros de saúde).

**Gráfico 2.41 Distribuição percentual de imigrantes que recorrem a cuidados de saúde, por tipo de serviços e comunidades (%)**

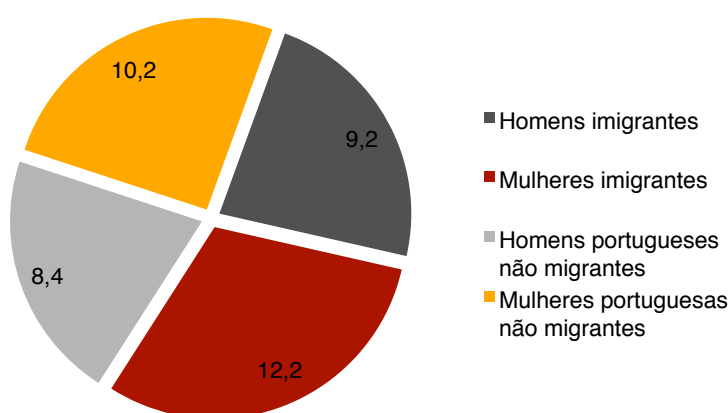


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Inquérito efectuado no âmbito do estudo de Reunificação Familiar e Imigração em Portugal (Fonseca *et al.*, 2005)

As práticas de automedicação revelam números significativos tanto para a população imigrante como para a população portuguesa, embora ligeiramente superiores no caso da imigrante. É igualmente um fenómeno com maior expressão no feminino, o que é normalmente justificado pela literatura da área, pela tradicional maior proximidade das mulheres com o conhecimento e com as práticas médicas, bem como com os papéis de género que atribuem os actos de “cuidar” às mulheres, o que faz com que sejam estas as principais responsáveis, não apenas da gestão da sua saúde individual, como também da saúde de todo o seu agregado familiar.

Gráfico 2.42 **Distribuição percentual que referiram a prática de automedicação nas duas semanas anteriores à entrevista, na população imigrante e portuguesa não migrante (%ponderada)**



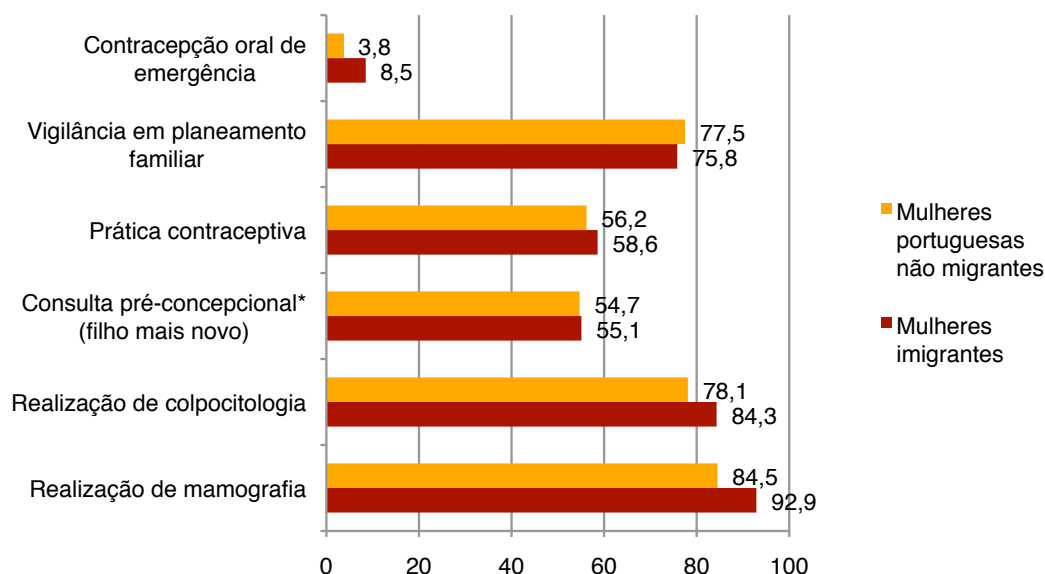
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

## 2.6.5 Saúde sexual e reprodutiva

No que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, os dados resultantes do INS de 2005/2006 continuam a não evidenciar diferenças significativas entre o grupo de mulheres imigrantes e as mulheres portuguesas não migrantes. Relativamente ao planeamento familiar, um pouco mais de metade das mulheres inquiridas referiu ter prática contraceptiva (mulheres imigrantes: 58,6%; portuguesas: 56,2%). A maioria das mulheres que referiu prática contraceptiva fazia vigilância da sua utilização, fundamentalmente num Centro de Saúde. Apesar das baixas percentagens, podemos destacar que, no grupo das imigrantes, 8,5% referiram já ter usado contracepção hormonal de emergência.

**Gráfico 2.43 Distribuição percentual de mulheres que referiram cuidados com a saúde sexual e reprodutiva, por população imigrante e população portuguesa não migrante (%ponderada)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: INS 2005/2006 (Dias *et al.*, 2008)

Estes cuidados com a saúde sexual e reprodutiva são igualmente observados na percentagem de mulheres que refere a realização de mamografias e de colpocitologias de prevenção, cujos valores são superiores no grupo das imigrantes, relativamente às portuguesas. A realização de consultas pré-natais, aquando da gravidez do filho mais novo (no caso das mulheres que já foram mães) aconteceu com cerca de metade das mulheres inquiridas, nos dois grupos.

Apesar destes dados serem animadores, sobretudo por não discriminarem negativamente a população de imigrantes, sabemos, pelo que já foi referido, que eles podem conter enviesamentos resultantes da metodologia seguida no INS. Outros trabalhos desenvolvidos nesta área, nomeadamente com comunidades de mulheres imigrantes, revelam cenários diversos deste, mais preocupantes, com condicionamentos sociais e culturais no acesso aos cuidados de saúde e às práticas de promoção da saúde, como, por exemplo, os comportamentos de risco face ao HIV e os elevados índices de gravidez em algumas adolescentes imigrantes, ou ainda as dificuldades de algumas imigrantes em acederem a cuidados de saúde cujo prestador seja do sexo masculino, impedidas pelo seu culto religioso de serem “vistas” por um homem (Lopes, 2007; Médicos do Mundo, 2007; Rosa, 2007; Santinho, 2006 e Silva, 2002; Gaspar, 2005, 2006; Mossuz-Lavou, 2005, etc.).

Mulheres e homens migrantes clandestinos ou indocumentados, tal como as mulheres que estão inseridas em actividades profissionais ilegais relacionadas com a indústria do sexo, expressam outras realidades. Num estudo de Fonseca *et al.* (2005) concluiu-se que, por vezes, os/as imigrantes indocumentados/as usam mesmo pseudónimos e moradas falsas para evitar possíveis prosseguições após a evolução do seu estado de saúde, apesar de a legislação portuguesa garantir a universalidade do acesso aos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

Dos dados apresentados podemos concluir que a população imigrante apresenta indicadores globais de saúde semelhantes ou até mais favoráveis do que a população portuguesa, o que, por um lado, pode ser explicado pelo já referido procedimento de selecção utilizado no 4º INS, mas que também colhe outro tipo de explicações, discutíveis, como o que alguns autores denominaram de “efeito do imigrante saudável”, baseado num estudo de Raymond-Duchosal (1929), que defendeu a existência de uma espécie de efeito de selecção natural aplicado à imigração, concluindo que os/as imigrantes são, em média, mais saudáveis do que a restante população porque as pessoas menos saudáveis têm menor propensão para emigrar (Manfelloto, 2002; Westerling e Rosén, 2002 cit. in Fonseca *et al.*, 2007). Outra possível explicação prende-se com uma conjugação de factores sociais, culturais e psicológicos, cruzando referências dos países de origem com as expectativas relativas à vida nos países de acolhimento, resultando daí crenças de saúde e de bem-estar que lhes garante a força de trabalho necessária à sua sobrevivência na imigração.

O que sabemos da literatura existente é que a população imigrante não pode ser entendida como um grupo homogéneo, sobre o qual recaem estados de saúde ou de doença determinados. Ela têm características diversas que têm que ser consideradas na análise e na intervenção, embora tenham um factor de risco acrescido que se relaciona com a pobreza e a exclusão social, estes sim, factores determinantes nos estados de saúde e de doença. As condições e as práticas de saúde dos/as imigrantes não podem dissociar-se do respectivo nível socioeconómico e do seu estatuto legal. Existem, assim, factores que dificultam e outros que favorecem a utilização dos serviços de saúde pelos/as imigrantes (Estrela, 2009):

**Factores que dificultam a utilização dos serviços de saúde pela população imigrante:**

- Desconhecimento das formalidades burocráticas (por falta de informação);
- Dificuldade na compreensão/utilização da língua do país de acolhimento;
- Ausência de indivíduos com competências na área da língua materna dos imigrantes para servirem de mediadores;
- Falta de hábitos de utilização de serviços de saúde;
- Estabelecimento de uma má relação interpessoal com os profissionais de saúde;
- Situação de clandestinidade.

**Factores que facilitam a utilização dos serviços de saúde pela população imigrante:**

- Elevado nível de escolaridade/qualificação profissional
- Elevado estatuto socioeconómico;
- Posição geográfica do país de origem;
- Existência de relações históricas entre os países de origem e de acolhimento;
- Tempo de permanência mais elevado no país anfitrião;
- Maior grau de integração no país de acolhimento.

Para finalizar este ponto sobre a saúde dos/as imigrantes, gostaríamos de enfatizar a necessidade de um maior investimento nos estudos sobre esta temática, procedendo a investigações de maior dimensão, com amostras representativas da população imigrada em Portugal, incluindo obviamente todos aqueles que não dominam a língua portuguesa e também os que não residem em unidades de alojamento tradicional e familiar, para que as situações de maior precariedade possam também ser analisadas.



## 2.7 Habitação

Sabemos que um dos tradicionais problemas associados à imigração relaciona-se com as condições de acolhimento do novo país é a habitação. O Relatório do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia considera-a como a principal fonte de discriminação dos/as imigrantes em Portugal, salientando as precárias condições de alojamento de uma grande parte desses/as imigrantes.

Da pesquisa realizada para este Relatório, percebemos que esta é uma área ainda pouco estudada, existindo sobretudo análises de universos micro, com estudos qualitativos e parcelares, que incidem sobre determinadas comunidades, bairros ou regiões. Outros estudos, mais amplos, apresentam diversidades nas suas metodologias e conceitos utilizados pelo que é difícil a comparação.

Segundo Malheiros (2007), a maioria dos/as imigrantes residentes em Portugal encontra-se a residir em alojamentos arrendados ou/e sobrelotados, ao contrário dos/as portugueses/as que vivem, maioritariamente, em alojamento próprio.

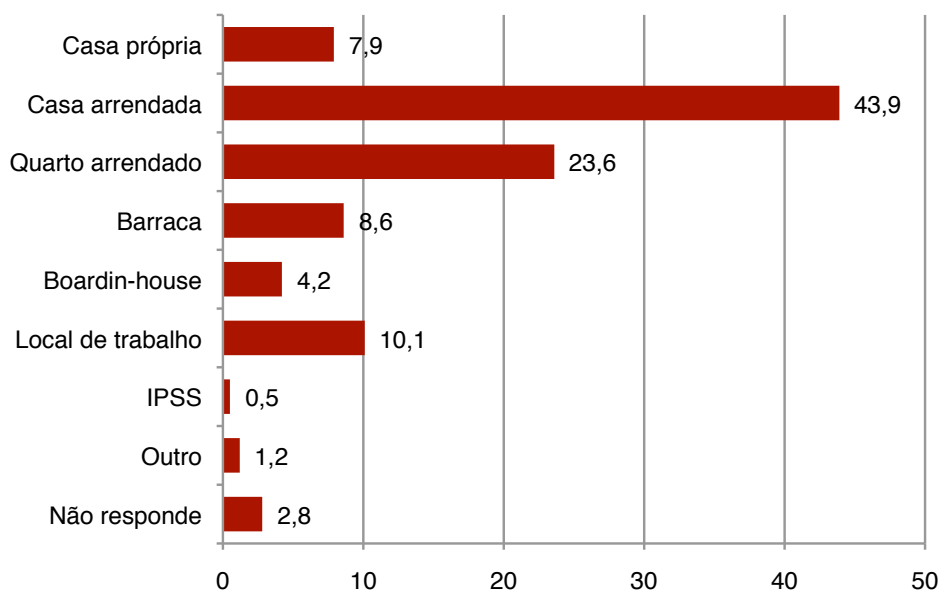
Quadro 2.1 **Condições de alojamento dos/as estrangeiros/as, por nacionalidade (2001) (%)**

	Aloj. não classicos	Aloj. arrendados	Aloj.c/ arrendamento < 99,76€	Alojamento próprio	Aloj.próprio c/encargos	Aloj. Sobrelotados	Aloj. partilhados (+ 1 família)
Total	1,4	30,4	17,6	69,6	33,1	24,7	2,3
Portugal	1,1	29,4	18,1	70,6	33,8	23,2	1,8
EU - 15	0,7	45,3	7,9	54,7	31,8	14,6	5,8
Europa de Leste	4,7	79,6	5	20,4	11,6	64,9	41,4
Cabo Verde	14,1	48,1	21	51,9	22,5	60,5	5,8
Guiné-Bissau	8,7	48,1	9,6	51,9	11,9	68,2	15,6
Angola	4,3	44,8	6,4	55,2	16,9	65,8	9,2
S.Tomé e Príncipe	13	42,3	11,1	57,7	26,3	70,7	8,5
Moçambique	2,6	41,5	11,3	58,5	21,1	47,1	5,4
Outros-África	2	58,6	4,6	41,4	17,8	52,5	24,3
América do Norte	0,6	38,4	5,4	61,6	39,4	12	4,6
Brasil	1,3	71,7	3,1	28,3	11	51,6	23
China, Índia e Paquistão	1,3	65,3	5,4	34,7	18,3	65,7	31,7
Resto da Ásia	0,3	59,6	5,9	40,4	24,3	38,8	23,5

Fonte: Malheiros (2007) Espaços e expressões de conflito e tensões entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na AML

O *National Analytical Study on Housing*, um dos mais importantes documentos nesta área, realizado pela Numena (*RAXEN Focal Point for Portugal*), refere dados relativos às condições de alojamento dos/as estrangeiros/as (2001), em que a maioria reside numa casa arrendada (43,9%), seguindo-se 23,6% que habita num quarto arrendado. Os dados mais preocupantes, uma vez que nos remetem para condições de habitabilidade de grande precariedade, são os 10,1% que referem habitar no próprio local de trabalho e 8,6% em barracas.

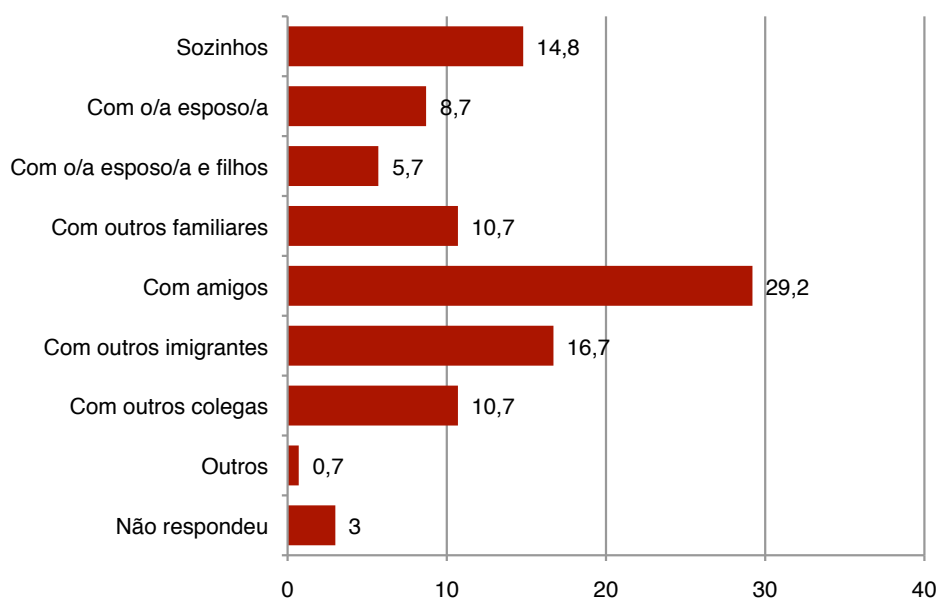
Gráfico 2.44 **Condições de alojamento dos/as estrangeiros/as (2001) (%)**



Fonte: Imigrantes, Direitos Iguais, Associação Olho Vivo, 2003 in Numena, *National Analytical Study on Housing*, 2003

Quando questionados/as acerca da partilha de alojamento (ou seja, com quem é que vivem habitualmente em Portugal), 29,2% dos/as imigrantes respondeu que vive com amigos, seguindo-se 16,7% com outros/as imigrantes e 14,8% sozinhos. Numa situação de contexto familiar, 14,4% dos/as inquiridos/as refere viver com o/a esposo/a e/ou filhos, enquanto 10,7% referem outros familiares.

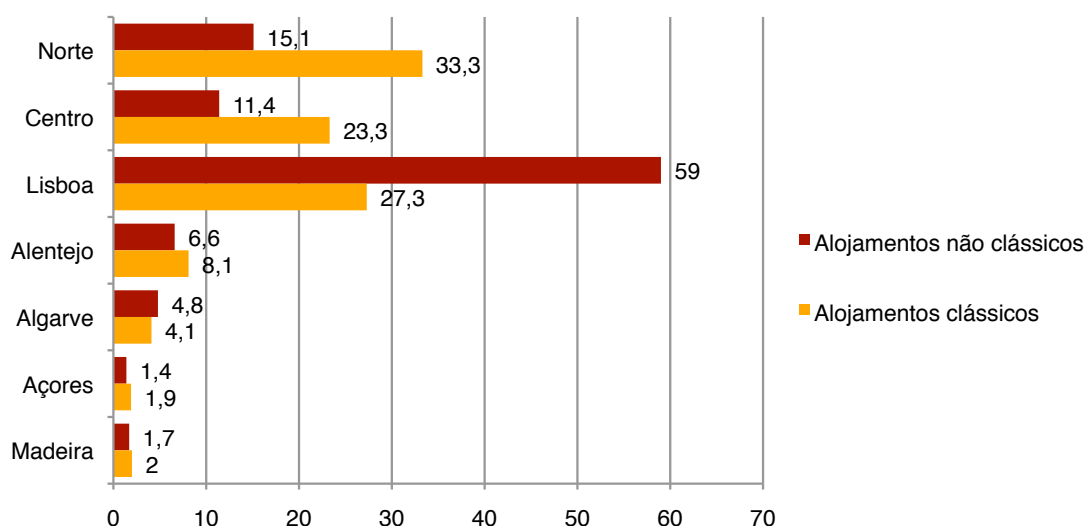
Gráfico 2.45 Condições de vida dos imigrantes (com quem vivem) (%)



Fonte: Imigrantes, Direitos Iguais, Associação Olho Vivo, 2003 in Numena, *National Analytical Study on Housing*, 2003

A distribuição regional dos/as imigrantes que vivem em Portugal mostra que, em 2001, a maioria residia na região de Lisboa e Vale do Tejo, o que não surpreende uma vez que é nela que se concentra grande parte da oferta de trabalho. Todavia, é também nesta região que são mais expressivas as más condições de habitação, situando-se aqui 59% dos/as imigrantes que residem em alojamentos não clássicos no nosso país.

Gráfico 2.46 Condições de alojamento dos/as estrangeiros/as por região do país (2001) (%)



Fonte: Censos 2001/Numena, *National Analytical Study on Housing*, 2003/Relatório Estatístico do SEF



Para além desta situação relativa aos alojamentos dos imigrantes em Portugal, que, como verificamos, enunciam problemas de carências habitacionais, a literatura nacional faz ainda referência ao crescimento do número de imigrantes entre os sem-abrigo nas principais cidades do país (Raxen), sobretudo oriundos da Europa de Leste, o que expressa situações mais graves de exclusão social.

Segundo o Relatório de Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais<sup>6</sup>, uma das razões apontadas para a precariedade habitacional entre os/as imigrantes são as regras das entidades bancárias que dificultam o acesso a casa, exigindo requisitos que dificilmente podem ser satisfeitos pelo tipo da sua inserção social e económica. Por outro lado, existem ainda fenómenos de discriminação quotidiana, que se traduzem com alguma frequência na recusa por parte de proprietários em arrendar a pessoas imigrantes, bem como a existência de oposição por parte de vizinhos ou a repentina subida do preço da renda como forma de desencorajar os interessados.

Contudo, um dos aspectos positivos referidos neste mesmo Relatório de diagnóstico da situação da habitação em Portugal é que há uma tendência no sentido das condições de alojamento dos/as imigrantes ir melhorando à medida que aumenta o seu tempo de residência no país.

---

<sup>6</sup> Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 - 1º Relatório de diagnóstico de dinâmicas e carências habitacionais – CET-ISCTE/Augusto Mateus&Associados/IRIC-UP para o Ministério da Administração Interna.

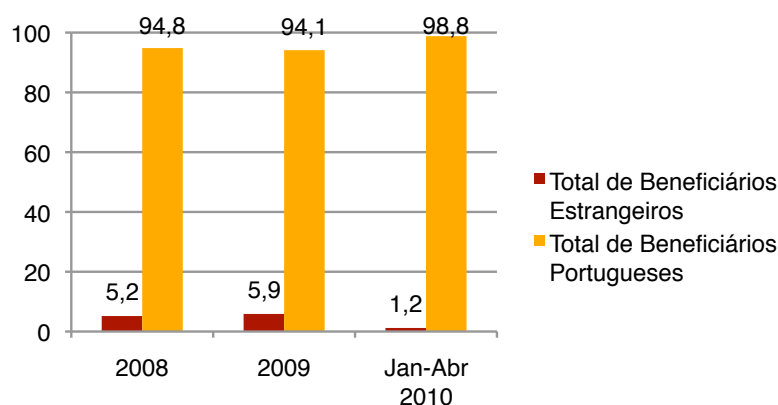
## 2.8 Segurança social

A protecção no desemprego constitui, actualmente, um tema importante das questões da Segurança Social. Prestações sociais como o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o subsídio de desemprego parcial, têm como objectivo compensar os/as beneficiários/as da falta de remuneração da situação de desemprego ou de redução determinada pela aceitação de trabalho a tempo parcial, assim como promover a criação de emprego.

Se analisarmos, em termos globais, a distribuição percentual da população beneficiária deste tipo de subsídios, verificamos que, segundo dados da Segurança Social, em 2008 e 2009, o peso desta população apresenta-se muito semelhante: observando-se apenas uma ligeira diferença percentual de 2008 para 2009 - 0,7% superior no caso dos/as beneficiários/as de nacionalidade estrangeira e 0,7% inferior no caso dos/as de nacionalidade portuguesa.

No primeiro quadrimestre de 2010, a tendência para o aumento do peso de beneficiários/as estrangeiros/as deste tipo de subsídios inverte-se, destacando-se uma subida de 4,7% nos beneficiários portugueses.

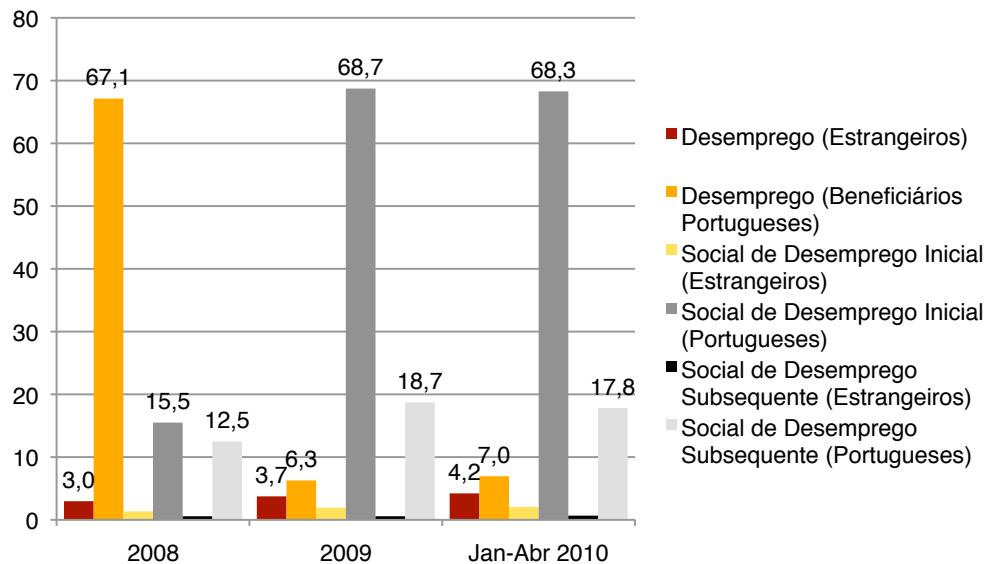
Gráfico 2.47 **Beneficiários/as estrangeiros/as e portugueses de prestações de desemprego (2008-2010) (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
Fonte dos dados: Segurança Social

Em termos do tipo de prestações sociais de desemprego atribuídas entre 2008 e 2010, o subsídio de desemprego é a modalidade que mais sobressai, quer na população trabalhadora estrangeira, quer nos portugueses, seguida do subsídio de social de desemprego inicial e, finalmente, o subsídio social de desemprego subsequente.

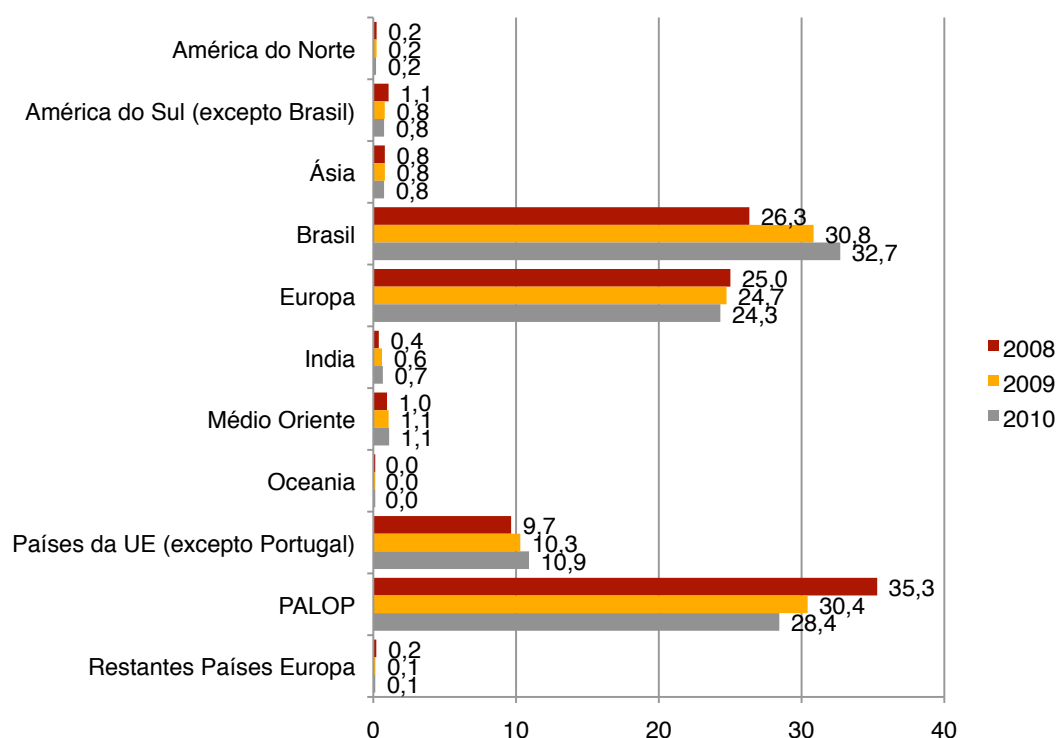
Gráfico 2.48 **Beneficiários/as estrangeiros/as por tipo de subsídio (2008-2010) (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Segurança Social

Relativamente ao país de nacionalidade dos/as beneficiários/as estrangeiros/as de subsídios de desemprego, o Brasil é o país que apresenta maior crescimento percentual neste tipo de população - representando 30,8% do total de estrangeiros/as inscritos em 2009, mais 4,5% que em 2008 e 32,7% no primeiro quadrimestre de 2010.

Gráfico 2.49 **Beneficiários/as estrangeiros/as por país de nacionalidade (2008-2010) (%)**



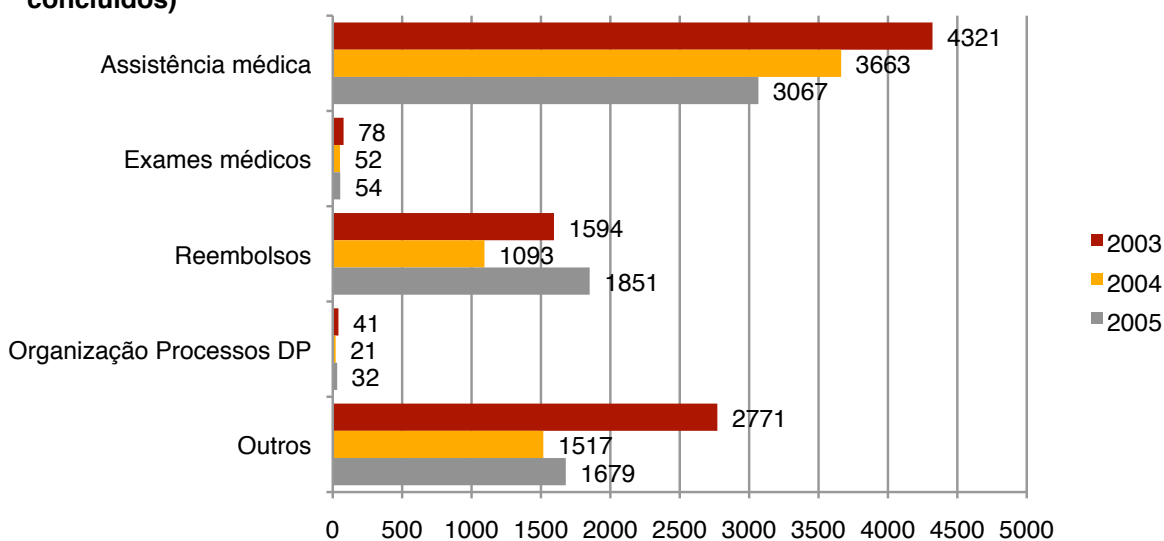
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Segurança Social

Em seguida, destacam-se os PALOP que, apesar de serem o segundo país de nacionalidade mais indicado pelos beneficiários/as estrangeiros/as, têm vindo a registar um decréscimo do seu peso – em 2008 representavam 35,3% do total de estrangeiros inscritos, tendo diminuído para 30,4% (menos 4,9%) em 2009 e 28,4% nos primeiros quatro meses de 2010.

A mesma tendência ocorre com a população beneficiária estrangeira oriunda de países da comunidade europeia: em 2008, representavam 25%, em 2009, 24,7% e, no primeiro quadrimestre de 2010, 24,3% do total de estrangeiros beneficiários de subsídios de desemprego.

Outra informação importante, disponível nos dados da Segurança Social, diz respeito à protecção dos trabalhadores/as migrantes. Os estudos referem que a maioria das migrações é motivada pela procura de trabalho digno, logo é fundamental que as políticas nacionais e internacionais de migração proporcionem à mão-de-obra migrante a protecção dos seus direitos para que ambas as partes colham benefícios do desenvolvimento que a migração pode gerar.

Gráfico 2.50 **Protecção dos/as trabalhadores/as migrantes por tipo de regulamentos da UE e convenções bilaterais 2003-2005 (n.º de casos concluídos)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Segurança Social

Segundo dados da Segurança Social, entre 2003 e 2005, a medida de protecção mais frequentemente requerida pelos/as trabalhadores/as migrantes em caso de doenças profissionais foi a assistência médica, ainda que este número tenha vindo a diminuir neste período.

## 2.9 Atitudes e discriminação

O presente capítulo foca comportamentos e atitudes que discriminam imigrantes e minorias étnicas. Esta é uma realidade vasta e heterogénea. Consoante a sua origem, grupo de pertença, género, ou outros aspectos, as pessoas são submetidas a diferentes formas de discriminação com repercussões directas e indirectas na sua capacidade de integração na sociedade de acolhimento ou dominante.

Ao contrário de que se verifica em outros países europeus, em Portugal, ciganos e comunidades (migrantes ou não) residentes não gozam de estatuto de minoria étnica nacional (Casa-Nova, 2010).

Dado o tema do Relatório, a inclusão social, focar-se-ão as atitudes de discriminação negativa, por outras palavras, comportamentos e representações que veiculam a exclusão de grupos minoritários. Devem ser, no entanto, ressalvados os processos de discriminação positivos, provavelmente mais recentes e encetados por instituições, e que visam a integração e inclusão dos grupos socialmente excluídos.

Se nos restantes capítulos do presente Relatório foi possível recolher dados estatísticos sobre a inclusão do “outro”, do/a estrangeiro/a, do/a imigrante, do grupo que se distingue do grupo dominante, ao nível dos comportamentos de discriminação, esta quantificação não é conseguida de forma tão clara. Está-se no campo das representações sociais, socialmente partilhadas e difundidas, com repercussões óbvias ao nível dos números recolhidos pelas entidades oficiais. Igualmente, estes dados não se referem apenas à parte da sociedade que é discriminada, envolvem uma sociedade mais vasta, o significado que a sociedade dominante dá ao grupo minoritário. De outra forma, muitas vezes, o grau e o sentido da inclusão ou exclusão são quantificados a partir do grupo dominante.

Paralelamente, multiplicam-se os estudos qualitativos e quantitativos sobre os grupos minoritários ao nível da sua dimensão e integração social.

As medidas de discriminação positiva são, talvez, mais facilmente quantificadas. Partindo de medidas e acções de instituições governamentais, locais, ou de outro tipo, como as associações de apoio aos grupos minoritários (vejam-se as associações de migrantes ou de ciganos), são objecto de avaliação e das estatísticas oficiais. Para a promoção da inclusão do grupo na comunidade local e nacional veja-se, por exemplo, o Plano para a Integração dos Imigrantes (Res. Conselho de Ministros n.º 63-A/2007).

A razão da discriminação encontra-se no campo das representações, com raízes históricas e culturais e com repercussões na vida quotidiana de um número não quantificável de indivíduos, “marcados pela diferença” relativamente ao grupo dominante. É uma relação de forças desigual que opõe indivíduos de grupos distintos.

Transversal à sociedade de acolhimento, preexiste a discriminação de género, levada a cabo contra mulheres, raparigas e meninas. A dupla vulnerabilidade da condição mulher/imigrante é reconhecida no Plano para a Integração dos Imigrantes. Mulheres de todas as idades vivenciam situações de discriminação e, no caso das mulheres imigrantes e das minorias étnicas, estas situações agravam-se pois à discriminação pela sociedade envolvente acresce a discriminação produzida pelo seu grupo de pertença. O impacto da discriminação ultrapassa a esfera das representações e tem consequências visíveis no pleno desenvolvimento e desempenho das mulheres e meninas dos grupos minoritários.

A discriminação dos migrantes e das minorias étnicas reflecte-se no território, na sua organização espacial, marca zonas urbanas e rurais, mais periféricas e isoladas, com escassez de acessos, infra-estruturas e equipamentos sociais, a que se somam piores condições de habitabilidade (alojamentos de má qualidade ou sobrelotados) (Segurança Social, 2005).

A efectivação da discriminação assume diversas formas e afecta de forma diferenciada os grupos minoritários. Assim, a análise da discriminação obriga a uma leitura diferenciada por grupo. A bibliografia consultada foca os/as estrangeiros/as de origem brasileira, africana e do Leste europeu.

O estudo Os imigrantes e a população portuguesa - imagens recíprocas, publicado e promovido pelo Observatório da Imigração tem como objectivo traçar as atitudes dos portugueses relativamente aos estrangeiros e destes em relação à sociedade de acolhimento, analisando duas sondagens feitas a portugueses e imigrantes residentes em Portugal em meados de 2004 (Lages *et al.*, 2006). Sintetizam-se as principais conclusões do trabalho que pode ser consultado na íntegra na página do Observatório da Imigração (ACIDI).

Não é nosso objectivo centrarmo-nos na caracterização exaustiva das duas amostras. No entanto, refira-se que foram inquiridos/as 1454 imigrantes e 1539 portugueses/as, um pouco por todo o país.

Quanto à população imigrante, uma parte considerável é oriunda do continente africano (40%), sobretudo Angola e Cabo Verde. Seguem-se os/as brasileiros/as (26%), os/as originários/as de um país de Leste (20%). Os/as africanos apresentam uma composição etária e sexual ligeiramente mais equilibrada do que os oriundos/as do Leste e do Brasil, facto que os autores atribuem a uma presença mais longa no território continental. Os dados mostram histórias migratórias muito diversas: 46% dos/as africanos/as nasceram em Portugal ou vieram em criança ou adolescente, muitas vezes para se juntar à família, tal como 21% dos/as brasileiros/as e 11% dos/as nacionais do Leste europeu (Lages *et al.*, 2006).

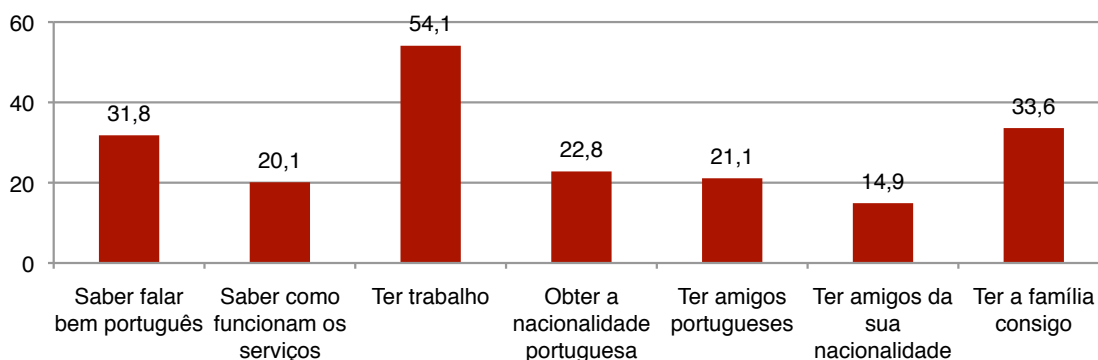
Na população imigrante inquirida, verifica-se que, nos seus países de origem, 19% das pessoas tinham profissões de topo ou eram quadros médios; 35% exerciam profissões de nível intermédio; 21% tinha uma profissão não especializada; e 26% eram inactivos/as, sobretudo estudantes. Lages (2006) sublinha que, com a entrada no mercado de trabalho português, deixou de haver correspondência entre o nível educativo e a profissão exercida, sobretudo no caso dos/as imigrantes mais qualificados/as. Com a entrada em Portugal, o grupo dos/as trabalhadores/as especializados/as e o grupo dos/as trabalhadores/as não especializados/as congregavam mais de 60% dos/as imigrantes e 77% da população activa (Lages *et al.*, 2006).

Relativamente aos rendimentos, os/as imigrantes africanos/as, embora tendencialmente residam há mais tempo em Portugal, a sua presença não se reflecte no maior sucesso de inserção no mercado de trabalho português. Conjuntamente com os grupos de imigrantes mais recentes, os oriundos do continente africano estão entre os escalões de rendimento familiar mais baixos (até 600€) (Lages *et al.*, 2006).

O estudo publicado pelo Observatório da Imigração expõe uma diferenciação no tratamento das entidades empregadoras com os diferentes grupos, sobretudo ao nível dos salários em atraso, sobressaindo o caso dos imigrantes do Leste europeu.

No que se refere à ajuda recebida da sociedade de acolhimento, verifica-se que, a família constitui a principal fonte de apoio para os africanos, enquanto para os brasileiros e imigrantes de Leste ele vem sobretudo de amigos e conhecidos, do país de origem e portugueses. Aliás, parece haver uma forte interacção entre imigrantes e autóctones: 87% de imigrantes afirmaram ter amigos portugueses (89% dos africanos, 88% dos oriundos dos Leste europeu e 87% dos brasileiros). Somente 37% dos imigrantes afirmou ter um familiar português (Lages *et al.*, 2006).

Gráfico 2.51 **Ajuda recebida da sociedade de acolhimento (2001) (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Lages *et al.* (2006)

Relativamente à inserção na sociedade portuguesa e em geral, as pessoas inquiridas deram mais importância ao terem trabalho (54,1%), ao terem a sua família junto de si (33,6%) e saber falar português (31,8%). Ao analisar-se por grupo de imigrantes, verifica-se um reforço ao qual se atribui uma importância diferente às várias condições que facilitam a integração na sociedade portuguesa. A população imigrante de Leste reforça o desenvolvimento de competências linguísticas (63%); a brasileira, a africana e de Leste sublinham a importância do exercício de uma actividade profissional (respectivamente, 63%, 58% e 56%); a família surge como condição fundamental de inserção, sobretudo para os/as africanos/as (43%) e brasileiros/as (37%); e as relações de amizade com portugueses/as surgem como importantes para 32% dos/as brasileiros/as. A obtenção da nacionalidade portuguesa é referida por cerca de um quarto de cada um dos três grupos no mesmo contexto (Lages *et al.*, 2006).

Quanto à amostra dos/as portugueses/as, segundo Lages, as 1539 pessoas inquiridas reproduzem as características do universo, semelhantes aos dados registados nos Censos 2001. Dos dados mencionados por Lages sublinhamos o facto de 18% dos/as inquiridos/as ter vivido a experiência da emigração, correspondendo a 60% de homens e 40% de mulheres. Sintetizam-se as principais conclusões de Lages *et al.*.

Na opinião dos autores, em geral, as atitudes da população portuguesa em relação à imigração são um pouco contraditórias. Por um lado, sobressaem aspectos que favorecem a população imigrante e a imigração, como o reconhecimento do seu papel para o desenvolvimento económico do país, a defesa dos seus direitos (direito de voto, direito à nacionalidade ou a questão do reagrupamento familiar, entre outros), mas desde que tenham trabalho e não cometam crimes. Por outro lado, mais de metade dos/as inquiridos/as considera que o número de imigrantes em Portugal deve diminuir (53%) e somente 6% dos/as respondentes acha que o seu número deve aumentar. Segundo os autores, a informação quantitativa recolhida mostra, e em comparação com outros estudos, “uma elevada oposição à imigração”. Entre os que mais se opõem à imigração estão “as mulheres, quem pertence aos estratos sociais mais desfavorecidos, quem nunca emigrou, quem partilha valores tradicionalistas, quem tem uma imagem menos positiva dos imigrantes, quem mais tende a associá-los à criminalidade, os racistas ou quem percebe diferenças culturais exageradas entre “nós” e “eles”” (Lages *et al.*, 2006).

Lages e a sua equipa concluem que “os estereótipos e o preconceito, que reflectem associações e valorações sistémicas, revelaram-se melhores preditores das atitudes face à imigração do que as variáveis de carácter sociodemográfico ou inter-relacional, com particular saliência no que respeita aos direitos dos imigrantes e atitude face ao número de imigrantes no país”. Os autores verificaram “a importância do racismo, da percepção de diferença cultural e dos estereótipos (quer os que remetem para a associação imigrantes-crime quer os que se apoiam em aspectos mais personalísticos) para a compreensão da defesa dos direitos atribuíveis a imigrantes”.

Os autores sublinham que “estes factores são ainda relevantes no que respeita aos resultados relativos ao número de imigrantes, para os quais tem maior relevo o racismo e os estereótipos negativos”. Estes resultados não excluem nem tornam insignificantes as variáveis socioeconómicas como instrução e rendimento, que explicam a maior parte da variância da ‘Valorização da Imigração’ e são também importantes para a compreensão das atitudes perante os ‘Direitos dos imigrantes’ e a ‘Resistência à Imigração’, nem algumas



variáveis inter-relacionais como a experiência directa ou indirecta de emigração, que aparentam ser boas predictoras das atitudes para com os direitos dos/as imigrantes e sobre o seu número.

O estudo *Os Imigrantes e a População Portuguesa* abordou os estereótipos partilhados pelos portugueses sobre o que afecta as suas atitudes quanto à imigração. Dos grupos de imigrantes analisados, os portugueses têm melhor imagem, no que diz respeito ao trabalho, dos provenientes da Europa de Leste – considerados como mais trabalhadores do que os portugueses. “Mas é reconhecido que todos os imigrantes são discriminados negativamente, quando comparados a colegas portugueses, no que se refere ao salário e à possibilidade de ascensão social. No que respeita a estereótipos positivos mais próximos de características de personalidade, verifica-se que a população portuguesa tem melhor imagem dos imigrantes brasileiros do que dos imigrantes africanos: 85% dos portugueses atribuem características positivas aos primeiros e apenas 68% o faz relativamente aos africanos (com metade da amostra a indicar um ou mesmo nenhum atributo positivo). Os imigrantes brasileiros tendem a ser vistos como os mais simpáticos e os da Europa de Leste como os mais competentes e rectos, ao passo que os imigrantes africanos são tidos como os menos competentes e os menos rectos. Comparando imigrantes com portugueses, estes últimos vêm-se como menos alegres e bem-dispostos do que brasileiros e africanos, mas melhores profissionais, mais competentes e mais sérios. Por outro lado, os imigrantes de Leste são considerados menos alegres e bem-dispostos, menos simpáticos e menos sérios, mas mais competentes e cumpridores e mais bem-educados”.

Relativamente à criminalidade, “os imigrantes africanos são sobretudo associados à violência e ao tráfico de droga, os imigrantes brasileiros à prostituição e os do Leste à criminalidade organizada, que parece reflectir a imagem criada na comunicação social, mais empenhada em fenómenos de circunstância e de pormenor, dos quais as mães de Bragança ou o suposto arrastão seriam exemplos significativos”.

Aliás, Lages e a sua equipa mencionam o trabalho de Cunha *et al.* (2004) que referem o crime como a principal temática das notícias sobre imigração, apesar de se saber que a criminalidade em Portugal não é maior entre estrangeiros do que entre portugueses (cf. Seabra e Santos, 2005, cit. Lages *et al.*, 2006).

Quanto à relação entre preconceito e atitudes face aos imigrantes, “os dados revelam igualmente uma tendência de maior preconceito, por parte dos portugueses, em relação aos imigrantes africanos e aos de Leste do que em relação aos brasileiros, nas duas dimensões consideradas (racismo e percepção da diferença cultural). Por um lado, e ainda que a grande maioria dos inquiridos revele atitudes de aceitação dos estrangeiros, um pouco mais de um terço respondeu que não aceitaria ter como chefe um imigrante e que não colocaria os seus filhos numa escola com muitos imigrantes. E também um pouco mais de um terço dos inquiridos disse sentir-se algo incomodado caso um seu familiar directo (filho ou irmão) casasse com um imigrante africano, brasileiro ou de Leste, as diferenças existentes sendo desfavoráveis aos africanos. Finalmente, apenas menos de um em cada cinco inquiridos declarou abertamente que não aceitaria ser vizinho de imigrantes brasileiros ou de Leste.

Os imigrantes africanos surgem, pois, destacados negativamente nas avaliações feitas pelos portugueses inquiridos. Por outro lado, no que se refere à percepção da diferença cultural, mais de um terço dos inquiridos considera os imigrantes africanos e de Leste ‘muito diferentes’ dos portugueses, no que respeita à maneira como eles educam os filhos, subindo esta percentagem para mais de 40% quando respeita à avaliação dos seus usos e costumes. Já os imigrantes brasileiros são considerados como os menos diferentes dos portugueses.

O uso de “duas medidas de preconceito permitiu identificar atitudes diferenciadas em relação à imigração, nomeadamente no que diz respeito ao número de imigrantes em Portugal, aos seus direitos ou ainda aos seus contributos para o desenvolvimento económico e cultural do país”. Desta forma, pessoas mais racistas tendem, sistematicamente, a adoptar atitudes mais negativas face à imigração e os/as que mais afirmam que deve haver uma redução no número de imigrantes são também aqueles/as que menos concordam com a atribuição de direitos à população imigrante e quem menos tende a valorizar o contributo da mesma para a sociedade de acolhimento. “Esta tendência para a discriminação negativa encontra-se também entre os indivíduos que mais tendem a perceber os imigrantes como diferentes dos portugueses, no que respeita aos seus usos e costumes e à forma como educam os filhos, o que corrobora o uso da percepção da diferença cultural enquanto indicador útil para a captação de um tipo de preconceito mais encoberto, na medida em que não viola, de forma explícita, a norma anti-discriminatória de comportamento”. As respostas dos/as portugueses/as inquiridos/as relativamente à presença de cada um dos principais grupos de imigrantes em Portugal mostram, mais uma vez, a discriminação negativa face à população africana, sendo maior a percentagem de inquiridos/as que pensa que o seu número deve diminuir. Esta ideia sobressai entre as pessoas que revelaram níveis mais elevados quer de racismo, quer de percepção da diferença cultural dos imigrantes.

“Quando interrogados sobre a forma como os portugueses tratam os imigrantes africanos, brasileiros, do Leste europeu ou ainda os estrangeiros da União Europeia ou Estados Unidos da América, os imigrantes africanos foram apontados, pela generalidade da amostra, como o grupo mais discriminado (tendo 42% da amostra respondido nos dois pontos mais altos da escala, em relação a este grupo). Seguem-se os imigrantes brasileiros e de Leste. Em contrapartida, os cidadãos da União Europeia e Estados Unidos da América são percebidos, pelos imigrantes inquiridos, como os mais respeitados – ou seja, aqueles por quem os portugueses mais demonstram ‘respeito e consideração’. Os brasileiros são vistos pelos três grandes grupos de imigrantes como os mais respeitados” (Lages *et al.*, 2006).

Os/as imigrantes foram ainda questionados/as sobre se alguma vez haviam sido tratados pior que os/as portugueses/as por serem estrangeiros/as num conjunto de cinco diferentes contextos: na vizinhança; no local de trabalho ou escola; nos transportes públicos, nas compras, na rua; na procura de habitação, nos bancos, nas escolas dos filhos; pela Polícia ou nos Tribunais. Embora “a maioria dos imigrantes ter declarado nunca ter sido alvo de discriminação nos espaços referidos, constata-se que metade da amostra já tinha estado sujeita a pelo menos uma das situações. “Os imigrantes de Leste são aqueles que mais declararam ter vivido situações de discriminação na maioria dos cenários propostos, principalmente no local de trabalho; mas também os vizinhos, a polícia e os tribunais lhes fizeram sentir a sua condição de estrangeiros.

Os imigrantes africanos foram os que mais afirmaram ter vivido situações de discriminação nos transportes públicos, nas compras ou na rua. Entre os que declaram maior discriminação estão os residentes no Norte do país, os mais instruídos, aqueles a quem o patrão deve dinheiro e os que estão menos satisfeitos com a sua vida em Portugal” (Lages *et al.*, 2006). “Uma leitura geral dos resultados destas duas sondagens mostra, de modo inequívoco, a falácia da imagem que Portugal tem de si, de ser «um povo acolhedor e de brandos costumes». Se comportamentos declaradamente racistas têm pouca visibilidade e são em número reduzido, quando comparados com os ocorridos noutros países europeus, a verificação da existência de comportamentos xenófobos tem chamado a atenção mesmo de quem tem o olhar mais alheado ou está desinteressado destas temáticas”. O estudo analisa comportamentos, atitudes, crenças, estereótipos, e “torna claro haver algumas manifestações de racismo em aproximadamente 1/4 da nossa população, valor que quase dobra quando se observa o exagero da diferença cultural percebida, particularmente no que toca a imigrantes de Leste e imigrantes africanos. Em reforço da ideia de que não existe uma “capacidade própria” do povo português para o acolhimento e aceitação de imigrantes estão os seguintes factos: a prontidão com que a maioria não apenas rejeita a vinda de mais imigrantes mas também afirma deverem ir-se embora os que aqui estão; a disponibilidade para garantir todos os direitos aos que para aqui imigram mas apenas enquanto tiverem trabalho; a clareza com que os imigrantes afirmam a distância, e até o racismo, que os portugueses mantêm ou perpetram em relação aos grupos de que fazem parte”. Um outro aspecto merece ser destacado como um dos resultados-chave deste estudo: as atitudes perante os/as imigrantes de origem africana. Apesar da História comum há um desconhecimento e preconceito que levaram os/as inquiridos/as portugueses/as a considerar os/as imigrantes africanos/as em Portugal como tão diferentes dos/as portugueses/as como os/as imigrantes da Europa de Leste, aqui recém-chegados/as, sem qualquer laço histórico ou cultural. A História e a cultura determinaram esse fundo que emerge nas atitudes discriminatórias.

## 2.10 Minorias étnicas: ciganos

A população cigana constitui a minoria étnica mais numerosa da União Europeia e a sua inclusão está consagrada na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e inscrita na Estratégia da União Europeia para 2020 (Plataforma Europeia contra a Pobreza) (Comissão Europeia, 2010).

Dos 10 a 12 milhões de ciganos da Europa, uma parte considerável vive em condições socioeconómicas muito desfavoráveis e de extrema marginalização. A população cigana é objecto de discriminação, exclusão social e de segregação. E a sua exclusão tem implicações directas nos orçamentos públicos e custos indirectos nas perdas de produtividade (Comissão Europeia, 2010). Têm um acesso reduzido ao ensino de qualidade, dificuldades de integração no mercado de trabalho e, conseqüentemente, baixos níveis de rendimento, um nível de saúde precário com taxas de mortalidade elevadas e uma esperança de vida mais baixa do que a da restante população.

Em termos legais, em Portugal, não está estabelecido o estatuto de minoria étnica nacional. Ao contrário de que se verifica em outros países europeus, no nosso país ciganos e comunidades (migrantes ou não) residentes não gozam de estatuto de minoria étnica nacional (Casa-Nova, 2010).

Em Portugal, à semelhança de outros países, desconhece-se o número aproximado de ciganos, estimando-se que oscile entre os 40 e os 100 mil ciganos. Casa-Nova (2009) aponta para um número entre os 50 e os 70 mil ciganos, o *European Commission Against Racisms and Intolerance* (ERCI) refere entre 50.000 a 60.000 ciganos e, para Machiels, os dados variam entre os 50.000 e os 100.000 ciganos em Portugal (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2009).

A Comissão Parlamentar refere dois estudos a nível nacional: o inquérito da autoria da organização SOS Racismo (2001), aplicado junto das Câmaras Municipais e que apurou somente 21.831 ciganos; e os dois inquéritos de Castro (2007) aplicados às Câmaras Municipais e à Guarda Nacional Republicana e que obteve um total de cerca de 34.000 indivíduos (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2009). Mais recentemente, Maria José Vicente, através da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN) (2009) desenvolveu um primeiro estudo nacional, bastante aprofundado sobre a saúde das comunidades ciganas. Em Março de 2009, a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura – Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família sobre portugueses ciganos (2009) reconheceu a informação insuficiente e pouco sistematizada sobre a comunidade cigana, comunidade que é heterogénea na sua composição; a situação de extrema vulnerabilidade e exclusão em que se encontra um número apreciável dos seus membros e a necessidade de promover uma recolha de informação sistemática e metódica que potenciem a aplicação de medidas necessárias à promoção da sua plena integração. A Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social (2008-2010) (2008) apresenta considerações sobre a comunidade cigana em Portugal.

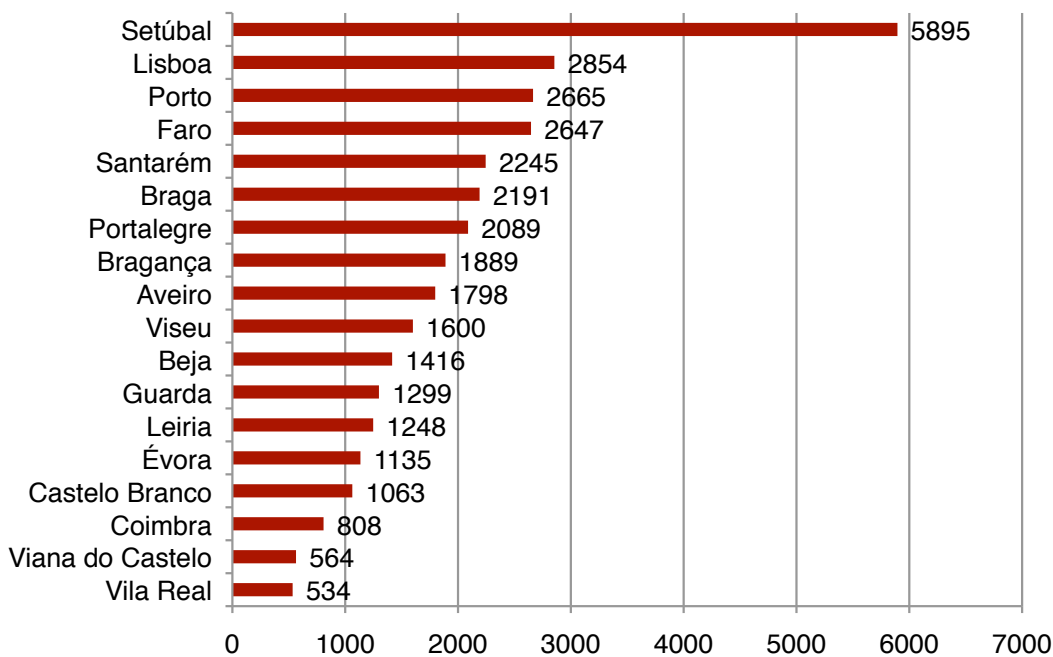
A informação que aqui se apresenta tem como fonte, sobretudo, o relatório da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura – Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família sobre portugueses ciganos (2009) e o estudo de Maria José Vicente, da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN) (2009), sobre a saúde das comunidades em Portugal.

A REAPN identificou 7154 famílias ciganas em Portugal Continental e definiu uma amostra que representa perto de 5% do total de famílias identificadas. O estudo de Vicente tem por base 360 questionários distribuídos por 12 distritos, aplicados a 120 crianças e 240 adultos (120 mulheres e 120 homens), a que acrescem mais 7 entrevistas. Parece-nos ser uma aproximação à realidade da comunidade cigana em Portugal. Os 367 questionários permitiram obter informação sobre 1673 elementos da etnia cigana (Vicente, REAPN, 2009).

### 2.10.1 População

Como referido anteriormente, em Portugal, desconhece-se o número aproximado de ciganos, estimando-se que oscile entre os 40 e os 100 mil ciganos. A informação gráfica foi retirada do relatório da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2009) e é relativa ao estudo de Alexandra Castro (2006), intitulado Ciganos, Territórios e Itinerância – Análise de um questionário enviado aos postos da Guarda Nacional Republicana, no qual se contabilizaram cerca de 34 mil ciganos.

Gráfico 2.52 População cigana por distrito (N)

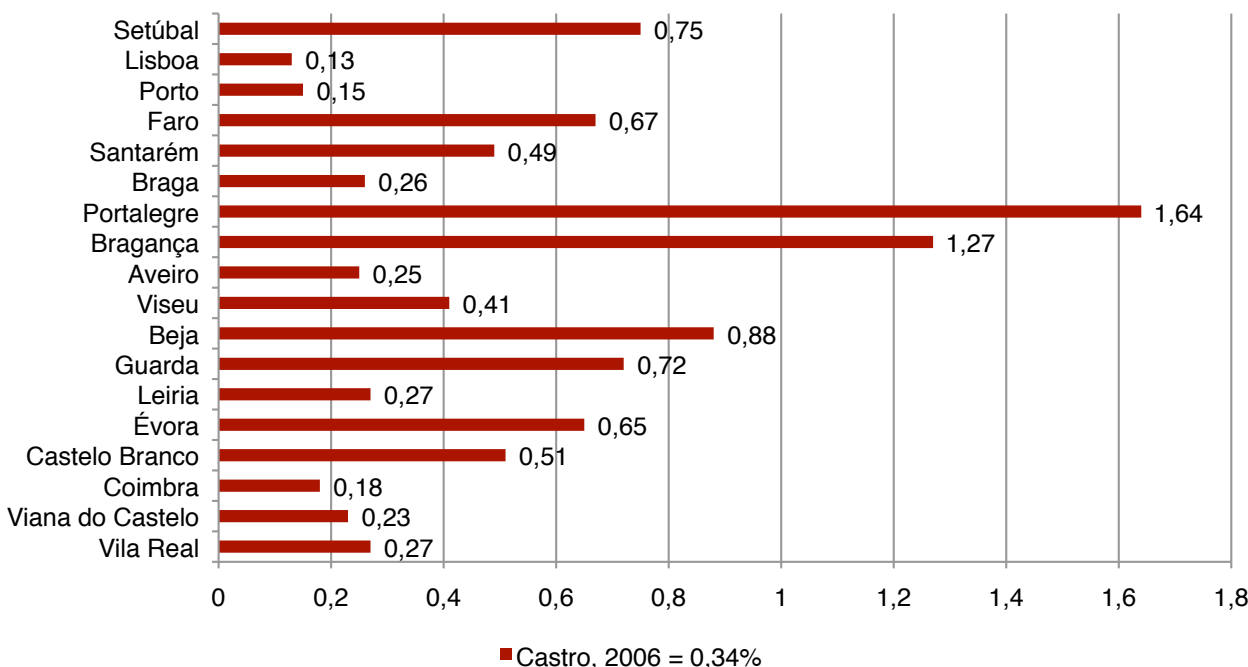


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Castro, 2006 [Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2009)]

O estudo de Castro (2006) aponta para uma maior presença da comunidade cigana nos distritos de Setúbal, Lisboa, Porto e Faro. Dos 33.940 indivíduos contabilizados neste estudo de Castro, 14.061 residem nestes distritos, representando 41,4% do total.

Gráfico 2.53 Distribuição do peso dos ciganos face à população residente por distrito (%)

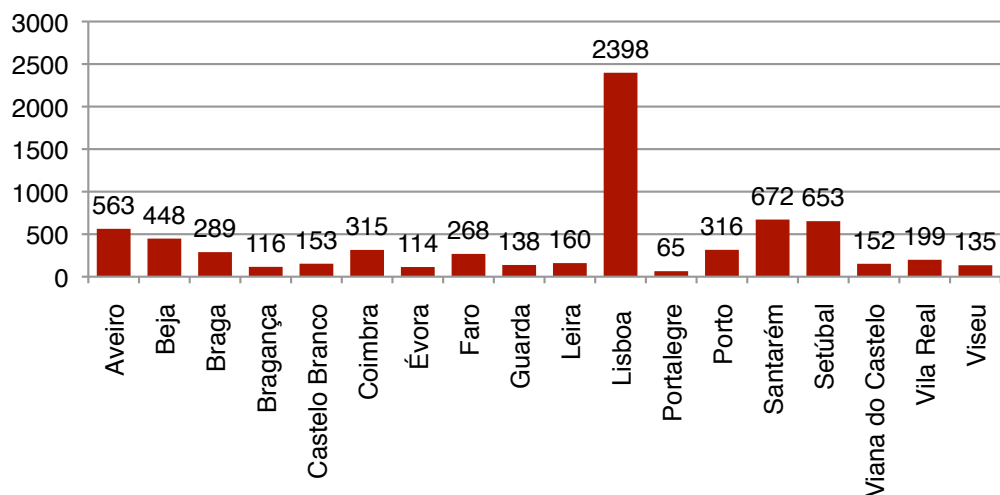


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Castro, 2006 [Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura (2009)]

O trabalho de Castro (2006) mostra que os ciganos estão em maior proporção relativamente à população residente nos distritos de Portalegre, Bragança e Beja. Estas são também regiões mais desertificadas, o que não acontece nos distritos mais urbanos como Lisboa, Porto e Coimbra, onde a proporção é bastante inferior.

Gráfico 2.54 Famílias ciganas identificadas pela REAPN (N)

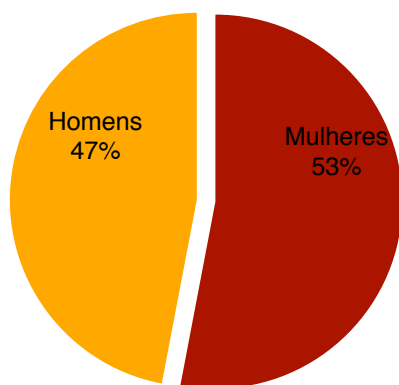


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

A leitura do gráfico anterior mostra que é no distrito de Lisboa que vive uma boa parte das famílias ciganas identificadas pela REAPN, a que se seguem os distritos de Santarém e Setúbal.

Gráfico 2.55 População total inquirida por sexo (%)

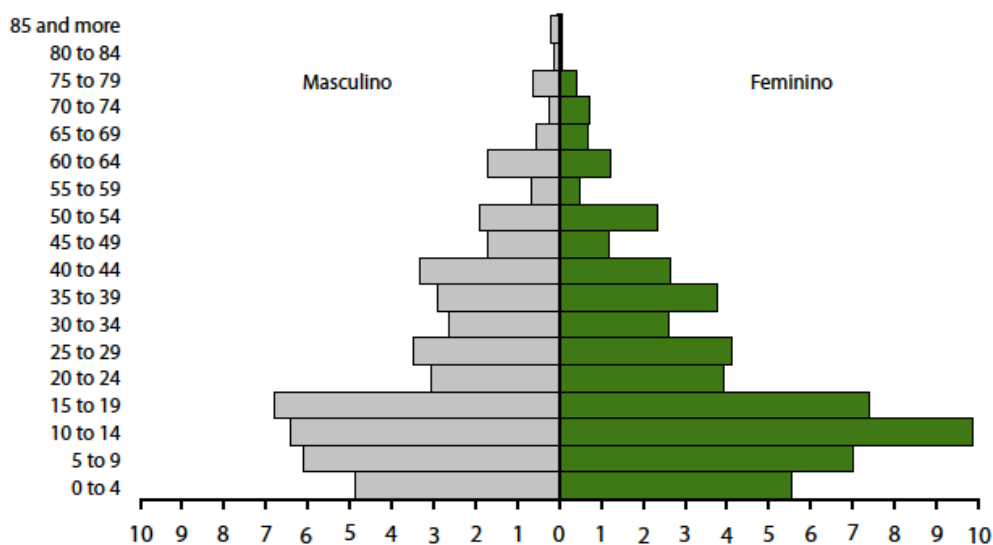


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Vicente refere que, em termos demográficos, pode-se considerar estar perante uma população caracterizada por um maior peso da população feminina, 885 mulheres (52,9%), face à população masculina – 791 homens (47,1%), o que, segundo a autora, está em consonância com a estrutura demográfica portuguesa: 51,6% mulheres e 48,4% homens (Vicente, REAPN, 2009).

Gráfico 2.56 Pirâmide etária das comunidades ciganas (elementos dos agregados domésticos) (%)



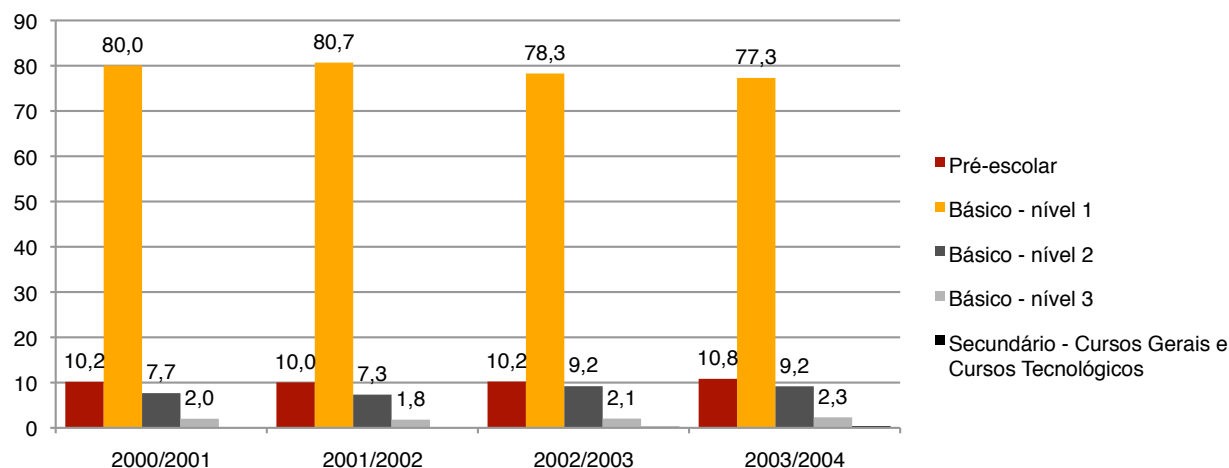
Fonte: Vicente, REAPN (2009)

Cerca de 60% dos inquiridos tem idade até aos 24 anos e 39,7% correspondem a crianças com menos de 15 anos de idade. Apenas 14,4% dos respondentes tem mais de 45 anos de idade, o que não reflecte a realidade da população portuguesa (Vicente, REAPN, 2009).

A diferença entre jovens e velhos pode ser justificada pela elevada taxa de natalidade e baixa longevidade desta população. No entanto, a autora adianta que não existem dados estatísticos concretos sobre a esperança média de vida dos ciganos e que esta mortalidade pode estar associada às más condições de habitabilidade a que estão sujeitos, com repercussões para a sua saúde (Vicente, REAPN, 2009). No estudo desenvolvido por Pereira Bastos, Correia e Rodrigues sobre Sintreses Ciganos, os autores salientam, igualmente, a juventude da população cigana, estimando que cerca de 38% da população cigana tenha menos de 15 anos (Portugal, 2008).

## 2.10.2 Escolarização

Gráfico 2.57 Alunos de etnia cigana matriculados no Continente, anos lectivos do período 2000-2004 (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Carrilho, 2007 (Ministério da Educação - GIASE)



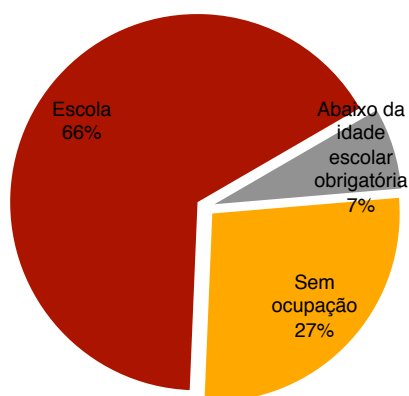
As estatísticas oficiais do Ministério da Educação mostram que nos quatro anos lectivos referentes ao período entre 2000 e 2004 a maior parte dos alunos de etnia cigana estava matriculada no nível 1 do ensino básico.

Nos quatro anos lectivos, observa-se o contraste entre os níveis precedente e posterior ao nível 1 do ensino básico, indiciando um reduzido número de crianças de etnia cigana que frequenta o pré-escolar ou prossegue os seus estudos. Os dados recolhidos não referem o indicador sexo.

A partir do ano lectivo 2006/2007, a informação relativa à etnia do aluno deixou de ser recolhida para as estatísticas da educação, não se diferenciando alunos devido à sua pertença étnica.

O estudo de Vicente e da REAPN corrobora os dados atrás apresentados. Da população inquirida, 52,3% (48,2% de adultos e 4,1% de crianças) não possui nenhum nível de escolaridade. É ainda de assinalar que 38,3% da população adulta possui o ensino primário completo e somente 0,4% possui o ensino secundário completo. Segundo a autora, observa-se um baixo nível de habilitações escolares nesta população, situação que reforça o contexto de forte vulnerabilidade à exclusão social associado a estas comunidades (Vicente, 2009).

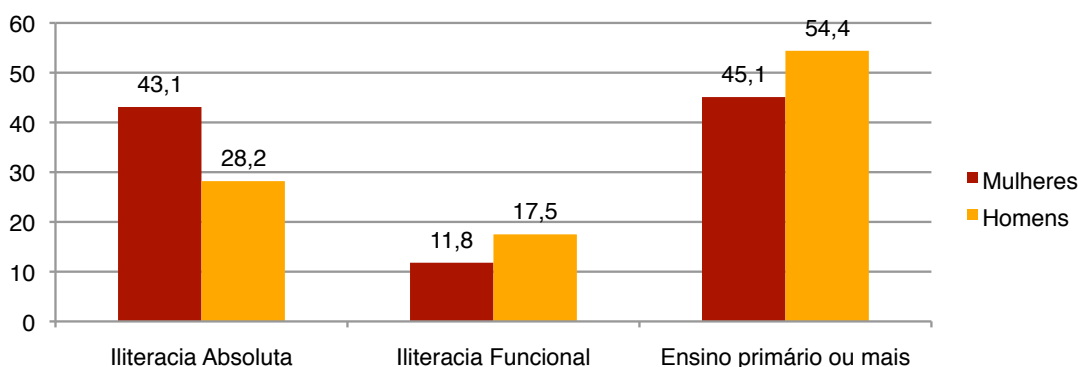
Gráfico 2.58 Crianças até aos 15 anos de idade segundo a principal ocupação (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

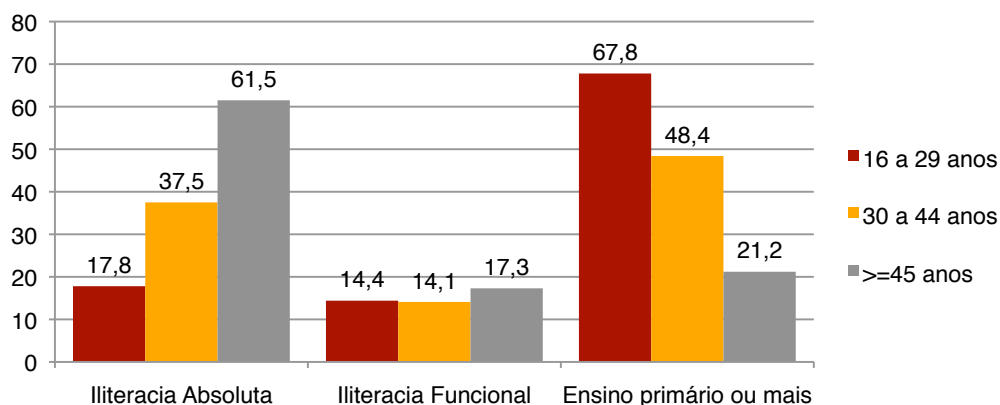
Das crianças com menos de 15 anos verifica-se que 66% encontrava-se a frequentar a escola. No entanto, 27% das crianças não tem qualquer ocupação (Vicente, REAPN, 2009).

Gráfico 2.59 Crianças até aos 15 anos de idade segundo a principal ocupação (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Gráfico 2.60 População segundo os grupos etários e competências literárias (%)



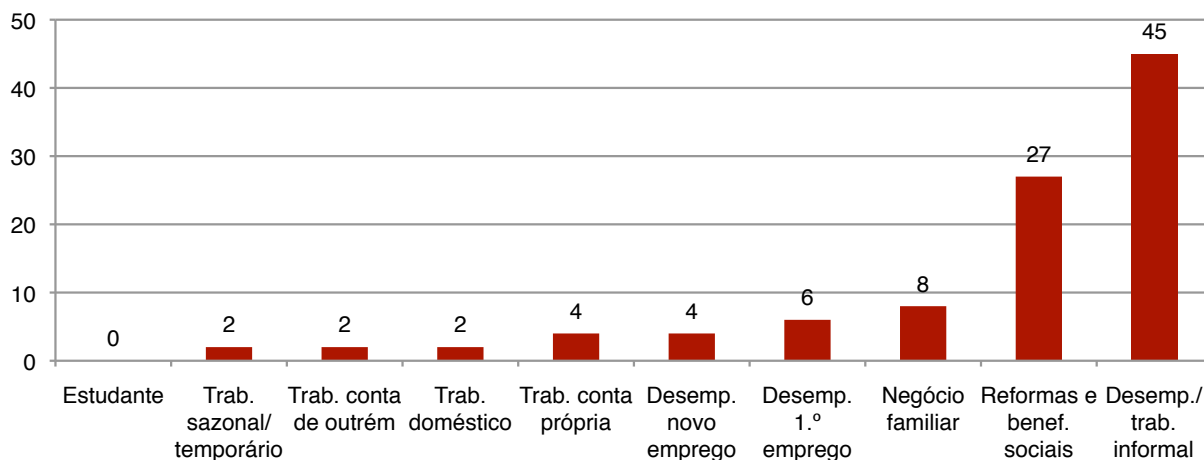
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Relativamente ao género, mais de metade das mulheres não tem nenhum nível de ensino (54,9%), enquanto a maioria dos homens tem pelo menos o ensino primário (54,4%). Vicente aponta para o possível desinvestimento escolar destas comunidades em relação às meninas. Porém, a desvalorização do prolongamento da escolarização parece ser uma realidade tanto para homens como para mulheres.

Apesar desta desvalorização, os dados recolhidos pela autora apontam para uma crescente valorização do percurso escolar, já que os inquiridos mais jovens apresentam níveis de escolaridade mais elevados, ao contrário dos indivíduos mais velhos (Vicente, REAPN, 2009).

### 2.10.3 Ocupação

Gráfico 2.61 População adulta segundo a principal ocupação (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Da informação recolhida e analisada por Vicente, destacam-se as categorias de desempregados/com trabalho informal e de indivíduos com reformas e outros benefícios sociais. Não nos é possível perceber se a categoria com maior peso se refere a desempregados que tinham trabalho informal ou a desempregados que mantêm um trabalho informal.

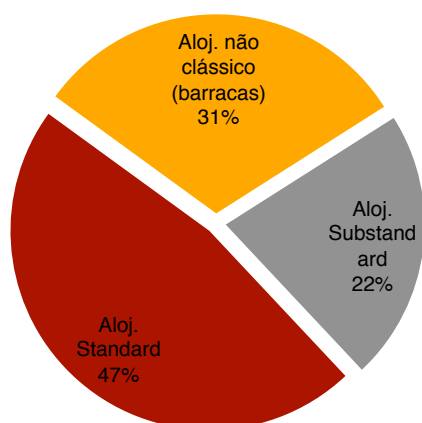
Dos 16% de indivíduos que afirmaram ter um trabalho que não doméstico, 4% trabalha por conta própria, 8% tem negócios familiares, que podem estar associados à venda ambulante ou em feiras. Somente 4% trabalha por conta de outrem ou tem trabalho sazonal/temporário. O trabalho sazonal ou temporário pode também ser revelador de uma situação económica menos estável.

Vicente sublinha que “um dos elementos de produção e reprodução de pobreza e de exclusão social ao nível das comunidades ciganas prende-se com a ausência da entrada no mercado de trabalho formal” e ausência de nível de instrução formal (2009: 18).

## 2.10.4 Habitação

Estima-se que, a nível nacional, 18% da população cigana, cerca de 7000, resida em barracas/tendas, para um universo estimado de cerca de 40 mil pessoas. De acordo com os dados recolhidos no âmbito de um estudo do CET (Castro, 2007), constata-se a existência de 6516 ciganos a viverem em condições precárias de habitação sejam estas fixas ou móveis, correspondendo a 16% face ao número estimado de população cigana (40 mil indivíduos) (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2009).

Gráfico 2.62 **Agregados domésticos de acordo com o tipo de habitação (%)**

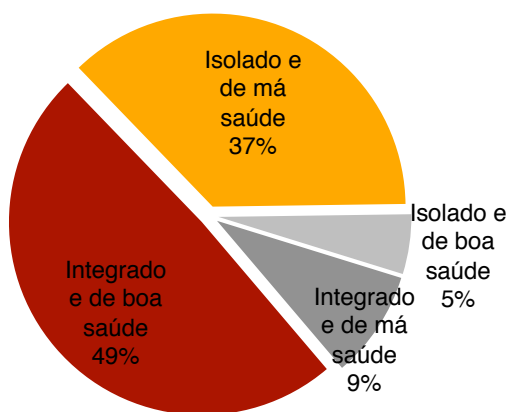


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Na amostra recolhida por Vicente, as barracas, conjuntamente com o alojamento substandard, predominam (53%), o que vai ao encontro dos dados referidos pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura em 2009.

Gráfico 2.63 Agregados familiares segundo o meio envolvente (%)

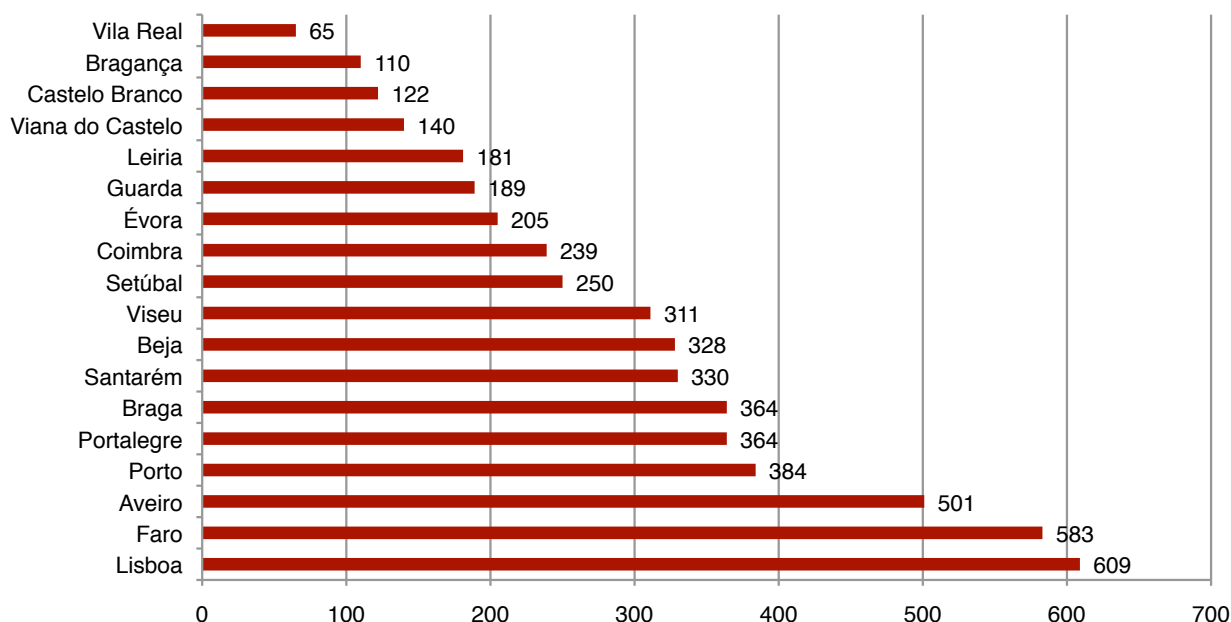


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Vicente (2009) cruza o meio envolvente da residência do agregado com o estado de saúde dos agregados familiares. A maior parte dos agregados está integrado no meio envolvente e de boa saúde (49%). Contudo, a autora sublinha que 46% dos agregados familiares inserem-se na variável de mau estado de saúde, realçando a categoria de isolado e de má saúde com 37% de agregados familiares.

## 2.10.5 Rendimento Social de Inserção

Gráfico 2.64 Famílias de etnia cigana beneficiárias do RSI, em acompanhamento (N)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: ISS, IP. Dezembro de 2008 in Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2009

Os dados do Instituto de Segurança Social de Dezembro de 2008 mostram um maior número de famílias beneficiárias do rendimento social de inserção nos distritos de Lisboa, Faro e Aveiro. Em Trás-os-Montes, o número de famílias é bastante inferior, não chegando aos 180 casos.

## 2.10.6 Saúde

Não existe em Portugal nenhum estudo epidemiológico, ou dados estatísticos oficiais sobre a saúde a população cigana, apesar de nos últimos tempos ter existido um interesse académico crescente sobre este grupo populacional. Para este Relatório, partimos de algumas das conclusões dos estudos de Silva e colaboradores (2002a, 2002b, 2005), que discutem a forma como a saúde se relaciona e se integra nas práticas quotidianas desta comunidade e como a sua percepção e avaliação se ancoram nas próprias crenças e estilos de vida (Vicente/REAPN, 2009). Segundo estes autores, a exclusão social de que são vítimas a maioria dos ciganos encontra correspondência na sua saúde, não porque as instituições que tratam da saúde/doença não os incluam nos seus objectivos, mas porque a distância cultural e social os distancia e discrimina.

Assim, podemos verificar que a quase totalidade dos ciganos entrevistados por Vicente (2009) está abrangida pelo sistema nacional de saúde (99,6%).

Quadro 2.2 População cigana segundo o tipo de cobertura de saúde (%)

Sistema Nacional de Saúde	99,6%
Sociedade mútua de seguros públicos	0,1%
Sem ligação à SS mas com SNS	0,3%
Sem ligação à SS mas com apoio de ONG	0,1%

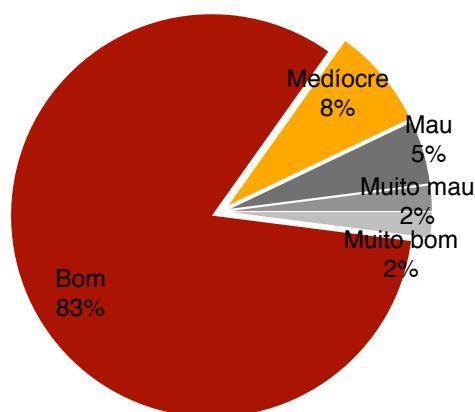
Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010

Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Estes dados não significam, no entanto, que os ciganos façam um uso frequente dos serviços de saúde existentes, ou que adoptem práticas e comportamentos de prevenção da doença. A saúde, definida pela OMS como um bem estar geral, é avaliada, promovida e vigiada através de um sistema assente num modelo de racionalidade científica, ao qual têm melhor acesso os indivíduos cujos modos de vida possibilitam a compreensão e integração dessa racionalidade. Não é o caso das comunidades ciganas, cujas vivências familiares e hábitos culturais impregnam e determinam muito mais os seus modos de viver e pensar a saúde e a doença do que qualquer normatividade externa referenciada em saberes não significantes para estes indivíduos.

Não surpreende, assim, que, apesar dos dados nacionais e internacionais apontarem para fragilidades diversas (quer ao nível da mortalidade precoce quer ao nível da morbilidade) detectadas pelos indicadores oficiais de saúde (definidos pela OMS) na saúde da população cigana, esta, quando questionados sobre a sua saúde, revelem maioritariamente, uma percepção de boa saúde (82%). Nesta comunidade, a saúde assume-se pela sua instrumentalidade funcional, sendo essencialmente entendida como não doença.

Gráfico 2.65 População entrevistada segundo a auto percepção do seu estado de saúde (%)

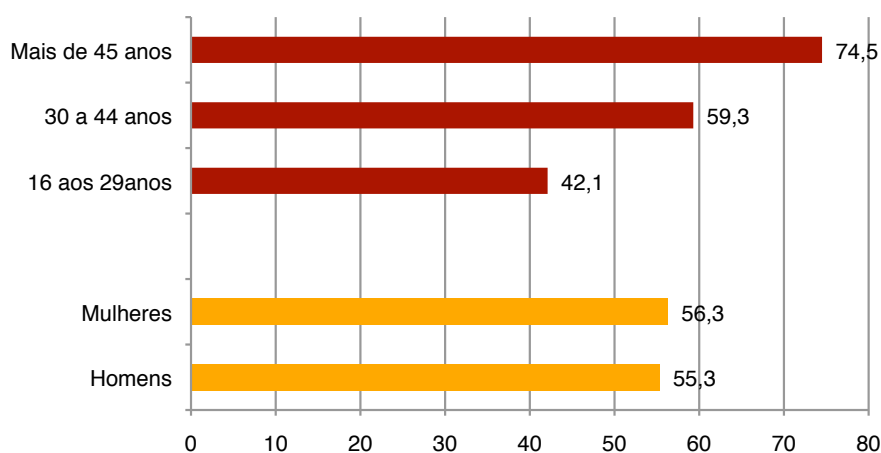


Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Através da literatura existente sabemos que, na comunidade cigana, existem entendimentos culturais sobre a saúde e a doença que adiam a procura de ajuda médica para etapas mais tardias da doença. Segundo Olímpio Nunes (1981: 270), “... o cigano procura explicar a doença como a introdução de um espírito mau no doente. A doença seria, portanto, a luta entre o espírito do mal e a alma do homem”, o que é complementado pela afirmação de Fátima Pinto (1995: 166) que refere que “muitas das enfermidades que surgem são atribuídas a fenómenos sobrenaturais, a mau olhado, invejas, e juras”. Os saberes leigos parecem, assim, constituir um recurso prioritário nas situações de doença, só complementados com os saberes médicos e científicos se a gravidade da situação o exigir.

O tratamento doméstico das doenças tem, assim, uma expressão importante nestes grupos, não só através de rituais e mezinhas caseiras, como estendendo-se aos autoconsumos de medicamentos farmacêuticos. Mais de 50% dos indivíduos ciganos referem recorrer à automedicação (percentagem um pouco maior no caso das mulheres) e são, sobretudo, os mais velhos (mais de 45 anos) os que mais utilizam a automedicação (74,5% dos inquiridos).

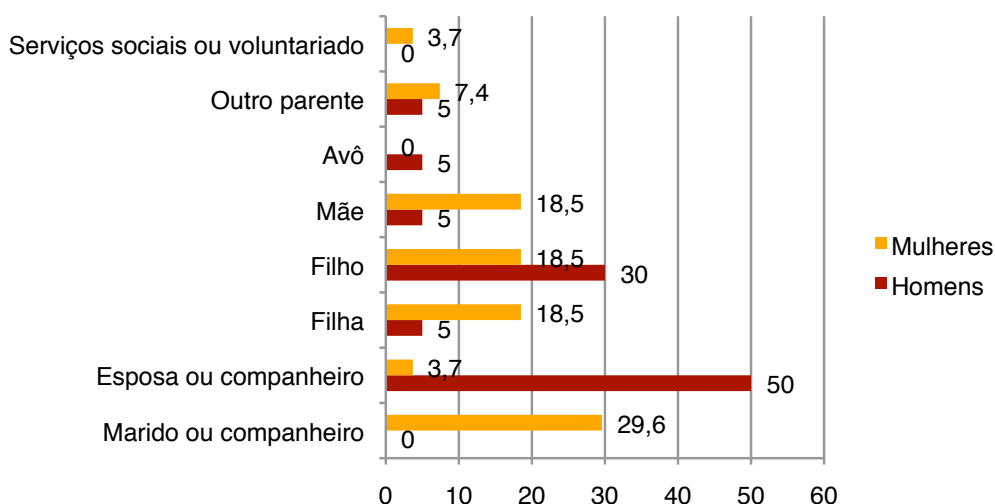
Gráfico 2.66 População cigana que recorre à automedicação (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Relativamente à pessoa que faculta apoio nas actividades diárias, são essencialmente as esposas/companheiras (50%) que prestam esse apoio relativamente aos homens. No entanto, quando são as mulheres a necessitar de apoio, verifica-se uma distribuição desta responsabilidade por outros parentes, designadamente marido/companheiro (29,6%); filha/filho e mãe com 18,5% respectivamente.

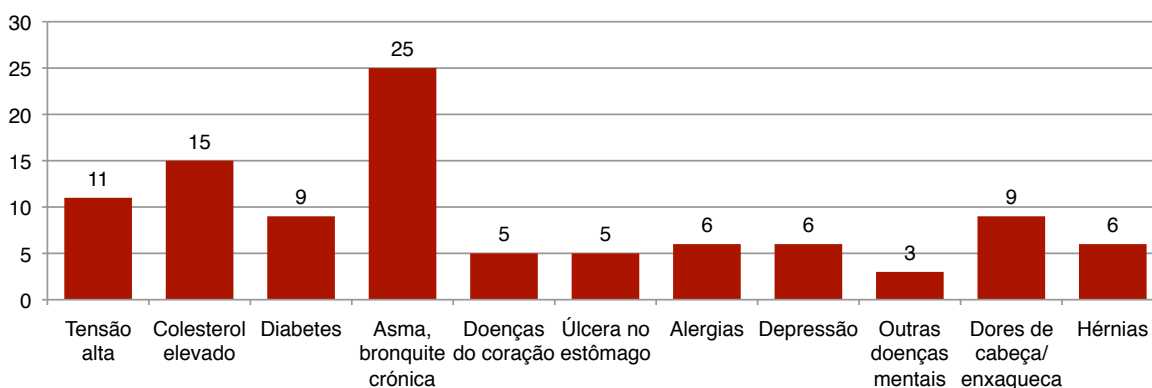
**Gráfico 2.67 População cigana com dificuldades de acordo com o sexo e a pessoa que presta o cuidado (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Relativamente às doenças mais frequentes nesta comunidade, existem as doenças respiratórias, designadamente, a asma e a bronquite crónica (25%). Seguem-se doenças como colesterol (15%) e tensão alta (11%). Segundo Vicente (2009), a doença que mais prevalece junto da população geral é a tensão elevada, enquanto as doenças respiratórias assumem valores baixos, não tendo expressão significativa, ao contrário do que se verifica na população inquirida, o que terá a ver com as más condições de habitabilidade.

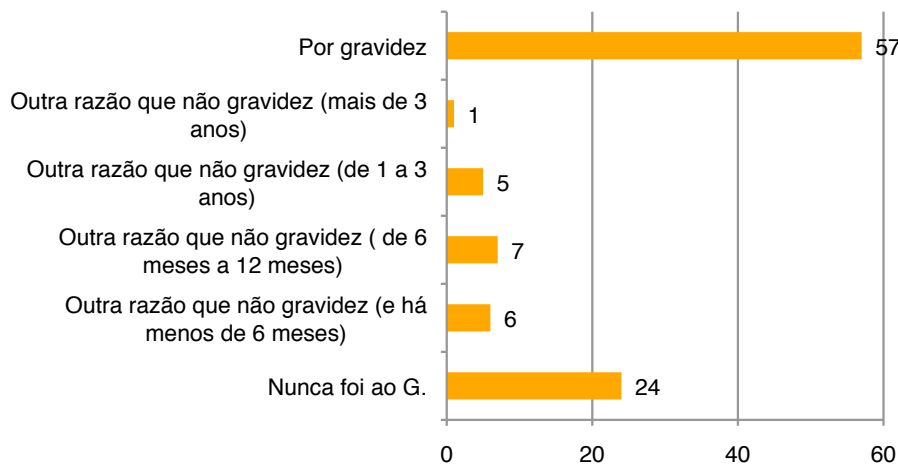
**Gráfico 2.68 População entrevistada segundo as doenças crónicas diagnosticadas (%)**



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Focando-nos agora mais especificamente na saúde sexual e reprodutiva das mulheres ciganas, percebemos que existe ainda muito trabalho a fazer ao nível da prevenção. Embora a maioria das mulheres ciganas já tenha visitado um ginecologista, 57% fê-lo por razões relacionadas com a gravidez e apenas 19% referem terem procurado esta especialidade por outras razões. De salientar que 24% das mulheres ciganas referem nunca terem recorrido a um ginecologista.

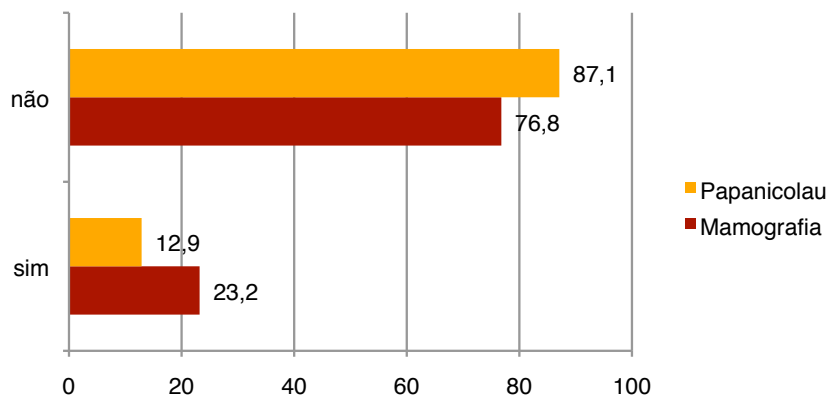
Gráfico 2.69 Mulheres que foram ao ginecologista e as razões da consulta (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)

Relativamente aos exames de rastreio como a mamografia ou papanicolau, 76,8% das mulheres referem nunca ter feito nenhuma mamografia e 87,1% nunca fez o papanicolau, o que é bem demonstrativo da dificuldade desta comunidade em aderir a práticas e comportamentos de vigilância da sua saúde.

Gráfico 2.70 Mulheres adultas que fizeram ou não, mamografia e papanicolau por recomendação de um especialista (%)



Fonte: FCSH-UNL/SIIC, 2010  
 Fonte dos dados: Vicente, REAPN (2009)



No seu estudo sobre a saúde de um grupo cigano, Teresa Ramón (citada em Silva, 2005), traduziu esta realidade sociológica na experiência concreta da vida dos Ciganos: “Não basta ter as portas abertas para poder ir ao médico, há que pensar que o médico é pertinente para solucionar o nosso problema...” Segundo Luísa Ferreira da Silva (2005), as atitudes e comportamentos de saúde dos ciganos têm uma lógica popular (no sentido de pré-científica-biomédica) que obedece à preocupação de evitar e de fugir da doença, bem como do seu símbolo, a medicina. Para esta comunidade ter boa saúde é uma questão de “destino”, de “sorte” e não se previne.

# Bibliografia na área da imigração e minorias étnicas

## Monografias

AA.VV. (2004), Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa.

AA.VV. (2000), Cidadania na Cidade de Lisboa. Igualdade de Direitos e Oportunidades no Mundo do Trabalho. As Comunidades Imigrantes, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

AA.VV. (2000), Educação Intercultural e Cidadania, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.

AA.VV. (2001), "Actualidade das migrações: a imigração para Portugal", Janus 2001, Anuário das Relações Exteriores, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 168-203.

AA.VV. (2001), As Comunidades Imigrantes em Loures, Loures, GARSE/Câmara Municipal de Loures.

AA.VV. (2001), Culturas e Segurança. Racismo, Imigração, Jovens em Grupo, Lisboa, Ministério da Administração Interna.

AA.VV. (2001), Que Sorte, Ciganos na Nossa Escola!, Lisboa, Centre de Recherches Tsiganes e Secretariado Entreculturas.

AA.VV. (2001), Sastipen Ta Li Saúde e Liberdade. Ciganos: Números, Abordagens e Realidades, Lisboa, SOS Racismo.

AA.VV. (2002), A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, Lisboa, Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.

AA.VV. (2002), A Imigração em Portugal. Os Movimentos Humanos e Culturais em Portugal, Lisboa, SOS Racismo.

AA.VV. (2002), Cadernos Sociedade e Trabalho, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho").

AA.VV. (2002), Portugal Acolhe. Programa de Acolhimento e Inserção Sócio-Profissional de Imigrantes. Estudo Sociodemográfico de Formandos Imigrantes, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

AA.VV. (2003), Cadernos Sociedade e Trabalho, 3 (número temático "Dimensão Social e Imigração").

AA.VV. (2003), Do Outro Lado da Linha, Amadora, Centro Social do Bairro 6 de Maio.

AA.VV. (2003), Fórum da Cidadania: Um Olhar Sobre os Direitos Humanos, Lisboa, Associação Olho Vivo.

AA.VV. (2004), Cidadania e Discriminação, Seminário da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

AA.VV. (2004), I Congresso da Imigração em Portugal. Diversidade, Cidadania, Integração, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

AA.VV. (2004), Ser Filho de Imigrante em Portugal, Lisboa, Solidariedade Imigrante.

AA.VV. (2005), Caminhos para a Integração. Condições de Vida, Aspirações e Identidades de Jovens Descendentes de Famílias Imigrantes na Europa, Lisboa, 90 Graus Editora.

AA.VV. (2005), Imigração e Etnicidade. Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portugal, Lisboa, SOS Racismo.

AA.VV. (2006), A Imigração no Concelho de Loures, Loures, GARSE/Câmara Municipal de Loures.

AA.VV. (2006), As Mulheres na União Europeia: Família, Cidadania e Migração, Lisboa, Ela por Ela.

- AA.VV. (2006), O “Pseudo-Arrastão” de Carcavelos: Documentos, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- AA.VV. (2007), A Sociedade Civil no Diálogo Europa-África: Novas Dinâmicas de Solidariedade. Manifesto da Plataforma Portuguesa das ONGD, Lisboa, Plataforma Portuguesa das ONGD.
- AA.VV. (2007), Descendentes de Imigrantes: um Lugar na Sociedade Portuguesa, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- AA.VV. (2007), Maternal and Childhood Healthcare in an Immigrant Population. Are they Treated Differently?, Porto, EIGAL.
- Abranches, Maria (2007), Pertences Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal, coleção Teses, 13, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Albuquerque, Rosana, Lúcia Évora Ferreira e Telma Viegas (2000), O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal, Oeiras, Celta.
- Alegret, Ricard Mòren (2001), “African immigrants and their organizations in Lisbon: between social and systemic influence”, in Russell King (ed.), *The Mediterranean Passage. Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 119-145.
- Ançã, Maria Helena (coord.) (2007), *Aproximações à Língua Portuguesa*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Andrade, Domingos, Ivete Carneiro e José Queirós (2002), *Gente de Fora Cá Dentro*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Andrade, Inês (2008), *Geografia da Saúde da População Imigrante na Área Metropolitana de Lisboa*, coleção Teses, 21, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Angeja, Maria Olinda (2000), *Inserção de Jovens de Origem Africana na Escola*, Mem Martins, Associação de Professores de Sintra.
- Araújo, Marta (2007), “O silêncio do racismo em Portugal: o caso do abuso verbal racista na escola”, in Nilma Lino Gomes (org.), *Um Olhar Além das Fronteiras - Educação e Relações Raciais*, Belo Horizonte, Autêntica.
- Araújo, Sónia (2008), *Contributos para uma Educação para a Cidadania: Professores e Alunos em Contexto Intercultural*, coleção Teses, 17, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Bäckström, Bárbara (2009), *Saúde e Imigrantes: As representações e as Práticas sobre a Saúde e a Doença na Comunidade Cabo-Verdiana em Lisboa*, Teses, ACIDI.
- Baganha, Maria Ioannis (2000), “Immigrants’ social citizenship and labour market dynamics in Portugal”, in Michael Bommers e Andrew Geddes (eds.), *Immigration and Welfare. Challenging the Borders of the Welfare State*, London, Routledge, pp. 170-188.
- Baganha, Maria Ioannis (2000), “Labour market and immigration: economic opportunities for immigrants in Portugal”, in Russell King, Gabriella Lazaridis e Charalambos Tsardanidis (eds.), *El Dorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres, MacMillan Press, pp. 79-103.
- Baganha, Maria Ioannis (2001), “A cada sul o seu norte: dinâmicas migratórias em Portugal”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 135-159.
- Baganha, Maria Ioannis e José Carlos Marques (2001), *Imigração e Política. O Caso Português*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Baganha, Maria Ioannis (org.), José Carlos Marques e Pedro Góis (2010), *Imigração ucraniana: a emergência de uma ou várias comunidades*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Graça Fonseca (2000), *Is na Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis (2004), "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in Maria Ioannis Baganha e Maria Lucinda Fonseca, *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 23-39.

Baptista, João Afonso (2006), *Os Chineses: Percursos Migratórios e Estratégias de Implementação em Portugal*, Lisboa, Autonomia 27.

Barbosa, Carlos Elias e Max Rubens Ramos (2008), "Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, coleção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Bastos, José Gabriel Pereira, André Correia, e Elsa Rodrigues (2006), *Sintenses Ciganos: Uma Abordagem Estrutural-Dinâmica*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.

Bastos, Susana Pereira e José Gabriel Pereira Bastos (2001), *De Moçambique a Portugal. Reinterpretações Identitárias do Hinduísmo em Viagem*, Lisboa, Fundação Oriente.

Bastos, Susana Pereira e José Gabriel Pereira Bastos (2006), *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da Religião em Processos de Inserção Social Diferenciada: Uma Abordagem Estrutural Dinâmica*, coleção Estudos do OI, 17, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Batalha, Luís (2004), *The Cape Verdian Diaspora in Portugal. Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Nova Iorque, Lexington Books.

Batalha, Luís (2008), "Cabo-verdianos em Portugal: 'comunidade' e identidade", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, coleção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Batalha, Luís (2008), "Cape verdeans in Portugal", in Luís Batalha e Jørgen Carling (eds.), *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amesterdão, University of Amsterdam Press, pp. 61-72.

Blanes, Ruy Llera (2004), "Em nome da interdenominacionalidade. Ligações transnacionais e novas práticas musicais entre os ciganos evangélicos portugueses", in José Machado Pais, Joaquim Pais de Brito e Mário Vieira de Carvalho (orgs.), *Sonoridades Luso-Afro-Brasileiras*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Blanes, Ruy Llera (2008), *Os Aleluias. Ciganos Evangélicos e Música*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Boas, Maria (2006), "Tensões na experiência migratória de brasileiros em Portugal", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 275-297.

Bógus, Lúcia (2007), "Esperança além-mar: Portugal no 'arquipélago migratório' brasileiro", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, coleção Comunidades, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 39-58.

Bordonaro, Lorenzo (2008), "Marginalità transnazionali. Modernità, migrazioni e nostalgia tra l'Arcipelago dei Bijagó (Guinea Bissau) e Lisbona", in Bruno Riccio (ed), *Migrazioni Transazionali dall'Africa. Etnografie Multilocali a Confronto*, Turim, UTET, pp. 155-179.

Cabral, Alcinda (2007), "As associações de imigrantes brasileiros em Portugal como meio de aquisição de direitos", in Teresa Toldy, Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Sérgio Lira (orgs.), *Cidadania(s): Discursos e Práticas*, Porto, Edições UFP.

Cabral, Alcinda (ed.) (2003), *Imigração Marroquina*, Porto, Edições UFP.

Cabral, Alcinda (org.) (2007), *Marroquinos na Venda Ambulante*, Porto, Edições UFP.

Cachado, Rita d'Ávila (2008), "Entre as casas e o templo, a rua: comunidade hindu e interações de bairro", in Graça Índias Cordeiro e Frédéric Vidal (orgs.), *A Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 129-142.

Cádima, Rui e Alexandra Figueiredo (2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Canotilho, José Joaquim Gomes (coord.) (2000), *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*, Oeiras, Celta.

Carmo, Teresa Maia (2006), "Multiculturalidade em zona problemática: a Cova da Moura", in AA.VV., *Janus 2006, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 128-129.

Carneiro, Anabela, Natércia Fortuna e José Varejão (2007), "Ganhos dos imigrantes e características do empregador", in António Oliveira das Neves (coord.), *Quadros de Pessoal e Investigação em Economia*, Lisboa, DGEEP/MTSS, pp. 17- 22.

Carneiro, Roberto (coord.) (2006), *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal*, Lisboa, DEEP/MTSS.

Carneiro, Roberto, Fernando Cristóvão, Igor Machado, Jorge Malheiros e João Peixoto (2007), "O futuro da imigração brasileira para Portugal: olhares, perspectivas e interrogações", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, colecção *Comunidades*, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 191-202.

Carvalho, José Ricardo (2008), *Do Bidonville ao Arrastão. Media, Minorias e Etnicização*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Carvalho, Lourenço Xavier de (2004), *Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas. Uma Visão Qualitativa*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Carvalho, Lourenço Xavier de (2007), *Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal*, colecção *Cadernos OI*, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Carvalho, Maria João Leote de (2003), *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Oeiras, Celta.

Casa-Nova, Maria José (2002), *Etnicidade, Género e Escolaridade. Estudo em Torno das Socializações Familiares de Género numa Comunidade Cigana na Cidade do Porto*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Casa-Nova, Maria José (2007), "A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional", in Pedro Silva (org.), *Escola, Famílias e Lares: Um Caleidoscópio de Olhares*, Porto, Profedições, pp. 153-178.

Casa-Nova, Maria José (2009), *Etnografia e Produção de Conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Casimiro, Elsa (2008), *Percursos Escolares de Descendentes de Imigrantes de Origem Cabo-verdiana na Diáspora: Lisboa e Roterdão*, colecção *Teses*, 20, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Castro, Alexandra (2006), *Ciganos, Territórios e Itinerância – Análise de um questionário enviado aos postos da Guarda Nacional Republicana*, Centro de Estudos Territoriais, p. 19.

Castro, Fátima Velez (2008), *A Europa do Outro. A Imigração em Portugal no Início do Século XXI*, colecção *Teses*, 16, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Cidra, Rui (2008), "Produzindo a música de Cabo Verde na diáspora: redes transnacionais, world música e múltiplas formações crioulas", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, colecção *Comunidades*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Chiuri, Maria Concetta, Nicola Coniglio e Giovanni Ferri (2010), *O exército dos invisíveis: aspectos económicos da imigração clandestina*, Almedina.

Contador, António Concorda (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta.

Cortesão, Luiza, Stephen Stoer, Maria José Casa-Nova e Rui Trindade (2005), *Pontes para Outras Viagens. Escola e Comunidade Cigana: Representações Recíprocas*, colecção *Olhares*, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. [livro científico] [F. 19]

Costa, Alfredo Bruto da e Isabel Baptista (2003), *Migrações e os Sem-abrigo: Portugal*, Bruxelas, FEANTSA.

Costa, Francisco Lima da (2005), *Fronteiras da Identidade. Macaenses em Portugal e em Macau*, Lisboa, Fim de Século.

Costa, Paulo Manuel (2004), *Políticas de Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*, Lisboa, Instituto Piaget.

Costa, Paulo Manuel (2006), “A legislação de estrangeiros em Portugal: a situação dos cidadãos brasileiros”, in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 81-102.

Costa, Sandra (2006), “O Islão em Portugal”, in Maria do Céu Pinto (org.), *O Islão na Europa*, Lisboa, Prefácio, pp. 155-174.

Costa-Lopes, Rui, Jorge Vala, Cícero Pereira e Patrícia Aguiar (2008), “A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais”, in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários – A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 769-790.

Cunha, Isabel Ferin, Clara Almeida Santos, Catarina Valdigem e Willy Filho (2006), *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, colecção Estudos do OI, 19, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Cunha, Isabel Ferin, Clara Almeida Santos, Maria João Silveirinha e Ana Teresa Peixinho (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Cunha, Isabel Ferin e Clara Almeida Santos (coord.) (2008), *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*, colecção Estudos do OI, 28, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

D’Almeida, André Corrêa (2007), *Impacto da Imigração nas Contas do Estado*, (ed. rev. [1ªed. 2003]), Lisboa, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

D’Almeida, André Corrêa (coord.) (2004), *Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa. Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações - o Caso Português*, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Dias, Bruno, Elisa Silva, Rahul Kumar e Tiago Ralha (2009), *Acesso dos imigrantes aos serviços bancários em Portugal*, colecção Estudos do OI; 36, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Dias, Carlos Matias, Eleonora Paixão, Maria João Branco e José Marinho Falcão (2008), *A Saúde dos Imigrantes. Inquérito Nacional de Saúde 2005-2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

Dias, Eduardo Costa, Isabel Alves, Nuno Valente e Sérgio Aires (2006), *Comunidades Ciganas. Representações e Dinâmicas de Exclusão/Integração*, colecção Olhares, 6, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Dias, Guilherme Mansur (2006), “Expansão e choque: a IURD em Portugal”, in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 299-323.

Dionízio, Sandra (coord.) (2005), *Análise do Inquérito no Âmbito do Conhecimento da Situação dos Alunos cuja Língua Materna não é o Português*, Lisboa, Ministério da Educação.

Duarte, Feliciano Barreiras (2005), *Uma Verdadeira Política de Imigração*, Lisboa, Âncora Editora. [livro de opinião] [B. 40]

Duarte, Isabel, Alexandra Castro, Joana Afonso, Mafalda Sousa, Margarida Salgueiro Antunes e Maria José Lobo Antunes (2005), *Co-Existência Inter-Étnica, Espaços e Representações Sociais. Os Ciganos Vistos pelos Outros*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Esteves, Alina (2008), “Hosting policies in Lisbon and Washington D. C.: the role of local actors in the integration of immigrants”, in Maria Lucinda Fonseca (ed.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 107-123.

Esteves, Alina e Jorge Macaísta Malheiros (2001), “Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas”, in Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz (orgs), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta, pp. 95- 114.

Esteves, Alina e Maria José Caldeira (2001), “Reinventing cultures: the contribution of the cape verdean community to the cultural dynamics of Lisbon”, in Russell King (ed.), *The Mediterranean Passage. Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 95-118.

European Union (2008), *Ethnic minority and Roma women in Europe. A case for gender equality?*, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Fáisca, Luís (2004), "A representação social do cigano pelos outros portugueses: resultados de um inquérito telefónico", in A.S.P. Moreira, J.C. Jesuíno, S.M. Nóbrega e B.V. Camargo, (orgs.), *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais*, João Pessoa, Editora Universitária UFPB.

Fáisca, Luís, e Jorge Correia Jesuíno (2006), *Representações Sociais da Comunidade Cigana na Sociedade Portuguesa*, colecção Olhares, 7, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Faustino, Horácio C., João Peixoto e Patrícia Baptista (2009), *As Características da Imigração em Portugal e os seus Efeitos no Comércio Bilateral*, colecção Estudos do OI, 31, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Feldman-Bianco, Bela (2002), "Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e as construções de semelhanças e diferenças culturais", in Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs), *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 143-184.

Felner, Ricardo Dias (2006), *Voltar a Ser Médico. Médicos Imigrantes Bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Fernandes, Marta Monteiro (2006), "Códigos de uma juventude rebelde: um estudo realizado no bairro do Casal da Boba", in Débora Quaresma e Susana Guerra (eds.), *Fora de Lugar. Fronteiras, Migrações e Minorias*, Lisboa, Publidisa, pp. 91-108.

Fernandes, Teresa, Mirna Montenegro, Susana Nogueira, Anabela Santos e Mário Santos (2004), *Ciganos Aquém do Tejo. Propostas de Actividades Nómadas para o Ensino Básico*, Porto, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ferreira, Eduardo de Sousa, Carlos M. Lopes e Maria João Mortágua (2008), *A Diáspora Angolana em Portugal: Caminhos de Retorno*, Cascais, Principia.

Ferreira, Eduardo de Sousa e Helena Rato (2000), *Economia e Imigrantes. Contributos dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Oeiras, Celta.

Ferreira, Eduardo de Sousa, Helena Rato e Maria João Mortágua (2004), *Viagens de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ferreira, Eduardo de Sousa, Helena Rato e Maria João Mortágua (2005), *Novos Caminhos da Europa: a Imigração de Leste*, Oeiras, Celta.

Ferreira, Lígia Évora (2008), "O direito ao sucesso educativo: jovens caboverdianos no contexto educativo português", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, colecção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Figueiredo, Joana Miranda (2005), *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento. Realidades Compatíveis no Contexto Europeu*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Filho, Willy (2008), *Imagem do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português 2004-2006*, colecção Teses, 19, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Fonseca, Ernesto Paulo, José Mendes Marques, Jorge Quintas e Gabrielle Peschl (2005), *Representações Sociais das Comunidades Cigana e Não-Cigana. Implicações para a Integração Social*, colecção Olhares, 3, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Fonseca, Maria Lucinda (2001), "The geography of recent immigration to Portugal", in Russell King, R., P. de Mas e J.M. Beck (eds.), *Geography, Environment and Development in the Mediterranean*, Brighton, Sussex Academic Press, pp. 137-155.

Fonseca, Maria Lucinda (2002), "Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa", in Carminda Cavaco (coord.), *Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um País Periférico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 352-373.

Fonseca, Maria Lucinda (2005), *Migrações e Território*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

- Fonseca, Maria Lucinda (2008), "Immigration, urban change and new directions of social inclusion policies: the urban community development program 'K'CIDADE'", in Maria Lucinda Fonseca (ed.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 11-44.
- Fonseca, Maria Lucinda (coord.) (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fonseca, Maria Lucinda (ed.) (2008), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Fonseca, Maria Lucinda (2008), "Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais", in M. Lages & A. T. Matos (coord.) (2009), *Portugal: percursos de interculturalidade*, Lisboa: ACIDI e CEPCEP.
- Fonseca, Maria Lucinda, João Alegria, e Alexandra Nunes (2004), "Immigration to medium size cities and rural areas: the case of eastern europeans in the Évora region", in Maria Ioannis Baganha, e Maria Lucinda Fonseca, *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 91-118.
- Fonseca, Maria Lucinda, Jorge Malheiros, Alina Esteves, e Maria José Caldeira (2002), *Immigrants in Lisbon: Routes of Integration*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Fonseca, Teresa (2000), *A Televisão e a Multiculturalidade: Apropriação de Mensagens Televisivas por Crianças de Diferentes Etnias*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Fradique, Teresa (2003), *Fixar o Movimento. Representações da Música Rap em Portugal*, Lisboa, D. Quixote.
- Freitas, Cláudia (2006), *Em Busca de um Bom Médico Quando a Saúde Não tem Fronteiras – Percepções dos Cabo-Verdianos sobre Profissionais de Saúde na Holanda*, Teses, 6, ACIME.
- Garcia, José Luís (2000), "Educação, abandono escolar, grupos imigrantes", in José Luís Garcia (coord.), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta, pp. 65-102.
- Garcia, José Luís (org.) (2000), *Portugal Migrante. Emigrantes e Imigrados. Dois Estudos Introdutórios*, Oeiras, Celta.
- Gaspar, Jorge, e Maria Lucinda Fonseca (2008), "A formulação de políticas urbanas eficazes na nova era das migrações", in Demetrios Papademetriou (ed.), *A Europa e os Seus Imigrantes no Século XXI*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp.91-108.
- Gaspar, Tânia, Margarida G. de Matos, Aldina Gonçalves, e Vítor Ramos (2005), "Saúde dos adolescentes migrantes", in Margarida G. de Matos (ed.), *Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola*, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, pp. 119-124.
- Giménez, Ana (2003), "Gitanos de intramuros: procesos de inclusión de los grupos gitanos en las ciudades de Évora e Ávila", in Jorge Freitas Branco, e Ana Isabel Afonso (orgs.) *Retóricas sem Fronteiras: Mobilidades*, Oeiras, Celta, pp. 41-52.
- Góis, Pedro (2006), *Emigração Caboverdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais*: Lisboa, Milão, Roterdão, colecção Teses, 5, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Góis, Pedro (org.) (2008), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, colecção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Góis, Pedro, e José Carlos Marques (2007), *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, colecção Estudos do OI, 24, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Góis, Pedro, e José Carlos Marques (2008), "Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, colecção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.



Góis, Pedro, José Carlos Marques e Catarina Reis de Oliveira (2007), "Les pratiques transnationales des Chinois au Portugal", in Laurence Roulleau-Berger (org.), *Les Nouvelles Migrations Chinoises en Europe*, Tolosa, Presses Universitaires du Mirail, pp. 121-140.

Gonçalves, Alda, Orlando Garcia e Pedro Barreto (2006), *Tradição e Prospectiva nos Meandros da Economia Cigana. Circuitos Peri-Económicos na Grande Lisboa*, colecção Olhares, 5, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Gonçalves, Aldina, M. G. Matos, F.V. Marques, T. Gaspar, M. Faustino, M. Rosabal, J.C. Moniz e J. Torgal (2005). *A Saúde e Estilo de Vida dos Adolescentes Cabo-Verdianos Frequentando o Ensino Secundário*, Lisboa, Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Grassi, Marzia (2007), "Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora caboverdiana", in Marzia Grassi e Iolanda Évora (org.), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-61.

Grassi, Marzia (2008), "Identidades plurais na Europa contemporânea: autopercepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, colecção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Grassi, Marzia (2008), "Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo e integração de jovens de origem africana em Portugal", in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários – A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 749-768.

Guia, Maria João (2008), *Imigração e Criminalidade – Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos*, Coimbra, Almedina.

Gusmão, Neusa Maria de (2004), *Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Horta, Ana Paula Beja (2004), *Contested Citizenship: Immigration Politics and Grassroots Migrants' Organizations in Post-Colonial Portugal*, Nova Iorque, Center for Migration Studies.

Horta, Ana Paula Beja (2008), *A Construção da Alteridade. Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Horta, Ana Paula Beja, Jorge Malheiros e António da Graça (2008), "Ethnic civic communities and political participation: the case study of capeverdean associations in three municipalities of the Lisbon Metropolitan Area and in Rotterdam", in Maria Lucinda Fonseca (ed.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa,

Keshavjee, Faranaz (2007), "Muçulmanos ismailis na projecção internacional", in AA.VV., *Janus 2007, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 120-121.

Khan, Sheila (2008), "Postcolonial african immigration to Portugal: African mozambican immigration", in Prem Poddar, Rajeev S. Patke e Lars Jensen (eds), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures. Continental Europe and Its Empires*, Edimburgo, Edinburgh University Press.

King, Russell e Natália Ribas-Mateos (2005), "Migração internacional e globalização no Mediterrâneo: «o modelo do Sul da Europa»", in António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191-221.

Kolarova, Marina e João Peixoto (2009), *Sindicatos e imigração em Portugal*, colecção Estudos do OI, 34, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Lages, Mário (coord.) (2006), *Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens Recíprocas. Análise de Duas Sondagens*, colecção Estudos do OI, 21, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Lages, Mário e Verónica Policarpo (2003), *Atitudes e Valores Perante a Imigração*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Lechner, Elsa (org.) (2009), *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, ICS.

Leitão, José (2004), "The new Islamic presence in Portugal: towards a progressive integration", in Roberta Aluffi B.-P., e Giovanna Zincone (eds.) *The Legal Treatment of Islamic Minorities in Europe*, Lovaina, Peeters.

Leitão, José (2007), "Os muçulmanos na Europa, entre a exclusão e a cidadania", in AA.VV., *Janus 2007, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, *Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa*, pp. 122-123.

Leite, Carlinda (2002), *O Multiculturalismo no Sistema Educativo Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Leite, Carlinda e Lurdes Rodrigues (2000), *Contar um Conto, Acrescentar um Ponto. Uma Abordagem Intercultural na Análise da Literatura para a Infância*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Lopes, Daniel Seabra (2003), "Ciganos, conflitualidade e violência", in Jorge Freitas Branco, e Ana Isabel Afonso (orgs.), *Retóricas sem Fronteiras: Violências*, Oeiras, Celta, pp. 105-112.

Lopes, Daniel Seabra (2008), *Deriva Cigana. Um Estudo Etnográfico sobre os Ciganos de Lisboa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Lopes, Lídia Correia (2007), *Gravidez e Seropositividade em Mulheres Imigrantes na Região de Lisboa*, colecção Teses, 11, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Loude, Jean-Yves (2005), *Lisboa. Na Cidade Negra*, Lisboa, Dom Quixote.

Macedo, Alberto (2004), *Jovens sem Escolhas. Três Anos a Viver o Programa Escolhas*, s/l, edição do autor.

Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.

Machado, Fernando Luís (2003), "Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal", in Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta, pp. 131-142.

Machado, Fernando Luís (2005), "Des étrangers moins étrangers que d'autres? La régulation politico-institutionnelle de l'immigration au Portugal", in Evelyne Ritaine (dir.), *L'Europe du Sud Face à l'Immigration. Politique de l'Étranger*, Paris, PUF, pp. 109-146.

Machado, Fernando Luís (2006), "Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos", in Joana Miranda e Maria Isabel João (org.), *Identidades Nacionais em Debate*, Lisboa, Celta, pp. 19-46.

Machado, Fernando Luís, e Maria Abranches (2006), "O capital social externo dos imigrantes – uma análise extensiva e comparativa", in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, colecção *Atitudes Sociais dos Portugueses*, 6, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 251-269.

Machado, Fernando Luís, e Ana Raquel Matias (2006). *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2006)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Machado, Fernando Luís, Joana Azevedo, e Ana Raquel Matias (2009), *Bibliografia e Filmografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2008)*, Lisboa, CIES-ISCTE.

Machado, Fernando Luís, Maria Abranches, Raquel Matias, e Sofia Leal (2007) "Para onde vai a imigração africana? Sedentarização, gerações e trajectos", in Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, e Luís Capucha (orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu, vol. III)*, Lisboa, Celta.

Machado, Igor (2006), "Estereótipos e encarceramento simbólico no cotidiano de imigrantes brasileiros no Porto", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 229-250.

Machado, Igor (2007), "Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, colecção *Comunidades*, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 171-189.

Machado, Igor (2007), *Alegria, Hierarquia e Subordinação: Reflexões sobre a Imigração Brasileira em Portugal*, Working Papers, Lisboa, CEMME-UNL.

Machado, Igor (org.) (2006), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar.

Machiels, T. (2002), *Garder ladistance ou saisir les chances. Roms et gens du voyage en Europe occidentale*, Réseau Européen contre le Racisme, p. 11.

Maciél, Cármen (2006), "Immigrants from Angola and Mozambique in Portugal since the 1970's", in AA.VV. (ed.), *Migration, Integration and Minorities since the 17th Century: a European Encyclopaedia*, Londres, Cambridge University Press.

Maia, Rui Leandro (2007), "Conhecimentos e percepções da sociedade civil sobre a imigração e os imigrantes", in Teresa Toldy, Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Sérgio Lira (orgs.), *Cidadania(s): Discursos e Práticas*, Porto, Edições UFP.

Malheiros, Jorge Macaísta (2000), "Urban restructuring, immigration and the generation of marginalized spaces in the Lisbon region", in Russell King, Gabriella Lazaridis e Charalambos Tsardanidis (eds.), *El Dorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Londres, MacMillan Press, pp. 207-232.

Malheiros, Jorge Macaísta (2003), "Velhas e novas geografias da imigração em Portugal", in AA. VV., *Janus 2003, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 62-23.

Malheiros, Jorge Macaísta (2005), "Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global", in António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 251-272.

Malheiros, Jorge Macaísta (2007), "Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, coleção Comunidades, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 11-37.

Malheiros, Jorge Macaísta (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, coleção Comunidades, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Malheiros, Jorge (coord.), Beatriz Padilla e Frederica Rodrigues (2010), *Mulheres e Imigrantes Empreendedoras*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Malheiros, Jorge Macaísta e Manuela Mendes (coord.) (2007), *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, coleção Estudos do OI, 22, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Manuel, Helena Isabel Borges (2007), *Conhecimentos, Atitudes e Práticas Sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses em Portugal*, coleção Teses, 8, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Mapril, José (2003), "Transnational jade formations or the translocal practices of chinese immigrants in a Lisbon innercity neighbourhood", in Frank Eckardt (ed.), *The European City in Transition. Consumption and the Post-Industrial City*, Francoforte, Peter Lang Publishers, pp. 193-206.

Marques, João Filipe (2007), *Do «Não Racismo» Português aos Dois Racismos dos Portugueses*, coleção Teses, 12, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Marques, José Carlos e Pedro Góis (2005), "Legalization processes of immigrants in Portugal during the 1990s and at the beginning of the new millennium", in F. Heckmann e T. Wunderlich (eds.), *Amnesty for Illegal Migrants?*, Bamberg, Europäisches Forum für Migrationsstudien, pp. 55-67.

Marques, Maria Margarida (2000), "Attitudes and threat perception: unemployment and immigration in Portugal", in Nancy Bermeo (ed.), *Unemployment in Southern Europe: Coping with the Consequences*, Londres & Portland, Frank Cass, pp. 184-205.

Marques, Maria Margarida e Francisco Lima Costa (2006), "Building a market of ethnic references: activism and diversity in multicultural settings in Lisbon", in Jan Rath (ed.), *Tourism, Ethnic Diversity and the City*, Londres, Routledge, pp. 181-198.

Marques, Maria Margarida e Joana Martins (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola Perante a Diversidade*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Marques, Maria Margarida e Nuno Dias (2008), "Immigrant entrepreneurs in Lisbon: from diversity to lusophony", *International Journal of Business and Globalization*, vol. 2, 4, pp. 403-418.

Marques, Maria Margarida e Rui Santos (2001), "Politics, welfare and the rise of immigrant participation in a Portuguese suburban context: Oeiras during the 1990's", in Alisdair Rogers e Jean Tillie (eds.), *Multicultural Policies and Modes of Citizenship in European Cities*, Londres, Ashgate, pp. 143-172.

Marques, Maria Margarida e Rui Santos (2004), “Welfare and immigrants’ inclusion in a context of weak civil society: associations and local politics in Oeiras”, in Frank Eckardt, e Dieter Hassenpflug (eds), *Urbanism and Globalization*, Francoforte, Peter Lang Publishers, pp. 107-129.

Marques, Maria Margarida e Rui Santos (2004), “Top-down and bottom-up reconsidered: the dynamics of immigrant participation in local civil society”, in AA.VV., *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies: Diversity and Convergence in European Cities*, Aldershot, Ashgate, pp. 107-126.

Marques, Maria Margarida, Nuno Dias e José Mapril (2005), “Le «retour des caravelles au Portugal»: de l’exclusion des immigrés à l’inclusion des lusophones?”, in Evelyne Ritaine (dir.), *L’Europe du Sud Face à l’Immigration. Politique de l’Étranger*, Paris, PUF, pp. 109-146.

Marques, Maria Margarida, Rui Santos e José Leitão (2008), *Migrações e Participação Social. As Associações e a Construção da Cidadania em Contexto de Diversidade – o Caso de Oeiras*, Lisboa, Fim de Século.

Marques, Rui (2005), *Uma Mesa com Lugar para Todos. Para uma Visão Humanista da Imigração*, Lisboa, Instituto Padre António Vieira.

Martingo, Carla (2009), *O corte dos Genitais Femininos em Portugal: O caso das Guineenses. Estudo Exploratório. Teses, 22*, ACIDI.

Martins, António Sota (2006), “A escola e a escolarização dos filhos dos imigrantes de Leste em Portugal”, in Débora Quaresma e Susana Guerra (eds.), *Fora de Lugar. Fronteiras, Migrações e Minorias*, Lisboa, Publidisa, pp. 53-70.

Martins, António Sota (2008), *A Escola e a Escolarização em Portugal. Representações dos Imigrantes da Europa de Leste*, colecção Teses, 15, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Martins, José Soares (2007), “Minorias, migrantes e participação política não convencional”, in Teresa Toldy, Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Sérgio Lira (orgs.), *Cidadania(s): Discursos e Práticas*, Porto, Edições UFP.

Mateus, João Diogo (2008), “Lost in Lisbon: eastern european immigrants surviving on the streets”, in Maria Lucinda Fonseca (ed.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 79-105.

Matias, Gonçalo Saraiva e Patrícia Fragoso Martins (2007), *A Convenção Internacional sobre e Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Perspectivas e Paradoxos Nacionais e Internacionais em Matéria de Imigração*, colecção Estudos do OI, 25, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural.

Matos, Margarida G. de, Aldina Gonçalves e Tânia Gaspar (2005), *Aventura Social, Etnicidade e Risco. Prevenção Primária do VIH em Adolescentes de Comunidades Migrantes*, Lisboa, Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Miranda, Joana (2009), *Mulheres imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, colecção Estudos do OI, 35, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural.

Mendes, João Maria (2007), “Leis para a imigração: convergência europeia em esboço”, in AA.VV., *Janus 2007, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 84-85.

Mendes, Maria Manuela (2005), *Nós, os Ciganos e os Outros. Etnicidade e Exclusão Social*, Lisboa, Livros Horizonte.

Mendes, Paulo (2008), “A comunidade cabo-verdiana nos Açores”, in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Caboverdiana*, colecção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Mendes, Paulo (2008), *Ponte Insular Atlântica – A Comunidade Cabo-verdiana nos Açores*, Ponta Delgada, Edições Macaronésia.

Mendoza, Cristóbal (2001), “Cultural dimensions of african immigrants in Iberian labour markets: a comparative approach”, in Russell King (ed.), *The Mediterranean Passage. Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*, Liverpool, Liverpool University Press, pp. 41-65.

- Meneses, Maria Paula (2007), "Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial", in Nilma Lino Gomes (org.), *Um Olhar Além das Fronteiras – Educação e Relações Raciais*, Belo Horizonte, Autêntica.
- Miranda, Joana (2002), *A Identidade Nacional: Do Mito ao Sentido Estratégico. Uma Análise Psicossociológica das Comparações Entre os Portugueses e os Outros*, Oeiras, Celta.
- Mirotshnik, Viktoria (2008), *Integração e Escola em Populações Imigrantes da Ex-URSS*, coleção Teses, 18, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Moniz, Luísa Lobão (2008), *Não Sei se Sou Diferente... A (In)visibilidade da Diversidade Cultural*, Lisboa, Horizonte.
- Monteiro, César Augusto (2008), "Algumas dimensões da expressão musical cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, coleção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Monteiro, Ivete (2007), *Ser Mãe Hindu. Práticas e Rituais Relativos à Maternidade e aos Cuidados da Criança na Cultura Hindu em Contexto de Imigração*, coleção Teses, 9, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Montenegro, Mirna (2003), *Aprendendo com Ciganos: Processos de Ecoformação*, Lisboa, Educa.
- Moreno, Maria Filomena (2004), *Etnia Cigana: Relação Homem-Mulher*, Porto, Editorial 100.
- Mota, Guilhermina (coord.) (2003), *Minorias Étnicas e Religiosas em Portugal. História e Actualidade*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Mourão, Paulo Reis (2008), *A Liberdade Religiosa como Estímulo à Migração*, coleção Cadernos OI, 2, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Nico, Magda, Natália Gomes, Rita Rosado e Sara Duarte (2007), *Licença para Criar: Imigrantes nas Artes em Portugal*, coleção Estudos do OI, 23, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Nunes, Olimpio (1981), *O Povo Cigano*, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto.
- Nunes, Tomaz Silva, Cristina Sá Carvalho e Maria Luísa Boléo (2006), *Cooperação Família-Escola: Um Estudo de Situações de Famílias Imigrantes na sua Relação com a Escola*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, Ana, Carla Galego e Laura Godinho (2005), *A Mediação Sócio-Cultural: um Puzzle em Construção*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, Catarina Reis de (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, Catarina Reis de (2005), *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, Catarina Reis de (2007), "Understanding the diversity of immigrant entrepreneurial strategies", in Léo-Paul Dana (ed.), *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship*, Cheltenham/Northampton, Edward Elgar, pp. 61-82.
- Oliveira, Catarina Reis de (2008), "Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem cabo-verdiana", in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, coleção Comunidades, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Oliveira, Catarina Reis de e Francisco Lima Costa (2008), "«Being your own boss»: Entrepreneurship as a lever for migration?", in Maria Lucinda Fonseca (ed.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 241-266.
- Oliveira, Sergio (2006), "Sem lenço, sem documento: brasileiros não documentados em Portugal", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 131-168.

Padilla, Beatriz (2005), "Le reti sociali dei brasiliani recentemente arrivati in Portogallo: solidarietà etnica o empatia etnica?", in Maurizio Ambrosini e Luca Queirolo Palmas (eds.), *I Latinos alla Scoperta dell'Europa: Nuove Migrazioni e Spazi della Cittadinanza*, Milão, Franco Angeli, pp. 111-123.

Padilla, Beatriz (2006), "Integração dos 'imigrantes brasileiros recém-chegados' na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp.19-42.

Padilla, Beatriz (2007), "Estado del arte de las investigaciones sobre los brasileños y brasileñas en Portugal", in Isabel Yépez del Castillo e Gioconda Herrera, *Nuevas Migraciones Latinoamericanas a Europa. Balances y Desafios*, Equador, FLACSO.

Peixoto, Alberto Costa (2008), *Imigrantes em Portugal: Que Propensão Criminal?*, Ponta Delgada, Edições Macaronésia.

Peixoto, João (2004), "O impacto migratório do alargamento da União Europeia a Leste. A perspectiva europeia e a de Portugal", in Maria Paula Fontoura e Nuno Crespo (org.), *O Alargamento da União Europeia – Consequências para a Economia Portuguesa*, Oeiras, Celta, pp. 105-122.

Peixoto, João (2005), "The social foundations of labour markets: the case of foreign immigration in Portugal", in Sokratis M. Koniordos (ed.), *Networks, Trust and Social Capital: Theoretical and Empirical Investigations from Europe*, Aldershot, Ashgate, pp. 91-118.

Peixoto, João (coord.) (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal. Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Peixoto, João e Alexandra Figueiredo (2006), "Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 43-80.

Peixoto, João e Alexandra Figueiredo (2007), "Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal, coleção Comunidades*, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 87-111.

Peixoto, João, Maria José Carrilho, Rui Branco e Renata Carvalho (2002), "The demographic characteristics of population with an immigrant background in Portugal", in Werner Haug, Paul Compton e Youssef Courbage (eds.), *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*, Estrasburgo, Conselho da Europa, pp. 363-418.

Pereira, Dulce (2006), *Crescer Bilingue*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Pereira, Júlio e José Cândido de Pinho (2008), *Direito de Estrangeiros. Entrada, Permanência, Saída e Afastamento*, Coimbra, Coimbra Editora.

Phizacklea, A. (1983), *One Way Ticket: Migration and Female Labour*, London, Routledge, Keagan Paul.

Pignatelli, Marina (2000), *A Comunidade Israelita de Lisboa. O Passado e o Presente na Construção da Etnicidade dos Judeus de Lisboa*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Pinho, Filipa (2007), "A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal, coleção Comunidades*, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 59-86.

Pinto, Luciana Pontes (2006), "Mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 251-274. [capítulo de livro científico] [l. 29]

Pinto, Maria de Fátima (2000), *A Cigarra e a Formiga. Contributos para a Reflexão sobre o Entrosamento da Minoria Étnica Cigana na Sociedade Portuguesa*, Porto, REAPN.

Pires, Rui Pena (2000), "A imigração", in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-213.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.

Pires, Rui Pena e Filipa Pinho (2007), "Políticas de imigração em Portugal", in José Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud (orgs.), *Instituições e Política (Portugal no Contexto Europeu, vol. I)*, Lisboa, Celta Editora, pp. 137-160. [capítulo de livro científico.

Portugal, Rui (coord) (2007), *Good Practices in Health and Migration in the EU*. Lisboa. Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

Possidónio, Dora (2006), *Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social*, colecção Teses, 7, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Pussetti, Chiara (coord.), Júlio Ferreria, Elsa Lechner, e Cristina Santinho (2009), *Migrantes e saúde mental: a construção da competência cultural*, colecção Estudos do OI, 33, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural.

Quaresma, Débora (2006), "A nossa lei: notas para a etnografia de uma comunidade cigana", in Débora Quaresma, e Susana Guerra (eds.), *Fora de Lugar. Fronteiras, Migrações e Minorias*, Lisboa, Publidisa, pp. 71-90.

Quintino, Maria Celeste (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa,

Raminhos, Maria Manuela (2004), *Fronteiras da Identidade. O "Outro" na Construção de um Lugar na Serra de Grândola*, Oeiras, Celta.

Ramos, Alice, Jorge Vala, e Cícero Pereira (2008), "Oposição a políticas antiracistas na Europa: factores individuais e socioestruturais", in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários – A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 257- 281.

Ramos, Maria da Conceição, Ana Teixeira, Michael Pereira, e Maria Gonçalves (2007), "Multiple citizenship: case studies among individual citizens in Portugal", in Pirkko Pitkanen, e Devorah Kalekin-Fishman (eds.), *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*, Roterdão, Sense Publishers, pp. 41-66.

Ramos, Maria da Conceição, e Manuela Gomes (2007), "Dual citizenship, governance and education: the situation in Portugal", in Devorah Kalekin-Fishman, e Pirkko Pitkanen (eds.), *Multiple Citizenship as a Challenge to European Nation- States*, Roterdão, Sense Publishers, pp. 171-212.

Ramos, Natália (org.) (2008), *Saúde, Migração e Interculturalidade: Perspectivas Teóricas e Práticas*, João Pessoa, Editora Universitária UFPB.

Raposo Paulo, e Paula G. Togni (2009), *Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas: género e imigração*, colecção Estudos do OI, 38, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Rato, Helena (2007), "A integração de Portugal na globalização da imigração", in AA. VV., *Janus 2007, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 24-25.

Raymond-Duchosal, C. (1929), *Les étrangers en Suisse*, Paris, Felix Alca.

Rebello, Emília Maria, e Luís Tiago Paiva (2006), *Planeamento Urbano para a Integração de Imigrantes*, colecção Estudos do OI, 18, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Rebello, Margarida (2000), "A posição de Portugal no actual contexto das migrações", in AA. VV., *Janus 1999-2000, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 180-181.

Rebello, Margarida (2000), "Grupos étnicos em Portugal: o caso cabo-verdiano", in AA. VV., *Janus 1999-2000, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 182-183.

Rebello, Margarida, e Álvaro Pires Pereira (2003), "Trajectórias identitárias de africanos e ciganos em Lisboa e Porto", in AA. VV., *Janus 2003, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 64-65.

Reis, Fernanda (coord.) (2001), *A Família Cigana e a Habitação. Relação com os Espaços Interiores*, Lisboa, Secretariado Diocesano de Lisboa da ONPC.

- Reis, Fernanda (coord.) (2001), *Quadros da Vida Cigana. Entrevistas com...*, Lisboa, Secretariado Diocesano de Lisboa da ONPC.
- Reis, José; Tiago Santos Pereira, Nuno Tolda, e Nuno Serra (2010), *Imigrantes em Portugal – Economia, Pessoas, Qualificações e Territórios*, Almedina.
- Ribeiro, José da Silva (2001), *Colá S. Jon, Oh que Sabe. As Imagens, as Palavras Ditas e a Escrita de uma Experiência Ritual e Social*, Porto, Afrontamento.
- Rocha, João Moraes (2001), *Reclusos Estrangeiros. Um Estudo Exploratório*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2003), “As novas migrações em Portugal e Espanha (I)”, in AA. VV., *Janus 2003, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, *Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa*, pp. 10-11.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2003), “As novas migrações em Portugal e Espanha (II)”, in AA. VV., *Janus 2003, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa, *Jornal Público e Universidade Autónoma de Lisboa*, pp. 12-13.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2005), “Migrações dos países lusófonos”, in Fernando Cristóvão (coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores, pp. 705-707.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2006), “Afirmações identitárias em quadro migratório”, in Miranda, Joana, e Maria Isabel João (org.), *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras, Celta, pp. 5-18.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2006), “Dinâmicas da filosofia intercultural em espaços plurais: a formação e a prática”, in Rosa Bizarro, e Fátima Braga (orgs.), *Formação de Professores de Línguas Estrangeiras: Reflexões, Estudos e Experiências*, Porto, Porto Editora, pp. 61-72.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2007), “Dualidades na imigração”, in Amadeu Paiva (ed.), *Sob o Signo de Hórus. Homenagem a Eduardo de Sousa Ferreira*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 269-284.
- Rodrigues, Donizete, Célia Vieira, Elisa Renata, Jorge Figueiredo, e Marina Figueiredo (2000), *Ciganas e Não Ciganas. Reclusão no Feminino*, Lisboa, Contra-Regra.
- Rodrigues, Donizete, e Ana Paula Santos (2000), “Being an evangelical gypsy: religiosity in a small community in Portugal”, in Donizete Rodrigues, e Pablo del Rio (eds.), *The Religious Phenomenon: an Interdisciplinary Approach*, Madrid, Aprendizaje, pp. 51-56.
- Rodrigues, Donizete, e Ana Paula Santos (2004), “O movimento pentecostal cigano: o caso da Igreja Evangélica de Filadélfia de Portugal”, in Donizete Rodrigues (org.), *Em Nome de Deus. A Religião na Sociedade Contemporânea*, Porto, Afrontamento, pp. 135-156.
- Román, Teresa San (1986), *La precaria salud y corta vida de los gitanos: una reflexion desde el analisis antropologico*, in ROMÁN, Teresa San, *Entre la marginación y de los gitanos. Complicación de Teresa San Román*, Alianza Universidad Madrid 141-154
- Rosa, Maria João Valente, e Tiago Santos (2007), “Contributions des immigrants pour la démographie du Portugal”, in AIDELF (org.), *Les Migrations Internationales: Observation, Analyse et Perspectives*, Paris, PUF, pp. 475-484.
- Rosa, Maria João Valente, Hugo de Seabra, e Tiago Santos (2004), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Rosales, Marta Vilar, Vanessa Cantinho de Jesus, e Susana Parra (2009), *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na Região Metropolitana de Lisboa*, colecção Estudos do OI, 37, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Rosário, Edite, e Tiago Santos (2008), *Quanto Custa Ser Imigrante?*, colecção Estudos do OI, 26, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Rossi, Pedro (2007), “Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal”, in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, colecção Comunidades, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 135-153.
- Salim, Isabela Câmara (2008), *Os Meios de Comunicação Étnicos em Portugal*, colecção Estudos do OI, 29, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.



- Sama, Sara (2003), "La movilidad como forma de vida en la comunidad gitana de Évora: mitos e realidades", in Jorge Freitas Branco, e Ana Isabel Afonso (orgs.) *Retóricas sem Fronteiras: Mobilidades*, Oeiras, Celta, pp. 53-70.
- Santos, Clara Almeida (2007), *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa. Análise do Ano 2003*, colecção Teses, 14, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Santos, Euclides de Brito (coord.) (2004), *Combate ao Racismo. Sistema Jurídico*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Santos, Gustavo Daltro (2006), "Encontros, alianças e desencontros: partidos, associações de imigrantes e o Estado português nos embates em torno da política para imigrantes", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 103-130.
- Santos, Irene (2004), *Quem Habita os Alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*, Lisboa, Educa.
- Santos, Pedro Filipe (2004), *Vento do Leste: a nova Imigração em Portugal*, Lisboa, Edeline.
- Santos, Vanda (2004), *O Discurso Oficial do Estado sobre e Emigração dos Anos 60 aos 80 e a Imigração dos Anos 90 à Actualidade*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Sardinha, João (2009), *Immigrant Associations, Integration and Identity. Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal*, Amsterdam University Press/ IMISCOE.
- Sarró, Ramon, e Ruy Llera Blanes (2008), "O Atlântico cristão. Apontamentos etnográficos sobre o encontro religioso em Lisboa", in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários – A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 839-854.
- Seabra, Hugo de (2003), "Juvenile delinquency and immigration in Portugal: a case study", in António Pedro Dorés (org.), *Prisões na Europa. Um Debate que Apenas Começa*, Oeiras, Celta, pp. 169-181.
- Seabra, Hugo de (2004), "Criminalidade de estrangeiros julgada em Portugal", *Janus* 2004, Anuário de Relações Exteriores, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 204-205.
- Seabra, Hugo de (2005), *Delinquência a Preto e Branco. Estudos de Jovens em Reinserção*, colecção Teses, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Seabra, Hugo de, e Tiago Santos (2006), *Reclusos Estrangeiros em Portugal. Esteios de uma Problematização*, colecção Estudos do OI, 20, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2007), "Imigração e escolaridade. Trajectórias, quotidiano e aspirações", in Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, e Luís Capucha (orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu, vol. III)*, Lisboa, Celta.
- Sertório, Elsa (2001), *Livro Negro do Racismo em Portugal*, Lisboa, Dinossauro Edições.
- Sertório, Elsa, e Filipa Sousa Pereira (2004), *Mulheres Imigrantes*, Lisboa, Ela por Ela.
- Silva, Jorge Pereira da (2004), *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Silva, Luísa Ferreira da (2005), *Saúde / Doença é Questão de Cultura. Atitudes e Comportamentos de Saúde Materna nas Mulheres Ciganas em Portugal*, colecção Olhares, 2, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Silva, Maria do Carmo Vieira da (2008), *Diversidade Cultural na Escola: Encontros e Desencontros*, Lisboa, Edições Colibri.
- Silva, Pedro Duarte (2005), *A Protecção Social da População Imigrante*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Silva, Sandra, e Aline Schiltz (2007), "A relação entre os imigrantes brasileiros e os portugueses – a construção de imagens recíprocas", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, colecção Comunidades, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 155-170.

Simões, Ana Raquel, Sílvia Melo, e Ana P. Pedro (2007), "A importância das associações de imigrantes como espaços estruturantes de cidadania", in Teresa Toldy, Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior, e Sérgio Lira (orgs.), *Cidadania(s): Discursos e Práticas*, Porto, Edições UFP.

Soares, Célia e Lígia Amâncio (orgs.), *Em Torno da Psicologia: Homenagem a Jorge Correia Jesuino*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 113-126.]

Sousa, José Edmundo Furtado de (2006), *Os Imigrantes Ucranianos em Portugal e os Cuidados de Saúde*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Sudan, Dimitri (2002), *Construction Identitaire chez les Jeunes Afro-Portugais à Lisbonne. De l'Autre Côté de la Cité*, Paris, L'Harmattan.

Téchio, Kachia (2006), "Pizza sabor identidade: brasileiros evangélicos em um restaurante na Costa da Caparica", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 169-187.

Tolda, João (2007) "Quadros de pessoal e imigração: uma análise crítica", in António Oliveira das Neves (coord.), *Quadros de Pessoal e Investigação em Economia*, Lisboa, DGEEP/MTSS, pp. 69-84.

Tolentino, André Corsino, Carlos Rocha, e Nancy Curado Tolentino (2008), *A Importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, coleção Estudos do OI, 27, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Torresan, Ângela (2006), "Emoções fora do lugar: negociando amizade em Lisboa", in Igor Machado (org.), *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*, São Carlos, EdUFScar, pp. 189-228.

Vala, Jorge (2005), "Etnicização e estratégias de relação cultural entre os imigrantes e os países de acolhimento: reflexões a partir do caso português", in António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 273-289.

Vala, Jorge, Cícero Pereira, e Alice Ramos (2006), "Preconceito racial, percepção da ameaça e oposição à imigração", in Jorge Vala, e Anália Torres (org.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, coleção Atitudes Sociais dos Portugueses, 6, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 221-250.

Vala, Jorge, e Diniz Lopes (2004), "Percepção de discriminação e imagens da sociedade portuguesa em contexto intergrupar: o que os jovens 'negros' pensam que os portugueses 'brancos' pensam deles", in M. Lima, e M. Pereira (orgs.), *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação*, Baía, UFBA, pp. 183-208.

Vala, Jorge, Vítor Sérgio Ferreira, Marcus Eugénio Lima, e Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta.

Vaz, Cláudia (2006), *Afinal Quem Sou Eu? A Identidade de Crianças de Origem Cabo-verdiana em Espaço Escolar*, Lisboa, ISCSP/UTL.

Vicente, Maria José, *Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (2009)*, *As comunidades ciganas e a saúde: um primeiro retrato nacional*, Madrid, Fundación Secretariado Gitano.

Vieira, Alberto (coord.) (2004), *A Madeira e o Brasil: Colectânea de Estudos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Vilaça, Helena (2006), "A integração das minorias religiosas na escola pública", in Rosa Bizarro (org.), *A Escola e a Diversidade Cultural: Multiculturalismo, Interculturalismo e Educação*, Porto, Areal, pp. 163-171.

Vilaça, Helena (2008), *Imigração, Etnicidades e Religião: o Papel das Comunidades Religiosas na Integração dos Imigrantes da Europa de Leste*, coleção Estudos do OI, 30, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Vilaça, Helena (2008). "Religião e cultura: espaços de sociabilidade dos imigrantes de leste ortodoxos", in Vítor Oliveira Jorge, José M. Costa Macedo (orgs.), *Crenças, Religiões e Poderes. Dos Indivíduos às Sociabilidades*, Porto, Afrontamento, pp. 193-199.

Vilas-Boas, Maria Adelina (2001), *Escola e Família: Uma Relação Produtiva de Aprendizagem em Sociedades Multiculturais*, Lisboa, Escola Superior São João de Deus.

Vitorino, António (coord.) (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia.

Vitorio, Benalva da Silva (2007), *Imigração Brasileira em Portugal: Identidade e Perspectivas*, Santos, Editora Universitária Leopoldianum.

Wall, Karin (2008), "Managing work and care for young children in cape verdean families in Portugal", in Luís Batalha, e Jørgen Carling (eds.), *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amesterdão, University of Amsterdam Press, pp. 221-236.

Wall, Karin, Cátia Nunes, e Ana Raquel Matias (2008), "Mulheres imigrantes e novas trajectórias de migração: um croché transnacional de serviços e cuidados no feminino", in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreirada Silva (orgs.), *Itinerários – A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 603-622.

Xavier, Maria (2007), *Redescobrimo o Brasil. Processos Identitários de Brasileiros em Portugal*, colecção Teses, 10, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

## Artigos

AA.VV. (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Actas da Conferência Internacional de 2007*, Estoril, Principia.

Abranches, Maria (2004), "Mulheres muçulmanas em Portugal: que estratégias de (re)construção identitária?", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).

Abranches, Maria (2007), "Mulheres muçulmanas em Portugal. Estratégias de (re)construção identitárias", *Lusotopie*, vol. 14 (número temático "Dossier Islão nas Lusofonias"), pp. 239-254.

Abreu, Alexandre, e João Peixoto (2008), *Demography, Labour Force and Migration: Trends, Prospects and Policy Implications in Portugal*, SOCIUS Working Papers, 9, Lisboa, SOCIUS-ISEG.

Abreu, Alexandre, e João Peixoto (2009), "Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e perspectivas no caso português", *Análise Social*, 44, 193, pp. 719-746.

Albuquerque, Rosana (2000), "Political participation of Luso-African youth in Portugal: some hypothesis for the study of gender", *Papers*, 60, pp. 167-182

Alegret, Ricard Morén (2002), "Gobierno local e inmigración extranjera. Aproximación a los casos de Barcelona y Lisboa durante los años 90", *Revista Migraciones*, 11, pp. 25-81.

Almeida, Ana Catarina, e Ana Paula F. Camarneiro (2006), "Imigrantes de Leste em Portugal: apoio social e sintomatologia depressiva", *Forum Sociológico*, 15/16, pp.277-294.

Alves, Manuel Brandão (2008), "Com o microcrédito, devolver mais dignidade às pessoas", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 271-280.

Ançã, Maria Helena, e Teresa Ferreira (org.) (2007), *Actas do Seminário "Língua Portuguesa e Integração"*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Antunes, Maria José Lobo (2007), "A decisão de migrar. Portugal como destino da imigração da Europa de Leste na viragem do século", *Cidades*, 15, pp. 87-100

Araújo, Helena Costa, Laura Fonseca, Maria José Magalhães, e Carlinda Leite (2002), "Em busca da interculturalidade entre mulheres ciganas e padjas na educação", *Ex Aequo*, 7, pp. 149-161.

Baganha, Maria Ioannis (2003), "La inmigración y el mercado de trabajo en Portugal", *Revista Migraciones*, 14, pp. 131-144.

Baganha, Maria Ioannis (2005), "Políticas de imigração: a regulação dos fluxos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, pp. 29-44.

Baganha, Maria Ioannis, e Joana Sousa Ribeiro (2007), "Imigração qualificada no sector da saúde – as oportunidades do mercado laboral português", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 53-78.

Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (2000), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, 150, pp. 147-173.

Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, e Pedro Góis (2004), "Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 95-115.

Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, e Pedro Góis (2005), "Imigrantes de Leste em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, 38, pp. 32-45.

Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, e Pedro Góis (2006), "Trajectórias migratórias: os imigrantes do Leste europeu", in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*, Porto, Afrontamento, pp. 281-301.

Baptista, Luís Vicente, e Graça Índias Cordeiro (2002), "Presentes e desconhecidos: reflexões socioantropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, pp. 23-43.

Bastos, José Gabriel Pereira (2006), "«Nós dizemos que eles são como nós precisamos que eles sejam para nos vermos como nos vemos». Vicissitudes identitárias nas relações inter-étnicas", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, pp. 73-102.

Bastos, José Gabriel Pereira (2006), *Que Futuro tem Portugal para os Portugueses Ciganos?*, Working Papers, 5, Lisboa, CEMME-UNL.

Bastos, José Gabriel Pereira, e Susana Pereira Bastos (2007), *What Are We Talking About When We Talk About Identities?*, Working Papers, Lisboa, CEMME-UNL

Bastos, Susana Pereira (2006), *Kumar Queria Ser Mais... Mas Ainda não Regressou do Fundo do Mar: Algumas Reflexões sobre o Trabalho Sincrético na Diáspora Hindu Lusófona*, Working Papers, 2, Lisboa, CEMME-UNL.

Bastos, Susana Pereira, e José Gabriel Pereira Bastos (2000), "Diu, Mozambique et Lisbonne. Histoire sociale et stratégies identitaires dans la diaspora des hindousgujaritis", *Lusotopie*, pp. 399-421.

Bastos, Susana Pereira, e José Gabriel Pereira Bastos (2002), "De novo em viagem: as estratégias identitárias dos Portuguese Indians de Londres", *Ethnologia*, 12-14, pp. 127-161.

Bastos, Susana Pereira, José Gabriel Pereira Bastos, e Luís Soczka (2006), "Das inter-etnicidades em processos de inserção social diferenciada às dinâmicas do sistema-mundo: uma abordagem estrutural-dinâmica", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, pp. 103-131.

Batalha, Luís (2004), "Contra a corrente dominante: histórias de sucesso entre caboverdianos de segunda geração", *Etnográfica*, vol. 8, 2, pp. 297-333. [artigo em revista científica] [J. 9]

Bendiha, Urbana Pereira, e Rosa Lídia Coimbra (2005), "Hoje, eu é que sou o mandarim/czar! Uma proposta de abordagem de imprensa imigrante bilingue em sala de aula", *Intercompreensão*, 12, pp. 85-94.

Bernardo, Viegas de Sousa, e Maria Virgínia Neto (2007), "PROSAUDESC – Juntar as mãos para promover e defender a saúde pública", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 187-194.

Bizarro, Rosa (2007) (org.), *Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade (s) e Práticas Interculturais*, Porto, Areal.

Blanes, Ruy Llera (2003), "Nascer no culto: modalidades de acesso ao movimento evangélico cigano em Portugal", *Religião e Sociedade*, vol. 23, 1, pp. 107-131.

Blanes, Ruy Llera (2004), "A música na construção de uma identidade religiosa: o caso dos ciganos evangélicos em Portugal", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica

Blanes, Ruy Llera (2007), "Contacto, conhecimento e conflito. Dinâmicas culturais e sociais num movimento evangélico cigano na Península Ibérica", *Etnográfica*, vol. 11, 1, pp. 29-54.

Bordonaro, Lorenzo, e Chiara Pussetti (2006), "Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes. Percursos migratórios entre Bubaque (Guiné Bissau) e Lisboa", in Antónia Pedroso de Lima e Ramon Sarró (orgs.), *Terrenos Metropolitanos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 125-154.

Borges, Maria Leonor, e Maria Santos Silva (2002), "Educação multicultural no pré-escolar: dos factos às representações", in *Passados Recentes, Futuros Próximos*, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).

Branco, Francisco (2003), "Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença", *Intervenção Social*, 27, pp. 121-143.

Brinca, Ana (2002), "'Ser judeu é a minha identidade profunda': ao encontro dos processos e estratégias de (re)construção identitária de judeus residentes em Lisboa", *Ethnologia*, 12-14, pp. 223-252.

Brinca, Ana (2006), *A Venda Faz Parte da Nossa Vida de Ciganos: Alguns Mecanismos da Defesa Identitária de um Grupo de Ciganos*, Working Papers, 1, Lisboa, CEMME-UNL.

Buezas, Tomás Calvo (2007), "Migraciones y racismo: Actitudes de adolescentes españoles y portugueses ante otros pueblos y culturas", *Antropológicas*, 10, pp. 43- 68.

Cabecinhas, Rosa, e Lígia Amâncio (2003), "A naturalização da diferença: representações sobre raça e grupo étnico", in III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Maison des Sciences de l'Homme.

Cabecinhas, Rosa, e Lígia Amâncio (2004), "Dominação e exclusão: a natureza nas representações sociais acerca de grupos minoritários", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).

Cabecinhas, Rosa, e Luís Cunha (2003), "Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'", *Estudos do Século XX*, 3, pp. 157-184.

Cabecinhas, Rosa, Fábio Lorenzi-Cioldi, e Anne Dafflon Novelle (2003), "Direct and indirect assessment of group homogeneity perceptions in a natural group setting", *Psicologia*, 17, 2, pp. 431-452.

Cabral, Alcinda (2006), "A integração dos imigrantes deve ser feita por fases? As associações de imigrantes latino-americanos na Península Ibérica", in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Lisboa, ISCTE/ICS.

Cabral, Alcinda, e Xénia Vieira (2007), "Políticas integrativas e conceitos ligados às migrações", *Antropológicas*, 10, pp. 369-407.

Cabral, Maria Odete Vaz (2008), "E se fosse consigo? Benefícios da não discriminação e da diversidade nas empresas – um argumentário", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 191-198.

Campos, Ricardo (2002), "Elementos para uma reflexão em torno da globalização e das culturas juvenis: okupas, capoeiristas e os filhos da imigração", *Forum Sociológico*, 7/8, pp. 69-102.

Cardoso, Ana, e Heloísa Perista (2007), "'P'lo Sonho é que Vamos'. Uma estratégia de inovação na promoção da cidadania de pessoas e comunidades ciganas", *Cidades*, 14, pp. 31-42.

Carneiro, Roberto (2006), "Hibridação e aventura humana", *Comunicação & Cultura*, 1, (número temático "A Cor dos Media"), pp. 37-55.

Carreiro, Maria João (2007), *Dinâmicas Transnacionais Protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal*, CIES e-working paper, 26, Lisboa, CIES-ISCTE.

Carrilho, Maria José, e Maria C. Mesquita Figueiredo (2007), "Medidas de discriminação étnica em Portugal: uma análise exploratória", *Revista de Estudos Demográficos*, 41, pp. 53 -71.

- Carvalhais, Isabel Estrada (2004), "O espaço público português e a participação do cidadão não-nacional: percepções dos actores políticos sobre a realidade integrativa do país", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).
- Carvalhais, Isabel Estrada (2004), "Political integration of "lusophone" nonnational citizens in Portugal: perceptions of key actors", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 3, 3, pp. 133-148.
- Carvalhais, Isabel Estrada (2006), "Condição pós-nacional da cidadania política: pensar a integração de residentes não-nacionais em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50, pp. 109-130.
- Carvalheiro, José Ricardo (2006), "Da representação mediática à recepção política: discursos de uma minoria", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 51, pp. 73-93.
- Carvalho, Francisco Avelino (2005), *Filhos de Imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal: a Questão Identitária*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.
- Carvalho, Francisco Avelino (2006), "O lugar dos negros na imagem de Lisboa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52, pp. 87-108.
- Carvalho, Francisco Avelino (2007), "Segunda geração e crise de identidade. Breve discussão de conceitos", *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, 1, pp. 167-175.
- Carvalho, Francisco Avelino, e Nuno Domingues (2007), "Segunda geração de imigrantes lusófonos subsarianos e a oferta cultural de Lisboa", Actas do II Encontro Internacional "Migrantes Subsarianos na Europa", Lisboa, Socinova-UNL (edição em CD-ROM).
- Carvalho, Luísa Ramos de, Carla Moura, João António, e Maria Benedicta Monteiro (2002), "Crenças dos educadores sobre infância, aprendizagem e escolarização das crianças em contextos escolares multiétnicos", *Psicologia*, vol. 16, 2, pp. 325-350.
- Carvalho, Margarida (2008), "A imagem dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa portuguesa", *Trajectos*, 12, pp. 21-27.
- Carvalho, Zita (2008), "K' Cidade e acção empreendedora", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 258-261.
- Casa-Nova, Maria José (2003), "Ciganos, escola e mercado de trabalho", *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, vol. 10, 8, pp. 252-268.
- Casa-Nova, Maria José (2004), "Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica.
- Casa-Nova, Maria José (2005), "(I)Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas", *Ensaio*, 47, pp. 181-216.
- Casa-Nova, Maria José (2005), "Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos", *Revista Teoria e Prática da Educação*, vol. 8, 2, pp. 207-214.
- Casa-Nova, Maria José (2006), "A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional", *Interacções*, 2, pp. 155-182.
- Casa-Nova, Maria José (2007), "Gypsies, ethnicity, and the labour market: An introduction", *Romani Studies*, vol. 17, 1, pp. 103-124.
- Castro, Alexandra (2004), "Ciganos e itinerância: realidades concelhias e formas de hospitalidade", *Cidades*, 9, pp. 55-70.
- Castro, Alexandra (2007), "Dos contextos locais à inviabilização política. Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal", *Cidades*, 15, pp. 63-86.
- Castro, Alexandra, Isabel Duarte, Joana Afonso, Mafalda Sousa, Margarida Salgueiro Antunes, e Maria José Lobo Antunes (2001), "Os ciganos vistos pelos outros: coexistência inter-étnica em espaços urbanos", *Cidades*, 2, pp. 73-84.
- Catarino, Christine, e Laura Oso (2000), "La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza", *Papers*, 60, pp. 183-207.

Cidra, Rui (2002), " «Ser real»: o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa", *Ethnologia*, 12-14, pp. 189-222.

Có, João Ribeiro Butiam (2007), Os "Limites" da Racionalidade Migratória Guineense: Redes, Capital Social e Determinantes Sócio-Culturais nas Dinâmicas Migratórias Contemporâneas, *SOCIUS Working Papers*, 4, Lisboa, SOCIUS-ISEG.

Contador, António Concorde (2001), "A música e o processo de identificação dos jovens negros portugueses", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 109-120.

Corkill, David (2001), "Economic migrants and the labour market in Spain and Portugal", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, 5, pp. 828-844.

Costa, Francisco Lima da (2002), "O contributo das associações para a migração: o caso da comunidade chinesa em Portugal", *Revista da Administração Pública de Macau*, 56, 2, pp. 667-689.

Costa, Francisco Lima da (2004), "Fronteiras da identidade: o caso dos macaenses em Portugal e em Macau", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 133-160.

Costa, Francisco Lima da (2004), *Turismo Étnico, Cidades e Identidades: Espaços Multiculturais na Cidade de Lisboa. Uma Viragem Cognitiva na Apreciação da Diferença*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.

Costa, Francisco Lima da (2006), *Que Chinatown no Martim Moniz? A Acção Económica, Cultural e Política dos Imigrantes e o Espaço Público*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.

Costa, Francisco Lima da, e Sofia Santos (2007), "Imigração e diversidade cultural na cidade de Lisboa: a emergência de um mercado etnocultural e a produção de imagens urbanas", *Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa*, Lisboa, Socinova-UNL (edição em CD-ROM).

Costa, José Paulo, e Ricardo Vieira (2008), "Etnia cigana e educação especial: representações e práticas da escola", in Fernando Cruz (org.), *Actas do III Congresso Internacional de Etnografia*, Póvoa do Varzim, AGIR (edição em CD-ROM).

Costa, Paulo Manuel (2000), "A participação dos portugueses não residentes e dos estrangeiros residentes nas eleições portuguesas", *Boletim de Documentação e Direito Comparado*, 81/82, pp. 179-216.

Costa, Paulo Manuel (2004), *Tráfico de Pessoas: Algumas Considerações Legais*, *SOCIUS Working Papers*, 8, Lisboa, SOCIUS-ISEG.

Costa, Paulo Manuel (2006), *A Atribuição de Direitos Políticos aos Estrangeiros Através da Reciprocidade*, Working Paper, 2, edição electrónica.

Costa, Paulo Manuel (2006), *O Tráfico de Pessoas e o Auxílio à Imigração Ilegal em Portugal: Análise de Processos Judiciais*, Working Paper, 3, edição electrónica.

Costa, Paulo Manuel (2008), *A Situação de Irregularidade dos Estrangeiros Perante a Lei Portuguesa*, Working Paper, 5, edição electrónica.

Coutinho, Ana, Belkis Oliveira, Vasco Soares, e Sérgio Sanchez (2008), "O empreendedorismo imigrante em Portugal: factores que influenciam este percurso profissional e actividade da ASI decorrente dos resultados do projecto PEI", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 263-270.

Covas, Maria das Mercês (2004), "Portugal na rota da imigração dos cidadãos comunitários: o caso da região algarvia", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, *Actas do Vº Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica.

Cruz, Fernando (org.) (2005), *Actas do I Congresso Internacional sobre a Imigração em Portugal e na União Europeia*, Póvoa do Varzim, AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural.

- Cruz, Paula Teixeira da (2007), "Acolhimento dos recém-chegados", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 65-103.
- Cunha, Albino (2007), "Migrações e desenvolvimento: lógicas de terreno entre a Europa e a África", *Antropológicas*, 10, pp. 349-367.
- Cunha, Isabel Ferin (2003), "Imagens da imigração em Portugal", *Media & Jornalismo*, vol. 1, 2, pp. 71-87.
- Cunha, Isabel Ferin (2006), "Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão", *Comunicação & Cultura*, 1, (número temático "A Cor dos Media"), pp. 73-97.
- Cunha, Isabel Ferin (2006), "Media e imaginários: estratégias de apropriação de conteúdos pelas brasileiras em Portugal", *Media & Jornalismo*, 8, pp. 7-33.
- Darby, Paul (2006), "Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial", *Análise Social*, 179, pp. 417-433.
- Dias, Eduardo Costa (2007), "Os muçulmanos guineenses imigrados de Lisboa. Evitação e fascinação ambígua pelo «outro muçulmano»", *Lusotopie*, vol. 14 (número temático "Dossier Islão nas Lusofonias"), pp. 181-203.
- Dias, Nuno (2002), "Beyond familial dharma: hindu entrepreneurial behaviour in a migratory context", in Maria Lucinda Fonseca *et al.* (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 175-195.
- Dias, Sónia, e Aldina Gonçalves (2007), "Migração e Saúde", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 15-26.
- Dias, Sónia, Margarida G. de Matos, e Aldina Gonçalves (2002), "Conhecimentos, atitudes e comportamentos face ao VIH numa comunidade migrante: implicações para a intervenção", *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol. 3, 1, pp. 89-102.
- Dias, Sónia, Milton Severo & Henrique Barros (2008), 'Determinants of Health Care Utilization by Immigrants in Portugal', *BMC Health Service Research* 2008, 8: 207.
- Domingo, Andreu, e Fernando Gil-Alonso (2007), "Immigration and changing labour force structure in the southern European Union", *Population*, vol. 62, 4, pp. 825-846.
- Duarte, Isabel, Cristina Roldão, João M. Nogueira, e Sónia Costa (2007), "Avaliação externa do Programa Escolhas – 2ª Geração. Alguns desafios teórico-metodológicos", *Cidades*, 15, pp. 117-134.
- Embaixada de Espanha em Portugal (org.) (2007), *A Imigração na Europa: Uma Visão Ibérica*, colecção Seminários Palhavã, 3, Lisboa, Embaixada de Espanha.
- Estrela, Paulo (2009), *A saúde dos imigrantes em Portugal*, *Revista Portuguesa de Clínica geral*, dossier: multiculturalidade, 25:45-55.
- Falcão, José Luiz (2005), "Fluxos e refluxos da capoeira. Brasil e Portugal gingando na roda", *Análise Social*, 174, pp. 111-133.
- Faria, Rita Gomes (2006), "Participação marroquina na construção da comunidade muçulmana em Portugal", in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Lisboa, ISCTE/ICS.
- Faria, Rita Gomes (2007), "Marroquinos em Portugal. Imigração, religião e comunidade", *Lusotopie*, vol. 14 (número temático "Dossier Islão nas Lusofonias"), pp. 205-221.
- Fernandes, Ana Alexandre, e J. Pereira Miguel (eds.) (2008), *Saúde e Migrações na UE. Health and Migration in the EU. Better Health for All in an Inclusive Society*, Lisboa, INSA-Ministério da Saúde.
- Fernandes, Marta Monteiro (2007), "Identidades e condições sociais de existência de jovens descendentes de imigrantes", *Sociedade e Trabalho*, 33, pp. 69- 80.
- Fernandes, Paula, Ricardo Pereira, e João Blasques de Oliveira (2007), "A imigração e o acesso à saúde. Boas práticas identificadas em dois projectos de intervenção na área da saúde", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 161-170.
- Ferreira, Ana Cristina, e Madalena Ramos (2008), "Padrões de casamento entre os imigrantes em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, 43, pp. 79-107.



- Ferreira, Lúcia Évora (2001), "A diáspora cabo-verdiana", in AA.VV., *Imigração e Emigração nas Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 235-247.
- Figueirinha, Susana (2008), "JRS e o microcrédito", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 281-285.
- Filho, João Lopes (2002), "Entre duas culturas: os filhos dos imigrantes caboverdianos", *Ethnologia*, 12-14, pp. 163-188.
- Filho, Willy (2006), "Técnicas de construção no jornalismo televisivo português: a mulher brasileira", *Media & Jornalismo*, 8, pp. 101-136.
- Fonseca, Graça (2002), "Pequenos crimes entre amigos pequenos", in *Passados Recentes, Futuros Próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).
- Fonseca, Maria Lucinda (2002), "Immigration and spatial change: the Lisbon experience", *Studi Emigrazione*, 145, pp. 49-76.
- Fonseca, Maria (2008), "Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais", in M. Lages & A. T. Matos (Coord.) (2009), *Portugal: percursos de interculturalidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) e pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP).
- Fonseca, Maria Lucinda (2005), "The changing face of Portugal: immigration and ethnic pluralism", *Canadian Diversity/Diversité Canadienne*, vol. 4, 1, pp. 57-62.
- Fonseca, Maria Lucinda (2007), "Inserção territorial. Urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 105-150.
- Fonseca, Maria Lucinda, Alina Esteves, Jennifer McGarrigle, e Sandra Silva (2007), "Saúde e integração dos imigrantes em Portugal: uma perspectiva geográfica e política", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 27-52.
- Fonseca, Maria Lucinda, e Alina Esteves (2002) "Migration and new religion townscapes in Lisbon", in Maria Lucinda Fonseca, et al (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 255-289.
- Fonseca, Maria Lucinda, e Jorge Macaísta Malheiros (2003), "'Nouvelle' immigration, marché du travail et compétitivité des régions portugaises", *Géographie, Économie, Société. Revue Scientifique Internationale*, vol. 5, 2, pp. 161-181.
- Fonseca, Maria Lucinda, e Jorge Macaísta Malheiros (2004), "Immigration and globalisation from below: the case of ethnic restaurants in Lisbon", *Finisterra*, 77, pp. 129-156.
- Fonseca, Maria Lucinda, Maria João Caldeira, e Alina Esteves (2002), "New forms of migration into the European South: challenges for citizenship and governance. The Portuguese case", *International Journal of Population Geography*, vol. 8, 2, pp. 135-152.
- Garrett, João Almeida (2008), "O Projecto FIC – uma contribuição para o reforço da competitividade das empresas portuguesas", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 177-181.
- Gaspar, Tânia, Aldina Gonçalves, Vítor Ramos, e Margarida G. de Matos (2006), "Desvantagem sócio-económica, etnicidade e consumo de álcool na adolescência", *Análise Psicológica*, vol. 24, 4, pp. 495-508.
- Gaspar, Tânia, e Margarida G. de Matos (2007), "Comportamentos de saúde de adolescentes migrantes e o efeito protector da relação com os avós", *Revista de Estudos Demográficos*, 41, pp. 37-51.
- Gaspar, Tânia, Margarida G. de Matos, Aldina Gonçalves, Mafalda Ferreira, e Filipa Linhares (2006), "Comportamentos sexuais, conhecimentos e atitudes face ao VIH/sida em adolescentes migrantes", *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol. 7, 2, pp. 299-316.
- Godinho, M., V.Alarcão, M.Carreira & R.Portugal (2008), "Existence of probable psychological distress in African and Brazilian immigrants in Portugal" poster apresentado na 16ª Conferência Europeia de Saúde Pública –EUPHA", Lisboa, 6 a 8 de Novembro de 2008.

Góis, Pedro (2002), "Do 'trabalhador-convidado' ao subempreiteiro. A inserção dos (i)migrantes cabo-verdianos num mercado local de trabalho: a Área Metropolitana de Lisboa", in *Passados Recentes, Futuros Próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).

Góis, Pedro, Ivana Fellini, e José Carlos Marques (2003), "The process of recruitment of immigrants in the construction sector. The cases of Italy and Portugal", *Transfer. European Review of Labour and Research*, vol. 9, 3, pp. 452-468.

Góis, Pedro, José Carlos Marques, e Catarina Reis de Oliveira (2005), *Dévoilement des Liens Transnationaux des Migrants Chinois au Portugal*, Oficina do CES, 241 Coimbra, CES-UC.

Gonçalves, Aldina (2003), "Acesso aos cuidados de saúde de comunidades imigrantes: problemas e perspectivas de intervenção", *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. 21, 1, pp. 55-64.

Grassi, Marzia (2005), *Casar com o Passaporte no Espaço Schengen: uma Introdução ao Caso de Portugal*, Working Paper, 4, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

Grassi, Marzia (2005), *Gender, Ethnicity and Economic Issues in Contemporary Cape Verdean Migratory Movement*, Working Paper, 5, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

Grassi, Marzia (2006), "Formas migratórias: casar com o passaporte no Espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal", *Etnográfica*, vol. X, 2, pp. 283-306.

Grassi, Marzia (2006), *Cabo Verde pelo Mundo: O Género e a Diáspora Cabo-verdiana*, Working Paper, 6, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

Grassi, Marzia (2007), "Práticas, formas e solidariedades da integração de jovens de origem angolana no mercado de trabalho em Portugal", *Economia Global e Gestão*, vol. 12, 3, pp. 71-91.

Grassi, Marzia, e Daniel Melo (2007), *Portugal na Europa e a Questão Migratória: Associativismo, Identidade e Políticas Públicas de Integração*, Working Paper, 4, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

Guinote, Ana, Mafalda Aveiro, e Sandra Mota (2002), "Estereótipos e percepção da variabilidade do grupo: o caso dos angolanos residentes em Portugal", *Psicologia*, vol. 16, 1, pp. 199-208.

Hellermann, Christiane (2006), "Migrating alone: Tackling social capital? Women from Eastern Europe in Portugal", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 29, 6, pp. 1135-1152.

Horta, Ana Paula Beja (2002), "Multiculturalism in abeyance: immigration and local politics in the periphery of Lisbon", in Maria Lucinda Fonseca, et al (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 153-172.

Horta, Ana Paula Beja, e Jorge Malheiros (2004), "Os cabo-verdianos em Portugal. Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva", *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, 20, pp. 83-103.

Horta, Ana Paula Beja, e Jorge Malheiros (2006), "Social capital and migrants' political integration: the case study of capeverdean associations in the greater Lisbon area", *Finisterra*, vol. XLI, 81, pp. 143-170.

Horta, Rosário, e Amélia Carvalho (2007), "O Gabinete de Saúde do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante: uma estratégia de acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 179-186.

Justino, David (2007), "Integração política e cívica. Cidadania e civismo. Participação política. Acesso à nacionalidade", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 151-167.

Karimo, Neila (2008), "Igualdade de oportunidades e diminuição das barreiras no acesso ao mercado de trabalho português: a importância das parcerias", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 163-169.

Kellen, José van der (2005), *A Investigação do Auxílio à Imigração Ilegal e Criminalidade Conexa – a Experiência do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*, Working Papers SOCIUS, 5, Lisboa, SOCIUS-ISEG.

Khan, Sheila (2006), "Identidades sem chão. Imigrantes afro-moçambicanos. Narrativas de vida e de identidade e percepções de um Portugal pós-colonial", *Luso-Brazilian Review*, vol. 43, 2, pp. 1-26.

Leandro, Maria Engrácia (2005), "Desigualdades sociais na saúde e na doença: a questão imigrante", *Configurações*, 1, pp. 71-86.

Leandro, Maria Engrácia, Manuel Plácido, e Dina Jesus de Carvalho (2002), "Os males do corpo em terra estrangeira", in Maria Engrácia Leandro, Maria Marta de Araújo, e Manuel Silva Costa (orgs.), *Actas do Colóquio Internacional "Saúde e Discriminação Social"*, Braga, Universidade do Minho, pp. 181-210.

Leão, Isabel Ponce (2006), "Modos e modas de integração de imigrantes (o papel do jornal Sabiá)", in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Lisboa, ISCTE/ICS.

Lechner, Elsa (2007), "Imigração e saúde mental", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 79-101.

Leitão, José (2004), "A diáspora cabo-verdiana no espaço europeu. Laços culturais, económicos e políticos", *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, 20, pp. 75-81.

Lisboa, Manuel, Graça Frias, Ana Roque e Dalila Cerejo (2006). "Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 18, Lisboa, Edições Colibri, pp. 163-187.

Lopes, Daniel Seabra (2006), "Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante", *Etnográfica*, vol. X, 2, pp. 319-335.

Machado, Fernando Luís (2000), "Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 9-44.

Machado, Fernando Luís (2001), "Contextos e percepções de racismo no quotidiano", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 53-80.

Machado, Fernando Luís (2001), "Imigrados em Portugal", in AA.VV., *Contextos de Sociologia 1*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 12-16.

Machado, Fernando Luís (2003), "Imigração e imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 183-188.

Machado, Fernando Luís (2006), "«Novos portugueses?» Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos", in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*, Porto, Afrontamento, pp. 255-279.

Machado, Fernando Luís (2007), "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 169-197.

Machado, Fernando Luís (2008), "Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajectos", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 121-158.

Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Leal (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, 176, pp. 695-714.

Machado, Fernando Luís, e Ana Raquel Matias (2006), *Jovens Descendentes de Imigrantes nas Sociedades de Acolhimento: Linhas de Identificação Sociológica*, CIES e-working paper, 13, Lisboa, CIES-ISCTE.

Machado, Fernando Luís, e Maria Abranches (2005), "Caminhos limitados de integração social: trajectórias socioprofissionais de caboverdianos e hindus em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 67-89.

Machado, Igor (2004), "Apontamentos para uma etnografia da imigração brasileira no Porto", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica ([www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004)).

Machado, Igor (2004), "Imigrantes brasileiros no Porto. Aproximação à perenidade de ordens raciais e coloniais portuguesas", *Lusotopie 2004*, pp. 121-142.

- Machado, Igor (2004), "Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica ([www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004)).
- Machado, Igor (2005), *Implicações da Imigração Estimulada por Redes Ilegais de Aliciamento - o Caso dos Brasileiros em Portugal*, SOCIUS Working Papers, 3, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Machado, Igor (2006), "Imigração em Portugal", *Estudos Avanzados*, vol. 20, 57 (Dossier Migrações), pp. 119-135.
- Machado, Igor (2007), "Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal", *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, vol. 7, pp. 1-11.
- Machado, Igor, e Ellen Saraiva Reis (2007), "Algumas conclusões acerca do fluxo de Valadarenses para Portugal", *Teoria & Pesquisa*, vol. 16, pp. 153-166.
- Machado, Maria do Céu, Paula Santana, Helena Carreiro, Helena Nogueira, Rosalina Barroso, e Alexandra Dias (2007), "Cuidados de saúde materna e infantil a uma população de imigrantes", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 103-127.
- Maciel, Cármen (2005), *Maio de 2004, Mês de África em Lisboa*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.
- Maciel, Cármen (2007), "Percurso de pintores subsarianos do espaço lusófono e o mercado de produção cultural na Europa", Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa, Lisboa, Socinova-UNL (edição em CD-ROM).
- Maciel, Cármen (2007), "Produção e mediação cultural – um estudo de caso sobre o papel das associações ligadas aos PALOP em Lisboa", Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa, Lisboa, Socinova-UNL (edição em CD-ROM).
- Magano, Olga, e Luísa Ferreira da Silva (2002), "A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto", in *Passados Recentes, Futuros Próximos*, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).
- Maia, Rui Leandro (2006), "Opiniões e percepções sobre a imigração: contributo para a definição de uma política de imigração para Portugal", in Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa, ISCTE/ICS.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2000), "Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita. Uma interpretação a partir de Lisboa", *Lusotopie* 2000, pp. 377-398.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2000), "Segregação sócio-étnica na região metropolitana de Lisboa", *Sociedade e Território*, 30, pp. 27-37.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2008), "Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 139-164.
- Malheiros, Jorge Macaísta, e Francisco Vala (2004), "A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa", *Revista de Estudos Demográficos*, 36, pp. 89-109.
- Malheiros, Jorge & Padilla, Beatriz (2010), *Mulheres Imigrantes Empreendedoras, Coleção Estudos de Género*, Lisboa: CIG.
- Malheiros, Jorge Macaísta, e Isabel Margarida André (2001), "Social innovation in adverse milieux: opportunities in an immigrant neighbourhood in the periphery of Lisbon", in *EAEPE Conference 2001: Comparing Economic Institutions*, Sienna, edição electrónica
- Mapril, José (2001), *Os Chineses no Martim Moniz. Oportunidades e Redes Sociais*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.
- Mapril, José (2002), "De Wenzhou ao Martim Moniz: práticas diaspóricas e a (re)negociação identitária do local", *Ethnologia*, 12-14, pp. 253-294.

- Mapril, José (2004), “‘Bangla masjid’: Islão e Bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa”, *Análise Social*, 173, pp. 851-873.
- Mapril, José (2007), “‘Maulana diz que o Profeta é humano, não Deus’. Milads e as hierarquias entre os Bengalís muçulmanos de Lisboa”, *Lusotopie*, vol. 14 (número temático “Dossier Islão nas Lusofonias”), pp. 255-270.
- Mapril, José, e Fernanda Araújo (2002), “Between two worlds: chinese and cape verdean voluntary sectors in a changing society”, in Maria Lucinda Fonseca, et al (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 197-227.
- Marinho, Manuela, e Maria Inês Amaro (2000), “Estudo de caso 2 – o mediador intercultural: um agente de interacção”, *Intervenção Social*, 22, pp. 49-78.
- Marinho, Manuela, e Maria Inês Amaro (2003), “Os ciganos em Portugal: aproximação I”, *Intervenção Social*, 27, pp. 89-120.
- Marques, Ana Cristina (2006), *A Question of Honour: the Gypsy Community of Leiria*, Working Papers, 3, Lisboa, CEMME-UNL.
- Marques, Ana Sofia (2006), “O trabalho e o acesso a rendimento entre os ciganos. Virtualidades e limitações das leituras da noção de exclusão social na compreensão da situação dos ciganos”, *Cidades*, 10, pp. 73-89.
- Marques, João Filipe (2004), “Os dois racismos dos portugueses”, in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).
- Marques, João Filipe (2007), “Racistas são os outros. As origens do mito do «não racismo» dos portugueses”, *Lusotopie*, vol. 14 (número temático “Dossier Islão nas Lusofonias”), pp. 71-88.
- Marques, José Carlos, e Pedro Góis (2007), “Ukrainian migration to Portugal. From non-existence to the top three immigrant groups”, *Migrationonline.cz*, edição electrónica ([www.migrationonline.cz](http://www.migrationonline.cz)).
- Marques, José Carlos, e Pedro Góis (2007), *Práticas Transnacionais dos Imigrantes Cabo-verdianos em Portugal e dos Emigrantes Portugueses na Suíça: para Além dos Conceitos*, Oficina do CES, 294, Coimbra, CES-UC.
- Marques, José Carlos, e Pedro Góis (2008), “Pratiques transnationales des capverdiens au Portugal et des portugais en Suisse”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 24, 2, pp. 147-165.
- Marques, José Carlos, e Pedro Góis (2008), “Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia”, *Migrações*, 2 (número temático “Imigração e Mercado de Trabalho”), pp. 73-96.
- Marques, Maria Margarida (2006), “Singularidade nacional e construção da cidadania. A difícil incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa”, in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*, Porto, Afrontamento, pp. 303-312.
- Marques, Maria Margarida, Catarina Reis de Oliveira, e Nuno Dias (2001), *Immigrant Entrepreneurs: Three Stories on Embedded Autonomy*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.
- Marques, Maria Margarida, e Maria João Valente Rosa (2003), “L’intégration des immigrés au Portugal: singularité ou retard?”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 9-36.
- Marques, Maria Margarida, José Mapril, e Nuno Dias (2003), *Migrants’ Association and their Elites. Building a New Field of Interest Representation*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.
- Marques, Maria Margarida, Maria J. Rosa, e Joana Martins (2007), “School and diversity in a weak state: the Portuguese case”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 33, 7, pp. 1145-1168.
- Marques, Maria Margarida, Rui Santos, e Fernanda Araújo (2001), “Ariadne’s thread: cape verdean women in transnational webs”, *Global Networks*, 3, pp. 283- 306.
- Martínez-Herrera, Enric, e Djaouida Moualhi (2007), “Predispositions to discriminatory immigration policies in western Europe: an exploration of political causes”, *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 5, 3, pp. 215-233.

Martins, Alexandre Cotovio (2006), "Processos de integração social dos imigrantes no concelho de Portalegre: alguns elementos de reflexão oriundos da investigação empírica", in II Congresso Internacional sobre a Imigração em Portugal e na União Europeia, Angra do Heroísmo, Associação AGIR/Presidência do Governo Regional dos Açores

Martins, Alexandre Cotovio (2007), *Integração Social de Imigrantes em Portalegre: uma Breve Análise Sustentada na Investigação Empírica*, CIES eworking paper, 27, Lisboa, CIES-ISCTE.

Martins, Manuel Gonçalves (2002), "Imigrações, racismo e xenofobia em Portugal (1974-2000)", in Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Martins, Sandra Cristina (2002), "A diferença de género na etnia cigana", *Cadernos do Noroeste*, vol. 17, 1-2, pp. 233-243.

Mateus, Sandra, e Teresa Seabra (2004), "Etnicidade e 'excelência escolar': caboverdianos e indianos na AML", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).

Matos, Margarida G. de, Aldina Gonçalves, e Tânia Gaspar (2004), "Adolescentes estrangeiros em Portugal: Uma questão de saúde", *Psicologia, Saúde & Doenças*, vol. 5, 1, pp. 75-85.

Melo, Rosa (2004), "Sentir Angola no coração. Uma reflexão sobre o ser-se angolano em Portugal", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica ([www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004)).

Mendes, Maria Manuela (2002), "Um olhar sobre a identidade e a alteridade: nós", Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).

Mendes, Maria Manuela (2004), "Representações 'institucionais' face a algumas populações migrantes e não migrantes minoritárias na sociedade portuguesa", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica ([www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004)).

Mendes, Maria Manuela (2007), "Institutional representations' about 'Eastern migrants' in the Portuguese society", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 23, 1, pp. 117-138.

Mendes, Maura, e Ricardo Vieira (2008), "Mulheres em diáspora: margens culturais e busca de sentidos através da entrevista etnobiográfica", in Fernando Cruz (org.), *Actas do III Congresso Internacional de Etnografia*, Póvoa do Varzim, AGIR, (edição em CD-ROM).

Miranda, Joana (2006), "Identidade nacional e representação de estrangeiros no contexto português", in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado: Entre o Global e o Local*, Porto, Afrontamento, pp. 235-253.

Miranda, Joana (2006), "Portugueses face a espanhóis, americanos e caboverdianos, em Portugal: distância social, estereótipos e predisposição para a mudança atitudinal", *Psicologia*, vol. 20, 2, pp. 167-186.

Montenegro, Mirna (org.) (2007), *Ciganos e Cidadania(s)*, colecção *Cadernos ICE*, 9, Setúbal, Instituto das Comunidades Educativas.

Moreira, Humberto (2008), "Panorama das populações estrangeiras nos estados membros da União Europeia (composição por nacionalidades)", *Revista de Estudos Demográficos*, 43, pp. 19-78.

Morokvasic, M. (1984). "Birds of passage are also women", *International Migration Review*, 18(4), pp. 886-907.

Mourão, Maria de Fátima (2006), *A Tradição Cigana e o Choque com a Escolaridade Oficial*, Working Papers, 4, Lisboa, CEMME-UNL.

Mouro, Carla, Maria Benedicta Monteiro, e Ana Guinote (2002), "Estatuto, identidade étnica e percepção de variabilidade nas crianças", *Psicologia*, vol. 16, 2, pp. 387-408.

Neto, Félix (2006), "Psycho-social predictors of perceived discrimination among adolescents of immigrant background: a Portuguese study", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, 1, pp. 89-109.

- Neves, Miguel Santos, e Maria Beatriz Rocha-Trindade (2008), "As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 165-189.
- Neves, Sofia (2007), "Psicologia, diversidade social e multiculturalidade: caminhos cruzados", *Psychologica*, 45, pp. 125-145.
- Oien, Cecilie (2006), "Transnational networks of care: Angolan children in fosterage in Portugal", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 29, 6, pp. 1104-1117.
- Oien, Cecilie (2007), "The Angolan diaspora in Lisbon: an introduction", *Economia Global e Gestão*, vol. 12, 3, pp. 23-33.
- Oliveira, Catarina Reis de (2000), *Chineses em Portugal: Comunidade ou Comunidades?*, Working Paper, 18, Lisboa, Socinova-UNL.
- Oliveira, Catarina Reis de (2002), "Chinese in Portugal: na immigration cartography", in Maria Lucinda Fonseca e outros (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 229-254.
- Oliveira, Catarina Reis de (2004), "Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 45, pp. 71-98.
- Oliveira, Catarina Reis de (2006), *Empresários de Origem Cabo-verdiana em Portugal: Estratégias de Mobilidade ou Situações de Sobrevivência Material Temporária?*, Oficina do CES, 243, Coimbra, CES-UC.
- Oliveira, Catarina Reis de (2008), "Determinantes das estratégias empresariais de imigrantes em Portugal", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 109-138.
- Oliveira, Catarina Reis de (2008), "Diver-cidades empresariais em Portugal: padrões de incidência territorial de empresários imigrantes", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 95-120.
- Oliveira, Catarina Reis de, e Jan Rath (2008), "Introdução", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 11-28.
- Oliveira, Nuno (2000), *Discursos Políticos sobre Minorias Migrantes: a Construção de uma "Questão"*, Working Paper, 16, Lisboa, Socinova-UNL.
- Oliveira, Sérgio (2004), "Espaços e tempos de ilegalidade: a construção quotidiana do 'imigrante ilegal'", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica ([www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004)).
- Padilla, Beatriz (2007), "A Imigração brasileira em Portugal: considerando o género na análise" in Malheiros, Jorge, *A imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Padilla, Beatriz (2005), *Integration of Brazilian Immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities*, SOCIUS Working Papers, 1, Lisboa, SOCIUSISEG.
- Padilla, Beatriz (2005), *Redes Sociales de los Brasileños Recién Llegados a Portugal: Solidariedad Étnica o Empatía Étnica?*, SOCIUS Working Papers, 2, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Padilla, Beatriz (2006), "Redes sociales de los brasileños recién llegados a Portugal: ¿solidariedad étnica o empatía étnica?", *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 14, pp. 49-61.
- Padilla, Beatriz (2006), *Brazilian Migration to Portugal: Social Networks and Ethnic Solidarity*, CIES e-working paper, 12, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Padilla, Beatriz (2007), "A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise", in Jorge Macaísta Malheiros (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, coleção Comunidades, 1, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 113-134.
- Padilla, Beatriz (2007), "Brasileras en Portugal: de la transformación de las diversas identidades a la exotización", *Amérique Latine Histoire et Mémoire*, 14, (número temático "Femmes Latino-américaines et Migrations", (<http://alhim.revues.org/document2022.html>)).

- Padilla, Beatriz (2008), "O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal", *Migrações*, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 191-215.
- Padilla, Beatriz, e João Peixoto (2007), "Latin American immigration to Southern Europe", in *Migration Information Source*, Junho 2007, (<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=609>).
- Padilla, Beatriz, e Rui Portugal (2007), "Saúde e migrações: boas práticas na União Europeia", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 143-153.
- Paulino, Paula (2003), "A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: Uma caracterização com base nos Censos 2001", *Revista de Estudos Demográficos*, 34, pp. 144-156.
- Pedro, Ana, Lucília Pires, e Rufino Cano González (2007), "Contributos da educação intercultural na construção de uma sociedade pluralista e democrática numa perspectiva comparada – Portugal e Espanha", *Antropológicas*, 10, pp. 227-255.
- Peixoto, João (2001), "Migrações e políticas migratórias na União Europeia: livre circulação e reconhecimento de diplomas", *Análise Social*, 158-159, pp. 153-184.
- Peixoto, João (2002), "Strong market and weak state: the case of foreign immigration in Portugal", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 28, 3, pp. 483-497.
- Peixoto, João (2004), "Immigrazione di lavoratori altamente qualificati in Portogallo", *Studi Emigrazione*, 156, pp. 987-1002.
- Peixoto, João (2004), *Highly Skilled Migration in Portugal: an Overview*, SOCIUS Working Papers, 3, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Peixoto, João (2004), *País de Emigração ou País de Imigração? Mudança e Continuidade no Regime Migratório em Portugal*, SOCIUS Working Papers, 2, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Peixoto, João (2007), "Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal", *Análise Social*, vol. XLII, 183, pp. 445-469.
- Peixoto, João (2007), "Emprego e protecção social. Oportunidades no mercado de trabalho português, competição e complementaridade, reconhecimento de habilitações e de competências, projectos da Gulbenkian, empreendedorismo", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 199-231.
- Peixoto, João (2007), "Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, pp. 71-90.
- Peixoto, João (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 19-46.
- Peixoto, João, e Alexandra Figueiredo (2008), *Imigração, Associativismo e Estado: Cooperação e Mecanismos Consultivos de Participação Política – O Caso do COCAI*, SOCIUS Working Papers, 10, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Peixoto, João, e Ana Fonseca (2008), *Migration, Development and Remittances in Europe: Mixed Impacts and the Role of Institutions*, SOCIUS Working Papers, 2, Lisboa, SOCIUS-ISEG.
- Pereira, Álvaro Pires, Delta Sousa e Silva, Isabel Baptista, e Pedro Perista (2001), "Habitat e minorias: processos de (des)integração de grupos étnicos em Lisboa e no Porto", *Cidades*, 3, pp. 93-110.
- Pereira, Cícero, Alice Ramos, e Jorge Vala (2006), "Racial prejudice, threat perception and opposition to immigration: a comparative analysis", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 5, 2, pp. 119-140.
- Pereira, Sónia (2008), "Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 47-74.
- Perista, Heloísa (2000) "EU migrant women: migration, family life and professional trajectories", *Papers*, 60, pp. 153-166.



Perista, Pedro (2004), "Imigrantes de Leste em Portugal: da migração à inserção", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).

Perista, Pedro (2004), "Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa: novos fluxos, novos perfis?", *Cidades*, 9, pp. 71-82.

Phizacklea, A. (1998), "Migration and globalization: a feminist perspective", in K. Koser e H. Lutz, *The New Migration in Europe: Social Constructions and Social Realities*, Londres, MacMillan.

Pinto, Maria da Conceição, e Félix Neto (2006), "Felicidade em adolescentes portugueses e originários dos PALOP", *Psychologica*, 42, pp. 275-294.

Pires, Heldemerina Samutelela (2000), "Estudantes dos PALOP no ensino superior português: do acesso à progressão", *Psicologia*, vol. 14, 2, pp. 149-157.

Pires, Rui Pena (2002), "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.

Pires, Rui Pena (2007), "Fluxos migratórios. Dinâmicas e modos de gestão", in António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Principia, pp. 45-62.

Pires, Sónia (2002), "A etnicização da imigração na imprensa portuguesa", *Antropológicas*, 6, pp. 247-263.

Pires, Sónia (2004), *O Terceiro Sector Imigrante e as Associações dos Imigrantes do Leste Europeu em Portugal: Estruturação de um Novo Espaço de Cidadania?*, Oficina do CES, 204, Coimbra, CES-UC.

Possidónio, Dora (2004), "The descendants of Angolans and Luso-Angolans in the Lisbon Metropolitan Area: aspects of their integration", *Finisterra*, 77, pp. 39-58.

Rabaça, Clara, e Pedro Cunha (2007), "Algumas perspectivas sobre imigração: da imigração económica à integração social", *Antropológicas*, 10, pp. 299-322.

Ramos, Cláudia Toriz (2006), "Discurso político e integração de imigrantes: uma análise do discurso parlamentar", in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Lisboa, ISCTE/ICS.

Ramos, Maria da Conceição (2007), "Imigração, desenvolvimento e competitividade em Portugal", *Economia e Sociologia*, 84, pp. 71-107.

Ramos, Natália (2007), "Comunicação e interculturalidade nos cuidados de saúde", *Psychologica*, 45, pp. 147-169.

Ramos, Rui M. (2001), "Migratory movements and the law of nationality in Portugal during the last half-century", in Randall Hansen, e Patrick Weil (eds.), *Towards a European Nationality. Citizenship, Immigration and Nationality Law in the EU*, Nova Iorque, Palgrave, pp. 193-213.

Raposo, Otávio Ribeiro (2005), "Sociabilidades juvenis em contexto urbano: um olhar sobre alguns jovens do bairro do Alto da Cova da Moura", *Forum Sociológico*, 13-14, pp. 151-170.

Raposo, Otávio Ribeiro (2007), "Juventude, condições e modelos de vida: o contexto sociocultural da Quinta da Fonte", *Configurações*, 3, pp. 47-67.

Rato, Helena (2001), "A regularização dos imigrantes e a segurança social", *Galileu, Revista de Economia e Direito*, vol. 6, 2, pp. 105-132.

Rebelo, José (2002), "Migrações e minorias étnicas na península de Setúbal entre 1981 e 1998: os contributos e os problemas para o desenvolvimento regional", *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, pp. 297-318.

Rebelo, Margarida, Catarina Matias, e Maria Benedicta Monteiro (2002), "Efeitos de recategorização e de descategorização na redução do enviesamento intergrupar: a perspectiva do desenvolvimento infantil", *Psicologia*, vol. 16, 2, pp. 351-386.

Resende, José Manuel, e Maria Manuel Vieira (2002), "As cores da escola: concepções de justiça nos discursos sobre a multiculturalidade na escola portuguesa", in *Passados Recentes, Futuros Próximos*, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).

Resgate, Isabel (2001), "Diversidade e comportamentos juvenis. Um estudo dos estilos de vida de jovens de origens étnico-culturais diferenciadas em Portugal", *Análise Psicológica*, vol. 19, 3, pp. 345-364.

Reyneri, Emílio, e Maria Ioannis Baganha (2001), "Migration and the labour market in Southern Europe", *IMIS Beiträge*, 17, pp. 33-53.

Ribeiro, Joana Sousa (2004), "Imigrantes qualificados no sector da saúde", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica ([www.aps.pt](http://www.aps.pt)).

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2002), "A sociedade civil e a defesa dos direitos dos imigrantes", *Desenvolvimento/Colóquios*, 10, pp. 113-129.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2002), "Globalização e mestiçagem. A mestiçagem, as identidades e o multiculturalismo", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42, 1-2, pp. 9-23.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2002), "Perspectivas actuais das migrações em Portugal", in AA.VV., *Actas del Colóquio Europeo: Movilidad Interna y Migraciones Intraeuropeas en la Península Ibérica*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 147-170.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2002), "Portugal: ongoing changes in immigration and governmental policies", *Studi Emigrazione*, 148, pp. 795-810.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2005), "A integração dos imigrantes na União Europeia", *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, 21, pp. 187-200.

Rodrigues, Irene (2007), "Entre a Jiating e o Gongzuo: ideologias de género chinesas na migração", *Daxiyanguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, 11, pp. 19-41.

Rodrigues, Teresa, e Maria Luísa Rocha Pinto (2002), "Migrações no Portugal do século XX", *Ler História*, 43, pp. 179-204.

Rosa, Maria João Valente (2001), "Notas sobre a população: saldos migratórios compensam o envelhecimento?", *Análise Social*, 158-159, pp. 367-372.

Rosa, Maria João Valente (2005), (Des)encontro entre as Migrações Internacionais Laborais e as Qualificações Escolares: o Caso dos Europeus de Leste em Portugal, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.

Rosa, Maria João Valente, Maria Margarida Marques, Catarina Oliveira, Nuno Oliveira, e Fernanda Araújo (2000), *Imigrantes Internacionais: dos Factos ao Conceito*, Working Paper, Lisboa, Socinova-UNL.

Rossi, Pedro (2004), *Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal. Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal*, SOCIUS Working Papers, 10, Lisboa, SOCIUS-ISEG.

Salt, John, e José Carlos Almeida (2006), "International migration in Europe. Patterns and trends since the mid-1990s", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 22, 2, pp. 155-175.

Santinho, Cristina (2002), "Immigration and municipal intervention: the case of Loures (Portugal)", in Maria Lucinda Fonseca, et al (eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 149-151.

Santinho, Cristina (2006), "Contextos migratórios, particularidades culturais e abordagens específicas no campo da saúde", in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Lisboa, ISCTE/ICS.

Santos, Felipe D. (2006), "The imprisoned youth: from exclusion to seclusion. An overview of the Caxias Youth Re-education Center, Portugal", *Studi Emigrazione*, 163, pp. 587-600.

Santos, Nelson Lima, e Luísa Faria (2007), "Imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal: auto-percepções e percepções de características sócio-profissionais", *Antropológicas*, 10, pp. 257-283.

Santos, Olga Ribeiro (2008), "Ponto Imigrante – Resposta de uma empresa para a integração sócio-profissional de imigrantes", *Migrações*, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 183-189.

Santos, Paula Mota (2007), "Being in or out of place. Shifting visibilities of a collective ethnic other in the city of Porto", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 47, 1-4, pp. 49-70.

Santos, Paula Mota, e João Borges de Sousa (2006), *Visibility & Invisibility of Communities in Urban Systems*, FEEM Working Paper, 70, Milão, Fondazione Eni Enrico Mattei.

Saraiva, Clara (2008), "Transnational migrants and transnational spirits: an african religion in Lisbon", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 34, 2, pp.

Sardinha, João (2004), "O associativismo caboverdiano na Área Metropolitana de Lisboa e a inserção da comunidade caboverdiana na sociedade portuguesa", in *A Questão Social no Novo Milénio*, Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, CES-UC, edição electrónica ([www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004)).

Sardinha, João (2005), *Cape Verdean Associations in the Metropolitan Area of Lisbon: their Role in Integration*, Sussex, Sussex Centre for Migration Research.

Sardinha, João (2007), *Providing Voices? Civic Participation Opportunities for Immigrants in Portugal*, POLITIS Working Paper Series, 7, Oldenburg, University of Oldenburg.

Sarró, Ramon (2007), "Órgãos vitales y metáforas mortales: Un relato sobre hospitales portugueses y diáspora africana", *Revista de Antropologia Social*, vol. 16, pp. 325-348.

Seabra, Teresa (2006), "A relação das famílias imigradas com a escolaridade: comparando as famílias de origem cabo-verdiana e as de origem indiana", *Interacções*, 2, pp. 141-154.

Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2003), "Os descendentes de imigrantes na escola portuguesa: contingente, localização e resultados", *Revista de Estudios e Investigación en Psicología e Educación*, vol. 10, 8, pp. 820-833.

Silva, António Carlos, e Carla Martingo (2007), "Unidades de saúde amigas dos migrantes – uma resposta ao desafio da multiculturalidade em Portugal", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 155-159.

Silva, António Carlos, e Vitalina Gomes Costa Silva (2007), "AJPAS – Mais de uma década a promover saúde e a prestar cuidados em prol dos mais desfavorecidos", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 171-178.

Silva, Luísa Ferreira da, e Fátima Sousa (2002), "A saúde dos ciganos", in Maria Engrácia Leandro, Maria Marta de Araújo, e Manuel Silva Costa (orgs.), *Actas do Colóquio Internacional "Saúde e Discriminação Social"*, Braga, Universidade do Minho, pp. 137-150.

Silva, Luísa Ferreira da, e Mézard M. (2001), "Le project Romaeurope. La santé des roms en situation de grande exclusion", *Soins Infirmiers*, vol. 94, 2, pp. 56-59.

Silva, Luísa Ferreira da, e Olga Magano (2000), "A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto", in *IV Congresso Português de Sociologia*, Sociedade Portuguesa: Passados Recentes/Futuros Próximos, Associação Portuguesa de Sociologia.

Silva, Luísa Ferreira da, Olga Magano, Luísa Oliveira, e Fátima Sousa (2002), "A comunidade cigana e o etnocentrismo da instituição médica de saúde comunitária", in *Passados Recentes, Futuros Próximos*, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição emCD-ROM).

Silva, Manuel Carlos (2005), "Trabalhadoras sexuais em regiões de fronteira: género, origens de classe e percursos sociais", *Configurações*, 1, pp. 101-131.

Silva, Manuel Carlos (2006), "Imigrantes dos PALOP em Braga: percursos, condições de vida e relações interétnicas", *Cadernos do ICE*, 8, Setúbal, Instituto das Comunidades Educativas, pp. 177-208.

Silva, Manuel Carlos, e Maria Goretti Pinto (2004), "Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos", in *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Actas do Vº Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, edição electrónica

Silva, Manuel Carlos, e Susana Silva (2002), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde", in *Passados Recentes, Futuros Próximos*, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).

Silva, Manuel Carlos, e Susana Silva (2002), "Práticas e representações sociais sobre a etnia cigana: o caso de Oleiros", *Antropológicas*, 6, pp. 57-86.

Silveirinha, Maria João, e Ana Teresa Peixinho (2004), "A construção discursiva dos imigrantes na imprensa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 117-137.

Simões, José Alberto, Pedro Nunes, e Ricardo Campos (2005), "Entre subculturas e neotribos: propostas de análise dos circuitos culturais juvenis. O caso da música rap e do hip-hop em Portugal", *Forum Sociológico*, 13-14, pp. 171-189.

Soares, Inês (2004), "Da desorganização social à (não) integração: migrantes de Leste sem abrigo na cidade de Lisboa", *Intervenção Social*, 30, pp. 109-142.

Sousa, Bernardo (2008), "The migratory experience of Portugal", in Joseph Chamie, e Luca Dall'Oglio (ed.), *International Migration and Development. Continuing the Dialogue: Legal and Policy Perspectives*, Genebra, CMS/IOM, pp. 173-179.

Sousa, Liliana, e Madalena Alarcão (2007), "Quem apoia os imigrantes de Leste em Portugal? Um estudo exploratório das suas redes sociais pessoais", *Psychologica*, 45, pp. 171-193.

Sousa, Maria Constança Urbano de (2002), "The new Portuguese immigration act", *European Journal of Migration and Law*, vol. 4, 1, pp. 49-69.

Sousa, Maria do Rosário, Félix Neto, e Etienne Mullet (2005), "Can music change ethnic attitudes among children?", *Psychology of Music*, vol. 33, 3, pp. 304- 316.

Távora-Tavira, Luís, et al (2007), "Infecções sexualmente transmissíveis numa população migrante africana em Portugal: estudo de base resultante do projecto EpiMigra", *Migrações*, 1 (número temático "Imigração e Saúde"), pp. 129-139.

Téchio, Kachia (2006), *Conhecimentos de Alterne. A Outra Diáspora das Imigrantes Brasileiras*, SOCIUS Working Papers, 2, Lisboa, SOCIUS-ISEG.

Téchio, Kachia (2006), *Imigrantes Brasileiros não Documentados. Uma Análise Comparativa entre Lisboa e Madrid*, SOCIUS Working Papers, 1, Lisboa, SOCIUSISEG.

Tiesler, Nina Clara (2000), "Muçulmanos na margem: a nova presença islâmica em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 117-144.

Tiesler, Nina Clara (2001), "No bad news from the European margin: the new Islamic presence in Portugal", *Islam and Christian-Muslim Relations*, vol. 12, 1, pp. 71-91.

Tiesler, Nina Clara (2004), "Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português", *Análise Social*, 173, pp. 827-850.

Tiesler, Nina Clara (2007), "O Islão em espaços lusófonos. Relatos históricos, condições (pós)coloniais e debates actuais", *Lusotopie*, vol. 14 (número temático "Dossier Islão nas Lusofonias"), pp. 91-101.

Tiesler, Nina Clara, e David Cairns (2006), *Little Difference? Young Muslims in the Context of Portuguese Youth*, Working Paper, 8, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

Tiesler, Nina Clara, e David Cairns (2007), "Representando o Islão e a juventude lisboeta. Os muçulmanos portugueses de origem indo-moçambicana", *Lusotopie*, vol. 14 (número temático "Dossier Islão nas Lusofonias"), pp. 223-238.

Vakil, Abdoolkarim (2003), "O Portugal islâmico, o Portugal multicultural e os muçulmanos portugueses: história, memória e cidadania na construção de novas identidades", in Guilhermina Mota (org.), *Minorias Étnicas e Religiosas em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Vakil, Abdoolkarim (2004), "Pensar o Islão: questões coloniais, interrogações pós-coloniais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 17-52.

Vala, Jorge, Diniz Lopes, Marcus Lima e Rodrigo Brito (2002), "Cultural differences and hetero-ethnicization in Portugal: the perceptions of white and black people", Portuguese Journal of Social Science, vol. 1, 2, pp. 111-128.

Valdigem, Catarina (2006), "Brasileiros e ciganos no prime-time português: estudo de caso", Comunicação & Cultura, 1, (número temático "A Cor dos Media"), pp. 99-115.

Valdigem, Catarina (2006), "Usos dos media e identidade: brasileiras num salão de beleza", Media & Jornalismo, 8, pp. 55-78.

Valle, Luísa (2008), "Prémio Empreendedor Imigrante do Ano", Migrações, 3 (número temático "Empreendedorismo Imigrante"), pp. 287-297.

Valle, Luísa, Rosário Farmhouse e Vera Marques (2008), "Reconhecimento de habilitações académicas de médicos e de enfermeiros imigrantes", Migrações, 2 (número temático "Imigração e Mercado de Trabalho"), pp. 171-176.

Ventura, Filomena e Félix Neto (2004), "Dimensões da significação afectiva dos professores perante os alunos oriundos dos PALOP", Psychologica, 37, pp. 203-215.

Villas-Bôas, Maria Xavier (2006), "Brasileiros em Portugal: identidades e integração", Trajectos, 8-9, pp. 65-80.

Vitorino, António (2007), "Imigração: oportunidade ou ameaça? Introdução aos relatórios dos workshops realizados no âmbito do Fórum Gulbenkian Imigração", in António Vitorino (coord.), Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração, Estoril, Principia, pp. 17-43.

Wall, Karin, Cátia Nunes e Ana Raquel Matias (2005), Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories, Main Problems and Policies, Working Paper, 7, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa

Wall, Karin e José São José (2004), Immigrant Families: Managing Work and Care for Young Children, working paper, 2, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

## Relatórios

AA.VV. (2003), Inquérito ao Recrutamento de Trabalhadores Imigrantes, Lisboa, Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

AA.VV. (2004), Relatório Anual de Imprensa. SOS Racismo 2004, Lisboa, SOS Racismo.

AA.VV. (2006), Relatório Anual de Imprensa. SOS Racismo 2005, Lisboa, SOS Racismo

AA.VV. (2007), Os Serviços Sociais ao Serviço da Inclusão Social. O Caso dos Ciganos, Porto Salvo, ERRC/Númena.

ACIDI (2008), Relatório de Actividades 2007, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Alves, Marta, Patrícia Pereira e Otávio Raposo (2004), Rotas Cruzadas: Imigrantes no Coração de Lisboa, Lisboa, Centro de Investigação em Serviço Social em Estudos Interdisciplinares (CISSEI).

Alves, Marta, Patrícia Pereira e Otávio Raposo (2004), Rotas Cruzadas: Imigrantes no Coração de Lisboa, Lisboa, Centro de Investigação em Serviço Social em Estudos Interdisciplinares (CISSEI).

Alves, Susana e Marisa Costa (2004), Imigrantes de Leste na Área Norte do Concelho: Realidade Presente e Perspectivas Futuras, Loures, GARSE/CâmaraMunicipal de Loures, edição electrónica ([www.cmloures.pt/aa\\_ASocial\\_Estudos.asp](http://www.cmloures.pt/aa_ASocial_Estudos.asp)).

Alves, Susana e Marisa Costa (2004), Imigrantes de Leste na Área Norte do Concelho: Realidade Presente e Perspectivas Futuras, Loures, GARSE/CâmaraMunicipal de Loures.

Alvim, Teresa, Paula Brito, Isabel de Castro e Luísa Palha (2005), *Mulheres Migrantes, Duas Faces de uma Realidade*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

AMUCIP (2006), *Tomar a Palavra – Olhares e Falas de Mulheres Ciganas Portuguesas sobre a Família e o Trabalho*, Lisboa, AMUCIP.

AMUCIP (coord.) (2008), *Melhorar a Coesão Social. Guia de Boas Práticas para a Cidadania e o Relacionamento de Pessoas, Instituições e Comunidades Ciganas e não Ciganas*, Seixal, AMUCIP.

Casa do Brasil (2003), *A 2ª Vaga de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003). Estudo de Opinião a Imigrantes Residentes nos Distritos de Lisboa e Setúbal*, Lisboa, Casa do Brasil e Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Comissão Europeia (2007), *Discrimination in the European Union. Special Eurobarometer*, 263.

Comissão Europeia (2008), *Discrimination in the European Union – Perceptions, Experiences and Attitudes. Results for Portugal. Eurobarometer*, 296.

Comissão Europeia (2010), *A integração social e económica dos ciganos na Europa*.

Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2009), *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Lisboa, Assembleia da República.

Conselho Português para os Refugiados (2002), *Diálogos Com Refugiados em Portugal*, Lisboa, Conselho Português para os Refugiados.

Costa, Fernando Marques da (coord.) (2002), *As Populações do Concelho da Amadora: Relações Interétnicas e Representações*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora.

Dias, Carlos Matias, Eleonora Paixão, Maria João Branco e José Marinho Falcão (2008), *A Saúde dos Imigrantes. Inquérito Nacional de Saúde 2005-2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

ECRI (2007), *Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância. Terceiro Relatório sobre Portugal*, Estrasburgo, Comissão Europeia.

*Eurobarometer 67.1: Cultural Values, Poverty and Social Exclusion, Developmental Aid, and Residential Mobility*, February-March 2007

European Commission (2009), *Links between migration and discrimination*, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Fonseca, Maria Lucinda, Sandra Silva, Alina Esteves e Jennifer McGarridge (2009), *MIGHEALTHENET Rede de informação sobre boas práticas em cuidados de saúde para imigrantes e minorias étnicas na Europa - Relatório sobre o Estado da Arte em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográfico.

George, Francisco (coord) (2007), *Health in Portugal 2007*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde.

Guerra, Isabel (coord.) (2002), *Caracterização dos Perfis dos Beneficiários do RMG: Minorias Étnicas*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional (2010a), *Síntese dos Programas e Medidas de Emprego e Formação Profissional*, Janeiro 2010, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Março 2010.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional (2010b), *Síntese dos Programas e Medidas de Emprego e Formação Profissional*, Fevereiro 2010, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Março 2010.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional (2010c), *Síntese dos Programas e Medidas de Emprego e Formação Profissional*, Março 2010, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Abril 2010.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional (2010d), Síntese dos Programas e Medidas de Emprego e Formação Profissional, Abril 2010, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Maio 2010.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional (2010e), Relatório mensal. Execução Física e Financeira. Valores acumulados a 31 de Dezembro de 2009, Instituto do Emprego e da Formação Profissional.

Manfelloto, D. (2002), Case study 5: From Misinformation and Ignorance to Recognition and Care: Immigrants and Homeless in Rome, Italy in Health Systems Confront Poverty, Geneva; WHO Regional Office for Europe.

Martins, Alexandre Cotovio (2006), Diagnóstico sobre a Situação Social dos Imigrantes em Portalegre, Portalegre, Câmara Municipal de Portalegre.

Médicos do Mundo (2007), Inquérito Europeu sobre o Acesso aos Cuidados de Saúde das Pessoas em Situação Irregular, Paris, Observatório Europeu do Acesso aos Cuidados de Saúde de Médicos do Mundo.

Nogueira, José Miguel (coord.) (2008), Estudo aos Modos de Vida da População dos Bairros da Bela Vista, Setúbal, Observatório Social da Bela Vista.

Oliveira, Belkis, e Marylin da Fonseca Oliveira (coord.) (2007), Projecto SIMM “Sensibilização e Integração de Mulheres Migrantes e Marginalizadas – Caminho para a Igualdade de Oportunidades”, Porto, Associação de Solidariedade Internacional.

Peixoto, João (coord.) (2006), Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal, Lisboa, SOCIUSSEG.

Pereira, Ana Patrícia (2005), Imprensa e Imigração no Concelho de Loures, Loures, GARSE/Câmara Municipal de Loures, edição electrónica

Raposo, Otávio Ribeiro (2004), A Inseparabilidade das Experiências Familiares e Económicas: Um Olhar sobre os Jovens do Bairro da Quinta da Fonte, Loures, GARSE/Câmara Municipal de Loures, edição electrónica

Reis, José (coord.) (2007), A Imigração Qualificada: Economia, Sociedade, Pessoas e Territórios, Coimbra, CES-UC.

Rocha, Gilberta (coord.) (2004), Imigrantes nos Açores, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz, Miguel Neves e Annette Bongardt (2006), A Comunidade de Negócios Chinesa em Portugal. Catalisadores da Integração da China na Economia Global, Lisboa, INA.

Rosário, Edite, Luca di Sciullo, Maria Abranches e Tiago Santos (2008), Medir a Integração: O Caso de Portugal. Índice Territorial de Inserção Socioeconómica dos Nacionais de Países Terceiros, Lisboa, OIM.

Santos, Tiago, Catarina Reis de Oliveira, Edite Rosário, Rahul Kumar e Elisabete Brigadeiro (2008), Research Survey on Migrants’ Experiences of Racism and Discrimination in Portugal, Porto Salvo, Númena.

Seabra, Hugo de, e Tiago Santos (2005), A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal. Um Inquérito Científico, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2000), Relatório Estatístico Anual 2000, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2001), Relatório Estatístico Anual 2001, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2002), Relatório Estatístico 2002, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2003), Relatório Estatístico 2003, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2004), Relatório Estatístico 2004, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2005), Relatório Estatístico 2005, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2006), Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações (REM), Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2006), Relatório de Actividades 2006. Imigração, Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2007), Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações (REM), Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2007), Relatório de Actividades 2007. Imigração, Fronteiras e Asilo, Lisboa, SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009), Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2008, Lisboa, SEF.

SOS RACISMO (2001), Ciganos, Números, Abordagens e Realidades, Lisboa.

Teixeira, Ana e Rosana Albuquerque (2005), Active Civic Participation of Immigrants in Portugal, Oldenburg, University of Oldenburg, edição electronic (<http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/9812.html>).

Wall, Karin, e José São José (2003), Immigrant Families, Work and Social Care. A Qualitative Comparison of Care Arrangements in Finland, Italy, the U.K., France and Portugal, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

## Documentos institucionais

Abranches, Maria e Tatiana Alves (2008), Avaliação dos Serviços Nacionais de Apoio ao Imigrante – ACIDI, Lisboa, Organização Internacional para as Migrações.

Abranches, Maria (2006), Avaliação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, Lisboa, Organização Internacional para as Migrações.

ACS – Alto Comissariado da Saúde (ed.) (2008). Health Strategies in Portugal – The National Health Plan 2004-2010. Lisbon: The Office of the High Commissioner for Health.

Alvim, Teresa, Paula Brito, Isabel de Castro e Luísa Palha (2005), Mulheres Migrantes, Duas Faces de uma Realidade, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

AMUCIP (2006), Tomar a Palavra – Olhares e Falas de Mulheres Ciganas Portuguesas sobre a Família e o Trabalho, Lisboa, AMUCIP.

AMUCIP (coord.) (2008), Melhorar a Coesão Social. Guia de Boas Práticas para a Cidadania e o Relacionamento de Pessoas, Instituições e Comunidades Ciganas e não Ciganas, Seixal, AMUCIP.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2008), I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), Lisboa, CIG.

Conselho Português para os Refugiados (2002), Diálogos Com Refugiados em Portugal, Lisboa, Conselho Português para os Refugiados.

Fonseca, Maria Lucinda e Monica Goracci (coord.) (2007), Mapa de Boas Práticas: Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal, Lisboa, Organização Internacional para as Migrações e Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Fonseca, Maria Lucinda, Jorge Macaísta Malheiros e Sandra Silva (2005), “Portugal”, in Jan Niessen, Yongmi Schibel e Cressida Thompson (eds.), Current Immigration Debates in Europe: A Publication of the European Migration Dialogue, Bruxelas/Lisboa, Migration Policy Group/CEG-UL.

Fundación Secretariado Gitano (2007), Guia para a Intervenção com a Comunidade Gitana nos Serviços de Saúde, Madrid, Fundación Secretariado Gitano.

Fundación Secretariado Gitano (2008), Guia de Motivação para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional das Mulheres Ciganas, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza.

Guerra, Isabel, Joaquim M. Mota, e Roberto Carneiro (2006), Imigração, Desenvolvimento e Coesão Social em Portugal: Parecer Face ao Anteprojecto de Proposta de Lei que Regula as Condições de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Português, Lisboa, Conselho Económico e Social.

Malheiros, Jorge Macaísta (org.) (2006), Integração Social e Profissional de Imigrantes, Refugiados e Minorias Étnicas, Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL.



Médicos do Mundo – Portugal (2007), “Projectos nacionais. Intervenção junto de pessoas imigrantes e sem-abrigo”, in Médicos do Mundo – Portugal, Relatório de Actividades 2006, Lisboa, Médicos do Mundo, pp.18-27.

Melo, Adosinda e Maria Antónia Fidalgo (2000), *Eu, Cigano Sempre: Histórias de Vida*, Lisboa, Ministério da Educação.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2001), *Diagnóstico e Prospectiva a Curto Prazo das Necessidades de Mão-de-Obra em Portugal*, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Niessen, Jan, Thomas Huddleston e Laura Citron (org.) (2007), *Index de Políticas de Integração de Imigrantes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Noronha, Maria Helena (2003), *A Escola é uma Esperança. Sugestões para Famílias de Etnia Cigana*, Lisboa, Secretariado Entreculturas.

OCDE (2007), *The Labour Market Integration of Immigrants in Portugal*, Paris, OCDE.

OCDE (2008), *Jobs for Immigrants, volume 2, Labour Market Integration in Belgium, France, The Netherlands and Portugal*, Paris, OCDE.

Oliveira, Belkis (2007), *Imigração: Guia de Orientação para Agentes Sociais e Migrantes*, Porto, Associação de Solidariedade Internacional.

Oliveira, Belkis (coord.) (2007), *Factores Preditores de Empregabilidade de Migrantes*, Porto, Associação de Solidariedade Internacional.

Pereira, Júlio (2002), “Direito à emigração e imigração com direitos”, *Revista do Ministério Público*, 90, pp. 113-123.

Pinto, Henrique (2004), *Sem-Abrigo e Imigração: Olhares sobre a Realidade em Portugal*, Lisboa, Padrões Culturais.

Portugal (2008), *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, Portugal 2008-2010*.

Programa Escolhas (2006), *Escolhas, Diversidade em Acção: um Ano em Movimento. Programa Escolhas 2ª Geração*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

Reis, Fernanda (coord.) (2000), *Palavra e Comunicação: a Arte da Escrita pela Minoria Cigana*, Lisboa, Secretariado Diocesano de Lisboa da ONPC.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio de 2007. Plano para a Integração dos Imigrantes.

Rita, José Palma e Paula Lopes Rita (2004), “A escola no caminho da fixação dos imigrantes do Leste no interior do país. Constrangimentos e desafios”, *Sociedade e Trabalho*, 19/20, pp. 45-60.

Rodrigues, Anabela Miranda (2000), “O papel dos sistemas legais e a sua harmonização para a erradicação das redes de tráfico de pessoas”, *Revista do Ministério Público*, 84, pp. 15-29.

Santos, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Madalena Duarte e Maria Ioannis Baganha (2007), *Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual*, Lisboa, CIDM.

Simões, Euclides Dâmaso (2002), “Tráfico de pessoas: breve análise da situação em Portugal. Notícia do novo protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional”, *Revista do Ministério Público*, 91, pp. 81-93.

## Teses de doutoramento

Albuquerque, Rosana (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.

Antunes, Marina Manuela (2003), *Estrela d'África, um Bairro Sensível: um Estudo Antropológico sobre Jovens na Cidade da Amadora*, Lisboa, ISCTE.

Backstrom, Bárbara (2006), *Saúde e Imigrantes: As Representações e as Práticas sobre a Saúde e a Doença na Comunidade Cabo-verdiana em Lisboa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

- Cabecinhas, Rosa (2002), *Racismo e Etnicidade em Portugal. Uma Análise Psicossociológica da Homogeneização das Minorias*, Braga, Universidade do Minho
- Cardoso, Sílvia Maria (2008), *O Dualismo Cultural: Os Luso-Cabo-Verdianos entre a Escola, a Família e a Comunidade (Estudo de Caso)*, Braga, Universidade do Minho.
- Carvalhais, Isabel Estrada (2003), *The Dynamics of Political Integration of Non-National Residents in Portugal*, Warwick, University of Warwick.
- Cordeiro, Ana Paula dos Santos (2005), *Diversidade e Coesão Social: Políticas de Integração de Imigrantes e Minorias Étnicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Esteves, Alina (2004), *Imigração e Cidades: Geografias de Metrópoles MultiÉtnicas – Lisboa e Washington D.C.*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Khan, Sheila (2003), *African Mozambican Immigrants: Narrative of Immigration and Acculturation Strategies in Portugal and England*, Warwick, University of Warwick.
- Lima, Marcus Eugênio (2002), *Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra-Humanização dos Negros*, Lisboa, ISCTE.
- Machado, Igor (2003), *Cárcere Público: Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Magalhães, Maria Inês de Mello (2001), *Cidadania Intercultural: uma Utopia do Presente? Lisboa em Transição: do "Centro" de um Império Colonial Ultramarino para a Semi-Periferia no Âmbito da União Europeia. A Cidadania Europeia e a Emergência Político-Cultural das Minorias Étnicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2001), *Arquipélagos Migratórios. Transnacionalismo e Inovação*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Mapril, José (2008), *"Modernidade" do Sacrifício Qurban: Lugares e Circuitos entre Bangladeshis em Lisboa*, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.
- Meleiro, Maria Bernardete (2004), *Imigrantes, uma Nova Face da Sociedade Portuguesa: um Estudo de Caso no Concelho de Barcelos*, Braga, Universidade do Minho.
- Mendes, Maria Manuela (2007), *Representações Face à Discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.
- Nogueira, Maria Rebelo Accioly (2005), *Estudos em Branco e Negro: Modelos de Redução do Preconceito Inter-Étnico na Infância*, Lisboa, ISCTE.
- Oien, Cecilie (2007), *Pathways of Migration: Perceptions of Home and Belonging Among Angolan Women in Portugal*, Manchester, University of Manchester.
- Pereira, Cícero (2007), *Preconceito, Normas e Sociais e Justificações da Discriminação: o Modelo da Discriminação Justificada*, Lisboa, ISCTE.
- Pinto, Maria da Conceição Paninho (2004), *Intimidade em Adolescentes de Diferentes Grupos Étnicos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Pires, Heldemerina Samutelela (2002), *Desenvolvimento e Adaptação Académica em Estudantes Universitários dos PALOP*, Évora, Universidade de Évora.
- Sant'ana, Helena Maurício (2008), *Migrantes Hindus em Portugal. Percursos Femininos: Trajetos, Margens e Poderes*, Lisboa, ISCTE.
- Seabra, Teresa (2008), *Desempenho Escolar, Desigualdades Sociais e Etnicidade. Os Descendentes de Imigrantes Indianos e Cabo-Verdianos no Ensino Básico em Portugal*, Lisboa, ISCTE.
- Silva, Maria do Carmo Vieira da (2002), *Discriminatio Subtilis. O Estudo de Três Classes Multiculturais*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

## Teses de mestrado

Alexandre, Joana Dias (2003), *Ciganos, Senhores e Galhardos. Um Estudo sobre Percepções e Avaliações Intergrupais na Infância*, Lisboa, ISCTE.

Andrade, Ana Sofia Faria (2005), *Migrações: a Promoção da Língua Portuguesa e da Leitura como Factor de Cidadania e de Inserção Social*, Porto, Universidade Aberta.

Andrade, Marta Travassos de (2004), *Hora di Bai: Novas Tendências dos Fluxos de Emigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Antunes, Célia (2003), *Unidade e Diversidade: Processos de Desenvolvimento das Identidades Timorenses em Portugal*, Lisboa, ISCTE.

Antunes, Sónia Marina Lopes (2008), *Construir o Que Não é Herdado: Casos de Sucesso Escolar na Minoría Cigana*, Lisboa, ISCTE.

Barbosa, Carlos Elias (2006), *Vozes e Olhares de Fronteira: os Filhos de Imigrantes Cabo-Verdianos nos Bairros Alto da Cova da Moura e 6 de Maio*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Calado, Pedro Miguel da Cruz (2007), *Não Percebes o Hip Hop: Geografia, (Sub) Culturas e Territorialidade*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Campos, Conceição de Vasconcelos (2001), *Um Olhar sobre a Escola: Crianças em Risco de Exclusão por Factores Familiares, Sociais e Étnicos*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Cardoso, Maria Carolina (2000), *Da Guiné a Portugal. Percursos de Integração de Guineenses no Porto*, Porto, Universidade Aberta.

Carreiro, Maria João (2006), *Contributo para o Estudo do Transnacionalismo Migrante: O Caso das Associações de Migrantes Guineenses*, Lisboa, ISCTE.

Carvalho, João Miguel Duarte (2007), *A Política de Imigração do Estado Português entre 1991 e 2004*, Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.

Carvalho, Xénia Venusta de (2004), *Identidade e Memória na Comunidade Israelita de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Cassis, Filomena (2000), *O Abandono Escolar na Outurela: Factores e Percursos. Um Estudo Exploratório*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa. [tese de mestrado] [F. 14]

Clara, Dália Sofia (2000), *Minorias Étnicas e Educação. O Caso dos Ciganos da Guarda e da Covilhã*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Coelho, Fernanda Maria (2000), *Socialização e Minorias Culturais: Estatutos Sociais entre Pares de Alunos que Frequentam o 5º e o 8º Anos de Escolaridade*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Conceição, Adriano Borges Neto (2001), *Acesso das Grávidas aos Cuidados de Saúde: o Caso das Mulheres Oriundas dos PALOP e das Mulheres Portuguesas do Concelho de Águeda*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Cordeiro, Ana Rita (2000), *Um Estudo sobre as Dinâmicas de Participação Social na Comunidade Outurela-Portela*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

Correia, Daniela Sofia (2004), *Os Imigrantes do Leste Europeu e o Papel da Educação nas suas Reconfigurações Identitárias*, Porto, Universidade do Porto.

Correia, João Manuel (2004), *A Evolução do Pensamento Cigano sobre a Escola: Estudo de uma Comunidade*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Costa, Teresa Carvalho (2008), *“Si Canua Kan’kadjá Nona Tchiga”. Trajectórias, Experiências e Narrativas Pessoais no Presente Migratório*, Lisboa, ISCTE.

Cruz, Maria de Fátima (2000), *A Escolarização em Zonas de Intervenção Prioritária: o Ponto de Vista das Crianças*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Curtinhal, Elisabete Maria de Almeida (2008), *“Deus é Brasileiro”. Vivências Religiosas e o Quotidiano entre Imigrantes Brasileiros Católicos e Evangélicos*, Lisboa, ISCTE.

- Damas, Adelina da Graça (2004), *Comunidades Migrantes, Criminalidade e Integração Social – Estudo de Caso do Programa de Policiamento de Proximidade no Bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Diogo, Maria de Fátima (2004), *As Perspectivas dos Professores em Relação às Minorias Étnicas*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Dionísio, Elsa Louro (2007), *Políticas Locais e Acção Colectiva dos Imigrantes da Europa de Leste no Concelho de Lisboa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Duarte, Sofia dos Santos (2001), *A Mediação entre as Normas do Instituído e os Interesses do Grupo: um Estudo Etno-Sociológico numa Escola com Características Multiculturais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Fernandes, João José (2000), *O Doente de Etnia Cigana. Uma Visão dos Enfermeiros*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Fernandes, Marta Monteiro (2006), *Pertenças Identitárias de Jovens do Casal da Boba*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Ferreira, Júlio Flávio (2008), *Da Imigração à Patologia: Biomedicina, Transculturalidade e Controlo*, Lisboa, ISCTE.
- Ferreira, Maria da Graça Reis (2004), *Processos de Inclusão de Crianças de Origem Estrangeira no Ensino Básico: o Caso da Escola do 1º CEB de Caxinas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Ferreira, Tatiana (2008), *Identidade, Etnicidade e Nacionalidade. Os Novos Luso-Africanos*, Lisboa, ISCTE.
- Fonseca, Ana Cristina Menezes (2006), *Atitudes dos Reclusos Lusos e Ciganos Face ao Ensino Recorrente*, Porto, Universidade Aberta.
- Godinho, Susana Cristina Miguel (2008), *Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*, Lisboa, ISCTE.
- Gomes, Inês Mendes (2004), *A Imigração em Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Guimarães, Maria de Fátima Marques (2004), *Atitudes das Crianças Lusas e Ciganas na Escola*, Porto, Universidade Aberta.
- Guimil, Maria Hormigo (2003), *O Meu Bairro Fica no Mundo: Práticas de Educação para o Desenvolvimento em Contexto Multicultural no Clube Terra Colorida*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Harouna, Dieng Amadou (2003), *Uma Travessia: a Comunidade Mouride de Lisboa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Kolarova, Marina Aleksandrova (2005), *Migrações Internacionais e Mercados de Trabalho na União Europeia Alargada: Entre Centro e Periferia. O Caso de Portugal*, Lisboa, ISCTE.
- Leal, António (2005), *Identidades e Estratégias de Integração Social dos Jovens Portugueses de Origem Africana*, Lisboa, ISCTE.
- Leal, Carla Sofia Sales (2003), *A Migração de Enfermeiros Espanhóis e a Gestão dos Recursos Humanos dos Hospitais Portugueses*, Lisboa, ISCTE.
- Lima, Marculino Silva (2007), *e-Government em Portugal – O Caso dos Serviços para a Imigração*, Lisboa, ISCTE.
- Loução, Sandra Carvalho (2002), *Multiculturalidade e (In)Disciplina na Sala de Aula: Um Estudo de Caso*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lourenço, Inês Margarida Barbosa (2003), *Reflexões Antropológicas em Contexto Pós-Colonial: a Comunidade Hindu de Santo António dos Cavaleiros*, Lisboa, ISCTE.
- Machado, Maria do Carmo (2001), *Escola Básica e Mestria Linguística: Três Percursos de Vida*, Lisboa,
- Marinho, Cristina (2005), *Racismo Flagrante e Subtil: o Efeito de Variáveis Sócio-Cognitivas na Expressão do Racismo em Crianças Lusas de 9-10 Anos*, Lisboa, ISCTE.

- Marques, Ana Sofia (2007), *Imigrantes Bangladesianos no Martim Moniz: Recursos de Classe e Recursos Étnicos na Construção de uma Economia Étnica*, Lisboa, ISCTE.
- Martins, Filipa A. M. Oliveira (2006), *Etnias Diferentes não Produzem Resultados Diferentes no Sucesso Escolar*, Lisboa, ISCTE.
- Martins, Lina Susana Rodrigues (2007), *Um Olhar sobre o (In)Sucesso Escolar na Diversidade Cultural: Estudo de Caso*, Porto, Universidade Aberta.
- Matias, Ana (2007), *Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa sobre a Comunidade Chinesa. Interacção Multissecular via Macau*, Lisboa, ISCTE.
- Mendes, Marco Paulo Bessa (2005), *Educação de Adultos na Escola do 1º Ciclo: o Caso de Ensino Recorrente de Alunos de Etnia Cigana*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Mendes, Maura (2008), *Mulheres em Diáspora – Narrativas Identitárias de Mulheres Imigrantes em Portugal*, Porto, FPCEUP.
- Moisés, Inácia Maria (2000), *O Rendimento Mínimo Garantido no Combate à Pobreza e Exclusão Social: Estudo Efectuado nos Bairros Ribeira e Fonte dos Passarinhos na Cidade da Amadora*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Moreno, Maria Filomena (2001), *Estereótipos de Género em Crianças de Etnia Cigana*, Porto, Universidade Aberta.
- Mourão, Maria de Fátima (2002), *Os Ciganos e a Escola. Contribuição para o Estudo das Identidades de Grupos Socioculturais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Mouro, Carla (2003), *Estratégias de Gestão da Identidade e Percepção de Variabilidade Intragrupal em Adolescentes Portugueses de Origem Caboverdiana*, Lisboa, ISCTE.
- Nishiwaki, Yasuhiro (2005), *Desenvolvimento Histórico da Política de Imigração em Portugal e na Europa: Diversidade e Convergência*, Lisboa, ISCTE.
- Nogueira, Marcela da Silva (2003), *Relações Interétnicas em Escolas Portuguesas: Estatuto, Favoritismo Endogrupal e Percepção de Variabilidade em Adolescentes de Origem Africana e de Origem Portuguesa*, Lisboa, ISCTE.
- Nunes, Cátia (2009), *Percursos migratórios no feminino: mulheres brasileiras em Portugal*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Oliveira, Elisabete Rute Lima (2007), *Atitudes dos Alunos Brancos em Relação a Alunos Negros*, Porto, Universidade Aberta.
- Oliveira, Francine Rodrigues de (2008), *As Migrações Externas e as Questões Laborais no Discurso do Jornal Público*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Oliveira, Maria Paula (2005), *Percursos Migratórios e Integração Social. Os Ucrânios no Concelho de Leiria: Estudo de Caso*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Oliveira, Mónica Marques de (2006), *O Ensino do Português a Adultos Imigrantes: Orientações e Práticas*, Braga, Universidade do Minho.
- Oliveira, Nuno (2001), *Portugal, País de Imigração, a Política de um Imaginário. Representações da Imigração no Discurso Político Nacional*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Palma, Ana Paula (2000), *Filhos da Madrugada. Estudo sobre as Não-Estratégias da Animação Social e Cultural com a Comunidade Cigana nos Centros Comunitários no Distrito de Setúbal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Perista, Pedro (2005), *Ucrânios na Área Metropolitana de Lisboa. Perfis, Cenários de Permanência e Integração*, Lisboa, ISCTE.
- Pinho, Filipa (2001), *Migrações e Processos Comunicacionais. O Caso dos Brasileiros em Portugal*, Lisboa, ISCTE.
- Pires, Aníbal da Conceição (2003), *Ser Imigrante em Terra de Emigrantes: As Representações dos Imigrantes Face às Estratégias de Acolhimento e Integração da Sociedade Receptora*, Lisboa, Universidade Aberta.

Pires, Gisela Marta Costa (2005), *Cálculo Mental das Crianças Ciganas: Ideias Silenciosas a Serem Ouvidas*, Porto, Universidade Aberta.

Pires, Sónia (2000), *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a Diferenciação do Percorso Escolar: Jovens de Origem Cabo-Verdiana versus Jovens de Origem Hindu-Indiana*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Raposo, Otávio Ribeiro (2007), *Representa Red Eyes Gang: das Redes de Amizade ao Hip Hop*, Lisboa, ISCTE.

Rodrigues, Vera (2008), *Ethnic Identity of Second-Generation Immigrants in Portugal*, Londres, London School of Economics and Political Science.

Rosa, Cláudia Soares Carvalho (2007), *Saúde Mental em Contexto Migratório: Um Estudo na Região de Lisboa*, Lisboa, Universidade Aberta.

Rosa, Gisela Gracias Ramos (2002), *Olhar a Diferença: Percorso Antropológico pelas Imagens das Margens Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta.

Santos, Mónica (2006), *Migrações, Mobilidade e Globalização. Imigrantes do Leste Europeu em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Silva, Ana Margarida de Oliveira e (2000), *União Europeia: Cidadania e Imigração*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Silva, Maria da Luz Azevedo (2001), *Famílias Ciganas: Morfologias, Processos de Interação e Transformação Cultural*, Porto, Universidade Aberta.

Silva, Maria Meireles Coelho (2003), *Perspectiva Intercultural dos Estereótipos de Género nas Profissões*, Porto, Universidade Aberta.

Silva, Patrícia Azevedo (2008), *Para Lá do Prejuízo. Análise das Narrativas de Identidade e Reconstrução de Subjectividades em Mulheres Brasileiras na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, ISCTE.

Silva, Saul Marques da (2002), *As Margens da Europa. Situação das Minorias Étnicas no Contexto da UE: o Caso do Povo Cigano*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Soares, Paula Cristina (2001), *Práticas Culturais Ciganas. Da Reprodução à Reapropriação*, Porto, Universidade Aberta.

Togni, Paula Christofolletti (2008), *Os Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração*, Lisboa, ISCTE.

Ventura, Filomena da Silva (2001), *Atitudes de Professor Perante o Aluno Oriundo dos PALOP*, Porto, Universidade Aberta.

Ventura, Maria da Conceição (2004), *A Experiência da Criança Cigana no Jardim de Infância*, Braga, Universidade do Minho.

Villas-Bôas, Maria Xavier (2004), *Redescobrimo o Brasil. Processos Identitários de Brasileiros em Portugal*, Lisboa, ISCTE.

Virgílio, Abel Simões (2000), *As Atitudes dos Parceiros Educativos Face aos Grupos Étnicos Minoritários*, Lisboa, Universidade Aberta.

## Legislação

### Geral

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007.  
Plano para a Integração dos Imigrantes.

## **Regime de Estrangeiros**

### **Portaria n.º 760/2009, de 16 Julho**

Adopta medidas excepcionais quanto ao regime que fixa os meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para a entrada e permanência em território nacional.

### **Portaria n.º 395/2008**

Aprova o modelo de declaração de entrada de estrangeiros, nos termos da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

### **Portaria n.º 396/2008**

Aprova o modelo de título de viagem para os cidadãos estrangeiros residentes no país na qualidade de refugiados.

### **Portaria n.º 397/2008**

Aprova o modelo de vinheta autocolante para a concessão de prorrogação de permanência de cidadãos estrangeiros em território nacional e revoga a Portaria n.º 1025/99, de 22 de Novembro.

### **Portaria n.º 398/2008**

Aprova o modelo do documento de viagem a emitir para cidadão nacional de Estado terceiro que seja objecto de medida de expulsão e que não disponha de documento de viagem e revoga a Portaria n.º 664/99, de 18 de Agosto.

### **Portaria n.º 399/2008**

Aprova o modelo de salvo-conduto a emitir nos termos e condições previstos no artigo 26.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, e revoga a Portaria n.º 662/99, de 18 de Agosto.

### **Portaria n.º 1079/2007, de 10 de Dezembro**

A portaria conjunta dos Ministérios da Administração Interna e da Educação estabelece a idade mínima e máxima da concessão de visto de residência para frequência do ensino secundário.

### **Portaria n.º 1563/2007 de 11 de Dezembro**

Define os meios de subsistência de que os cidadãos estrangeiros devem dispor para entrada, permanência ou residência em território nacional.

### **Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro**

Regulamenta a lei 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional.

### **Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho**

A presente Lei define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração.

### **Portaria n.º 727/2007, 6 de Setembro**

Fixa as taxas e os demais encargos a cobrar pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no decorrer da Nova Lei de Estrangeiros, Lei 23/2007 de 4 de Julho.

### **Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro**

O presente diploma legal visa alterar o Decreto-Lei N.º 244/1998, de 8 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei N.º 97/1999, de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro, que aprova as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

### **Decreto-Regulamentar n.º 6/2004, 26 de Abril**

O Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, veio definir o novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português.

**Lei 37/2006, de 9 de Agosto**

Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

**Portaria 1637/2006, 17 de Outubro**

Aprova os modelos de certificado de registo, do documento de residência permanente de cidadão da União Europeia e do cartão de residência de familiar de cidadão da União Europeia, em conformidade com o disposto na Lei 37/2006, de 9 de Agosto.

**Decreto-Lei n.º 60/93, 3 de Março**

Regime especial de entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros nacionais de Estados membros da União Europeia, incluindo familiares destes e de cidadãos portugueses. (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/98 de 11 de Agosto).

**Portaria n.º 665/99, 18 de Agosto**

Fixa as taxas devidas pela emissão e renovação dos títulos de residência.

**Portaria n.º 27-A/2002 (Rectificações)**

Fixa as taxas a cobrar pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Revoga a Portaria n.º 72/99, de 29 de Janeiro.

**Portaria n.º 605-A/2005 de 21 de Julho**

Aprova as alterações às taxas a aplicar no âmbito do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto.

**Portaria n.º 529/2003 (Rectificações)**

Aprova a aplicação informática que contém o suporte magnético do boletim de alojamento, previsto no n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro.

**Resolução do Conselho de Ministros (RCM n.º 21/2010, de 26 de Março)**

Foi publicada no Diário da República, uma Resolução do Conselho de Ministros (RCM n.º 21/2010, de 26 de Março) que aprova o contingente global indicativo de oportunidades de emprego para a admissão em território nacional de cidadãos estrangeiros de Estados Terceiros para o exercício de actividade profissional subordinada.

**Fronteiras**

Decisão n.º 896/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Junho de 2006

Estabelece um regime simplificado de controlo de pessoas nas fronteiras externas, baseado no reconhecimento unilateral pelos Estados-Membros para efeitos de trânsito pelos seus territórios de determinadas autorizações de residência emitidas pela Suíça e pelo Liechtenstein.

**Regime de Asilo****Lei n.º 27/08, de 30 de Junho**

Estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, e 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro.

**Lei 20/2006, de 23 de Junho**

Aprova disposições complementares do quadro jurídico-legal sobre asilo e refugiados, assegurando a plena transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2003/9/CE, do Conselho, de 27 de Janeiro, que estabelece as normas mínimas em matéria de acolhimento de requerentes de asilo nos Estados membros.



**Lei n.º 15/98, 26 de Março**

Estabelece um novo regime jurídico-legal em matéria de asilo e de refugiados.

**Trabalho****Lei n.º 99/03 de 27 de Agosto**

Aprova o Código do Trabalho.

**Lei n.º 35/2004 de 29 de Julho de 2004**

Regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho.

**Nacionalidade****Lei da Nacionalidade**

Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, com entrada em vigor a 15 de Dezembro de 2006.

**Estatuto de Igualdade****Resolução da Assembleia da República 83/2000 de 14 de Dezembro**

Aprova o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000.

**Decreto do Presidente da República n.º 79/2000 de 14 de Dezembro**

Ratifica o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000.

**Decreto-Lei n.º 154/2003, 15 de Julho**

Regulamenta a aplicação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, no que respeita ao regime processual de atribuição e registo do estatuto de igualdade aos cidadãos brasileiros residentes em Portugal.

**Passaportes****Decreto-Lei 138/2006, de 26 de Julho**

Altera o Decreto-Lei 83/2000 de 12 de Maio, que aprova o regime legal de concessão e emissão do passaporte electrónico português.

**Decreto-Lei 139/2006, de 26 de Julho**

Altera o Decreto-Lei 86/2000 de 12 de Maio, que regula a organização e o funcionamento do sistema de informação do passaporte electrónico português.

**Decreto-Lei n.º 83/2000, 11 de Maio**

Aprova o novo regime legal da concessão e emissão dos passaportes.

**Decreto-Lei n.º 108/04 de 11 de Maio (alteração ao Decreto-Lei n.º 83/00 de 11 de Maio)**

Alteração à saída de menores e atribuição de passaportes especiais aos trabalhadores dos quadros únicos dos serviços externos do MNE.

**Decreto-Lei n.º 86/2000, 12 de Maio**

Aprova o regime legal que regulamenta a base de dados de emissão dos passaportes.

## **Associações Internacionais**

### **Decreto-Lei n.º 594/74 de 7 de Novembro**

Reconhece e regulamenta o direito de associação.

### **Acórdão 589/2004 (Rectificações)**

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 13.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, relativa à promoção e constituição de associações internacionais em Portugal.

## **Saúde**

### **Decreto n.º 32/2003**

Aprova o Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa entre os Estados membros dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília em 30 de Julho de 2002.

### **Decreto n.º 36/2003**

Aprova o Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília em 30 de Julho de 2002.

### **Decreto-Lei n.º 173/2003**

Taxas Moderadoras.

### **Decreto-Lei n.º 67/2004**

Cria um registo nacional de menores estrangeiros que se encontrem em situação irregular no território nacional.

### **Decreto-Lei n.º 70/2000**

Descrição: Alterações à Lei n.º 4/84, de 5 de Abril e republicação rectificadora (Protecção da maternidade e paternidade).

### **Despacho**

Descrição: Esclarece eventuais dúvidas e determina as medidas de acesso de cidadãos de países estrangeiros aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

Circulares Informativas sobre o Direito aos Cuidados de Saúde dos Estrangeiros Residentes em Portugal

**Circular Informativa n.º 14/DSPCS de 02/04/2002**

**Circular informativa n.º 48/DSPCS de 30/10/2002**

**Circular informativa n.º 65/DSPCS de 26/11/2004**

## **Legislação para a igualdade e contra a discriminação racial**

### **Nacional**

Constituição da República Portuguesa

Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio – Transpõe a Directiva Raça

Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto – Proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica

Decreto-Lei n.º 86/2005, de 2 de Maio – Conflitos de competência positivos ou negativos das Inspeções-Gerais

Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho- Regime Jurídico da actividade de inspecção, auditoria e fiscalização dos serviços da administração directa e indirecta do Estado

Código Penal - Crimes Racistas – art. 131º, 132º, 143º, 145º, 180º, 181º, 240º, 251º e 252º

Lei n.º 20/96, de 6 de Julho - Constituição de Assistente em processo penal no caso de crime racista ou xenófobo

Lei 99/2003, de 27 de Agosto - Código de Trabalho – arts. 22º a 26º, 620º e 642º

Lei Orgânica do ACIDI; - Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio

Estatuto do Mediador Socio-Cultural – Lei 105/2001, de 31 de Agosto

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro - Código do Procedimento Administrativo – art. 5º

Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto – Lei da Televisão - Artigo 24.º

Decreto- Lei n.º 61/97, de 25 de Março - Código da Publicidade - n.º1 e alínea d) do n.º2 art. 7º

Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto – Lei dos Partidos Políticos – art. 20º

Lei 16/04, de 11 de Maio - Medidas Preventivas e Punitivas a adoptar em caso de Manifestações de Violência Associadas ao Desporto – n.º 6 do art. 18º

Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pelas leis n.º93 A/ 97 de 22 de Agosto e n.º29/98 de 26 de Junho e 98/2001 de 25 de Agosto – Lei do Regime de Uso e Porte de Arma – n.º 2 e n.º 3 do art. 1º

Despacho do Ministro da Administração Interna n.º 8684/99, de 20 de Abril de 1999 - Regulamento das Condições Materiais de Detenção de Estabelecimentos Policiais – 10.2

Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal – Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto; - al. b) do art. 6º

Regime Jurídico-Legal em Matéria de Asilo e de Refugiados - Lei n.º 15/ 98, de 26 de Março – n.º 2 do art. 1º

## **Internacional**

Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial

Convenção sobre o Cibercrime

Protocolo Adicional à Convenção sobre o Cibercrime Relativo à Incriminação de Actos de Natureza Racista e Xenófoba Praticados Através de Sistemas Informáticos - Resolução da Assembleia da República n.º 91/2009, de 15 de Setembro e Decreto do Presidente da República n.º 94/2009, de 15 de Setembro

## **Observatórios e instituições que trabalham na área**

### **Nacionais**

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. ACIDI  
<http://www.acidi.gov.pt/>

Amnistia Internacional Portugal  
<http://www.amnistia-internacional.pt/>

APAV – Associação de Apoio à Vítima  
[www.apav.pt](http://www.apav.pt)

Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP)  
<http://www.madrugada-cigana.com/amucip.htm>

Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável  
<http://www.ajpas.org/website/>

Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural (APPPT)  
[http://www.psicologia.com.pt/profissional/entidades/ver\\_entidades.php?id=210&grupo=1](http://www.psicologia.com.pt/profissional/entidades/ver_entidades.php?id=210&grupo=1)

Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI)  
[http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/PCM/ACIDI/pt/SER\\_centros+nacionais+de+apoio+ao+imigrante++cnai.htm?tab=3](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/PCM/ACIDI/pt/SER_centros+nacionais+de+apoio+ao+imigrante++cnai.htm?tab=3)

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)  
<http://www.cig.gov.pt/>

Comissão Episcopal da Mobilidade Humana  
<http://www.ecclesia.pt/ocpm/>

CIGA-Nos!  
<http://www.ciga-nos.pt/>

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)  
<http://www.cicdr.pt/>

Espaço T - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária  
<http://www.espacot.pt/>

Fundação Aga Khan - Portugal  
[http://www.akdn.org/portugal\\_home.asp](http://www.akdn.org/portugal_home.asp)

Fundação Calouste Gulbenkian  
<http://www.gulbenkian.pt/>

Grupo Imigração e Saúde - GIS (Rede Imigração e Saúde)  
[Grupo Imigração e Saúde](#)

Mercado Social de Emprego  
[http://portal.iefp.pt/portal/page?\\_pageid=277,1&\\_dad=gov\\_portal\\_iefp&\\_schema=GOV\\_PORTAL\\_IEFP](http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=277,1&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP)

Númena (Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas)  
<http://www.numena.org.pt/>

Obra Católica das Migrações portuguesa

Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos  
<http://www.portal.ecclesia.pt/instituicao/pub/65/default.asp?jornalid=65>

Observatório da Imigração Português (ACIME)  
[www.oi.acime.gov.pt](http://www.oi.acime.gov.pt)

Plataforma Imigração  
<http://www.plataformaimigracao.org/>

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres  
<http://plataformamulheres.org.pt>

Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano  
<http://www.kcidade.com/>

Programa Entreculturas  
<http://www.entreculturas.pt/Bagagem.aspx?to=132>

Programa Escolhas  
<http://www.programaescolhas.pt/>

Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano  
<http://www.gulbenkian.pt/index.php?section=154>

Rede de Jovens para a Igualdade  
<http://redejovensigualdade.org.pt/>

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
<http://www.sef.pt/portal/v10/PT/aspx/page.aspx>

SOS Racismo  
<http://www.sosracismo.pt/>

União das Misericórdias Portuguesas  
<http://www.ump.pt/ump/>

### **Internacionais**

Amnesty International  
<http://www.amnesty.org/>

Centro de Atención a las Migraciones de Granadilla de Abona

Centro Europeu de Estudios sobre Flujos Migratorios  
[www.flujosmigratorios.org](http://www.flujosmigratorios.org)

Council of Europe  
[http://www.coe.int/t/dg3/migration/default\\_en.asp](http://www.coe.int/t/dg3/migration/default_en.asp)  
[http://www.coe.int/T/DG3/RomaTravellers/Default\\_en.asp](http://www.coe.int/T/DG3/RomaTravellers/Default_en.asp)  
[http://www.coe.int/T/E/Social\\_cohesion/HDSE/](http://www.coe.int/T/E/Social_cohesion/HDSE/)

European Migration Network (EMN)  
<http://emn.sarenet.es/html/index.html>

European Programme for Integration and Migration (EPIM)  
<http://www.epim.info/>

European Union Agency for fundamental rights  
[http://fra.europa.eu/fraWebsite/home/home\\_en.htm](http://fra.europa.eu/fraWebsite/home/home_en.htm)

FEmiPol (Integration of Female Immigrants in Labour Market and Society)

Forced Migration Online  
<http://www.forcedmigration.org/>

Grupo de Estudios de Inmigración y Minorías Étnicas  
<http://selene.uab.es/cedime>

HERMES (European Researchers in Migration and Ethnic Studies)

Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Universidad Pontificia Comillas  
[www.upcomillas.es/iem](http://www.upcomillas.es/iem)

International Centre for Migration and Health  
<http://www.icmh.ch/>

International Migration, Integration and Social Cohesion (IMISCOE)  
<http://www.imiscoe.org/index.html>

International Organization for Migration (IOM)

<http://www.iom.int/jahia/jsp/index.jsp>

Laboratorio de Estudios Interculturales de la Universidad de Granada

<http://idei.ugr.es>

Mighealthnet

[www.mighealth.net.pt](http://www.mighealth.net.pt)

MIPEX – Migrant Integration Policy Index

<http://www.integrationindex.eu/>

Observatorio de la Inmigración de Tenerife

[www.obiten.net](http://www.obiten.net)

Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia de la Ciudad de Madrid

[www.munimadrid.es](http://www.munimadrid.es)

Observatorio Permanente de la Inmigración del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales de España

<http://extranjeros.mtas.es>

Observatorio Permanente de la Inmigración de Mistala

Observatorio Permanente de la Inmigración de la Universidad Jaime I, Castellón

[www.uji.es/CA/uji/org/opi.html](http://www.uji.es/CA/uji/org/opi.html)

Observatorio y Seminario Permanente de la Inmigración de la Universidad de Alicante

Observatorio Socioeconómico Permanente de la Inmigración en Asturias

[www.odina.info](http://www.odina.info)

Observatorio Valenciano de las Migraciones

[www.ceim.net](http://www.ceim.net)

Observatorio Vasco de la Inmigración

[www.ikuspegi.org](http://www.ikuspegi.org)

RAXEN Network (RACism and Xenophobia Network)

<http://www.efms.uni-bamberg.de/>

Rede Europeia das Migrações

<http://rem.sef.pt/forms/content.aspx?MenuID=1&Publico=1>

## **Associações de apoio a imigrantes**

AACILUS – Associação de Apoio à Cidadania Lusófona

ADIME – Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnicas

AFRUNIDO – Associação Sócio-Desportiva e Cultural

AGENOVA – Associação Geração Nova

AGUINENSO – Associação Guineense de Solidariedade Social

AICA - Associação dos Imigrantes do Concelho de Almada

APALGAR – Associação de Amizade dos PALOP no Algarve

ASLI – Associação Apoio sem Limite

ASSIA – Associação de Solidariedade Social de Imigrantes Adventistas

Associação Brasileira de Portugal

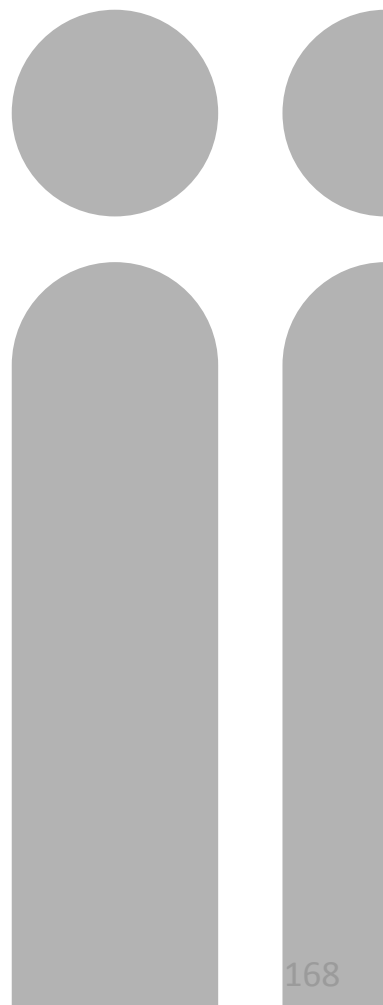
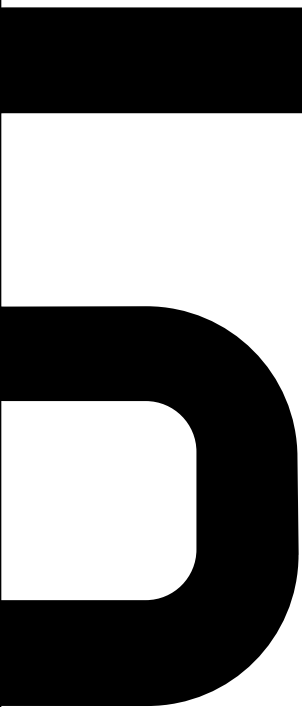
Associação Cabo-Verdiana de Setúbal

Associação Cabo-Verdiana do Norte de Portugal  
Associação Cultural Moinho da Juventude  
Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade “Mulher Migrante”  
Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude  
Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura  
Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira  
Associação dos Amigos do Príncipe  
Associação dos Cidadãos da Guiné Conakri Residentes em Portugal  
Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA  
Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal  
Associação dos Ucrânianos em Portugal  
Associação Espaço Jovem  
Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho  
ASSOMADA – Associação de Solidariedade Social Assomada  
AUIPB – Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque  
CAPELA – Centro de Apoio a População Emigrante do Leste e Amigos  
Casa de Angola em Coimbra – ONGD  
Casa de Moçambique  
Casa do Brasil  
Casa Lusófona – ONGD  
Centro Cultural Moldavo  
Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica  
Clube Filipino  
Comunidade Romena  
EDINSTVO – Associação dos Imigrantes dos Países do Leste  
FRATIA – Associação dos Imigrantes Romenos e Moldavos  
Liga dos Chineses em Portugal  
MORABEZA – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento  
QUIZOMBA – Associação Recreativa e Cultural dos Residentes nos Municípios de Amadora e Sintra  
Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes  
União da Juventude Angolana em Portugal – UJAP

## **Associações de ciganos**

ACAJUCI – Associação Cristã de Apoio à Juventude Cigana  
Associação das Mulheres e Crianças Ciganas Portuguesas  
Associação para o Desenvolvimento da Etnia Cigana  
Associação Social, Recreativa e Cultural Cigana de Águeda  
Associação Social, Recreativa e Cultural Cigana de Espinho  
Associação União Romani Portuguesa  
FECALP - Federação Calhim Portuguesa

# Anexos





# Indicadores de pobreza numa perspectiva de género

## EDU 1 – Participação feminina na educação terciária

		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
DE	Alemanha	..	74	71	72	73	77	80	84	87	90	93	95	96	98	98
AT	Austria	85	84	86	87	89	92	94	95	97	100	104	108	111	113	114
BE	Belgica	92	93	93	96	97	98	100	102	105	109	109	112	113	114	117
FR	França	112	113	116	119	120	122	121	122	121	119	118	118	121	122	122
LU	Luxemburgo	..	..	..	..	..	..	100	100	107	107	..	..	..	114	..
NL	Países Baixos	79	80	83	85	86	89	90	93	95	97	100	102	103	104	104
UK	Reino Unido	91	93	95	98	100	104	102	107	111	114	117	120	123	127	133
IE	Irlanda	83	85	89	93	93	97	102	107	112	115	118	121	123	126	123
DK	Dinamarca	99	103	105	103	105	108	122	120	125	129	132	130	135	138	137
FI	Finlândia	107	109	112	113	113	112	111	112	115	117	116	117	118	115	115
SE	Suécia	..	117	..	..	..	..	123	126	129	136	139	144	147	148	147
ES	Espanha	103	104	105	107	104	111	112	112	113	113	112	110	113	113	117
EL	Grécia	99	101	103	98	88	98	94	92	100	101	100	105	105	104	107
IT	Italia	94	98	98	102	106	110	112	117	121	123	125	127	129	129	128
PT	Portugal	126	126	126	128	132	131	130	133	127	127	130	133	133	130	128
BG	Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	158	156	147	134	129	117	112	110
CY	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	126	128	127	133	138	121	98	92
CZ	República Checa	..	..	..	..	..	..	..	89	93	99	99	100	105	103	105
EE	Estonia	..	..	..	..	..	..	..	126	131	137	141	151	159	160	162
HU	Hungria	..	..	..	..	..	..	..	116	117	118	117	121	124	131	134
LV	Letónia	..	..	..	..	..	..	..	145	143	160	173	162	160	161	165
LT	Lituânia	..	..	..	..	..	..	..	145	152	150	150	149	153	150	150
MT	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..	..	106	114	121	132	132	127
PL	Polónia	..	..	..	..	..	..	..	..	132	133	135	138	138	137	136
RO	Roménia	..	..	..	..	..	..	..	100	100	104	108	115	119	119	121
SK	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	101	104	107	102	105	109	113	118
SI	Eslovénia	..	..	..	..	..	..	..	128	123	127	128	128	136	128	132
EU 15		..	94	..	..	..	..	104	107	109	111	113	114	116	117	119
EU 25		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	119	120	121

Fonte: EUROSTAT: Education across Europe

## EDU 2 – Frequência de algum curso (educação ou formação)

		1995		2000		2001		2005	
		M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	22	20	19	18	..	..	15	12
AT	Austria	23	17	26	18	..	..	21	20
BE	Belgica	12	11	21	17	..	..	23	20
FR	França	17	12	17	14	..	..	8	8
LU	Luxemburgo	15	10	19	15	..	..	16	12
NL	Países Baixos	27	21	27	21	..	..	17	14
UK	Reino Unido	30	21	33	24	..	..	14	12
IE	Irlanda	16	14	18	16	..	..	20	18
DK	Dinamarca	34	30	32	31	..	..	25	26
FI	Finlandia	32	25	29	23	..	..	16	24
SE	Suécia	26	25	22	24	..	..	23	25
ES	Espanha	14	15	13	16	..	..	6	9
EL	Grécia	8	10	9	8	..	..	7	4
IT	Italia	12	11	13	16	..	..	7	7
PT	Portugal	9	12	7	8	..	..	9	8
BG	Bulgaria	..	..	..	..	6	7	5	5
CY	Chipre	..	..	..	..	14	18	7	9
CZ	República Checa	..	..	..	..	21	21	12	9
EE	Estonia	..	..	..	..	19	23	12	15
HU	Hungria	..	..	..	..	16	19	10	10
LV	Letónia	..	..	..	..	18	18	11	14
LT	Lituânia	..	..	..	..	18	19	8	13
MT	Malta	..	..	..	..	18	21	17	15
PL	Polónia	..	..	..	..	12	11	9	9
RO	Roménia	..	..	..	..	11	8	10	10
SK	Eslováquia	..	..	..	..	17	15	14	16
SI	Eslovénia	..	..	..	..	20	20	18	14
EU 15		20	16	20	18	..	..	15	15
EU 25		..	..	..	..	..	..	14	14

Fonte: European Foundations Working Conditions Survey

## EDU 3 – Utilização da internet

		1997		1999		2000		2001		2003		2007	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	11	6	11	7	25	17	38	23	52	39	69,6	52,7
AT	Austria	12	8	13	8	35	20	42	23	60	40	66,9	53,9
BE	Belgica	7	5	12	9	29	18	33	26	54	38	71,4	54,3
FR	França	5	3	9	7	22	17	31	21	45	35	66,1	55,8
LU	Luxemburgo	13	11	22	20	44	30	44	40	63	45	74,6	58,0
NL	Países Baixos	23	10	42	28	59	41	73	59	68	56	90,5	83,3
UK	Reino Unido	12	8	25	18	47	33	52	39	60	46	71,9	63,6
IE	Irlanda	6	5	15	10	28	23	39	32	46	40	58,1	60,4
DK	Dinamarca	22	10	48	40	60	46	70	58	71	61	81,4	79,2
FI	Finlandia	22	12	41	34	52	44	52	46	62	56	76,1	74,0
SE	Suécia	30	23	60	50	67	55	72	60	74	63	86,0	80,6
ES	Espanha	4	2	9	7	18	13	35	22	55	44	57,2	43,0
EL	Grécia	5	2	6	4	14	9	21	10	27	17	35,9	25,8
IT	Italia	8	3	17	9	29	15	37	28	57	33	59,7	41,6
PT	Portugal	3	2	6	5	15	9	23	15	25	17	49,9	28,5
BG	Bulgaria	..	..	..	..	..	..	..	..	19	15	39,0	35,9
CY	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	41,4	35,8
CZ	República Checa	..	..	..	..	..	..	..	..	37	28	61,4	53,2
EE	Estonia	..	..	..	..	..	..	..	..	51	44	70,2	62,6
HU	Hungria	..	..	..	..	..	..	..	..	22	18	42,0	40,8
LV	Letónia	..	..	..	..	..	..	..	..	26	27	48,9	46,5
LT	Lituânia	..	..	..	..	..	..	..	..	25	22	49,9	43,5
MT	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..	53	44	51,1	38,1
PL	Polónia	..	..	..	..	..	..	..	..	26	20	48,4	42,3
RO	Roménia	..	..	..	..	..	..	..	..	24	18	42,8	32,4
SK	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	35	25	62,3	53,5
SI	Eslovénia	..	..	..	..	..	..	..	..	44	35	61,0	53,3
EU 15		10	5	17	12	31	21	41	28	54	40	66,4	53,4
EU 25		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	64,0	52,0

Fonte: Eurobarometer, European Quality Life Survey

## MTR 1 – Diferenciação salarial por género (“gender pay gap”)

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DE	Alemanha	21	21	21	22	19	21	21	22	23	23	22	22
AT	Austria	22	20	22	21	21	20	20	..	17 a)	18	18	20
BE	Belgica	12	10	10	9	11	13	12	..	..	6	7	7 a)
FR	França	13	13	12	12	12	13	14	13	12	12	12	11 a)
LU	Luxemburgo	19	19	19	18	17	15	16	17	15	14	14	14
NL	Países Baixos	23	23	22	21	21	21	19	19	18	19	18	..
UK	Reino Unido	26	24	21	24	22	21	21	23 a)	22	22	16 c)	21
IE	Irlanda	20	21	19	20	22	19	17	..	14 a)	11 b)	9 a)	9
DK	Dinamarca	15	15	13	12	14	15	15	18 a)	18	17	18	17
FI	Finlandia	..	17	18	19	19	17	17	20 a)	20	20	20	20
SE	Suécia	15	17	17	18	17	18	18	17	16	17	16	16
ES	Espanha	13	14	14	16	14	15	17	21 a)	18	15	13 a)	13
EL	Grécia	17	15	13	12	13	15	18	17	11 a)	10	9 a)	10
IT	Italia	8	8	7	7	8	6	6	..	..	7 a)	9	..
PT	Portugal	5	6	7	6	5	8	10	8	9	5 a)	9	8 a)
BG	Bulgaria	..	..	..	..	..	..	22	21	18	16	15	14
CY	Chipre	29	28	27	26	27	26	26	25	25	25	25	24 a)
CZ	República Checa	..	21	21	25	22	22	20	19	19	19	19	18
EE	Estonia	27	27	28	26	26	25	24	24	24	24	25	..
HU	Hungria	22	23	24	23	21	21	20	16	12	14	11	11
LV	Letónia	..	..	..	20	20	20	16	16	16	14	16	16
LT	Lituânia	27	22	23	22	16	16	16	16	17	16	15	16
MT	Malta	..	..	..	..	..	11	9	6	4	4	4	3
PL	Polónia	..	..	..	..	15	..	12	11	11	10	10	12
RO	Roménia	21	24	24	20	17	17	18	17	18	14 a)	13	10
SK	Eslováquia	..	..	..	..	23	22	23	27	23	24	24	22
SI	Eslovénia	14	15	14	11	14	12	11	9	7 a)	8 a)	8 a)	8 a)
EU 25		17	17	16	17	16	16	16	16	15	15	15	15

Fonte: EUROSTAT, European Community Household Panel, EU Survey on Income and Living conditions. National sources

## MTR 2 – Taxa de desemprego

	1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
DE Alemanha	5,1	8,2	6,5	9,4	7,1	9,8	7,0	9,4	8,1	9,5	9,1	10,4	8,6	9,7	8,1	8,9	7,5	8,1	7,8	7,9	8,8	8,4	10,0	9,2	8,7	10,5	8,8	10,3	7,7	9,2
AT Austria	..	..	3,1	5,0	3,0	4,9	3,1	5,0	3,7	5,2	3,7	5,4	3,8	5,4	3,4	4,7	3,1	4,3	3,2	4,2	4,1	4,5	4,2	4,6	4,4	5,3	4,9	5,5	4,4	5,2
BE Bélgica	5,1	10,0	6,7	11,5	7,7	12,7	7,6	12,7	7,4	12,5	7,3	11,9	7,7	11,6	7,3	10,3	5,6	8,5	6,0	7,6	6,7	8,2	7,8	8,5	7,5	9,5	7,6	9,5	7,5	9,2
FR França	8,1	12,4	9,7	13,2	10,2	13,8	9,5	13,5	10,2	13,9	10,2	13,7	9,7	13,4	9,1	12,7	7,6	11,2	7,0	10,3	7,7	10,0	8,3	10,6	8,7	10,6	8,8	10,6	8,2	10,0
LU Luxemburgo	1,7	2,8	2,2	3,3	2,6	4,1	2,0	4,3	2,2	4,2	2,0	3,9	1,9	4,0	1,8	3,3	1,8	3,1	1,7	2,7	2,1	3,9	2,7	5,1	3,7	7,1	3,5	5,8	3,6	6,4
NL Países Baixos	4,1	7,2	5,4	7,5	6,0	7,9	5,5	8,1	4,8	7,7	3,7	6,6	3,0	5,0	2,3	4,4	2,2	3,8	2,0	3,1	2,5	3,0	3,6	4,0	4,3	4,8	4,4	5,1	3,5	4,4
UK Reino Unido	11,5	7,5	11,9	7,6	11,0	7,1	9,9	6,7	9,3	6,3	7,7	5,8	6,9	5,3	6,5	5,1	5,9	4,8	5,5	4,4	5,6	4,5	5,5	4,3	5,0	4,2	5,1	4,3	..	..
IE Irlanda	15,1	16,0	15,4	16,0	14,2	14,6	12,2	12,5	11,5	11,8	9,9	9,9	7,7	7,3	5,7	5,5	4,3	4,3	4,0	3,8	4,6	4,0	4,9	4,2	4,9	4,1	4,6	4,0	4,5	4,2
DK Dinamarca	8,0	9,2	9,3	9,9	7,1	8,5	5,6	8,1	5,3	7,5	4,4	6,2	3,9	6,0	4,4	5,4	4,1	4,8	3,9	4,9	4,4	4,7	5,3	6,0	5,1	6,0	4,4	5,3	3,2	4,5
FI Finlândia	13,6	9,6	18,1	14,4	18,1	14,8	15,7	15,1	14,3	14,9	12,3	13,0	10,9	12,0	9,8	10,7	9,1	10,6	8,6	9,7	9,1	9,1	9,2	8,9	8,7	8,9	8,2	8,6	7,4	8,1
SE Suécia	6,6	4,4	10,7	7,3	10,8	7,8	9,7	7,8	10,1	9,0	10,2	9,5	8,4	8,0	6,6	6,8	5,9	5,3	5,2	4,5	5,3	4,6	6,0	5,2	6,5	6,1	7,5	7,4	6,9	7,3
ES Espanha	11,7	21,0	15,5	24,1	16,2	26,1	14,9	25,3	14,4	24,4	13,1	23,4	11,2	21,8	9,0	18,7	7,9	16,7	7,5	15,4	8,0	16,4	8,2	15,9	8,0	14,3	7,0	12,2	6,4	11,6
EL Grécia	5,0	12,9	5,7	13,6	6,0	13,7	6,2	14,1	6,1	15,2	6,4	15,2	7,1	16,7	7,8	17,8	7,2	16,7	6,9	15,5	6,6	15,0	5,9	14,2	6,6	16,2	6,1	15,3	..	..
IT Itália	6,3	13,0	7,5	14,5	8,5	15,4	8,8	16,1	8,9	15,9	8,9	16,1	9,0	16,1	8,6	15,5	8,0	14,3	7,3	12,9	7,0	12,2	6,7	11,6	6,4	10,5	6,2	10,1	..	..
PT Portugal	3,6	5,1	4,8	6,7	6,1	7,9	6,5	8,2	6,5	8,2	6,1	7,6	4,1	6,4	3,9	5,2	3,3	5,1	3,2	5,1	4,2	6,1	5,4	7,2	5,8	7,6	6,7	8,7	6,3	8,6
BG Bulgária	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	16,7	16,2	20,0	18,4	18,5	17,0	13,9	13,2	12,5	11,5	10,3	9,8	8,6	9,3
CY Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3,2	7,8	2,9	6,4	3,0	4,9	4,0	5,1	3,6	6,0	4,3	6,5	4,2	5,6
CZ República Checa	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7,3	10,3	10,4	6,7	6,0	9,0	6,2	9,9	7,1	9,9	6,5	9,8	5,8	9,0
EE Estónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	13,4	11,5	11,5	12,0	10,1	8,9	10,2	10,0	10,4	8,9	8,8	7,1	5,7	5,4
HU Hungria	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	6,8	5,6	6,1	4,9	6,0	5,1	6,0	5,5	6,1	6,1	7,0	7,4	7,2	7,9
LV Letónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	14,4	12,9	14,2	11,5	13,6	11,4	10,3	10,7	10,6	10,2	9,1	8,7	7,6	6,1
LT Lituânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	17,9	13,4	18,4	13,8	13,7	13,4	12,1	13,3	11,0	11,8	8,2	8,3	6,2	5,6
MT Malta	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	6,6	7,8	6,2	8,0	6,5	9,6	6,8	11,3	6,6	9,0	6,5	9,0	6,5	9,2
PL Polónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	14,6	18,6	17,1	20,2	19,0	20,7	18,6	20,0	18,2	19,9	16,6	19,1	13,1	15,1
RO Roménia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7,2	6,3	6,9	6,2	7,8	7,1	6,9	6,2	9,1	6,9	7,8	6,4	..	..
SK Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	16,6	16,9	18,9	18,9	18,6	18,9	16,8	17,4	17,4	19,2	15,5	17,2	12,3	14,7
SI Eslovénia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7,0	6,7	6,8	7,1	7,3	7,5	7,0	7,1	5,8	6,8	6,1	7,0	5,0	7,2
EU 15	7,8	10,5	9,1	11,4	9,4	11,9	9,0	11,7	9,1	11,7	8,9	11,6	8,2	11,1	7,5	10,2	6,7	9,2	6,5	8,6	6,9	8,7	7,4	9,0	7,1	9,3	7,0	9,0	6,5	8,4
EU 25	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7,7	10,2	7,6	9,7	8,1	9,9	8,3	10,0	8,1	10,2	7,9	9,8	7,0	8,9

Fonte: EUROSTAT, European Labour Force Survey

### MTR 3 – Previsão de perda do emprego

		2003		2007	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	7,5	6,9	6,4	5,8
AT	Austria	4,2	5,8	1,2	5,3
BE	Belgica	7,1	5,6	3,8	9,3
FR	França	9,1	9,8	11,4	10,8
LU	Luxemburgo	7,7	9,3	3,1	6,7
NL	Países Baixos	2,0	3,6	4,2	2,9
UK	Reino Unido	6,7	6,3	8,4	8,3
IE	Irlanda	6,1	6,6	5,9	3,9
DK	Dinamarca	8,6	8,4	8,3	10,6
FI	Finlandia	7,0	8,8	10,9	16,1
SE	Suécia	9,1	8,0	6,3	5,4
ES	Espanha	6,4	14,6	6,4	11,5
EL	Grécia	11,3	13	7	10,3
IT	Italia	5,5	8,5	6,4	10,3
PT	Portugal	13,2	11,2	12,2	10,3
BG	Bulgaria	50,2	54,3	20,1	24,6
CY	Chipre	12,9	12,1	8,5	10,5
CZ	República Checa	15,3	17,0	6,0	14,7
EE	Estonia	19,6	21,4	9,4	9,4
HU	Hungria	9,1	8,7	8,4	8,1
LV	Letónia	35,5	21,9	9,1	16,9
LT	Lituânia	31,7	32,4	16,1	21,4
MT	Malta	9,1	6,2	4,4	2,7
PL	Polónia	17,3	18,2	13,0	9,0
RO	Roménia	16,0	19,7	9,8	15,7
SK	Eslováquia	19,2	18,6	12,6	14,7
SI	Eslovénia	10,7	7,4	8,4	9,3
EU 15		7,2	8,2	7,4	8,6
EU 25		8,6	9,6	7,9	9,0

Fonte: European Quality of Life Survey

### MTR 4 – Expectativa quanto à situação laboral

		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	23	15	21	19	17	10	19	13	15	11	19	12	18	14
AT	Austria	20	20	23	15	21	16	16	15	19	17	22	25	23	16
BE	Belgica	30	22	27	20	19	17	25	19	18	17	25	14	23	19
FR	França	29	27	32	28	33	37	32	33	30	26	30	31	28	30
LU	Luxemburgo	31	22	26	25	27	16	23	17	19	18	26	17	20	13
NL	Países Baixos	30	24	36	28	28	24	32	27	23	19	29	16	27	23
UK	Reino Unido	28	24	32	22	33	23	31	24	35	29	34	28	30	26
IE	Irlanda	37	29	29	25	23	21	33	22	29	27	37	32	35	28
DK	Dinamarca	23	22	25	23	23	23	26	23	18	19	24	20	22	21
FI	Finlandia	22	21	26	22	18	18	21	16	17	17	15	16	17	19
SE	Suécia	30	31	35	38	28	26	29	30	23	23	28	25	30	31
ES	Espanha	35	29	33	27	33	26	31	28	31	27	34	23	32	25
EL	Grécia	32	29	35	28	26	23	21	18	29	25	26	20	21	16
IT	Italia	34	29	34	30	36	27	30	27	29	22	31	22	32	24
PT	Portugal	36	29	25	20	26	19	17	14	20	16	14	11	15	9
BG	Bulgaria	..	..	..	..	..	..	13	8	17	15	20	12	16	14
CY	Chipre	..	..	..	..	..	..	15	15	24	17	15	18	17	14
CZ	República Checa	..	..	..	..	..	..	19	12	20	13	13	14	21	19
EE	Estonia	..	..	..	..	..	..	27	20	25	16	33	27	31	30
HU	Hungria	..	..	..	..	..	..	24	21	19	19	19	14	15	13
LV	Letónia	..	..	..	..	..	..	34	25	28	23	32	28	35	29
LT	Lituânia	..	..	..	..	..	..	20	12	31	23	29	26	32	25
MT	Malta	..	..	..	..	..	..	31	32	33	21	27	32	30	17
PL	Polónia	..	..	..	..	..	..	18	18	21	27	17	17	27	18
RO	Roménia	..	..	..	..	..	..	42	35	29	14	33	25	39	35
SK	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	25	16	15	22	23	18	26	21
SI	Eslovénia	..	..	..	..	..	..	26	22	30	37	21	17	19	15
EU 15		29	24	30	25	28	23	27	23	26	21	28	22	26	22
EU 25		..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	27	21	26	22

Fonte: Eurobarometer

## MTR 5 – Chega muito cansado(a) a casa após o trabalho

		2003		2007	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	30,4	21,3	36,3	42,4
AT	Austria	20,7	19,9	47,1	42,7
BE	Belgica	25,8	26,9	32,3	42,0
FR	França	25,6	18,9	49,0	44,3
LU	Luxemburgo	20,0	18,6	40,0	46,2
NL	Países Baixos	18,0	20,6	36,7	37,6
UK	Reino Unido	30,8	29,6	49,9	55,1
IE	Irlanda	22,0	23,6	41,5	51,5
DK	Dinamarca	15,2	21,6	39,3	41,8
FI	Finlandia	14,3	14,7	39,1	48,2
SE	Suécia	22,9	27,8	41,7	51,2
ES	Espanha	28,9	35,4	57,7	58,1
EL	Grécia	34,6	36,8	69,9	75,6
IT	Italia	25,5	30,0	37,3	36,2
PT	Portugal	36,8	38,7	41,8	51,2
BG	Bulgaria	34,2	42,7	65,9	64,5
CY	Chipre	32,7	35,4	63,3	75,2
CZ	República Checa	35,8	22,7	60,3	55,1
EE	Estonia	35,4	39,0	56,2	67,9
HU	Hungria	39,9	35,5	65,9	57,9
LV	Letónia	57,6	57,7	58,2	63,5
LT	Lituânia	38,3	36,4	53,9	52,3
MT	Malta	25,1	25,6	56,0	64,1
PL	Polónia	47,2	40,4	55,3	59,4
RO	Roménia	38,0	37,0	69,3	59,2
SK	Eslováquia	42,6	34,1	44,4	46,1
SI	Eslovénia	36,3	40,9	49,6	60,0
EU 15		27,3	25,8	44,6	46,6
EU 25		29,7	27,5	46,5	48,2

Fonte: Euroean Quality of Life Survey

## MTR 6 – O emprego retira tempo à família

		1996		2001		2002		2003		2007	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	20,1	17,2	19,4	14,7	..	..	30,4	21,3	22,8	25,9
AT	Austria	30,6	16,9	16,0	10,4	..	..	20,7	19,9	37,2	24,2
BE	Belgica	12,8	11,6	11,6	12,8	..	..	25,8	26,9	24,0	33,4
FR	França	29,7	23,0	25,2	22,5	..	..	25,6	18,9	18,3	16,1
LU	Luxemburgo	30,4	22,6	24,7	17,1	..	..	20,0	18,6	25,4	22,7
NL	Países Baixos	14,7	8,2	10,9	4,2	..	..	18,0	20,6	31,9	26,1
UK	Reino Unido	23,9	17,6	17,1	15,3	..	..	30,8	29,6	28,9	28,2
IE	Irlanda	20,9	23,0	10,1	9,1	..	..	22,0	23,6	26,4	22,8
DK	Dinamarca	19,8	13,8	12,7	9,9	..	..	15,2	21,6	18,7	24,0
FI	Finlandia	24,3	12,6	19,3	15,1	..	..	14,3	14,7	19,0	20,5
SE	Suécia	23,4	21,9	19,1	19,6	..	..	22,9	27,8	17,2	19,9
ES	Espanha	32,2	33,0	22,5	20,2	..	..	28,9	35,4	40,3	34,7
EL	Grécia	42,5	42,0	33,0	34,2	..	..	34,6	36,8	44,5	47,9
IT	Italia	23,3	16,5	21,6	23,6	..	..	25,5	30,0	27,0	19,3
PT	Portugal	26,4	26,3	14,4	11,6	..	..	36,8	38,7	27,1	31,1
BG	Bulgaria	..	..	..	..	20,2	23,9	34,2	42,7	48,6	41,5
CY	Chipre	..	..	..	..	13,5	21,8	32,7	35,4	39,1	44,2
CZ	República Checa	..	..	..	..	15,8	15,4	35,8	22,7	43,2	33,4
EE	Estonia	..	..	..	..	25,0	22,8	35,4	39,0	32,0	34,6
HU	Hungria	..	..	..	..	38,9	32,1	39,9	35,5	38,6	42,7
LV	Letónia	..	..	..	..	21,0	17,1	57,6	57,7	48,5	45,8
LT	Lituânia	..	..	..	..	24,9	21,7	38,3	36,4	43,1	36,1
MT	Malta	..	..	..	..	23,5	12,8	25,1	25,6	29,3	29,4
PL	Polónia	..	..	..	..	25,3	23,1	47,2	40,4	41,6	46,0
RO	Roménia	..	..	..	..	23,0	20,1	38,0	37,0	49,5	42,5
SK	Eslováquia	..	..	..	..	20,3	19,0	42,6	34,1	32,5	29,0
SI	Eslovénia	..	..	..	..	19,8	10,2	36,3	40,9	40,9	44,9
EU 15		24,4	19,5	17,9	15,7	..	..	27,3	25,8	27,2	25,1
EU 25		..	..	..	..	..	..	29,7	27,5	29,3	27,4

Fonte: Eurobarometer

## REC 1 – Taxa de pobreza monetária

		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	13	16	12	16	11	13	10	12	10	12	10	11	..	..	..	..	..	..	..	..	12	14
AT	Austria	12	15	12	16	11	14	11	15	10	14	9	14	..	..	..	..	12	14	11	14	11	13
BE	Belgica	15	17	14	17	13	15	12	15	11	14	12	14	12	15	..	..	14	16	14	16	14	15
FR	França	15	16	14	16	14	16	14	15	15	16	15	16	12	13	12	13	12	13	13	14	12	14
LU	Luxemburgo	11	13	11	11	11	12	12	13	12	13	12	12	12	13	..	..	9	11	11	11	13	13
NL	Países Baixos	11	12	11	12	10	11	10	10	10	11	10	11	11	12	11	12	12	12	..	..	11	11
UK	Reino Unido	19	22	16	20	16	19	17	21	18	21	16	21	17	19	17	19	17	19	..	..	18	19
IE	Irlanda	17	20	18	21	18	20	18	20	17	20	19	21	20	23	..	..	19	21	19	23	19	21
DK	Dinamarca	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	11	12	11	11	12	12
FI	Finlandia	..	..	8	9	8	9	8	11	9	12	9	13	10	12	11	12	11	12	11	11	11	13
SE	Suécia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	10	12	..	..	10	12	9	10
ES	Espanha	19	19	18	18	20	21	18	18	18	19	17	19	17	20	18	21	18	20	19	21	19	21
EL	Grécia	21	22	21	21	21	22	20	22	20	21	19	20	19	22	..	..	20	21	19	21	18	21
IT	Italia	19	21	19	21	19	20	17	19	18	18	18	19	19	20	..	..	..	..	18	20	17	21
PT	Portugal	21	24	20	22	20	23	19	22	19	22	19	22	20	20	..	..	..	..	20	22	20	21
BG	Bulgaria	..	..	..	..	..	..	..	..	..	13	15	14	17	12	15	12	16	13	17	..	..	
CY	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	14	17	..	..	15	18	
CZ	República Checa	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	7	8	..	..	..	..	..	..	10	11	
EE	Estonia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	17	19	17	19	17	19	17	20	19	21	17	19
HU	Hungria	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	11	12	11	12	9	10	12	12	..	..	14	13
LV	Letónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	17	16	..	..	..	..	..	..	..	..	18	20
LT	Lituânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	17	17	18	17	..	..	..	..	..	..	20	21
MT	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	15	15	..	..	..	..	..	..	..	..	14	15
PL	Polónia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	16	16	16	15	..	..	..	..	..	..	21	20
RO	Roménia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	17	18	17	17	18	18	17	18	18	18	18	18
SK	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	13	13
SI	Eslovénia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	11	12	10	12	9	11	9	11	..	..	..	..
EU 15		16	18	15	18	15	17	14	16	15	17	15	16	..	..	..	..	14	17	15	18	15	17
EU 25		..	..	..	..	..	..	14	16	15	17	15	17	15	17	..	..	14	16	15	17	15	17

Fonte: European Community Household Panel Survey, European Social Survey

## REC 2 – Incapacidade de pagar contas

		2007	
		M	F
DE	Alemanha	15,6	11,5
AT	Austria	9,0	12,6
BE	Belgica	15,4	19,8
FR	França	9,1	8,8
LU	Luxemburgo	4,5	5,9
NL	Países Baixos	5,5	8,0
UK	Reino Unido	12,2	11,8
IE	Irlanda	9,3	9,0
DK	Dinamarca	5,9	3,8
FI	Finlandia	12,1	11,5
SE	Suécia	3,9	2,8
ES	Espanha	12,2	8,6
EL	Grécia	15,9	21,1
IT	Italia	17,7	21,9
PT	Portugal	10,0	16,2
BG	Bulgaria	21,3	29,2
CY	Chipre	31,9	28,6
CZ	República Checa	9,2	8,2
EE	Estonia	10,2	10,8
HU	Hungria	23,1	29,0
LV	Letónia	14,5	18,6
LT	Lituânia	13,1	16,3
MT	Malta	5,4	10,0
PL	Polónia	17,6	25,7
RO	Roménia	22,2	26,5
SK	Eslováquia	16,7	12,6
SI	Eslovénia	9,2	11,2
EU 15		12,8	12,6
EU 25		13,3	14,0

Fonte: European Quality of Life Survey

## FAM 1 – Partilha de responsabilidades familiares

		2003		2007	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	44,0	36,0	3,0	18,1
AT	Austria	53,0	42,0	5,9	38,9
BE	Belgica	11,0	47,0	8,3	45,8
FR	França	6,0	67,0	5,8	67,7
LU	Luxemburgo	11,0	75,0	10,7	71,3
NL	Países Baixos	8,0	31,0	6,0	35,7
UK	Reino Unido	9,0	33,0	8,6	34,8
IE	Irlanda	16,0	57,0	10,6	46,0
DK	Dinamarca	4,0	15,0	6,0	15,9
FI	Finlandia	2,0	12,0	3,9	14,8
SE	Suécia	8,0	34,0	4,0	30,6
ES	Espanha	7,0	36,0	2,8	42,0
EL	Grécia	6,0	39,0	2,8	33,5
IT	Italia	5,0	21,0	5,1	25,1
PT	Portugal	4,0	28,0	6,1	25,2
BG	Bulgaria	7,0	27,0	6,5	38,3
CY	Chipre	4,0	27,0	4,7	39,6
CZ	República Checa	1,0	24,0	1,5	22,2
EE	Estonia	8,0	26,0	4,5	24,1
HU	Hungria	7,0	28,0	7,3	26,7
LV	Letónia	6,0	28,0	6,3	16,9
LT	Lituânia	11,0	30,0	3,4	16,7
MT	Malta	11,0	38,0	6,1	38,8
PL	Polónia	7,0	33,0	3,7	32,6
RO	Roménia	14,0	29,0	14,5	36,7
SK	Eslováquia	9,0	31,0	6,7	28,3
SI	Eslovénia	4,0	21,0	4,2	24,8
EU 15		15,0	37,0	5,1	35,5
EU 25		13,0	36,0	5,0	34,3

Fonte: Eucpean Quality of Life Survey

## FAM 2 – Tempo dedicado à família

		2003		2007	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	72,0	73,0	80,9	81,5
AT	Austria	77,0	78,0	67,9	76,8
BE	Belgica	74,0	77,0	76,3	79,0
FR	França	68,0	68,0	65,1	70,6
LU	Luxemburgo	86,0	89,0	78,5	77,3
NL	Países Baixos	75,0	83,0	69,6	73,3
UK	Reino Unido	70,0	77,0	74,9	82,5
IE	Irlanda	81,0	84,0	80,2	89,1
DK	Dinamarca	70,0	72,0	67,0	73,1
FI	Finlandia	69,0	75,0	72,3	72,3
SE	Suécia	75,0	73,0	73,5	76,4
ES	Espanha	86,0	84,0	79,5	81,6
EL	Grécia	83,0	85,0	88,2	90,3
IT	Italia	74,0	76,0	75,3	82,6
PT	Portugal	62,0	66,0	70,7	70,7
BG	Bulgaria	78,0	77,0	77,2	79,0
CY	Chipre	67,0	73,0	88,7	96,3
CZ	República Checa	83,0	86,0	82,5	87,7
EE	Estonia	73,0	81,0	75,0	80,4
HU	Hungria	72,0	76,0	76,8	72,5
LV	Letónia	63,0	67,0	70,2	70,6
LT	Lituânia	73,0	69,0	69,8	72,8
MT	Malta	79,0	79,0	77,0	86,1
PL	Polónia	79,0	86,0	82,0	83,7
RO	Roménia	73,0	72,0	72,3	77,8
SK	Eslováquia	78,0	83,0	80,7	86,2
SI	Eslovénia	71,0	75,0	68,3	75,4
EU 15		74,0	75,0	75,2	79,3
EU 25		74,0	77,0	75,9	79,7

Fonte: Eucpean Quality of Life Survey



## HAB 1 – Satisfação com a habitação

		1999		2002		2004	
		M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	93,0	94,0	..	..	89,0	90,0
AT	Austria	95,0	96,0	..	..	91,0	93,0
BE	Belgica	92,0	91,0	..	..	95,0	92,0
FR	França	92,0	92,0	..	..	91,0	93,0
LU	Luxemburgo	92,0	93,0	..	..	95,0	97,0
NL	Países Baixos	92,0	96,0	..	..	97,0	96,0
UK	Reino Unido	93,0	92,0	..	..	94,0	91,0
IE	Irlanda	92,0	95,0	..	..	92,0	92,0
DK	Dinamarca	96,0	96,0	..	..	95,0	94,0
FI	Finlandia	96,0	96,0	..	..	95,0	94,0
SE	Suécia	94,0	97,0	..	..	94,0	95,0
ES	Espanha	95,0	93,0	..	..	88,0	89,0
EL	Grécia	89,0	90,0	..	..	82,0	84,0
IT	Italia	91,0	87,0	..	..	86,0	88,0
PT	Portugal	84,0	82,0	..	..	84,0	80,0
BG	Bulgaria	..	..	72,0	77,0	78,0	74,0
CY	Chipre	..	..	98,0	94,0	87,0	92,0
CZ	República Checa	..	..	88,0	83,0	86,0	86,0
EE	Estonia	..	..	80,0	85,0	78,0	81,0
HU	Hungria	..	..	85,0	88,0	66,0	64,0
LV	Letónia	..	..	78,0	72,0	67,0	63,0
LT	Lituânia	..	..	84,0	81,0	68,0	67,0
MT	Malta	..	..	95,0	96,0	96,0	94,0
PL	Polónia	..	..	78,0	81,0	86,0	84,0
RO	Roménia	..	..	80,0	79,0	78,0	75,0
SK	Eslováquia	..	..	85,0	85,0	87,0	87,0
SI	Eslovénia	..	..	95,0	94,0	92,0	94,0
EU 15		92,0	93,0	..	..	90,0	91,0
EU 25		..	..	..	..	89,0	90,0

Fonte: Eurobarometer

## HAB 2 – Satisfação com a envolvente habitacional

		1999		2002		2004	
		M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	87,8	89,5	..	..	86,3	88,0
AT	Austria	94,8	92,2	..	..	85,5	89,4
BE	Belgica	85,9	89,4	..	..	90,5	90,8
FR	França	85,8	88,8	..	..	90,2	88,8
LU	Luxemburgo	91,2	90,3	..	..	89,7	88,8
NL	Países Baixos	92,3	95,0	..	..	95,6	92,8
UK	Reino Unido	86,4	87,4	..	..	89,9	90,7
IE	Irlanda	90,9	91,5	..	..	93,0	92,1
DK	Dinamarca	95,0	92,7	..	..	90,3	92,1
FI	Finlandia	90,9	87,6	..	..	96,5	93,9
SE	Suécia	94,8	95,3	..	..	94,6	94,2
ES	Espanha	88,9	88,9	..	..	89,5	87,2
EL	Grécia	84,1	85,1	..	..	83,3	82,9
IT	Italia	82,3	83,0	..	..	75,0	79,3
PT	Portugal	88,6	83,4	..	..	88,7	87,3
BG	Bulgaria	..	..	78,7	82,0	80,7	82,0
CY	Chipre	..	..	93,5	96,3	88,2	88,5
CZ	República Checa	..	..	85,9	87,0	85,9	86,7
EE	Estonia	..	..	82,2	82,6	82,2	83,7
HU	Hungria	..	..	83,5	84,3	81,2	79,1
LV	Letónia	..	..	85,9	79,4	72,3	71,1
LT	Lituânia	..	..	87,9	83,5	82,3	77,4
MT	Malta	..	..	87,4	90,2	85,0	90,4
PL	Polónia	..	..	82,4	85,2	85,7	86,4
RO	Roménia	..	..	87,1	85,1	85,4	82,5
SK	Eslováquia	..	..	81,7	81,7	76,6	79,9
SI	Eslovénia	..	..	90,5	89,2	88,7	90,1
EU 15		89,0	89,3	..	..	87,7	87,6
EU 25		..	..	..	..	87,2	87,1

Fonte: Eurobarometer

## SAU 1 – Esperança de vida à nascença

		1990		1995		2000		2005	
		M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	72,0	78,0	73,0	80,0	..	..	76,0	82,0
AT	Austria	72,0	79,0	74,0	80,0	75,0	81,0	77,0	82,0
BE	Belgica	73,0	79,0	73,0	80,0	75,0	81,0	77,0	82,0
FR	França	73,0	81,0	74,0	82,0	75,0	83,0	77,0	84,0
LU	Luxemburgo	72,0	92,0	73,0	80,0	75,0	81,0	76,0	82,0
NL	Paises Baixos	74,0	81,0	75,0	80,0	75,0	81,0	77,0	82,0
UK	Reino Unido	73,0	79,0	74,0	79,0	75,0	80,0	77,0	81,0
IE	Irlanda	72,0	78,0	73,0	78,0	74,0	79,0	77,0	82,0
DK	Dinamarca	72,0	78,0	73,0	78,0	75,0	79,0	76,0	80,0
FI	Finlandia	71,0	79,0	73,0	80,0	74,0	81,0	76,0	82,0
SE	Suécia	75,0	80,0	76,0	81,0	77,0	82,0	78,0	83,0
ES	Espanha	73,0	80,0	74,0	82,0	76,0	83,0	77,0	84,0
EL	Grécia	72,0	80,0	75,0	80,0	76,0	81,0	77,0	82,0
IT	Italia	74,0	80,0	75,0	81,0	76,0	83,0	78,0	83,0
PT	Portugal	70,0	77,0	71,0	79,0	73,0	80,0	75,0	81,0
BG	Bulgaria	68,0	75,0	67,0	75,0	68,0	75,0	69,0	76,0
CY	Chipre	..	..	75,0	80,0	..	..	77,0	82,0
CZ	República Checa	68,0	75,0	70,0	77,0	72,0	80,0	73,0	79,0
EE	Estonia	65,0	75,0	62,0	74,0	65,0	76,0	67,0	78,0
HU	Hungria	65,0	74,0	65,0	75,0	67,0	76,0	69,0	77,0
LV	Letónia	64,0	75,0	61,0	73,0	65,0	76,0	66,0	77,0
LT	Lituânia	67,0	76,0	64,0	75,0	68,0	78,0	65,0	77,0
MT	Malta	..	..	..	..	75,0	79,0	78,0	81,0
PL	Polónia	67,0	76,0	68,0	76,0	70,0	78,0	71,0	79,0
RO	Roménia	67,0	73,0	66,0	73,0	67,0	74,0	68,0	75,0
SK	Eslováquia	67,0	75,0	68,0	76,0	69,0	77,0	70,0	78,0
SI	Eslovénia	69,0	77,0	70,0	77,0	72,0	79,0	74,0	81,0
EU 15		73,0	79,0	74,0	80,0	75,0	81,0	..	..
EU 25		..	..	..	..	..	..	76,0	82,0

Fonte: European Community Household Panel Survey, European Social Survey

## SAU 2 – Estado de saúde

		1994		1998		2002		2004	
		M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	17,0	23,0	17,0	21,0	9,0	10,0	9,0	11,0
AT	Austria	..	..	6,0	9,0	3,0	3,0	2,0	4,0
BE	Belgica	5,0	7,0	4,0	7,0	4,0	4,0	3,0	6,0
FR	França	7,0	9,0	8,0	11,0	..	..	6,0	8,0
LU	Luxemburgo	6,0	9,0	..	..	6,0	9,0	7,0	7,0
NL	Paises Baixos	4,0	6,0	3,0	5,0	4,0	4,0	3,0	5,0
UK	Reino Unido	8,0	9,0	9,0	11,0	7,0	6,0	7,0	6,0
IE	Irlanda	3,0	5,0	3,0	4,0	2,0	3,0	2,0	3,0
DK	Dinamarca	17,0	23,0	17,0	21,0	9,0	10,0	9,0	11,0
FI	Finlandia	..	..	..	..	4,0	4,0	4,0	6,0
SE	Suécia	..	..	5,0	6,0	5,0	6,0	3,0	5,0
ES	Espanha	11,0	17,0	9,0	13,0	8,0	11,0	7,0	12,0
EL	Grécia	9,0	12,0	8,0	11,0	5,0	8,0	3,0	7,0
IT	Italia	11,0	15,0	10,0	14,0	4,0	7,0	..	..
PT	Portugal	17,0	23,0	18,0	26,0	10,0	15,0	11,0	17,0
BG	Bulgaria	..	..	..	..	..	..	..	..
CY	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..
CZ	República Checa	..	..	..	..	9,0	14,0	9,0	11,0
EE	Estonia	..	..	..	..	..	..	13,0	16,0
HU	Hungria	..	..	..	..	17,0	21,0	14,0	16,0
LV	Letónia	..	..	..	..	..	..	..	..
LT	Lituânia	..	..	..	..	..	..	..	..
MT	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..
PL	Polónia	..	..	..	..	11,0	16,0	12,0	14,0
RO	Roménia	..	..	..	..	..	..	..	..
SK	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	10,0	12,0
SI	Eslovénia	..	..	..	..	9,0	15,0	10,0	14,0
EU 15		..	..	..	..	..	..	..	..
EU 25		..	..	..	..	..	..	..	..

Fonte: Eurobarometer

### SAU 3 - Acesso a algum hospital

		1999		2002	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	52,0	56,0	..	..
AT	Austria	60,0	60,0	..	..
BE	Belgica	31,0	37,0	..	..
FR	França	43,0	50,0	..	..
LU	Luxemburgo	28,0	32,0	..	..
NL	Países Baixos	25,0	35,0	..	..
UK	Reino Unido	49,0	57,0	..	..
IE	Irlanda	62,0	61,0	..	..
DK	Dinamarca	35,0	40,0	..	..
FI	Finlandia	47,0	52,0	..	..
SE	Suécia	43,0	52,0	..	..
ES	Espanha	58,0	59,0	..	..
EL	Grécia	59,0	65,0	..	..
IT	Italia	36,0	33,0	..	..
PT	Portugal	64,0	61,0	..	..
BG	Bulgaria	..	..	68,0	67,0
CY	Chipre	..	..	34,0	31,0
CZ	República Checa	..	..	74,0	71,0
EE	Estonia	..	..	70,0	71,0
HU	Hungria	..	..	69,0	72,0
LV	Letónia	..	..	71,0	73,0
LT	Lituânia	..	..	66,0	66,0
MT	Malta	..	..	57,0	52,0
PL	Polónia	..	..	60,0	62,0
RO	Roménia	..	..	68,0	65,0
SK	Eslováquia	..	..	66,0	72,0
SI	Eslovénia	..	..	59,0	65,0
EU 15		46,0	51,0	..	..
EU 25					

Fonte: Eurobarometer

### SEG 1 – Assaltos e ofensas corporais

		1991		1995		1999		2004	
		M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	..	..	..	..	..	..	3	2
AT	Austria	..	..	..	..	..	..	2	2
BE	Belgica	2	2	..	..	4	2	4	4
FR	França	..	..	5	3	4	4	3	2
LU	Luxemburgo	..	..	..	..	..	..	2	2
NL	Países Baixos	5	3	5	3	4	3	6	3
UK	Reino Unido	5	3	5	4	6	5	6	5
IE	Irlanda	..	..	..	..	..	..	6	4
DK	Dinamarca	..	..	..	..	5	3	..	..
FI	Finlandia	6	3	5	4	5	3	..	..
SE	Suécia	3	2	5	4	5	3	4	3
ES	Espanha	..	..	..	..	2	1	2	1
EL	Grécia	..	..	..	..	..	..	2	3
IT	Italia	..	..	..	..	..	..	1	1
PT	Portugal	..	..	..	..	1	1	1	1
BG	Bulgaria	..	..	..	..	..	..	..	..
CY	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..
CZ	República Checa	4	2	3	2	..	..	..	..
EE	Estonia	7	3	8	4	..	..	..	..
HU	Hungria	..	..	2	1	..	..	2	1
LV	Letónia	..	..	4	2	..	..	..	..
LT	Lituânia	..	..	..	..	..	..	2	2
MT	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..
PL	Polónia	5	4	5	3	4	2	..	..
RO	Roménia	..	..	9	4	..	..	..	..
SK	Eslováquia	4	3	..	..	..	..	..	..
SI	Eslovénia	2	2	..	..	..	..	..	..
EU 15		..	..	..	..	..	..	..	..
EU 25		..	..	..	..	..	..	..	..

Fonte: International Crime Victims Survey, European Crime and Safety Survey

## SEG 2 – Ofensas sexuais

		1991	1995	1999	2004
DE	Alemanha	..	..	..	6
AT	Austria	..	9	..	7
BE	Belgica	6	..	2	1
FR	França	..	2	3	0
LU	Luxemburgo	..	..	..	2
NL	Países Baixos	8	10	8	5
UK	Reino Unido	6	4	4	5
IE	Irlanda	..	..	..	12
DK	Dinamarca	..	..	8	..
FI	Finlândia	7	6	9	..
SE	Suécia	3	10	7	11
ES	Espanha	..	..	2	1
EL	Grécia	..	..	..	1
IT	Italia	3	..	..	1
PT	Portugal	..	..	2	2
BG	Bulgaria	..	..	..	..
CY	Chipre	..	..	..	..
CZ	República Checa	5	6	..	..
EE	Estonia	7	8	..	..
HU	Hungria	..	0	..	0
LV	Letónia	..	4	..	..
LT	Lituânia	..	..	..	..
MT	Malta	..	..	..	..
PL	Polónia	10	4	1	..
RO	Roménia	..	8	..	..
SK	Eslováquia	2	..	..	..
SI	Eslovénia	10	..	..	..
EU 15		..	..	..	..
EU 25		..	..	..	..

Fonte: International Crime Victims Survey, European Crime and Safety Survey

## SEG 3 – Confiança nas forças policiais

		2002		2003		2004		2005	
		M	F	M	F	M	F	M	F
DE	Alemanha	75,0	78,0	77,0	80,0	83,0	83,0	81,0	83,0
AT	Austria	76,0	81,0	75,0	81,0	78,0	81,0	75,0	84,0
BE	Belgica	52,0	53,0	50,0	59,0	58,0	62,0	66,0	64,0
FR	França	59,0	60,0	56,0	59,0	62,0	63,0	60,0	66,0
LU	Luxemburgo	75,0	74,0	66,0	70,0	74,0	71,0	71,0	71,0
NL	Países Baixos	62,0	61,0	60,0	63,0	70,0	62,0	75,0	74,0
UK	Reino Unido	72,0	69,0	63,0	65,0	72,0	79,0	71,0	74,0
IE	Irlanda	71,0	79,0	65,0	74,0	62,0	73,0	63,0	68,0
DK	Dinamarca	91,0	92,0	90,0	91,0	90,0	87,0	88,0	89,0
FI	Finlândia	89,0	90,0	90,0	91,0	92,0	90,0	90,0	91,0
SE	Suécia	76,0	75,0	71,0	75,0	75,0	73,0	74,0	75,0
ES	Espanha	59,0	64,0	58,0	63,0	63,0	65,0	59,0	64,0
EL	Grécia	56,0	62,0	66,0	70,0	62,0	69,0	63,0	68,0
IT	Italia	72,0	73,0	74,0	71,0	65,0	71,0	72,0	70,0
PT	Portugal	59,0	63,0	62,0	64,0	67,0	63,0	63,0	66,0
BG	Bulgaria	57,0	55,0	52,0	52,0	47,0	51,0	47,0	47,0
CY	Chipre	65,0	63,0	71,0	73,0	64,0	65,0	57,0	59,0
CZ	República Checa	44,0	51,0	31,0	42,0	33,0	34,0	38,0	45,0
EE	Estonia	43,0	47,0	56,0	56,0	62,0	67,0	65,0	64,0
HU	Hungria	50,0	53,0	50,0	55,0	64,0	64,0	57,0	60,0
LV	Letónia	34,0	38,0	42,0	43,0	44,0	45,0	42,0	47,0
LT	Lituânia	26,0	32,0	28,0	32,0	35,0	36,0	37,0	38,0
MT	Malta	74,0	76,0	67,0	76,0	75,0	74,0	83,0	83,0
PL	Polónia	48,0	57,0	46,0	48,0	46,0	41,0	49,0	51,0
RO	Roménia	41,0	44,0	42,0	48,0	36,0	41,0	34,0	42,0
SK	Eslováquia	27,0	30,0	34,0	33,0	35,0	37,0	37,0	38,0
SI	Eslovénia	50,0	57,0	35,0	44,0	48,0	53,0	45,0	53,0
EU 15		68,0	70,0	67,0	69,0	70,0	73,0	71,0	73,0
EU 25		..	..	..	..	67,0	68,0	67,0	69,0

Fonte: Eurobarometer

## PAR 1 – Dedicção a actividades sociais

		2003		2007	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	69,0	71,0	76,7	77,9
AT	Austria	72,0	68,0	73,5	72,8
BE	Belgica	72,0	68,0	73,6	71,2
FR	França	70,0	66,0	66,0	64,2
LU	Luxemburgo	83,0	83,0	72,8	71,7
NL	Países Baixos	71,0	71,0	64,2	68,6
UK	Reino Unido	61,0	68,0	70,0	68,0
IE	Irlanda	73,0	72,0	73,4	72,3
DK	Dinamarca	72,0	73,0	74,6	68,7
FI	Finlandia	61,0	54,0	63,1	39,3
SE	Suécia	67,0	71,0	55,5	58,0
ES	Espanha	75,0	77,0	79,2	73,5
EL	Grécia	78,0	69,0	74,8	72,1
IT	Italia	64,0	60,0	72,3	74,0
PT	Portugal	68,0	66,0	71,8	67,7
BG	Bulgaria	52,0	47,0	66,9	66,2
CY	Chipre	61,0	55,0	76,3	69,5
CZ	República Checa	70,0	71,0	76,3	67,1
EE	Estonia	81,0	76,0	76,7	74,5
HU	Hungria	68,0	64,0	71,2	60,5
LV	Letónia	65,0	52,0	64,6	66,5
LT	Lituânia	76,0	65,0	75,8	73,6
MT	Malta	73,0	53,0	55,5	51,6
PL	Polónia	62,0	61,0	73,8	68,8
RO	Roménia	47,0	42,0	59,5	49,0
SK	Eslováquia	52,0	50,0	63,8	58,7
SI	Eslovénia	71,0	64,0	71,0	68,4
EU 15		68,0	68,0	72,1	71,2
EU 25		68,0	67,0	72,2	70,5

Fonte: European Quality of Life Survey

## PAR 2 – Dedicção a trabalho voluntário ou actividade política

		2003		2007	
		M	F	M	F
DE	Alemanha	67,0	68,0	70,6	67,9
AT	Austria	79,0	79,0	71,7	74,9
BE	Belgica	61,0	64,0	64,0	60,7
FR	França	58,0	50,0	51,6	46,0
LU	Luxemburgo	78,0	83,0	50,4	39,3
NL	Países Baixos	59,0	68,0	65,3	60,4
UK	Reino Unido	54,0	54,0	47,0	48,4
IE	Irlanda	58,0	55,0	45,3	39,2
DK	Dinamarca	65,0	61,0	66,8	62,0
FI	Finlandia	55,0	51,0	64,0	61,1
SE	Suécia	71,0	60,0	62,6	59,5
ES	Espanha	32,0	34,0	49,9	40,4
EL	Grécia	49,0	41,0	26,7	20,2
IT	Italia	43,0	47,0	42,5	39,5
PT	Portugal	57,0	54,0	42,1	46,8
BG	Bulgaria	58,0	43,0	46,2	44,3
CY	Chipre	40,0	36,0	14,7	9,8
CZ	República Checa	43,0	40,0	42,5	30,9
EE	Estonia	72,0	72,0	50,4	54,7
HU	Hungria	82,0	65,0	65,0	57,2
LV	Letónia	48,0	40,0	48,4	48,6
LT	Lituânia	60,0	60,0	63,1	66,6
MT	Malta	39,0	31,0	46,2	49,4
PL	Polónia	49,0	43,0	72,4	65,2
RO	Roménia	20,0	17,0	34,8	27,8
SK	Eslováquia	36,0	26,0	33,6	27,4
SI	Eslovénia	62,0	41,0	53,3	49,1
EU 15		56,0	55,0	55,2	51,9
EU 25		56,0	54,0	56,0	52,1

Fonte: European Quality of Life Survey

# População estrangeira residente em Portugal, por sexo, 1980-2008 (N)

	Total	Homens	Mulheres
1980	50750	30018	20732
1981	54414	32009	22405
1982	58667	34096	24571
1983	67484	38740	28744
1984	73365	41904	31461
1985	79594	45354	34240
1986	86982	49405	37577
1987	89778	50934	38844
1988	94694	53683	41011
1989	101011	57459	43552
1990	107767	61334	46433
1991	113978	65200	48778
1992	123612	70798	52814
1993	136932	78800	58132
1994	157073	92049	65024
1995	168316	98441	69875
1996	172912	100987	71925
1997	175263	102141	73122
1998	178137	103499	74638
1999	191143	110004	81139
2000	207587	118271	89316
2001	223997	125958	98039
2002	239929	132663	106266
2003	249995	137607	112388
2004	263322	143319	120003
2005	274631	147980	126651
2006	332137	181910	150227
2007	401612	219765	181847
2008	436020	228289	207731

Fonte: PORDATA

# Imigrantes e acesso ao emprego

O Plano para a Integração dos Imigrantes responsabiliza o Estado pela integração dos cidadãos estrangeiros e lança iniciativas em vários domínios que têm como fim a plena integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, reconhecendo o contributo económico, social e cultural dos mesmos na sociedade portuguesa.

Relativamente às medidas do trabalho, emprego e formação profissional, o Plano para a Integração dos Imigrantes estabelece o seguinte:

- 1) a formação específica dos quadros dos Centros de Emprego para a integração laboral dos imigrantes;
- 2) facilitar a entrada no ensino superior português de estudantes que tenham frequentado o ensino superior estrangeiro e simplificar o reconhecimento de graus superiores estrangeiros;
- 3) promover uma campanha de sensibilização sobre segurança no trabalho direccionada para trabalhadores imigrantes em sectores de actividade com maior incidência de sinistralidade;
- 4) reforçar a actividade inspectiva sobre entidades empregadoras que utilizam ilegalmente mão-de-obra imigrante e proceder à aplicação da lei na penalização destes empregadores;
- 5) reforçar o incentivo e sensibilizar os imigrantes quanto à importância da integração na Segurança Social e para o cumprimento das obrigações fiscais, como fonte de direitos sociais fundamentais;
- 6) incentivar a responsabilidade social dos empregadores e trabalhadores portugueses na integração de trabalhadores imigrantes no seu contexto laboral;
- 7) criação de medidas que visem facilitar a inserção social, profissional e laboral dos imigrantes através de acções de formação e de apoios à criação de emprego;
- 8) incentivar a participação sindical dos imigrantes;
- 9) incentivar o empreendedorismo empresarial dos imigrantes.

Na prática, o Instituto do Emprego e Formação Profissional distingue os estrangeiros consoante o país de origem, isto é, se é comunitário ou extracomunitário. Os cidadãos comunitários devem contactar o Conselheiro EURES mais próximo no seu país de origem. Já os cidadãos de países terceiros que possuam autorização de residência ou de permanência válida, ou ainda qualquer título válido de residência ou permanência legal que permita o desempenho de uma actividade profissional e que residam no país, devem inscrever-se no Centro de Emprego da sua área de residência como candidatos a emprego.

Os cidadãos de países terceiros só poderão trabalhar em Portugal caso sejam contratados por entidades empregadoras localizadas em território nacional e no caso de não existirem cidadãos nacionais, comunitários ou estrangeiros com residência legal em território nacional que possam desempenhar as funções pretendidas, em respeito pelo princípio da prioridade estipulado pela legislação nacional.

Os imigrantes portadores de título válido de permanência ou residência legal no território português são tratados pelos Centros de Emprego em paridade com os cidadãos nacionais, podendo, aqueles, beneficiar das prestações técnicas, nomeadamente no âmbito da orientação profissional, aceder às medidas e programas de emprego e formação, bem como inscreverem-se para emprego a fim de obterem uma colocação no mercado de trabalho ou acederem às prestações de desemprego reunidas as demais condições exigidas para os cidadãos nacionais.

Para acederem às medidas e programas de emprego ou às acções de formação profissional, os imigrantes devem reunir os respectivos requisitos de acesso e possuir um dos títulos de permanência ou residência, que habilitem ao exercício de uma actividade profissional.

Ao inscreverem-se nos Centros de Emprego os imigrantes beneficiam dos seguintes direitos: um acolhimento eficiente e atendimento personalizado; informação, sobre a oferta formativa e oferta de emprego, profissões e condições de trabalho e emprego, benefícios sociais, mercado de emprego e mercado social de emprego; apoio à mobilidade profissional e geográfica; direito a orientação profissional com vista a potenciar a sua empregabilidade. Recebem apoio técnico na elaboração do próprio projecto de inserção ou reinserção social e profissional; apoio técnico gratuito na procura activa de emprego; protecção no desemprego nos termos da lei.



# Territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP) - Ministério da Educação

Entre os vários princípios orientadores do Plano para a Integração dos Imigrantes está a promoção e defesa da “Igualdade de oportunidades para todos, com particular expressão na redução das desvantagens no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à habitação e aos direitos sociais, rejeitando qualquer discriminação em função da etnia, nacionalidade, língua, religião ou sexo” (Plano para a Integração dos Imigrantes).

A escola pública é um instrumento central na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática, baseando-se “na promoção da educação para todos, com qualidade, orientada para a promoção da dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e a equidade social”.

Em conformidade com a Estratégia de Lisboa e o Quadro de Referência Estratégica Nacional, a escola pública caracterizada desta forma é, igualmente, “uma condição básica de coesão social e nacional, de crescimento e de modernização tecnológica do País no âmbito da transição para a economia do conhecimento e a sociedade de informação” (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, Despacho normativo n.º 55/2008, Ministério da Educação).

Nesta linha orientadora e dado que “os contextos sociais em que as escolas se inserem podem constituir-se como factores potenciadores de risco de insucesso no âmbito do sistema educativo normal, verificando-se que em territórios social e economicamente degradados o sucesso educativo é muitas vezes mais reduzido do que a nível nacional, sendo a violência, a indisciplina, o abandono, o insucesso escolar e o trabalho infantil alguns exemplos da forma como essa degradação se manifesta”, o Governo português procura criar “condições que permitam garantir a universalização da educação básica de qualidade e promover o sucesso educativo de todos os alunos e, muito particularmente, das crianças e dos jovens que hoje se encontram em situações de risco de exclusão social e escolar” (Despacho normativo n.º 55/2008, Ministério da Educação).

A criação de condições expressa-se na criação de um Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP2), o segundo a ser estabelecido, que, no actual contexto, deve promover a territorialização de políticas educativas segundo critérios de prioridade e discriminação positiva. O Programa, e de acordo com o Despacho normativo do Ministério da Educação (n.º 55/2008), deve estimular “a apropriação, por parte das comunidades educativas mais atingidas pelos referidos problemas escolares, de instrumentos e recursos que lhes possibilitem congregar esforços tendentes à criação nas escolas e nos territórios envolventes de condições geradoras de sucesso escolar e educativo dos alunos. A criação do Programa assenta numa clara afirmação de uma dupla função da escola, por um lado, como entidade directamente responsável pela promoção do sucesso educativo que constitui uma condição básica para a equidade social e, por outro, como instituição central do processo de desenvolvimento comunitário.”

Neste sentido, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) são formas importantes que contribuem para a inclusão de grupos socialmente menos favorecidos e situados em zonas, potencialmente mais isoladas e desprovidas de meios e de infraestruturas, como podem ser as zonas de residência e de sociabilidade de estrangeiros e de elementos socialmente minoritários.